

JULIO CESAR BOTEGA DO CARMO

A SERRA PELADA DO URBANISMO

UMA HISTÓRIA DO PLANEJAMENTO
METROPOLITANO NO PARANÁ E CURITIBA

JULIO CESAR BOTECA DO CARMO

A SERRA PELADA DO URBANISMO

UMA HISTÓRIA DO PLANEJAMENTO
METROPOLITANO NO PARANÁ E CURITIBA



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**

Reitor

Marcelo Augusto Santos Turine

Vice-Reitora

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

Obra aprovada pelo conselho editorial da ufms

Resolução nº 200-COED/AGECOM/UFMS,

de 20 de setembro de 2023.

Conselho Editorial

Rose Mara Pinheiro - Presidente

Elizabete Aparecida Marques

Alessandra Regina Borgo

Maria Lígia Rodrigues Macedo

Andrés Batista Cheung

Adriane Angélica Farias Santos Lopes de Queiroz

Fabio Oliveira Roque

William Teixeira

Paulo Eduardo Teodoro

Delasnieve Miranda Daspert de Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Diretoria de Bibliotecas – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

Carmo, Julio Cesar Botega.

A Serra Pelada do urbanismo [recurso eletrônico] : uma história do planejamento metropolitano do Paraná e Curitiba / Julio Cesar Botega do Carmo. – Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2023.

320 p. : il.

Dados de acesso: <https://repositorio.ufms.br>

Inclui bibliografias.

ISBN 978-85-7613-633-0

1. Planejamento urbano - Paraná. 2. Planejamento urbano - Curitiba. 3. Urbanização.
I. Título.

CDD (23) 711.4098162

Bibliotecária responsável: Tânia Regina de Brito – CRB 1/2.395

JULIO CESAR BOTEGA DO CARMO

A SERRA PELADA DO URBANISMO

UMA HISTÓRIA DO PLANEJAMENTO
METROPOLITANO NO PARANÁ E CURITIBA

Campo Grande - MS

2022



© dos autores:

Julio Cesar Botega do Carmo

1ª edição: 2023

Projeto Gráfico, Editoração Eletrônica

TIS Publicidade e Propaganda

Revisão

A revisão linguística e ortográfica
é de responsabilidade dos autores

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.

Direitos exclusivos para esta edição



Secretaria da Editora UFMS - SEDIT/AGECOM/UFMS

Av. Costa e Silva, s/nº - Bairro Universitário

Campo Grande - MS, 79070-900

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Fone: (67) 3345-7203

e-mail: sedit.agecom@ufms.br

Editora associada à



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

ISBN: 978-85-7613-633-0

Versão digital: setembro de 2023

Edital Agecom Nº 10 /2022 - Seleção de Propostas para Apoio a Publicação de Livros Científicos, em formato digital, pela Editora UFMS - Publica UFMS/2022



Este livro está sob a licença Creative Commons, que segue o princípio do acesso público à informação. O livro pode ser compartilhado desde que atribuídos os devidos créditos de autoria. Não é permitida nenhuma forma de alteração ou a sua utilização para fins comerciais. br.creativecommons.org

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: O MODELO E A REGRA: PLANEJAMENTO TERRITORIAL EM CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA	17
O “modelo”: Curitiba, uma referência de planejamento urbano no Brasil	19
A regra: planejando a Serra Pelada do Urbanismo	34
CAPÍTULO 2: DA CONFORMAÇÃO DE UM APARATO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO À DELIMITAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA (1961-1973).....	39
CAPÍTULO 3: A MUDANÇA NA MATRIZ ECONÔMICA E A SIMBIOSE TÉCNICA E POLÍTICA ENTRE GOVERNO DO PARANÁ E A PREFEITURA DE CURITIBA (1974-1982)	82
CAPÍTULO 4: INTERIORIZAÇÃO, REDEMOCRATIZAÇÃO E A PARALISIA DO PLANEJAMENTO METROPOLITANO (1983-1994)	145
CAPÍTULO 5: A PULVERIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO METROPOLITANO PARA OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS E AMPLIAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA (1995-2002)	200

CAPÍTULO 6: NÃO HÁ MAIS COMO NEGAR A DIMENSÃO METROPOLITANA (2003- 2015)	250
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	300
REFERÊNCIAS.....	304
SOBRE O AUTOR	319

PREFÁCIO

A figura da capa do livro mostra gráfico que representa o perfil da Serra do Mar. A representação escolhida ilustra também o processo de planejamento e gestão da Região Metropolitana de Curitiba. Tem altos e baixos, vales e picos, muitos platôs e depressões, esculpidos pelas intempéries provocadas pela alternância do comando metropolitano e das disputas pelos grupos políticos quando no poder estadual e municipal.

Acompanhei a gestação, ajudei no parto e assinei a certidão de nascimento da Região Metropolitana de Curitiba. Instalei a COMEC – Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, na qual fui nomeado pelo governador estadual como o primeiro Coordenador Geral, nos tempos atuais designado como presidente. Mais ainda, iniciei o processo de planejamento metropolitano ao fazer a coordenação do PDI-RMC | Plano de Desenvolvimento Integrado, que traçou as primeiras diretrizes para o seu desenvolvimento.

Anteriormente, quando fui Coordenador de Urbanismo na formulação da Política de Desenvolvimento Urbano para o Estado do Paraná - PDU / PR já se organizava o território estadual em três grandes polos urbanos: a região metropolitana de Curitiba, o eixo Londrina-Maringá – depois METRONOR – e o eixo Cascavel-Toledo.

Ao ser criada a COMEC pensava-se em repetir no nível metropolitano o sucesso na condução da implantação das propostas tido pelo IP-PUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, como concebido por Jorge Wilhelm, a quem tive a oportunidade de colaborar na elaboração do Plano Preliminar Urbanístico de Curitiba,

Por isso tudo me sinto responsável, pois esses temas são importantes e muito caros para mim.

Venho de uma escola cujo pensamento urbanístico se fundamenta na noção que as cidades são as pessoas. Um grupo de pessoas e famílias decide viver juntas em um mesmo lugar e forma o embrião de uma protocidade. A atração desses lugares faz com que mais pessoas queiram viver neles. Maior atração conduz à formação de cidades cada vez maiores até se chegar às metrópoles e às megalópoles atuais.

A essência ou "razão de ser" de uma cidade é então ser gregária, ou seja, congregar pessoas. Essa agregação tem bons e maus impactos: à medida que faz aumentar a troca de informações e gera inovação, também faz propagar rapidamente infecção por vírus e amplia a epidemia.

Quando as grandes cidades se derramam sobre as cidades vizinhas nas áreas limítrofes, forma-se uma região metropolitana. Se as cidades são as suas pessoas, quem cuidará delas no nível metropolitano?

Os limites administrativos dos municípios no Brasil têm impedido que cidades vizinhas em uma região metropolitana tenham tratamento unificado junto com o polo da metrópole, mesmo quando constituem um continuum urbano e são conurbadas, ocasionando desigualdades principalmente na infraestrutura urbana e nos serviços que devem ser comuns.

Em Curitiba, caso exemplar do desacerto dessa situação é a gestão dos recursos hídricos na região metropolitana: estudos, planos e investimentos não impediram que ora se tenha que conviver com inaceitável rodízio de operação com racionamento no abastecimento de água potável. (É fácil atribuir a culpa às mudanças climáticas).

Com dupla formação universitária em geografia e em urbanismo, o autor transita com conhecimento das rotas por todo o ambiente conceitual do planejamento urbano, metropolitano e regional.

Produz obra que se debruça de modo acurado sobre as informações necessárias a entender a dinâmica do planejamento regional e me-

tropolitano no Paraná, sobretudo na sua capital, mesmo quando essa dinâmica é dissociada da realidade como ocorreu com frequência.

De leitura obrigatória para quem quiser ter um quadro abrangente e amplo das transformações ocorridas no território, na legislação e nos instrumentos de planejamento e de governo, e sua correspondência à evolução da maior metrópole paranaense e de sua região metropolitana.

Em tempos de informação instantânea e superficial, é muito bom ver pesquisa analítica aprofundada com consulta a inúmeros documentos, publicações e registros, subsidiada por entrevistas pessoais com os principais atores envolvidos, ainda imbuídos da chama idealista de que as propostas visionárias mostrariam o caminho a ser seguido. Porém, mais que isso, perpassa o olhar crítico que examina e alinha observações pertinentes.

Como requer uma obra destinada à formação acadêmica, faz alentada pesquisa histórica e de fatos ocorridos que já pareciam perdidos na memória das pessoas, com registro histórico exaustivo, organizado de forma didática. Trabalha a sequência dos fatos de modo minucioso e sempre fundamentado, debruçado sobre profusão de fontes e documentos consultados e recortando os pormenores relevantes.

Impressiona o fôlego para esmiuçar a evolução do aparato institucional nas suas facetas decorrentes das mudanças na composição técnica do planejamento e na gestão dos órgãos administrativos estaduais, metropolitano e municipais. Sem esquecer as lutas políticas refletindo a alternância de poder tanto na administração estadual como na prefeitura de Curitiba e também as flutuações econômicas que atingiram o país e o estado, tornando escassos os recursos para investimentos públicos. Pois houve períodos em que se teve a COMEC parcialmente desativada ou sendo proposta a sua dissolução.

Este livro leva a pensar se alcança seus objetivos o modelo de gestão estabelecido para as regiões metropolitanas e referendado por lei federal – o Estatuto da Metrópole. Serve de alerta para se cogitar uma transforma o radical, para que o nível metropolitano passe a ter governo em que sua gestão seja eleita pelo povo e possa conduzir com independência os rumos da administra o metropolitana. Inclusive no que diz respeito a recursos que sejam alocados e orçados de modo unificado, integrado e aut nomo, para atender todo o universo metropolitano, o qual inclui o município polo. Será utopia?

Vicente Ferreira de Castro Neto
Primeiro Coordenador Geral da COMEC

INTRODUÇÃO

No desenrolar da história, o urbano esteve sujeito a uma contínua redefinição de formas e conteúdos, resultando em diversas transformações da estrutura interna da cidade. Desta forma, a dinâmica urbana só pode ser apreendida se a acoplarmos ao movimento geral da sociedade, das técnicas, das artes, do pensamento e da estética. O aprofundamento destas dinâmicas nas últimas décadas revelou que a urbanização se constituiu em condição geral de um processo no qual o território teve suas funções redefinidas, podendo facilitar este processo ou, então, tornar-se um obstáculo à sua realização. Com o advento de novas estruturas e ideologias que complementam ou superam as anteriores se tornou possível, em cada época, a construção de novos referenciais que alteraram substancialmente sua forma e estrutura, redefinindo suas funções e conteúdos.

Considerando as complexidades que se sucederam na produção espacial e social das regiões metropolitanas no capitalismo, neste livro buscamos identificar as relações entre o planejamento urbano e o metropolitano, com especial interesse em uma região metropolitana que tenha como seu núcleo um município reconhecido por autores acadêmicos e pelo mainstream como modelo de planejamento urbano. Para analisar como estas condições ocorrem na realidade, foi selecionada a cidade no Brasil que desde os anos 1970 tornou-se icônica enquanto exemplo de planejamento urbano, Curitiba, e sua Região Metropolitana (RMC), localizada no estado do Paraná (figura 1).

1963, da Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS), que entregou ao Governo do Estado o *Plano de Desenvolvimento do Paraná*, que influenciaria a práxis do planejamento estadual naquele momento. Já a nova estrutura municipal resultou, entre outros, na criação da Companhia de Urbanização e Saneamento (URBS, em 1963) e do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), em 1965.

A atuação do IPPUC chamou a atenção de diferentes instituições e pesquisadores já na sua primeira década de existência, como um caso de sucesso e modelo a ser ampliado e aplicado em outras cidades do Brasil (IUPERJ, 1975). Uma nova forma de planejar começou a ser colocada em prática em Curitiba, legitimada mesmo em uma série de trabalhos acadêmicos, onde a palavra “sucesso” foi repetida à exaustão. Tais afirmações, e mesmo a crítica a elas, se restringem quase totalmente ao processo curitibano, sempre considerando o município e não sua realidade que, na década de 1960, já era classificada enquanto regional-metropolitana.

Sobre a escala metropolitana de planejamento, a Lei Complementar Federal (LCF) nº 14/73, estabeleceu oito regiões metropolitanas, impondo que cada uma deveria constituir um Conselho Consultivo, um Conselho Deliberativo e uma Secretaria Executiva, que resultou no Paraná na formação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), criada pela Lei Estadual nº 6.517/74. Ao longo de seus quarenta anos de existência a Coordenação elaborou uma série de estudos, pesquisas, planos, programas, entre outros, que ainda que subsidiassem ou apontassem direções para a discussão sobre o planejamento metropolitano e regional, não foi capaz de reproduzir na escala metropolitana o aparente sucesso do planejamento realizado pelo município de Curitiba, por seu congênere, o IPPUC.

Recupera-se a constituição do arranjo institucional do planejamento metropolitano na RMC, analisando a atuação dos órgãos oficiais

(COMEC, Setor de Coordenação Regional -SECORE/IPPUC- entre outros), a partir dos planos, projetos, programas, entre outros; e ainda detecta a atuação do IPPUC na assistência e formação de quadros técnicos nos municípios da RMC e no órgão metropolitano e os pontos de intersecção entre o processo metropolitano e o urbano, a partir da atuação de políticos e técnicos nos órgãos de planejamento.

Já o encerramento do período analisado, deu-se em conta da promulgação do Estatuto da Metrópole, pelo Governo Federal, em 2015, que abriu novas expectativas frente à questão metropolitana no Brasil.

Por meio dos desenvolvimentos geográficos desiguais, mas combinados, das diferenciações de implantação das diretrizes de planejamento na RMC e sua transição para novas condições, foi possível o estudo de sua morfologia e escalas a partir da análise da região metropolitana na perspectiva da gestão, da alteridade, das disputas e conflitos em tempos de globalização econômica e cultural, buscando compreender sua situação atual. Pois, extrapolando os limites do município de Curitiba, o processo desencadeado a partir dos anos 1960, assim como no país em geral, foi de transformações tão profundas que resultaram em um espaço completamente novo e alterado, resultado de “uma mudança completa na estrutura, forma e função da metrópole” (LENCIONI, 2011, p. 51).

A partir dos dados organizados e analisados, este livro se divide em seis capítulos, que relatam e retratam a experiência paranaense e da região de Curitiba na área do planejamento metropolitano - a partir da ocupação do território e das transformações sociais e demográficas. Recupera a constituição do arranjo institucional de planejamento da RMC, no período compreendido entre 1961 e 2015, analisando a atuação dos órgãos de planejamento (COMEC e SECORE/IPPUC), a partir da sua produção formal e concreta, sendo uma tentativa de sistematizar a história da COMEC e do planejamento metropolitano no Paraná, bem como as diferenças para a capital.

Retrata a frase que dá título ao livro, baseado no depoimento para a coleção Memórias de Curitiba Urbana em 1992, do então futuro (ex e atual) prefeito de Curitiba, Rafael Greca, que se referia à relação do resultado das ações realizadas na capital e o planejamento metropolitano da seguinte forma:

(...) tenho a plena consciência de que a rigidez das posturas de Curitiba criou cidades-dormitórios, afastadas das sedes tradicionais, como o Jardim Monza em Colombo. É uma "**Serra Pelada**" do urbanismo,¹ lá pode tudo. Ou a Vila Maria Antonieta, em Piraquara, onde também pode tudo..." (IPPUC, 1992, p.52, grifo nosso).

No período em que se deu tal entrevista, segundo Moura (1991, p. 4) 97,67% da população de Colombo estava fora da sede municipal, em áreas contíguas à Curitiba, em Piraquara 83,21%, Almirante Tamandaré 74,4%, Mandirituba 70,32%, em Campina Grande do Sul 68,30% e em Araucária 56,88%. Eram periféricos duas vezes: em relação à Curitiba e aos próprios municípios aos quais pertenciam. Como afirma Moura (2009c)

Nos anos 1970, quando se iniciou o extravasamento do polo metropolitano por sobre os municípios limítrofes, além da porção sul do município, as áreas que mais cresceram foram as fronteiriças, nos municípios vizinhos, permanecendo nítidos vazios entre estas e as sedes municipais, formando um desenho de insularidade. Porções dos municípios de Colombo, Piraquara, Almirante Tamandaré, Araucária e Campo Largo passaram a compor a mancha contínua de ocupação. (MOURA, 2009c, p. 19)

¹ A ideia da "serra" aparece também na imagem da capa, onde se vê um perfil da Serra do Mar, que, para o autor, sintetiza o horizonte metropolitano de Curitiba. Já o termo "Serra Pelada", faz alusão à célebre serra localizada no estado do Pará, norte do Brasil, onde entre 1980 e 1992 houve uma desordenada retirada de metais preciosos, resultando em prejuízos ambientais e sociais para a região.

A investigação que resultou neste livro levou em conta a necessidade de levantamento sobre a produção do IPPUC, da COMEC e demais órgãos de planejamento dos municípios e do estado com relação à perspectiva metropolitana. De forma a não se ater excessivamente em uma discussão de caráter estritamente político ou de governança entre figuras de planejamento, instituições e níveis administrativos, apresentam-se os conteúdos, as propostas, suas relações com a região e o território em cada momento e sua virtualidade. Neste sentido, se analisaram as realidades urbanísticas e os documentos sobre a escala metropolitana, não somente para verificar porque não são tão conhecidos ou relevantes como os de escala municipal, mas também para verificar ditas razões em seu próprio conteúdo e confrontá-las.

CAPÍTULO 01

O MODELO E A REGRA: PLANEJAMENTO TERRITORIAL EM CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA

De acordo com Mansur (2008, p. 15 e 16) entre 1946 e os anos 1980 houve doze tentativas de organização do espaço geográfico paranaense, das quais dez de caráter mais generalizado e duas específicas quanto à divisão regional do Poder Executivo, em particular, às Secretarias de Estado e aos Planos Plurianuais. A primeira tentativa de regionalização foi realizada pelo IBGE dividindo o estado em Zonas Fisiográficas (1946), com o propósito de atender os interesses censitários dos Governos Federal, Estadual e Municipal. Em 1960, foi dividido pelas regiões de Planejamento; em 1963, pela divisão em microrregiões homogêneas; pela divisão em espaços polarizados, do IBGE, pela divisão em espaços homogêneos e polarizados, e pela regionalização do Paraná, todas em 1967; pelas microrregiões, em 1970; pelas regiões funcionais urbanas, do IBGE, em 1972; e pelas regiões de influência das cidades, em 1980.

Desta forma, a região metropolitana não está sozinha no contexto estadual, estabelecendo vínculos com as demais regiões. Assim, sempre esteve articulada ao sistema estadual de planejamento, fosse para formulação de políticas públicas comuns, fosse para debater os interesses metropolitanos.

Nesse contexto, o planejamento urbano e metropolitano da RMC, inserindo-o nos contextos mais gerais, revela que o mesmo se consolidou no período do desenvolvimentismo dos Governos Militares, de transformações nos espaços urbanos e metropolitanos, como a expansão da urbanização, da industrialização, a institucionalização iniciada e a ressonância de teorias e contatos com planejadores do exterior. A

partir dos anos 1980, com a redemocratização e as novas condições econômicas e sociais, outros temas entraram em voga para a questão metropolitana, como a periferização, as questões sociais e as ambientais. Nos anos 1990 e 2000 além destes temas, passaram a abordar novos, como a reestruturação produtiva e a imagem da metrópole, realizando também proposições futuras.

O conteúdo apresentado abrange a discussão econômica, populacional e de industrialização. Ainda que relativamente antigas, estas temáticas permanecem, motivadas pela inserção da RMC em novas cadeias produtivas e no mercado internacional, especialmente a partir dos anos 1990. Busca-se contribuir para o entendimento dos processos de planejamento e metropolização pelo qual passou a capital do Paraná e sua região desde os anos 1960, quando passou a ser reconhecida e tomada enquanto modelo a ser estudado e, quando possível, aplicado a outras localidades².

Como afirma Oliveira (2001, p. 65) desde a década de 1960 iniciara-se entre as elites técnicas estaduais um movimento para formulação e execução de uma estratégia de desenvolvimento e agressiva atração de investimentos industriais. Ainda que não contasse com nenhum grande industrial entre seus membros, este grupo fortaleceu a necessidade de uma política de planejamento que possibilitasse um cenário favorável aos interesses do capital industrial.

No entanto, em virtude do estágio em que se encontrava o desenvolvimento das forças produtivas, esses investimentos não chegaram a se traduzir em uma grande industrialização. Já não havia condições de

² Wilhelm (1990, p. 35) destaca que o trabalho realizado em Curitiba foi totalmente pioneiro. Nas palavras do arquiteto: “Tanto que, dois anos depois [*do Plano de 1966*], o SERFHAU me pediu um documento sobre metodologia de planos diretores, para alargar aquela experiência inicial a todo o país. E na verdade toda a orientação sobre como fazer planos se baseou na experiência de Curitiba.”.

se desenvolver uma indústria regional; a escala requerida teria de ser a nacional e, além disso, apesar do aumento da população, o grande mercado continuava situado no eixo Rio- São Paulo. Não obstante, em 1964, a instalação da Ditadura provocou a alteração dos marcos institucionais com a consequente transferência para a União dos instrumentos de decisão, planejamento e controle da economia, o que veio a agravar ainda mais as pretensões do estado. Concomitante a isso, o município de Curitiba implantava um processo de planejamento urbano que até hoje é tido como um caso de sucesso por vários estudiosos do assunto e pela opinião pública em geral, como apresenta-se na sequência.

O “modelo”: Curitiba, uma referência de planejamento urbano no Brasil

A construção do método de planejamento de Curitiba foi um longo caminho de modificação sobre o espaço. O processo de urbanização na região teve início no século XVII, quando, em 1693, o antigo povoado bandeirante foi elevado à vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais. Teve sua origem nas proximidades do rio Atuba, mas devido às dificuldades de acesso e de habitação no local, logo os portugueses modificaram o sítio para onde atualmente está a Praça Tiradentes na confluência dos rios Ivo e Belém, no centro da cidade. Durante pouco mais de um século e meio, esta manteve características de pequena vila do interior, pertencendo a então Quinta Comarca da Província de São Paulo.

Ferreira (2004, p. 13) afirma que no começo do povoamento o desenvolvimento aconteceu de forma natural, até o século XVIII, quando o Paraná ainda pertencia a São Paulo. Em 1812, Curitiba passou a ser capital da recém-criada comarca de Paranaguá e no dia 29 de agosto de 1853, ocorreu a separação desta comarca, elevando o Paraná à categoria de estado e demandando o recém-formado legislativo a ter que escolher a nova capital. Em 26 de julho de 1854, a cidade de Curitiba foi selecio-

nada, por sua importância locacional, no cruzamento de vias de grande importância, que ligavam o Paraná aos estados meridionais e a São Paulo. A partir de então, o cenário urbano começou a mudar, ocorrendo as mais diversas transformações no padrão de vida, introduzindo novos estilos de casas e materiais de construção, com diversidade paisagística e com espaços construídos e estruturados.

Entretanto, as intervenções urbanas em Curitiba, até a primeira metade do século XX, resumiam-se a pequenos projetos e não um estudo de desenvolvimento da cidade. Destacam-se neste período as intervenções do inspetor de terras francês Pierre Taulois, a do engenheiro Frederico Hégreville, a de Ernesto Guaita (1888), de Saturnino de Brito (1920) e a do modernista Frederico Kirchgässner, que fez a nova planta cadastral para a Cidade (1928-29) (GNOATO, 1997, p. 5).

Contudo, a despeito de serem as primeiras ações feitas de forma racional e técnica, estas intervenções não podem ser consideradas planos urbanos, pois não planejavam a cidade e seu futuro, somente legislavam sobre a abertura e fechamento de vias e das testadas e características das construções, entre outras obras de menor porte.

No início do século XX, o prefeito Cândido de Abreu, engenheiro, realizou algumas obras urbanas, contudo, suas ideias de maior envergadura e impacto – sobretudo relacionadas a saneamento - não puderam ser colocadas em prática, fosse pela falta de recursos, fosse pela forte oposição que sofria, o que o levou a deixar a prefeitura alguns meses depois de assumir o cargo (GARCEZ, 2006).

Como afirma Silva (2000, p. 19) as propostas para modificações na estrutura urbana eram medidas isoladas, perigosas para o futuro desenvolvimento da cidade, pois não existia um plano que abrangesse em detalhes as zonas urbana, suburbana e rural, implicando em dificuldades futuras para a circulação, arruamento e descongestionamento do tráfego.

Todas estas transformações em Curitiba ocorriam em um Brasil que vivia uma efervescência política e cultural onde delineava-se um novo momento: o Brasil Moderno. Nesta situação, com a Segunda Guerra Mundial já em curso, Curitiba recebia seu primeiro plano urbanístico, o Plano Agache.

O momento político era o Estado Novo, intervencionista, e o regime político uma ditadura. Entre os anos de 1940 e 1945, o país discutia a redemocratização. As bases de sustentação do regime de Vargas estavam se deteriorando, uma vez que as ideias de reorganizar a economia mundial em bases liberais cresciam à época. A política centralizadora do Governo Federal adotou o sistema de interventorias na administração dos estados limitando-lhes a ação em diversos aspectos e criando a necessidade de permissão do poder central para a aprovação de empréstimos e gastos. O interventor do estado do Paraná, Manoel Ribas, nomeado em 1932 e destituído do cargo em 1945, conseguiu garantir a unificação das forças políticas estaduais dentro de uma ordem centralizadora, autoritária e sem participação pública. Ribas foi capaz de comandar o jogo político atuando em estrita consonância com os domínios oficiais (SILVA, 2000, p. 25).

O planejamento urbano no período Vargas reproduzia o discurso higienista e urbanístico originário da Europa e Estados Unidos desde o final do século XIX, apoiado no organicismo ou no funcionalismo. Suas características fundamentais eram:

- a. Concepção organicista na formulação do diagnóstico. A categoria meio natural e social organiza um discurso condenatório da realidade e sustenta a formulação da cidade ideal.
- b. Embelezamento, monumentalidade e controle social sobre o uso do espaço orientado à intervenção. Grandes operações de renovação/construção e normatização das práticas sociais. (RIBEIRO; CARDOSO, 1996, p. 64 e 65)

Essas características no Brasil se transformaram em categorias básicas, desde o início do século, como motivadoras da nacionalidade e da modernização. Ou seja, o discurso da higiene e da funcionalidade possuía caráter modernizador e afirmador da nacionalidade emergente, reproduzindo ideias, práticas e morfologias urbanas que sintetizassem a modernidade, como nos países “civilizados”. A oposição passado/futuro teve importância fundamental na implantação do planejamento deste período.

Nos anos 1940 houve as primeiras tentativas de organização do espaço regional, com a criação de um “cinturão verde”, inspirado no modelo britânico, onde as comunidades fora da divisa municipal tinham funções distritais e rurais, ligadas à capital por antigos caminhos. Nessa época, o padrão higiênico funcional foi desenvolvido principalmente com a elaboração do plano diretor por Alfred Agache, entregue em 1942. Foi com a chegada do urbanista francês, na década de 1940, que o urbanismo começou a ser parte da consciência coletiva, criando ambiente e pavimentando o caminho para as transformações que ocorreriam a partir dos anos 1950.

Ainda que menos relevante na rede urbana nacional do que cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre ou Recife, Curitiba estabeleceu um sistema de planejamento e elaboração de planos simultâneos a estas grandes cidades, como apontam autores como Fernandes (1979) e Oliveira (2000). Mesmo urbanistas que trabalharam na elaboração dos planos de tais cidades, foram convidados a conhecer e debater a questão urbana sobre Curitiba, desde os trabalhos de Saturnino de Brito, nos anos 1920 (DUDEQUE, 2010), passando pelo próprio Agache, que realizou o plano de embelezamento para a então capital federal do país, Rio de Janeiro, em 1930.

De acordo com Leitão (2002), este seria o primeiro momento da história do processo de planejamento urbano de Curitiba. Avança até o período de Governo de Ney Braga (1954-1958) à frente da Prefeitura da

capital, quando este lançou as bases para um arranjo institucional que pudesse agir como suporte técnico para o planejamento e o controle da urbanização. Neste período foi criado o Departamento de Planejamento e Urbanismo da Prefeitura (1956), com objetivo de sistematizar o controle urbanístico e atualizar o zoneamento constante no plano elaborado por Agache. Chefiado por Mario de Mari e composto pelos também engenheiros Saul Raiz, Francisca Maria Rischbieter, Ari de Jesus, Sadi de Souza e Luiz Armando Garcez, egressos da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Paraná e que tinham estudado na CEPAL e na SAGMACS (LEITÃO, 2002). A autora destaca também as contribuições do urbanista Prestes Maia, ex-prefeito de São Paulo, que prestou assessoria técnica ao Departamento, com vistas à elaboração do novo zoneamento de uso e ocupação do solo. O departamento elaborou ainda um plano para a implantação de Unidades de Vizinhança, em 1960, que extraída da Carta de Atenas (1933) e do racionalismo modernista, antecede a experiência de Brasília, expressão máxima do movimento no Brasil.

Também é possível observar no desenrolar do processo de planejamento de Curitiba um deslocamento das referências e dos modelos adotados. De forma simplificada, pode se dizer que enquanto na década de 1940, com a contratação do francês Agache, a influência sobre Curitiba estava na então Capital Federal, a cidade do Rio de Janeiro, e nos moldes das cidades-jardins europeias, a partir da década de 1950 - mas principalmente na década de 1960 - os modelos emanados de São Paulo, com nítida matriz estadunidense (especialmente via IBAM), foram incorporados, atingindo seu ponto alto com a reestruturação da administração municipal e a criação de uma série de instituições a partir de 1963, decorrentes de reforma semelhante pela qual passou a administração do Governo do estado do Paraná, em 1961.

Dudeque (2001) coloca que os arquitetos curitibanos admiravam a arquitetura carioca, mas com o passar do tempo começaram a iden-

tificá-la enquanto utopia, transferindo a referência para a arquitetura produzida pela matriz paulista. A influência paulista e o positivismo contribuíram para as transformações de pensamento e direcionamento que se estabeleceram a partir de então, confluindo a um planejamento derivado da necessidade de mudar a dependência da economia paranaense relacionada ao meio agrário – principalmente o café – para uma matriz industrial.

Exemplar contribuição que corrobora o deslocamento da matriz carioca para a paulista foi a chegada dos professores arquitetos e engenheiros, sobretudo da então Faculdade Mackenzie – de São Paulo -, para lecionar no recém-criado curso de Arquitetura e Urbanismo, da UFPR, em 1961, e preparar os quadros técnicos que alguns anos mais tarde ocupariam a chefia da prefeitura, bem como os principais cargos da estrutura administrativa do poder público municipal. Leitão (2002) identifica a criação deste curso como um dos marcos do processo de planejamento, uma vez que lança as bases do que seria a relação próxima que a academia e o poder público estabeleceriam em Curitiba e no Paraná nos anos seguintes.

Considerando a vinculação entre urbanismo e arquitetura, é possível deduzir que, se a arquitetura, especialmente a realizada em concreto armado, era beneficiada pela chegada desses professores, uma vez que vinham de centros em estágio técnico mais avançado - construindo obras com aspectos inéditos para a cidade (DUDEQUE, 2001), que o mesmo princípio se refletiria nas questões urbanísticas e de planejamento urbano.

Para Leitão (2002) era a falta de planejamento a maior dificuldade a ser enfrentada pelo governo do Paraná. O desenvolvimento vivido nacionalmente promovido pelo governo Juscelino Kubitschek não se refletia no estado, que ficou à margem do desenvolvimento. A instalação do aparato estadual de planejamento se deu com a chegada do

Padre Lebret e seu movimento Economia e Humanismo, sobretudo por meio da ação da SAGMACS³. Assim criou-se a PLADEP em 1957, reunindo intelectuais e técnicos que levantaram dados e realizaram estudos revelando a situação e as potencialidades do estado (DUDEQUE, 2001, p. 222). Enquanto punha em execução a política econômica, o governo reestruturou seus órgãos de planejamento, sobretudo a PLA-DEP (que passou a ser denominada Comissão de Planejamento Econômico, a CODEPAR), em 1962 (depois transformada em Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná – BADEP)⁴, para administrar o Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), com os instrumentos necessários para que, analisando a estrutura da economia paranaense e suas repercussões sociais, indicasse em bases técnicas os planos e programas que deveriam ser seguidos.

Instituiu-se na capital a COPLAC, órgão consultivo para intermediar a comunicação entre a sociedade e a prefeitura quanto aos assuntos urbanísticos. De acordo com Leitão (2002) participavam desta comissão entidades do comércio, indústria, cultura e associações técnicas, órgãos municipais e engenheiros ligados à UFPR.

À frente do executivo estadual, Ney Braga (1961-1964) consolidou um arcabouço de planejamento estadual com a publicação em 1963 do Plano de Desenvolvimento do Paraná, elaborado pela SAGMACS e coordenada pelo Pe. Lebret (LEITÃO, 2002, p. 06), em conjunto com a PLADEP. O documento resultante possibilitou o conhecimento da

³ Importante frisar que até este momento a SAGMACS, vinculada ao Padre Lebret exercia influência sobre a administração do estado e da cidade, entrando em declínio com a entrada dos Militares no poder, a partir de 1964 (DUDEQUE, 2010).

⁴ A origem dessas instituições está no modelo americano, onde a concepção de gerenciamento urbano é pautada no controle do poder público sobre o crescimento da cidade e o uso da propaganda, para educar e atrair o público para as vantagens do urbanismo. Disseminadas no Brasil por artigos de Anhaia Mello publicados pelo Instituto de Engenharia de São Paulo, nos anos 1930 (LEITÃO, 2002, p. 15), estas premissas para o planejamento urbano, não seriam depois utilizadas na escala metropolitana.

realidade paranaense, por meio dos problemas que estrangulavam o crescimento, e apresentou algumas medidas cuja execução, pelo quadro administrativo governamental, pelos grupos sociais e pelos indivíduos, deveria contribuir para corrigir os desequilíbrios que dificultavam o desenvolvimento econômico do Paraná.

Em 1962, assumiu como prefeito de Curitiba o engenheiro Ivo Arzua Pereira, do mesmo partido do governador Ney Braga, o PDC. Pode-se dizer que, nesse período, os governos municipal e estadual encontravam-se em consonância política, o que se manteria, como será visto na sequência, pelo menos até 1983. As ligações entre eles são anteriores à chegada de Braga ao executivo estadual. Ele mesmo já havia sido prefeito de Curitiba enquanto Ivo Arzua, presidiu a Comissão Especial de Obras do Centenário do Paraná, comemorado em 1953.

Arzua deu continuidade à institucionalização do processo de planejamento urbano, resultante de uma série de estudos. A revisão do plano da cidade dar-se-ia então a partir de um conjunto de planos setoriais, elaborados simultaneamente por diversas comissões técnicas. Assim, solicitou em março de 1964 um estudo sobre o problema habitacional em Curitiba, que foi realizado pela ASPLAN S.A. – Moradia, esperança e desafio. A Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR⁵) também realizou estudos sobre a questão da habitação, que foram financiados pela CODEPAR em 1963 (SERETE; WILHEIM, 1965, p. 61). Já as zonas industriais se vinculavam ao desenvolvimento econômico previsto, sendo proposto um distrito industrial, baseado nas recomendações feitas pela ASPLAN, com objetivo de indicar os locais ideais para a sua implantação (LEITÃO, 2002, p. 41).

Com esse contexto, a partir da década de 1960, o Governo Estadual passou a concentrar esforços no sentido de modernizar a capi-

⁵ Substituiu a antiga Casa de Habitação Popular, criada em 1966.

tal, em detrimento das cidades do interior. O planejamento regional e o estadual foram colocados em segundo plano, a fim de beneficiar o plano elaborado para Curitiba, sendo o Governo Estadual o grande patrocinador do planejamento municipal. Estas mudanças ocorridas no âmbito paranaense antecedem a reestruturação política brasileira após o Golpe Militar de 1964. O período ditatorial passou a exigir das prefeituras programas e estratégias, valorizando administrações que estivessem amparadas por ações técnicas. Dudgeon (2001, p. 223) afirma que a partir de 1964 “o planejador passou a legitimar o governante”.

Durante tal período, interessava ao poder público nas três esferas de governo o clima de estabilidade política implantado. Curitiba, tornou-se a pretensa face urbanística do processo modernizador empreendido pelos militares, por meio do Governo Estadual do Paraná. Desta empreitada em direção do planejamento técnico e burocrático, institucionalizado na figura e ações da CODEPAR, resultou a revisão do Plano Agache em 1964, levando às discussões que culminariam no PPU, entregue em 1965, pela Sociedade Serete de Estudos e Projetos e Jorge Wilhelm.

O repertório paranaense de uma estrutura de planejamento favoreceu sua adaptação a esse novo momento. Aos arquitetos-urbanistas se incumbiu a tarefa de planejar as cidades, visto que no campo de atuação da CODEPAR encontrava-se também o planejamento, principalmente para planos e projetos de desenvolvimento regional e industrial⁶, que de acordo com a Lei Estadual nº 4.829/64 poderiam ser financiados em até 80% a fundo perdido, cujo principal produto foi o Plano Diretor de Curitiba⁷. Portanto,

⁶ De acordo com o § 4º alíneas b e d da Lei que a criou, era função do Conselho de Investimentos da CODEPAR “determinar a região em que é conveniente o investimento pretendido” e estimular medidas para o desenvolvimento industrial do estado, respectivamente.

(...) uma série de acontecimentos econômicos, políticos e culturais convergiram nos anos ao redor de 1962: (...) a atuação do arquiteto estava valorizada, ao menos entre a elite que dirigia a cidade; o Estado transformou-se em planejador e, para ampliar sua atuação, carecia de profissionais ligados às áreas de planejamento; depois de 1964, estes profissionais tornaram-se fundamentais para angariar as benesses da nova configuração política do país; o planejamento urbano passou a ser bancado pelo governo do Estado. (DUDEQUE, 2001, p. 223)

Dessa forma, a despeito da tentativa de integrar o estado por meio da industrialização, de acordo com Dudeque (2010), a partir da década de 1960, o Governo Estadual passou a concentrar esforços no sentido de modernizar a capital. Como afirma Niehues (2014, p. 455)

o projeto de industrialização do Paraná ocorreu com maior intensidade na Região Metropolitana de Curitiba, devido a iniciativas políticas em conjunto, de um lado o governo do Estado e de outro a prefeitura de Curitiba. Esta política não abrangeu e possibilitou a industrialização por todo Estado, ou seja, o que antes se encontrava disperso, passa-se agora em diante a se concentrar.

Como já dito, em 1962, a campanha para prefeitura de Curitiba, que resultou na eleição de Ivo Arzua Pereira, se baseou na necessidade de revisão do Plano Agache da década de 1940, iniciando em 1964 as discussões que levariam ao Plano Preliminar de Urbanismo, entregue em 1965, pela Sociedade Serete e Jorge Wilhelm, financiado pela CO-DEPAR.

⁷ Nas palavras de Rischbieter (1990, p. 18): "(...) na época foram feitos vários estudos de produtos e setores da economia que eram básicos para o Paraná (...) e aí incluía-se o planejamento urbano. Não apenas Curitiba se beneficiou, (...) Mas Curitiba foi a que melhores resultados obteve (...)"

A motivação para a contratação do Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba estava no Governo Estadual e não na administração do município, sendo uma das condições para este financiamento a realização de concurso e a formação de uma equipe local de acompanhamento, como previsto no Plano de Desenvolvimento do Paraná (SAGMACS, 1963). As primeiras medidas dessa equipe foram levantar para Curitiba, uma série de dados, e realizar estudos, tais como os que a CODEPAR empreendera no estado. Afirma Leitão (2002) que “a exigência da CODEPAR suscitou discussões e ações em torno do planejamento urbano dentro e fora da administração municipal. Em decorrência desse fato foi realizada uma ampla concorrência nacional por iniciativa do prefeito Arzua” (LEITÃO, 2002, p. 31).

Tal comissão seria institucionalizada na sequência. O PPU, regulamentado por meio da Lei do Plano Diretor de Urbanismo, de 1966 (Plano SERETE/WILHEIM) previa a criação, institucionalização e fortalecimento do órgão de planejamento. A mensagem de criação da autarquia foi expedida em primeiro de setembro de 1965, nascendo assim como órgão especial vinculado diretamente ao prefeito, na forma de assessoria (Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, APPUC), cujo primeiro supervisor foi o engenheiro Raimundo Marussig, instalada provisoriamente na casa da família Möller (figura 2), vendida ao IPPUC em 1965.

Figura 2: Sede do IPPUC, residência da Família Möller



Fonte: CASTRO NETO, s.d.

Buscava-se dar ar de legitimidade para as ações da Prefeitura, assim, em suas mensagens para o legislativo, o prefeito defendia que nas reuniões realizadas o plano fora debatido, resultando disto a apresentação de sugestões e, para estudá-las e analisá-las, a Prefeitura teria criado pelo Decreto Municipal nº 1.144, de 31 de julho de 1965, tal assessoria.

No decorrer dos trabalhos executados pela APPUC, chegara-se à conclusão ser necessária a criação de um órgão que tivesse por finalidade a confecção do Plano, baseado nas discussões resultantes da realização do *Seminário Curitiba de Amanhã*. Os próprios assessores da APPUC indicaram a criação de uma autarquia⁸, o que por meio da Lei Municipal nº 2.660/65 resultou no IPPUC, alterando a constituição de órgãos da prefeitura municipal, depois regulado pelo Decreto Muni-

⁸ Algo que a COMEC se tornaria em 1994. Ou seja, ainda que inserida onde o modelo de Curitiba se delineava, se optou por outro, diferentemente de Belo Horizonte (onde foi criada a autarquia Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PLAMBEL), por exemplo.

pal nº 1.910/1965. De acordo com Fernandes, em entrevista ao IPPUC (1991, p. 36)

(...) houve a experiência da criação do IPPUC, cuja estrutura nós organizamos com base em um modelo descrito num artigo de autoria de Rubens Mattos Pereira e publicado em 1962 na Revista do IBAM. Quer dizer: não foi invenção nossa; alguém já tinha pensado teoricamente no assunto e criado uma estrutura. Quem puder ler esse artigo publicado em 1962 encontrará o IPPUC inteirinho, é só comparar para ver que foi “chupado”, e era para isto mesmo, era para ser aplicado.

De acordo com ele “o projeto de Lei teve a assistência do jurista Hely Lopes Meirelles, que tinha sido o consultor jurídico da equipe SERETE/ Jorge Wilhelm” (IPPUC, 1991, p. 43). As finalidades do instituto foram descritas no anteprojeto de lei, bem como, os recursos financeiros necessários ao seu funcionamento, como órgão autônomo e de administração descentralizada. O instituto teria condições para o seu pleno funcionamento, possibilitando sua organização, sem os percalços de uma burocracia excessiva. Gozando de autonomia, seria possível a efetivação a curto prazo, de uma série de medidas referentes à elaboração do plano de urbanismo de Curitiba, o qual deveria defini-lo, para, posteriormente, ser o mesmo objeto de exame pela Câmara Municipal e coordenar o planejamento local com as diretrizes do planejamento regional ou estadual.

A natureza jurídica do IPPUC o diferencia do modelo de então, das empresas de economia mista, e mesmo dos modelos dos departamentos e secretarias, constituindo um órgão diretamente ligado ao prefeito. Segundo Oliveira (2000), o objetivo era que tal autarquia, na realidade, se sobrepujasse ao prefeito, sendo que o IPPUC, para o autor, em pouco mais de uma década se tornou o ápice da pirâmide de gestão. Em 1973, destacava em reportagem o jornal Folha de São Pau-

lo (PEREIRA, 1973, p. 6) que “Curitiba é uma das poucas prefeituras onde o diretor de um órgão de planejamento assina decreto junto com o prefeito”.

O IPPUC apresentava então a mesma estrutura que seria utilizada anos depois para organização dos órgãos metropolitanos, sendo formado por um Conselho Deliberativo (hoje Conselho de Administração), o Conselho Consultivo (hoje Concitiba) e uma Diretoria Executiva. Os membros do Conselho Deliberativo eram o prefeito, um representante da Câmara dos Vereadores, os diretores do IPPUC, um membro do departamento de Urbanismo, um de Obras, um do Rodoviário Municipal, um de Serviços de Utilidade Pública, um de Concessões e Permissões, um do Bem-estar Social, além de um representante da URBS e um da Companhia de Habitação de Curitiba (COHAB-CT), com assessoramento de arquitetos, engenheiros, sociólogos, economistas, entre outros, visando equilibrar conceitos puramente técnicos ou teóricos, com a vivência dos problemas urbanos⁹. Como afirma Fernandes em entrevista

Portanto, esse é o quadro em que surge o IPPUC: tanto a cidade tinha toda uma história anterior, toda uma tradição, toda uma inovação, como o governo acreditava em planejamento, existia a CODEPAR, já desenhada como um banco de fomento. Havia tanto uma tradição de planejamento na administração municipal como um ambiente favorável em termos de governo estadual. É claro que, depois, vindo o governo militar e com a subida da tecnocracia ao poder, algumas coisas foram facilitadas, à medida que montou-se um organismo forte de planejamento. E foi a CODEPAR que, ao ser solicitada a financiar uma determinada obra viária, exigiu que se apresentasse um plano, e aí surgiu uma grande inovação no

⁹ Somente a partir de 2000 a COMEC (por meio da Lei 10.071) foi convidada ao Conselho Consultivo.

país (o planejamento local integrado do SERFHAU só vai surgir em 1966): a exigência de um plano de urbanismo que apresentasse um embasamento socioeconômico consistente. De um modo geral, os planos urbanísticos eram planos de organização das cidades, de ordenação do espaço, mas sem nenhum compromisso com a base socioeconômica das cidades. Muito mais um exercício de desenho, um urbanismo do século XIX, quase. A CODEPAR ao fazer essa exigência, por uma série de razões, deu o toque que o planejamento urbano iria ter no país daí pra frente. (Entrevista de Fernandes para o IPPUC, 1991, p. 30)

Criado o IPPUC, iniciaram-se as reuniões do Conselho Deliberativo desse órgão. Durante as reuniões (35, ao todo) discutiu-se e aprovou-se o Regimento Interno do Conselho Deliberativo e o da Diretoria Executiva. Com estes instrumentos de trabalho, passou-se à discussão do novo plano diretor da cidade, tomando-se como ponto de partida o Plano Preliminar de Urbanismo. Dos estudos e debates, resultaram alterações no trabalho inicial, de modo que o anteprojeto de Lei somente conserva as linhas mestras doutrinárias do Plano Preliminar. Curitiba tornaria-se a versão urbana do desenvolvimento econômico do país. Nas palavras de Forte Netto, em entrevista ao IPPUC (1991, p. 65)

Eu considero ainda que a essa conjugação de fatores positivos somou-se o fato de que a época era a do planejamento urbano no país todo e o Governo Federal, também por influência de políticos paranaenses que ocupavam a esfera federal adotou Curitiba no sentido de fazer da cidade um exemplo de planejamento urbano. E em função disto destinou muitos recursos para Curitiba; era fácil a administração de Curitiba pedir e obter recursos para executar as obras planejadas. Com isto, o Jaime conseguiu implantar o Sistema Viário, o Anel Central, as estruturais, dar início à implantação da Cidade industrial, entre tantas outras obras.

A partir daí Curitiba colecionaria uma série de prêmios e seria reconhecida mundialmente como modelo de planejamento urbano. Definindo o modelo de Curitiba, Montaner (2000, p. 130) coloca que se acerca mais das propostas de um “despotismo esclarecido” e menos da participação direta da sociedade, pois as propostas partem da administração, propugnados com base em leis, decretos e campanhas publicitárias, legitimado por políticos e técnicos (que ainda remetem aos anos 1960) e um cristianismo progressista e humanista que tem como base o pensamento da SAGMACS.

Com esse quadro, aliado à projeção do sucesso de Curitiba, temos as convergências e os momentos de rupturas de ideias e posturas que marcaram e vêm marcando transformações significativas enquanto a cidade alcançaria uma nova escala: a metropolitana. Esses processos a partir da ação do órgão metropolitano é o que se apresenta na sequência.

A regra: planejando a Serra Pelada do Urbanismo¹⁰

Historicamente, para Samek (1999), o planejamento da RMC foi imposto de cima para baixo. Primeiro pelo governo federal, quando determinou as regiões metropolitanas. Depois, com a redemocratização, a dependência do estado. Por fim, com a eleição de Lerner para o governo do estado, em 1995, “quem assume o planejamento das ações metropolitanas são o IPPUC e a URBS, órgãos da prefeitura de Curi-

¹⁰ As ações descritas como realizadas pela COMEC não possuem caráter hierárquico ou de grau de relevância, exceto quando isso é apontado. Foram inseridas todas aquelas que constavam nos documentos consultados, de forma a exemplificar que as ações muitas vezes extrapolaram o escopo das funções públicas de interesse comum (FPIC). Por isso, pode parecer estranho ao leitor que se coloquem ações como construção de canchas ou reformas de edifícios, mas essa foi uma opção do autor exatamente como meio de exemplificação.

tiba”. Ainda que não se concorde plenamente com as colocações do autor, uma vez que como será demonstrado, historicamente o estado e a prefeitura da capital atuaram juntos sobre o planejamento metropolitano, ele oferece elementos para o entendimento das ações de planejamento na RMC.

Quanto aos aspectos territoriais da área a ser estudada, Firkowski (2009a) e Moura (2009b) optaram pela divisão entre região metropolitana e aglomerado metropolitano de Curitiba. Já estudos como o de IUPERJ (1975) e Pilloto (2010) priorizaram a divisão entre região metropolitana para a institucional e área metropolitana para a principal mancha urbana. Pilloto (2010) utiliza a teorização presente em Villaça (2001) e a aplica ao contexto do que denomina de “área metropolitana de Curitiba”. Apesar de trabalhar com a ideia de cidade, identifica padrões e espaços diferenciados no contexto, expondo centros de caráter metropolitano, pontos de convergência e a lógica de antigas e novas localizações e polaridades.

Já os órgãos públicos, como IPARDES e COMEC, trabalham com os níveis de integração e determinam a principal área urbana da RMC como um recorte supramunicipal delimitado pela mancha urbana, a qual se referem como Núcleo Urbano Central (NUC) da RMC. Concorde-se com tal posição, de forma que foi considerado o NUC como referência espacial quando houve necessidade de diferenciar a área metropolitana onde há o processo socioespacial da metropolização, da região metropolitana institucionalizada (figura 3), uma vez que, como definido pelo IPEA (2013) e COMEC (2006), é onde, efetivamente ocorre a dinâmica metropolitana (IPARDES, 2010).

Para compreender esses lugares fora das ideias, a *Serra Pelada do urbanismo*, buscou-se então, a partir do levantamento em mensagens do governador, relatórios de secretarias, jornais e entrevistas, reconstituir a trajetória de ações e programas do órgão metropolitano. Mais do que uma história das ações empreendidas e situações vividas pela COMEC, a ação metropolitana do governo paranaense foi explorada, por meio da atuação dos mais diversos órgãos que o compuseram durante os anos analisados, bem como os recorrentes azaques, visando seu desmonte ou substituição ao longo de quarenta anos.

A partir desses documentos, se delimitaram três períodos que conformam cinco fases pelas quais passou o planejamento metropolitano na região de Curitiba. O primeiro período foi de atuação e trânsito de técnicos e políticos entre a Prefeitura de Curitiba e o Governo Estadual, que se estende de 1961 a 1983, tendo uma primeira fase (1961-1973) que vai da conformação de um aparato estadual de planejamento à criação da COMEC e a segunda fase (1974-1983), de uma primeira onda de industrialização e simbiose entre a Prefeitura de Curitiba e o executivo do Estado.

O segundo período, marca a ruptura, o distanciamento entre o executivo estadual e a Prefeitura de Curitiba. Abrange o período de 1984 a 1994, correspondente ao período de redemocratização e aos governos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), com forte intervenção na área social e ambiental, quando houve tentativas de desmonte do órgão metropolitano e finaliza quando da **autarquização da COMEC**.

Por fim, o terceiro período, quando houve a pulverização das ações de planejamento para outros órgãos estaduais e municipais, iniciando em 1995 e chegando a 2015. A primeira fase foi marcada pela chegada de Jaime Lerner e sua equipe do IPPUC ao executivo estadual, com direcionamento para a questão ambiental e a concretização

de uma segunda onda industrial, entre 1995 e 2002. Foi sucedida pela recuperação da questão metropolitana pelo Estado, com a chegada dos trabalhistas ao poder federal o retorno do PMDB ao governo estadual, culminando no Estatuto da Metrópole, de 2015, novamente com o grupo de Lerner   frente do executivo estadual.

CAPÍTULO 02

DA CONFORMAÇÃO DE UM APARATO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO À DELIMITAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA (1961-1973)

O Paraná, antes de 1960, teve intervenções pouco efetivas de planejamento na programação de seus investimentos públicos. Como forma de suprir tal demanda, foi criado o Conselho Consultivo de Planejamento Econômico (CCPE), por meio da Lei Estadual nº 2.431/1955, dedicando-se ao estudo dos principais setores da economia regional e à formação de pessoal especializado. Influenciados pela SAGMACS, estavam em acordo com a *Carta de La Tourette*, onde defendia-se a “vocação econômica do território”, admitindo que “o planejamento de um conjunto territorial impõe a pesquisa social das voca es econômicas que, utilizando da melhor maneira as riquezas existentes e potenciais do solo, do subsolo e de energia, permitam harmonizar as condi es naturais do meio humano”.

Essa concep o marcaria a a o das institui es paranaenses de planejamento. Dessa forma, os estudos realizados, inexistentes até então, pretendiam a compreensão da realidade do estado, apontando as características de sua estrutura, analisando os pontos de estrangulamento e apresentando os problemas levantados. Esse trabalho foi complementado com a elabora o de um estudo global da economia, primeiro trabalho no g nero realizado no estado.

Em 1960, havia 361.308 habitantes na capital, sendo 344.560 na área urbana, e 108.230 nos demais municípios (URBS, 1966). Territorialmente, a área da região de Curitiba correspondia a 1% do estado, sendo a popula o correspondente a 10%. Apenas cinco municípios da

futura RMC possuíam mais de mil habitantes, sendo além de Curitiba, Araucária (3.896), Campo Largo (7.915), Piraquara (2.244) e São José dos Pinhais (7.544). Em 1950, estes possuíam 1.439, 3.976, 1.267 e 3.238, respectivamente.

Com esse cenário, existe um aparente consenso entre autores que as décadas de 1950 e 1960 foram aquelas onde o poder público estadual do Paraná e municipal de Curitiba, iniciaram a institucionalização do planejamento. Como já dito, esse processo no estado foi impulsionado pela conformação da CODEPAR e na capital pela criação do IPPUC, em 1965.

A partir de 1961, o Governo passou a encarar com mais seriedade a necessidade do planejamento. Com os planos elaborados já existia o conhecimento da realidade estadual e do que era necessário fazer. Falta-va pessoal qualificado na quantidade necessária e inexistia um conhecimento científico exato, em termos globais, dos problemas setoriais. Foi nesse ano que Ney Braga tornou-se governador do Estado do Paraná, e foi ele que, de acordo com Dudeque (2001), consolidou o Governo do Estado como planejador, uma vez que considerava que estando o território estadual todo ocupado, era necessário alterar a base econômica para a atividade industrial. O governo colocou como prioridade a partir de 1961 a construção de estradas, rodovias e ferrovias que permitiram a integração dos vários Paranas¹¹. São dessa época importantes instrumentos que contribuíram para o desenvolvimento do estado: a Instituição Paranaense de Desenvolvimento Educacional (FUNDEPAR), a Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), a Café do Paraná, a Companhia Estadual de Armazéns Gerais (COPASA), a Telecomunicações do Paraná (TELEPAR), a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR), a Companhia de Habitação (COHAPAR), a já citada CODEPAR, entre outros.

¹¹ Ainda que persistam áreas menos desenvolvidas econômica e socialmente, como o Vale do Ribeira e o centro do estado.

O CCPE, por meio do Decreto Estadual nº 8.834/62 foi transformado por Braga no PLADEP. Fez-se necessário encarregar os organismos executivos dos principais setores da elaboração de seus planos, cabendo ao PLADEP, como órgão de assessoramento do Executivo, a coordenação e o controle dos diversos planos e programas setoriais. Nesse período foram elaborados planos de obras e investimentos, destacando-se os de energia elétrica, rodovias, sistema portuário, armazenamento e planos específicos para certos setores agrícolas, bem como para a pecuária. Por outro lado, para suprir as deficiências de recursos financeiros necessários às atividades dos órgãos de planejamento estadual foi criado o Fundo Especial de Planejamento Econômico e Social – FEPES.

O Plano de Desenvolvimento para o estado, entregue em 1963, para o qual se contratou a SAGMACS, para Oliveira (2001, p. 46) foi resultado de uma associação explícita entre a Sociedade e o PDC, partido de Ney Braga, que levou os governantes desse partido a pautarem suas ações pelo planejamento e racionalização. Mostra o autor que o primeiro plano de governo elaborado no país foi o realizado pelo então governador de São Paulo, Carvalho Pinto, em 1961, seguido de Ney Braga em 1963. Ambos eram governadores do PDC e os planos foram confeccionados pela SAGMACS. O prefeito de Curitiba na época de elaboração do Plano Diretor de 1965 também pertencia ao mesmo partido. De acordo com Leitão (2002, p. 26) o “Partido Democrático Cristão compartilhava dos princípios lebertianos do humanismo, que ressaltavam o planejamento enquanto um instrumento privilegiado de intervenção para o desenvolvimento social”. O organismo, de acordo com Doutsdar (2010) e Dudgeque (2010), exercia influência sobre a administração do estado e da cidade de Curitiba, entrando em declínio com a entrada dos militares no poder, a partir de 1964.

Essas transformações administrativas se concretizaram durante a primeira gestão de Braga, que adotou, segundo Rebello (2010), o modelo

cepalino de desenvolvimento, baseado na industrialização e reestruturação econômica, que influenciou a partir de então as ações em âmbito estadual, municipal e regional. De acordo com Souza (2012, p. 36):

No desenvolvimentismo cepalino as instituições, assim como as variáveis políticas, estão presentes em certas circunstâncias, mas como variáveis exógenas. Embora o método estruturalista latino-americano dê especial destaque aos parâmetros extra-econômicos, as instituições são justamente a “cola” que liga estes às variáveis econômicas. Ao não problematizá-las, pode-se comprometer o entendimento dos diversos encaixes estruturais entre Estado, sociedade e mercado.

Além da influência da SAGMACS e da CEPAL, aponta o autor que o governador prestigiava o IBAM, o qual, fortalecido após seu distanciamento da Associação Brasileira de Municípios (ABM), se aproximou do programa *Point Four*, da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), programa estadunidense de assistência técnica à América Latina, buscando reforçar o perfil urbano da cidade e do estado.

Essas transformações, começavam a ser colocadas em prática em um estado que, de acordo com dados do Conselho Nacional de Economia elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 1960 tinha a renda interna da indústria e a população urbana como as menores da região Sul, como pode ser visualizado na tabela 1 a seguir.

Tabela 1: Renda da Indústria e População Rural e Urbana na região Sul do Brasil (1960)

	Renda interna da indústria (%)	População (%)	
		Rural	Urbana
Região Sul	14,5	62,3	37,7
Paraná	10,1	68,9	31,1
Santa Catarina	20,2	67,6	32,4
Rio Grande do Sul	16,6	55,1	44,9

Fonte: PARANÁ, 1965, p. 4; CARMO, 2018

O dinamismo da economia cafeeira levou a ocupação total do território do estado e a quase quadruplicar sua população em menos de duas décadas. As obras realizadas visavam então “diversificar a economia estadual e abrir caminho a uma industrialização em maior escala” (PARANÁ, 1965, p. 7). Ocupado o território do estado, era necessário articulá-lo como unidade. Ney Braga no poder, defende Castro Neto (2012, p. 130), possibilitou isso. Segundo o autor “em que pesem suas ligações familiares com a oligarquia política que dominou o Paraná na primeira metade do século XX, antes e depois da intervenção getulista, a qual atuava só no primeiro e segundo planaltos e no litoral, o governador Ney Braga, ao ser eleito em 1961, tomou a pulso realizar a união territorial do Estado do Paraná”.

Isso era importante para as elites paranaenses, uma vez que as áreas produtoras de café tinham vínculos econômicos mais fortes com o estado de São Paulo, de onde adquiriam bens e exportavam pelo porto de Santos, acarretando evasão de divisas e fragmentação da unidade territorial paranaense. Para Oliveira (2001), de forma a evitar a evasão de divisas ou a desintegração territorial

o Governador do Partido Democrata Cristão (PDC) assume o governo colocando essas preocupações como centrais no seu programa de governo. Para tanto, ele se empenhou em racionalizar a máquina administrativa, a fim de capacitá-la para atuar como propulsora do desenvolvimento econômico, e, comprometendo-se com um plano de governo que privilegiava a diversificação econômica, deslançou ambicioso programa de industrialização. Uma das consequências desse processo de racionalização foi conferir à tecnocracia do Estado considerável dose de autonomia frente ao Legislativo estadual. (OLIVEIRA, 2001, p. 46)

Ou seja, Braga esvaziou a oposição política ao seu governo, exaltando as questões técnicas e burocráticas. Portanto, uma das estratégias

adotadas era depender o mínimo possível do poder legislativo, sem, contudo, confrontá-lo. Nas palavras de Augusto (1978, p. 29) data desta época a criação de uma extensa 'administração paralela' que visava precisamente contornar a ineficiência da administração pública tradicional sem atingir interesses estabelecidos". Esta autonomia do poder executivo e da mitificação do técnico frente ao legislativo, foi uma das marcas do modelo depois adotado em Curitiba, onde pouco se fala do papel dos vereadores, mas muito das instituições, nas transformações urbanas pelas quais passou a cidade, com raras exceções.

No plano econômico, o governo do Paraná identificava a tendência à industrialização no setor leste do estado, entretanto continuava a fortalecer a imagem de um estado agrário, a despeito de as geadas de 1953 e 1955 terem abalado a economia estadual. O estado se via como economia periférica de base primária – fundamentada na monocultura do café -, que ajudava a financiar o triângulo industrial nacional (Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo), prioritário para a União.

No mesmo sentido, o Departamento de Assistência Técnica aos Municípios (DATM), criado pela Lei Estadual nº 43/1948¹², indicava o litoral e o Alto Iguaçu como áreas prioritárias ao planejamento pelas condições de estagnação da economia que apresentavam, enquanto Oeste e Sudoeste eram mais dinâmicos. Denunciando a ausência de uma estrutura e ações de planejamento na esfera estadual e para enfrentar esse problema, começou a por em andamento a formação de corpo técnico

¹² O DATM existiu até 02 de setembro de 1971 quando foi instituída a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná (FAMEPAR), pela Lei Estadual nº 6.220. Em 16 de julho de 1991 houve a transformação da FAMEPAR (Fundação) em Autarquia, pela Lei Estadual nº 9.663, passando a denominar-se Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná, permanecendo a mesma sigla: FAMEPAR. Em 30 de julho de 1996 houve a extinção do FAMEPAR (Instituto) e instituição do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, pela Lei Estadual nº 11.498. Por fim, em 17 de julho de 2006 aconteceu a revogação da Lei Estadual nº 11.498 e aprovação e publicação da Lei Estadual nº 15.211 que (re)instituiu o PARANACIDADE.

e da disseminação da ideia do planejamento, por meio de experiências, como a realizada em novembro de 1961 quando em Curitiba organizou uma reunião com os setenta e oito prefeitos eleitos nos municípios novos, para prestar assistência e orientação quanto aos problemas econômicos do estado.

Inspirado nas ideias da CEPAL relacionadas à substituição de importações, o Paraná colocou em prática então o que os países latino-americanos utilizaram em relação aos países desenvolvidos, no caso em oposição ao mais rico estado da nação, São Paulo. Perceberam que a agricultura como atividade exclusiva não oferecia vantagem no longo prazo para o crescimento econômico e queriam se livrar da dependência deste estado, o que influenciou o processo de industrialização. Mesmo noções conceituais da CEPAL, como satelização, periferia, dependência, entre outros, passaram a ser recorrentes no discurso sobre o que acontecia entre os estados no Brasil (OLIVEIRA, 2001, p. 48). A partir daí o governo elaborou uma série de projetos que garantiriam o desenvolvimento econômico do estado, incluindo usinas, saneamento entre outros, solicitando recursos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Afirmava o então governador

Consciente de que, com a arrecadação normal não seria possível executar os planos administrativos de longo alcance imperiosamente reclamados pelo povo e pelo progresso do estado, o meu governo procurou criar novas formas de obtenção de recursos extra-orçamentários e de aplicação fora do alcance das crônicas barreiras burocráticas, daí surgindo (...) a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR), encarregada (...) de financiar outros setores de infraestrutura do estado, principalmente o da energia elétrica, além da atividade empresarial privada para fins reprodutivos. (PARANÁ, 1962, p. XVI).

Começou-se a tomar medidas que pudessem modificar a estrutura econômica do Paraná:

O desenvolvimento econômico do Paraná exige que passemos de nossa estrutura primária, para uma estrutura harmônica em que o setor industrial e a pluri-cultura agrícola representem bases sólidas e estáveis.

A política do governo orientou-se, portanto, primordialmente, para o estímulo à industrialização do estado, através de aproveitamento das matérias-primas disponíveis dentro do nosso território. (PARANÁ, 1962, p. 18)

A CODEPAR deveria reforçar os recursos destinados à solução dos problemas de energia e investimentos em outros setores, auxiliando na criação de condições mínimas para a industrialização. Por meio do financiamento e da participação societária em auxílio ao setor privado, naqueles investimentos que apresentassem maior interesse ao desenvolvimento da economia estadual, na destinação das poupanças locais e externas visando o surgimento de uma estrutura harmônica e diversificada (PARANÁ, 1962, p. 20).

O FDE era composto por empréstimo compulsório restituível de 1% das vendas, consignações e transações realizadas pela CODEPAR. Administradora desses recursos, a Companhia podia emprestar ou participar setorialmente em empreendimentos considerados prioritários pela política de industrialização que a própria deveria elaborar. Teve prosseguimento então a reorganização da administração do estado e em alguns anos, aquela companhia ajudaria na transformação da base produtiva do estado. Já em 1963, o governador destacava que

A política de estímulo à industrialização através da captação da renda gerada no Paraná coroou-se de sucesso através da ação desenvolvida pela CODEPAR, quer por seus empréstimos ao setor privado quer por

sua participação nos investimentos públicos de infraestrutura. O rompimento dos pontos de estrangulamento que cerceiam o desenvolvimento do Paraná foi atacado em 1962 com mais vigor. Quer através da construção de usinas elétricas e seus sistemas de distribuição quer através da construção e pavimentação de rodovias. (PARANÁ, 1963, p. 15 e 16)

Apontavam naquele momento que a escassez de energia elétrica era o “principal fator responsável pela estagnação do setor secundário” (PARANÁ, 1963, p. 19) e os maiores problemas de falta de energia estavam localizados na área de Curitiba – Ponta Grossa, pela demanda existente ser superior à oferta, bem como por ser esta a região que apresentava melhores condições para a industrialização, inclusive já iniciando estudo da implantação de distritos industriais em ambas as cidades, que dependiam da disponibilidade de energia para serem desenvolvidos (PARANÁ, 1963, p. 22).

Concomitante aos estudos necessários à execução do Plano, a CODEPAR desenvolveu suas atividades, executando, isoladamente ou não, e com o concurso de organizações especializadas, diversos estudos setoriais. Um dos aspectos mais importantes para o processo de planejamento do desenvolvimento do Paraná foi a fixação das regiões de planejamento, de modo a reunir, num mesmo sistema territorial unificado, as áreas de produção agropecuárias, os centros urbanos e as estradas. Pretendia um melhor atendimento aos interesses da exportação e da importação estaduais, e ao mesmo tempo criar condições para aumentar a coesão social, econômica e administrativa do conjunto de regiões em que o estado estava dividido.

As regiões eram vistas não apenas como unidades territoriais administrativamente úteis para aplicação de um plano governamental, mas unidades socioeconômicas complexas e integradas, capazes de manter uma dinâmica de desenvolvimento homogêneo para todo o

estado. Baseadas na unidade e dinamismo naturais do território, eram essencialmente áreas de planejamento, especialmente adequadas para a organização do conjunto da totalidade de intervenções governamentais, sobretudo o esforço de mobilização econômica e social. Era vista como um quadro territorial definido, associado a um processo de planejamento, sendo selecionados então quatro critérios gerais de identificação dos territórios a serem tidos como região (PARANÁ, 1964, p. 100):

1. Áreas que apresentassem um mínimo de integração interna, social e econômica, por meio de uma rede articulada de polos funcionais e urbanos;
2. Áreas cujas potencialidades permitissem prever o desenvolvimento de atividades complementares e o crescimento do contingente demográfico indispensáveis a certo grau de autosuficiência face às necessidades da população e da atividade econômica;
3. Áreas relativamente homogêneas quanto às características econômicas, demográficas, históricas, culturais e fisiográficas; e
4. Áreas cujas dimensões, conformação e número, aproveitassem a experiência da Administração estadual e atendessem aos critérios de organização do serviço público.

Utilizando cada critério exposto em seu valor relativo face ao conjunto deles e face à realidade do estado, definiram-se sete regiões, das quais algumas características estão contidas na tabela 2, apresentada pela SAGMACS:

Tabela 2: Regiões de Planejamento do Paraná em 1960

Regiões	Polos regionais	Número de Municípios	Área (milhares de km ²)	Densidade 1960		População em 1960		
				Total	Rural	Total	Urbana	Rural
R-1	Curitiba	33	25,9	29	12	747,6	439,9	307,7
R-2	Ponta Grossa	18	31,6	12	8	384,9	121,4	263,5
R-3	União da Vitória	24	22,8	15	13	337,8	38,5	299,3
R-4	Guarapuava	19	45,6	7	6	324,7	45,9	278,8
R-5	Jacarézinho	36	14,3	36	29	521,6	105,8	415,8
R-6	Londrina	48	18,7	50	38	941,2	224,0	717,2
R-7	Maringá	65	40,1	25	21	1.019,8	164,6	855,3

Considerou-se urbana a população de mais de 2000 habitantes

Fonte: SAGMACS, 1963; CARMO, 2018

A divisão regional antes utilizada estava baseada nas zonas fisiográficas, tida como inadequada, por não refletir os fenômenos sociais e econômicos de um território cuja ocupação estava em ritmo acelerado. Tal divisão fazia com que estivessem incluídas, em uma mesma zona, áreas das mais diversas características sociais e econômicas. A fixação das regiões de planejamento procurava sanar este inconveniente.

Observa-se pela tabela que a população das regiões de Londrina e Maringá eram superiores à de Curitiba, sendo a densidade e a rede de cidades do Norte paranaense mais complexa que a da região da capital, em um quadro de divisão da polarização do estado. Em 1963, Geiger colocava Curitiba como uma “Capital Regional Maior”, na mesma categoria que Campinas (SP) e abaixo de Santos (SP), definida como “de categoria especial”, mas que possuía mais população e maior índice de centralidade. Para o autor, Curitiba se encaixava nesta categoria em parte devido a ser o centro político-administrativo do Paraná, mas que encontrava dificuldades em se desenvolver devido à influência de São Paulo e por ter sido historicamente ignorada pelas vias de transporte que ligam o Sudeste ao extremo-Sul, o que começou a ser revertido com a construção da BR-2 (atual BR-116, Rodovia Régis Bittencourt, ligando Curitiba a São Paulo, inaugurada em 1961).

Em 1962 uma nova geada desequilibrou a economia (caindo a produção de 14 para 8 milhões de sacas de café). Em 1963 a queda foi

ainda mais intensa, com apenas 3,2 milhões de sacas. Isso reforçou com que o ponto básico da política econômica do governo se virasse para o estímulo à industrialização. O setor urbano, então relativamente pequeno na população paranaense, apresentava um crescimento em ritmo acelerado e precisaria se capacitar para absorver a mão de obra disponível e os excedentes da zona rural. Era necessária a criação da infraestrutura e fomento aos empreendimentos adequados ao processo de industrialização, que passava pela CODEPAR, a qual ditava o ritmo de crescimento da economia paranaense, ao passo que alterava a sua estrutura econômica cada vez mais pela sua participação no processo de desenvolvimento. Sem seus fundos não seria possível conseguir os índices registrados nos setores de rodovias, energia elétrica e saneamento, que fomentaram o progresso industrial do estado e passou a ser o principal instrumento da política econômica do Governo.

Dos 49 contratos de financiamentos à iniciativa privada no estado pela CODEPAR, 28 foram em Curitiba, em 1962. Dos 1.780.373 milhões de Cruzeiros, 922.030 foram investidos em Curitiba. Ou seja, o estado passava a financiar pesadamente o desenvolvimento da capital em detrimento do interior. Não que esta seja uma prática que ocorreu apenas no Paraná, mas deslegitima um pensamento que apregoa que o desenvolvimento mais tarde auferido pela capital tenha sido endogenamente municipal. Chama atenção ainda o fato de que tal desenvolvimento esteve associado ao setor privado, para o qual não era necessário a realização de projeto preliminar, ao contrário dos financiamentos públicos, pois acreditava-se que “no setor privado as principais preocupações consistem na justa seleção de objetivos e na qualidade das empresas proponentes” (PARANÁ, 1963, s.p.).

Cabendo ao órgão de planejamento do estado executar tarefas de assessoramento econômico do Governo, a Administração Estadual procurou suprir as deficiências de pessoal especializado para tal fim. A

formação de técnicos prosseguia. Em 1963 em colaboração com a Universidade do Paraná e sob o patrocínio da CEPAL, do Instituto Latino-americano de Planificação Econômica e Social, e do BNDE, foi realizado em Curitiba, nos meses de julho a outubro de 1963, o *X Curso de Treinamento em problemas de Desenvolvimento Econômico CEPAL – Paraná*, do qual participaram 43 alunos recrutados dos diversos órgãos do Governo estadual, encarregados de executar obras e serviços necessários ao processo de desenvolvimento. A estruturação das matérias básicas procurou capacitar os alunos no uso de técnicas e ferramentas necessárias à compreensão do processo global de desenvolvimento econômico. Também se enviava servidores para cursos instituídos por outras entidades do país e do exterior, como por exemplo o *Curso de Planejamento Econômico do Instituto “Economia e Humanismo”*, em Paris, e o *Curso de Introdução à Pesquisa Socioeconômica*, na Universidade de Munster, Alemanha, entre outros. Além da formação técnica, realizavam-se eventos da área de planejamento, como o sexto *Congresso Brasileiro de Municípios*, que ocorreu em Curitiba, em 1963.

O estado era visto como maior responsável no planejamento do desenvolvimento, por onde deveria se iniciar o processo e atuar como orientador e coordenador, “levando a coletividade a aceitar a disciplina necessária ao desenvolvimento da ação planejada” (PARANÁ, 1964, p. 99), agregando instrumental e conhecimento da realidade para poder avaliar os recursos existentes.

Visando depender menos da agricultura e permitir uma estrutura mais equilibrada à economia paranaense, o Governo persistia a incentivar a industrialização, realizando uma política de apoio e fomento ao setor privado com vistas a ampliar o parque industrial do Estado, absorver excedentes de mão-de-obra rural e fazer o aproveitamento de produtos e matérias-primas regionais. E era a CODEPAR, financiando obras de infraestrutura do setor público e empreendimentos industriais do setor

privado, que era vista como a grande protagonista. Como exemplificador, se tem que a porcentagem de investimentos no poder público passou de 14,6% das receitas em 1961 para 34,2% em 1964 com a ação do Governo via FDE, administrado pela CODEPAR. Foi possível então obter uma grande massa adicional de recursos, livre da rigidez tradicional, aplicada igualmente por meio de um organismo flexível e dinâmico que rapidamente se tornara um dos mais importantes organismos regionais do país.

A opção por Curitiba continuava explícita na distribuição regional dos financiamentos. Dos 108 contratos em 1965, 66 foram para a capital (em segundo foram os municípios de Ponta Grossa e Londrina, que receberam nove cada). Em valores, de 5.222.000 milhões de Cruzeiros, 2.756.000 (ou seja, mais da metade) foram investidos em Curitiba (PARANÁ, 1966).

Nos cinco anos que coincidiram com o período governamental 1961/1965, sofreu a PLADEP um lento, mas contínuo, processo de esvaziamento, o qual se acentuou com a sua transformação em departamento, pertencente à estrutura da Secretaria de Governo (Decreto Estadual nº 10.878, de 15 de fevereiro de 1963). Suas atribuições foram, aos poucos, transferidas aos órgãos executivos do Governo, incumbidos da elaboração dos respectivos planos setoriais, e mais tarde, à CODEPAR. Esta, na condição de principal financiadora dos investimentos ao setor público, passou a exercer, também, os encargos de órgão executor do planejamento do desenvolvimento econômico do Estado, concomitantemente com os de coordenador e controlador dos programas de investimentos, que até então eram de competência da PLADEP.

Entretanto, de pouco valeria a reforma administrativa e a criação de órgãos de planejamento se faltasse pessoal preparado para as tarefas da administração. Continuavam então os cursos de formação e eventos, como o *I Seminário de Planejamento Estadual*, realizado no município de

Quitandinha, no período de 18 a 31 de julho de 1965, sob o patrocínio do Ministério do Planejamento e do BNDE e o *I Encontro Municipalista do Paraná*, em Curitiba, entre 23 e 29 de agosto de 1965, organizado pelo DATM.

Com a saída de Braga do governo estadual, na gestão de Paulo Pimentel, a partir de 1965, o foco passou a ser resolver os problemas sociais, e para isso foi criado o PAIS (Programa de Assistência e Integração Social). Além do social, priorizou a interiorização do Governo, prestigiando os municípios, por meio do apoio às administrações locais. Para isso foi criada a CODEM (Comissão de Desenvolvimento Municipal), reunindo CODEPAR, DATM e Prefeituras para programas e projetos técnicos de desenvolvimento municipal. Após 1966, por meio da CODEPAR intensificaram-se os trabalhos na área dos Estudos e Pesquisas, cujo alcance e repercussão para a própria vida do estado determinaram a mobilização de uma numerosa equipe de técnicos especializados e mesmo de cientistas de renome, recrutados em todos os setores. Somente a Comissão de Estudos dos Recursos Naturais do Paraná (CERENA) e a CODEM utilizaram os serviços de duas centenas de especialistas não funcionários da CODEPAR, dando a amplitude dos trabalhos em execução (PARANÁ, 1966).

A maioria dos municípios do Paraná não contavam então com corpo técnico especializado, bem como recursos financeiros suficientes para elaboração de Planos e Projetos de Desenvolvimento. A CODEM tinha assim três finalidades:

1. Realizar pesquisas e levantamentos de interesse municipal;
2. Elaborar planos de urbanismo; e
3. Publicar estudos e trabalhos de sua autoria ou outros necessários ao cumprimento das suas funções.

A Assessoria de Estudos e Pesquisas da CODEPAR geria a verba de “Estudos e Projetos”, cuja dotação correspondia a 3% da receita bruta anual do FDE, dispendidos em estudos, pesquisas, projetos e programas de aperfeiçoamento de pessoal técnico, na área de conhecimento dos recursos naturais, técnicas relacionadas com a produção agropecuária e industrial, projetos de obras ou de implantação industrial e planos diretores de desenvolvimento municipal.

Em seu primeiro ano de atividade – 1966 – realizou a Pesquisa para o plano Diretor de Londrina, elaborando no exercício de 1967, o Plano Diretor de Desenvolvimento de Ponta Grossa, o Plano de Integração Rodoviária Municipal do Paraná, o projeto dos Planos Preliminares de Urbanismo de Jacarezinho, Santo Antônio da Platina, Cambará e Bandeirantes e o projeto de Planos Diretores de Desenvolvimento de Paranaguá, Apucarana e Maringá, entre outros. Em colaboração com o IBAM, realizou ainda dois cursos de *Introdução ao Planejamento Urbano*.

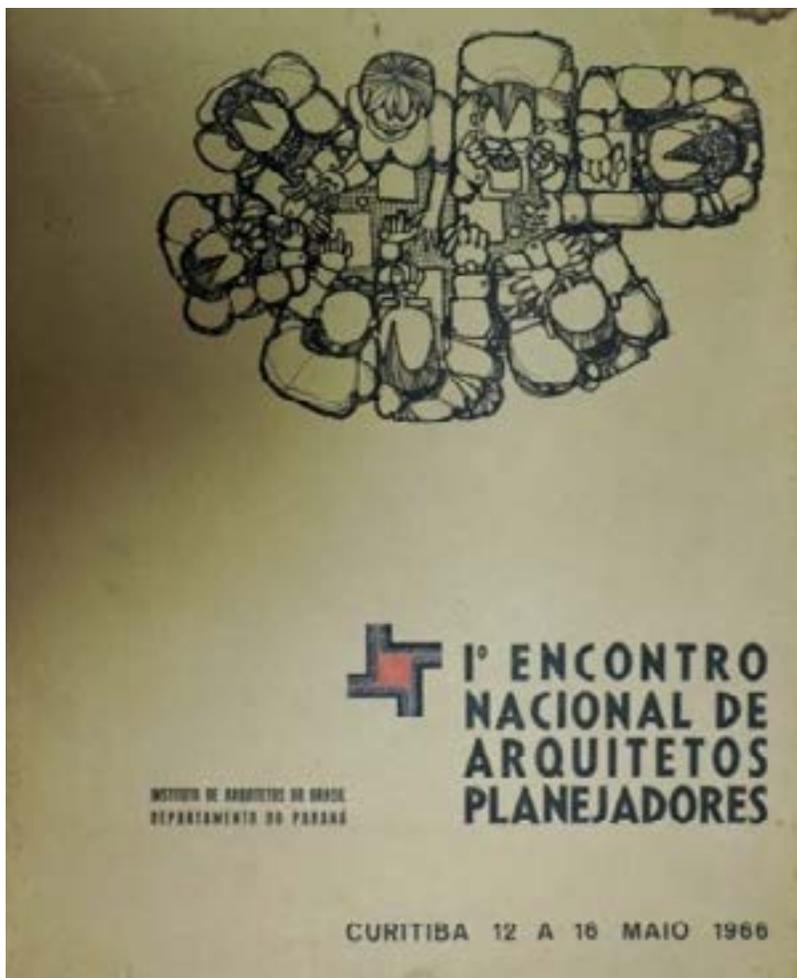
O IBAM também foi contratado para realização de um curso de *Planejamento Urbano para formação de técnicos*, com assistência do DATM, para mais de uma centena de Prefeituras. Realizou ainda um curso de *Administração Municipal* e dois *Encontros Municipalistas* em 1966. Elaborou-se ainda neste ano, o Plano Diretor do Litoral Sul do Paraná, visando suas potencialidades turísticas e econômicas.

Chamam atenção esses planos por terem sido concomitantes ao de Curitiba, mas não terem se efetivado como o da capital. Uma possibilidade é que tenham sido realizados enquanto complementares ao de Curitiba, em uma única estratégia, ainda que na Mensagem do Governador deste ano não tenha feito qualquer menção ao plano diretor de Curitiba, que fora financiado pela CODEPAR.

Na esteira dos cursos e seminários, realizou-se em 1966 em Curitiba o *I Encontro Nacional de Arquitetos Planejadores*, patrocinado pela Prefeitura

Municipal de Curitiba, por meio do IPPUC e URBS juntamente com outros órgãos públicos do Estado, no período de 12 a 16 de maio (figura 4).

Figura 4: Cartaz do I Encontro Nacional de Arquitetos Planejadores¹³



Fonte: LOPES, 2017

¹³De acordo com Castro Neto, o autor do cartaz foi o arquiteto Abrão Assad (CARMO, 2018, p.

Nas palavras do presidente do encontro, o arquiteto Fabio Pentead, Curitiba foi escolhida para ser a sede desse encontro, por já apresentar evidentes e animadores sinais de um planejamento urbano em execução. Tal encontro não teve a mesma repercussão que o realizado pelo IAB no Rio de Janeiro (Quitandinha), dois anos antes, mas parece ter sido a versão dos que acreditavam nas intenções do Golpe de 1964, fundamentando a discussão do planejamento durante a Ditadura que se estabelecia. Como fecho desse encontro, foram aprovadas algumas recomendações, que seguem (PEREIRA, 1966):

1. a implantação de um processo de planejamento – global aos níveis nacional, regional, estadual e municipal, criando Organismos de Planejamento Global, junto aos órgãos Executivos dinamizando-se estruturas técnicas e administrativas existentes;
2. a criação de setores de planejamento físico-territorial, de importância compatível com os demais setores, em todos os organismos de planejamento global ou setorial, nos níveis nacional, regional, estadual e local;
3. a elaboração, nos vários âmbitos regionais, de planejamento físico-territorial que localizasse polos urbanos, áreas de integração e eixos de comunicação, de importância fundamental para uma estratégia de desenvolvimento, capaz de orientar os investimentos, definir prioridades de atendimento, instituir unidades de planejamento e administração nos níveis de governo correspondentes; e
4. a formulação da política nacional de desenvolvimento urbano na qual se objetivasse:

- a. promover a expansão, reformulação e criação de centros de pesquisa urbana nos quais se elaborassem os índices técnicos, normas e instrumentos legais que orientassem o trabalho de planejamento urbano em função da realidade brasileira;
- b. promover prioritariamente o planejamento urbano das áreas metropolitanas e da alta urbanização que interessasse ao desenvolvimento equilibrado do país;
- c. promover um programa geral de financiamento que capacitasse os municípios, quaisquer fossem suas dimensões a empreender os trabalhos para início de seu processo de planejamento; e
- d. obter textos legais que considerassem como de interesse social as desapropriações que visassem a renovação urbana, permitindo inclusive a revenda a particulares.

Durante a sessão de encerramento, o então Ministro do Planejamento, Roberto Campos, pronunciou uma conferência (publicada na íntegra no jornal Diário do Paraná de 17/05/1966). Apontou que quando foi criado em julho de 1965 o Setor de Planejamento Regional e Municipal do Ministério do Planejamento, já admitia-se que essa área deveria ser coberta em função da estratégia geral de desenvolvimento econômico posta em prática por meio do PAEG 1964/66.

Destacava que devido às dificuldades em que se encontravam os municípios brasileiros, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) fora instruída no sentido de aplicar parte dos seus recursos no financiamento de Planos Integrados Municipais ainda que, numa primeira fase a título experimental. Ou seja, se não tivesse a CODEPAR, o financiamento para o PPU viria do Governo Federal, uma vez que as elites políticas

e econômicas estavam determinadas a aprová-lo, como mostra Oliveira (2001). As técnicas de planejamento integrado e desenvolvimento estavam sendo objeto de discussão e em certos casos já se encontravam em fase de execução em várias regiões e municípios do país, uma vez que o Governo Federal também continuava com as ações de institucionalização do planejamento.

Em 1965, o governo federal criou o Conselho Consultivo de Planejamento (CONSPLAN¹⁴), organismo nacional de planejamento, o qual tinha a mesma concepção utilizada quando da justificativa para criação do IPPUC e outros órgãos. Defendiam que o planejamento “não poderá ser eficaz se ficar na pura e simples elaboração do documento programático inicial. Ele deve ser um processo permanente de atualização, revisão e ampliação do plano, a fim de ajustá-lo às novas situações que vão surgindo durante sua execução”. Curitiba estava entre os municípios que tinham solicitado orientação e recursos para o planejamento local, para financiamento por meio da FINEP (PEREIRA, 1966).

Acreditava o ministro não ser compreensível que se planejasse o desenvolvimento nacional e regional, sem que houvesse uma correspondência de atitude local. Admitia, contudo, que planejamento integrado se ligava mais a ideia e planos utópicos, planos formais, puramente estéticos, sendo necessário transformá-los em ferramentas práticas e objetivas na orientação das lideranças político-administrativas locais. Mesmo na

¹⁴ Órgão criado pelo Decreto nº 55.722, de 2 de fevereiro de 1965. Embora não tenha sido extinto por nenhum ato oficial, após o término do governo Castelo Branco, em 15 de março de 1967, não voltou a ser convocado. Foi criado como órgão de consulta do governo, tendo como principal objetivo estabelecer a ligação entre os diversos setores sociais, econômicos e políticos do país e o Ministério do Planejamento. Cabia-lhe também opinar sobre o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), incluindo as modificações nele introduzidas para ajustá-lo ao orçamento. As atividades do conselho se desenvolveram em dois planos: de um lado, nas reuniões plenárias e, de outro, nos grupos de trabalho, em número de cinco, sendo um deles o grupo de trabalho para o estudo do desenvolvimento urbano. (FGV, 2017b)

Câmara Municipal de Curitiba tal pensamento transparecia. No parecer 76 de 20 de julho de 1966 do vereador Jobar Cassou, junto à Comissão de Educação, Saúde Pública e Assistência Social, explanava sobre a importância do planejamento

O termo planejamento é jovem entre os brasileiros. Os próprios planejadores, urbanistas, debatem ainda a validade da expressão. E como termo novo ainda não se consolidou, mesmo porque não existe uma experiência prática e vitoriosa para dar respaldo necessário ao planejador. Sempre que se fez um plano neste país, a geração dos autodidatas e dos improvisadores que o governaram, encarregou-se de desfigurá-lo, senão subestimá-lo totalmente.

Por muitos anos a barreira constituída pela “terra de ninguém”, entre técnicos e políticos, foi a causa da ausência de métodos de planejamento no Brasil. Era a dissensão entre os que deviam programar a vida da coletividade e os que deviam autorizar este planejamento. Além disto, o planejamento era encarado com desconfiança por muitos setores da vida nacional. Mas, ultimamente ante a violência com que os dramas e problemas sociais se tem colocado diante do administrador público, a ideia do planejamento se tornou necessidade inadiável. Por isso, aos políticos e aos técnicos cabe que adotem novo comportamento. (CÂMARA, 1966, s.p.).

O planejamento era visto então como meio de acelerar o processo de desenvolvimento social produzindo um aumento da renda *per capita* e maior realismo nas despesas e investimentos de capitais municipais, visando à rentabilidade dos recursos públicos e privados e abrindo novos espaços econômicos.

Para o ministro, as grandes áreas metropolitanas de Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo estavam atentas para as novas for-

mas dos aglomerados humanos, o que exigia uma “revisão de perspectiva”, que deveria condicionar a forma de raciocinar sobre as figuras físicas de metrópole. Citava ainda as conurbações, frisando o esforço de Curitiba no sentido de institucionalizar de forma permanente o planejamento integrado local. Assim, os planejadores locais sentiam-se orgulhosos em ter colocado a capital, em posição destacada no desenvolvimento urbano, uma vez que o Presidente do Encontro e o Ministro do Planejamento do Brasil a consideravam em posição de liderança (PEREIRA, 1966a).

Neste interím foi publicado o anteprojeto para o Plano Diretor de Curitiba, que em seu Artigo 1, inciso 1º do anteprojeto de Lei previa que o mesmo visava propiciar melhores condições para o desenvolvimento integrado e harmônico e o bem-estar social da comunidade, bem como da região metropolitana de Curitiba. O anteprojeto reconhecia a existência do IPPUC, como entidade competente para a elaboração do Plano Diretor e respectivos detalhes urbanísticos que as circunstâncias exigissem no decorrer de sua execução, destacando em seu inciso 3º que para elaboração e execução do plano, o instituto poderia firmar convênios com quaisquer órgãos públicos e entidades vinculadas aos Governos federal, estaduais e municipais. No ofício 201 de 8 de junho de 1966, se definiam as diretrizes básicas do planejamento integrado do Município de Curitiba, que deveriam ser as seguintes:

1. estrutura do planejamento integrado;
2. desenvolvimento preferencial da cidade no eixo nordeste-sudoeste;
3. hierarquia de vias;
4. crescimento linear do centro principal servido por vias tangenciais de circulação rápida

5. caracterização das áreas de uso preferencial ou exclusivo de pedestres;
6. extensão e adequação das áreas verdes;
7. criação de uma paisagem urbana própria;
8. renovação urbana; e
9. preservação histórico-tradicional.

Os pareceres das comissões pelas quais tramitou o anteprojeto de Lei transparecem uma disputa entre municipalistas e regionalistas, na forma como abordam o apoio ou não ao plano. Os municipalistas destacavam a importância para Curitiba do plano e da necessidade de aprová-la, enquanto os regionalistas pretendiam discutir mais, defendendo que este se tornasse um plano regional, não apenas municipal. Isso fica evidente no parecer do relator, vereador Arlindo Ribas de Oliveira, na Comissão de Constituição e Justiça, em 16 de junho de 1966, que questionava:

E os municípios limítrofes da Capital, não serão considerados em um tão audacioso e necessário Plano que visa enfrentar o futuro em tão largos anos? Acaso o governo do Estado não precisaria pensar nas vias de comunicações, nas regiões agrícolas, no abastecimento da Capital, nas Vilas operárias, nas creches, nos jardins de infância e Grupos Escolares, nos Ginásios e outros estabelecimentos de ensino, nos hospitais, nos cemitérios, na luz, na água e esgoto, na saúde, na segurança pública e todos os demais problemas que poderão e deverão ser tratados em comum pelo município da capital e os adjacentes, sob a égide do Governo estadual?

É em face desse meu entendimento, que requeiro ainda, seja encaminhado esse notável trabalho que visa

dotar Curitiba de um “Novo Plano Diretor da Cidade de Curitiba”, à consideração de S. Excia. O Sr. Dr. Paulo Pimentel, DD. Governador do Estado do Paraná, solicitando-lhe o indispensável pronunciamento do Estado.

No Parecer 2, na Comissão de Economia, o vereador Menotti Caprillhone, de 06 de julho de 1966 argumentava que

(...) Sinceramente, entendemos que um plano desta natureza deva ser elaborado pelo Município de Curitiba e demais municípios limítrofes ou, em ultima análise, certamente, pelo Governo do estado do Paraná, sem que com isto seja ferida a autonomia municipal, porquanto, planejamento desta ordem deve ser, forçosamente, de âmbito regional, isto é, planejamento de área, tento por objetivo a ação humana sobre certa extensão geográfica, quer seja urbana, municipal, estadual, regional ou nacional, para benefício da coletividade.

Concluía afirmando que:

historicamente, no campo das realizações, é no planejamento urbano, também chamado urbanismo, que a nova técnica vai deitar raízes. Mas enquanto o urbanismo dos primeiros tempos preocupava-se quase apenas com o aspecto físico, a realização artística, a paisagem, o planejamento atual leva em conta principalmente as condições econômicas e sociais, de modo a proporcionar a melhor vida possível aos habitantes.” Planeja-se afim de proporcionar à coletividade uma vida melhor, mais bem-estar.

Pelas razões expostas, sem maior análise, chegamos à conclusão de que o Projeto de Lei, deva ser reexaminado, como afirmamos, em plano regional. Apresentado pura e simplesmente como está, manifestamos contrariamente ao mesmo. (grifos no original)

No parecer de 14 de julho de 1966 da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, o relator, vereador João Lothario Bettega afirmava estar “perfeitamente de acordo com o parecer do Exmo. Sr. Relator da Comissão de Economia, somos de parecer que o presente Projeto deva ser reexaminado, em Plano Regional”.

Incitando ainda mais os questionamentos quanto ao plano, em 1966 a URBS que fora criada a partir da demanda da COPLAC em criar um órgão específico para coordenar o planejamento urbano da cidade (Monteiro em entrevista ao IPPUC, 1991, p. 69) e rivalizava com o IPPUC no trato das questões urbanas, publicou um estudo denominado *Plano Regional de Curitiba*. Contudo, apesar das críticas e dos pareceres contrários, a lei do plano foi aprovada em 25 de julho e sancionada em 31 de julho de 1966 pelo prefeito Ivo Arzua Pereira, com a inserção de alguns artigos que reconheciam a escala da região.

Dudeque (2010) afirma que houve um distanciamento do Plano Diretor de Urbanismo¹⁵ em relação ao plano diretor anterior, o Plano Agache, de 1943, por, entre outras características, a falta de minúcias do novo Plano, de 1965. O primeiro continha até mesmo detalhes e perspectivas de prédios públicos e praças, enquanto o segundo, de acordo o autor citado, foi feito sem estes pormenores, para ele revelando uma marca do plano como ideologia, ao proporcionar autonomia ao discurso e distanciá-lo da realidade observável.

Contudo, o detalhamento do plano ocorreu de fato entre os anos 1966 e 1971, no interior do IPPUC, período controverso, em que o prefeito¹⁶ de acordo com alguns autores (NAMUR, 1992; FARACO, 2002; OLIVEI-

¹⁵ Também conhecido como Plano Serete, em referência à empresa vencedora do concurso realizado pela prefeitura de Curitiba em 1965, ou ainda Plano Wilhelm-IPPUC (DUDEQUE, 2010), ressaltando o arquiteto responsável pelo plano – Jorge Wilhelm – e a instituição decorrente do plano urbano na cidade, o IPPUC.

¹⁶ Trata-se da gestão Omar Sabbag (1966-1970).

RA, 2000; REBELLO, 2010) não demonstrou interesse nem no Plano, nem no IPPUC, mas que segundo Dudeque (2010) e Fachini (1975) foi de fortalecimento e consolidação do órgão. Expõe Fachini (1975) que neste período houve mudança no direcionamento do instituto, uma vez que se consolidou enquanto órgão de planejamento.

O IPPUC no período manteve a mesma posição na hierarquia municipal, de assessoria ao executivo, pesquisando, projetando e acompanhando atividades relacionadas ao Plano Diretor, não apenas com preocupações de caráter administrativo-organizacional. Foi na gestão de Omar Sabbag (1966-1970) que se realizou a compra do terreno e edifícios onde está até hoje instalado, além do detalhamento dos planos setoriais propostos e de importantes trabalhos sobre a RMC. Neste período foram publicados ainda uma série de estudos de caráter preventivo, alguns deles voltados para a questão metropolitana.

Em junho de 1966, ou seja, menos de um ano após ser criado o IPPUC já era usado como exemplo. O IAB, sessão São Paulo, levou a então prefeito da capital paulista a sugestão que se criasse um órgão permanente de planejamento para garantir o crescimento ordenado da cidade nos moldes do criado em Curitiba. Alunos da Universidade Federal da Bahia se encaminhavam para Curitiba nas férias de 1966 para conhecer o plano e o IPPUC. Em julho, o mesmo jornal atestava que Tobias Visconti, então chefe da divisão do Departamento de Engenharia Urbanística da Guanabara, elogiava a atuação do IPPUC. O Instituto também começava a receber e formar técnicos de outras cidades, sendo um dos primeiros o arquiteto Dagoberto Koentopp, que viria a ser o primeiro diretor da APUJ (Assessoria de Planejamento Urbanístico de Joinville-SC), depois IPPUJ, criado pela Lei Municipal de Joinville nº 827/66, um dos principais institutos organizados como ressonância da experiência do IPPUC e do modelo idealizado em Curitiba. Apesar disso, de acordo com Fernandes, em entrevista ao IPPUC (1991, p. 44)

Quando o Luiz Forte Netto foi presidente do IPPUC a Fundação Ford quis colaborar com o Instituto e houve uma tentativa muito boa, mas que não frutificou, de uma associação entre o IPPUC e a Universidade Federal do Paraná para a criação de um centro integrado de pesquisa e formação em planejamento urbano. Aproveitar a experiência da pesquisa, da vivência do IPPUC, que tinha em seus quadros muitos professores da universidade lecionando no curso de Arquitetura e Urbanismo e o mandato da Universidade para formar técnicos em planejamento urbano. Não se tratava de mestrado, apenas criar profissionais de planejamento urbano que pudessem extrair a vantagem dessa complementaridade: a excelência universitária, produção cultural, com a práxis, a experiência e competência que estava se criando no IPPUC. O Jaime e o Forte, já eram professores da Universidade e com a ajuda da Fundação Ford iam tentar criar um centro que talvez fosse o melhor centro de pós-graduação deste país em planejamento urbano. Contudo, paradoxalmente, não existe pós-graduação em planejamento urbano em Curitiba¹⁷.

Devido ao bairro que está localizado e à produção do Instituto, nos anos 1970, o jornalista Luiz Geraldo Mazza o denominaria de “a Sorbonne do Juvevê” (MAZZA *apud* IPPUC, 1992), em referência à prestigiada universidade francesa (figura 5).

¹⁷ Apenas em 2015 a UFPR criou um curso de pós-graduação *stricto sensu* em Planejamento Urbano, sem a participação do IPPUC.

Figura 5: Sede atual do IPPUC, outrora denominada “Sorbonne” do Juvevê. Ao contrário do Instituto, a COMEC nunca teve sede própria.



Fonte: WALTRICK, 2012

Quanto ao estado, registra-se neste momento a ajuda financeira da USAID (PARANÁ, 1966, p. 21), no II Programa de Eletrificação, por meio da Companhia Paranaense de Energia (COPEL). Em 1964, a ênfase do apoio dirigiu-se ao setor rodoviário, para a conclusão da Rodovia do Café, primordial para a integração econômica do estado. Em 1966, concluída esta rodovia, o esforço retornou para a eletrificação, visando à correção de uma situação em que a pequena oferta significava um entrave ao desenvolvimento dos demais setores, principalmente, o industrial. A falta de energia elétrica persistia a ser o maior gargalo para o desenvolvimento industrial e econômico do estado, o que estava decidido a solucionar, com uma rede de produção que culminou na construção de Itaipu (1973), dentro do projeto nacional. Outras preocupações eram o saneamento, os transportes (rodovias, ferrovias, portos e aeroportos), a educação e mais tarde as telecomunicações (que começou a ser resolvido

a partir do momento que o estado foi ocupado totalmente e os principais parceiros comerciais passaram a ser os EUA e a Europa e não mais o mercado interno).

Ao mesmo tempo, significativo do processo de interiorização, a região de Londrina recebeu 30,5% dos recursos aplicados pela CODEPAR, atrás da região de Curitiba (42,7%), com valor médio por pedido de investimento de Cr\$ 410 milhões, contra Cr\$ 136 milhões de Curitiba. Tal ocorrência mostra o acentuado dinamismo no processo industrial do Norte Novo, onde se verificava uma intensa capitalização no setor, capaz de alterar a estrutura dos polos industriais do estado, superando as demais regiões, principalmente o eixo Curitiba – Ponta Grossa. A capital, entretanto, concentrava os números de empreendimentos financiados de grande porte, com treze contratos acima de Cr\$ 1 bilhão.

Isso confirma que o processo de diversificação industrial paranaense começou, realmente, a partir de 1961, e teve seu suporte na crescente oferta de infraestrutura, cuja insuficiência impedia o desenvolvimento das atividades tradicionais e o surgimento de novas. Essa fase coincide praticamente com a criação da CODEPAR e a instituição do FDE em fevereiro de 1962. Por isso a expansão da indústria no estado, pode ser medida em termos de multiplicidade de iniciativas ocorrentes a partir de então e com a descentralização gradativa do tradicional eixo Curitiba-Ponta Grossa, caracterizada pela instalação de indústrias, ao longo das Rodovias dos Cereais e do Café, no eixo Londrina-Maringá e outras no Oeste e Sudoeste paranaense. Esta preocupação com a industrialização, que consolidou no plano estadual a criação de um sistema de planejamento, fez com que em Curitiba as atenções se voltassem à elaboração do novo plano diretor. A necessidade de se criar um distrito industrial que pudesse absorver a quantidade de indústrias que se pretendia atrair, fez com que já na elaboração do plano se reservasse uma grande área para sua instalação.

Contudo, a explosão da população urbana em curso colocou um novo setor na mira do governo e do mercado: a habitação. Foi promovido a elaboração de um Plano Integrado de Habitação, em coordenação com o PAIS, COHAPAR, COHABs, IPE, CODEPAR, Cooperativas de Habitação, BNH, INPS e Caixas Econômicas para enfrentar o problema, eliminar o *déficit* de habitações e acompanhar a demanda futura.

Persistia a ideia da formação de técnicos, sendo realizado um curso de *Administração Municipal* em 1966, com a participação de prefeitos, como primeiro passo para a implantação de uma “Prefeitura Modelo”, destinada à formação de pessoal especializado para as diversas prefeituras paranaenses. Também dois Encontros Municipalistas, um em Santo Antônio da Platina e outro em Paranaguá, onde foram levantadas teses visando o desenvolvimento municipalista. Foram efetivados ainda seminários nas principais cidades do interior, organizados por equipes volantes compostas de técnicos do DATM e outros órgãos da Administração. Também foi realizado um curso objetivando a familiarização das municipalidades com a reforma tributária instituída pela Emenda Constitucional nº 18, e Lei Federal nº 5.172, de 25/20/66, sob os auspícios do Serviço Nacional dos Municípios (SENAM), ministrado por técnicos do IBAM. Participaram desse curso, representantes de 206 municípios do estado, correspondente a 82% dos instalados na época.

A filosofia do desenvolvimento integrado se disseminava, na tentativa de corrigir e superar uma conjuntura regional visivelmente compartimentada, que antes mantinha as populações e as regiões isoladas entre si, enquanto a iniciativa particular e o setor público quase se ignoravam, quando não se hostilizavam, em função do próprio crescimento vertiginoso e desordenado do estado, nas várias frentes pioneiras do interior.

Em 1967 foi criada a Secretaria de Indústria e Comércio para completar o sistema de apoio à iniciativa privada, ao mesmo tempo em que introduziram modificações nas atividades operacionais da CODEPAR,

com gestões também junto do organismo regional Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (CODESUL-BRDE) para dinamizar os investimentos. Ampliava-se assim o apoio ao setor privado, sendo que nos dois anos deste governo, a CODEPAR financiou mais projetos que a soma dos quatro anos anteriores desde sua criação (261 indústrias enquanto nos quatro anos anteriores o número foi de 224). A partir do momento em que foram traçadas as diretrizes do I Plano Nacional de Desenvolvimento, em favor da desconcentração industrial, ficou claro que seria mais beneficiado pela nova orientação o Estado que mais rapidamente se preparasse para receber as indústrias em fase de mudança. A Secretaria de Indústria e do Comércio teve, como uma das primeiras missões, identificar e promover novas oportunidades industriais e comerciais, sensibilizando investidores locais, nacionais e internacionais para as vantagens do Paraná como polo industrial alternativo.

Além das aplicações em financiamentos aos setores público e privado, a CODEPAR em 1967 iniciou um programa de descentralização, levando sua presença mais efetiva ao interior. Inaugurou uma série de seminários sobre problemas econômicos e realizou os levantamentos industriais de Londrina, Ponta Grossa, Maringá, Paranavá e Apucarana. Para o desenvolvimento das municipalidades, realizou o Plano Diretor de Ponta Grossa e o diagnóstico preliminar e a contratação com firma especializada para a elaboração do plano de Londrina.

Após a reorganização interna operada pelo Governo, a PLADEP, iniciou alguns trabalhos preliminares que culminaram com a prestação de numerosos serviços a outros órgãos da administração e, em outubro de 1967, com a participação do Estado, junto aos Ministérios do Interior e do Planejamento, publicou o documento *Espaços Polarizados e Regiões Homogêneas do Paraná*, dando subsídios técnicos e atraindo investimentos dentro do plano Trienal do Governo Federal.

Durante o ano de 1967, se desenvolveu ainda programação e execução de estudos e pesquisas para a fixação de políticas socioeconômicas setoriais e microrregionais; programação e execução relacionada com a coordenação e controle de investimentos; fornecimento de dados cadastrais por setores e microrregiões do Estado aos órgãos do Governo e a particulares; programação e execução de estudos técnico-administrativos, para aperfeiçoar o funcionamento dos diversos órgãos que compunham a estrutura administrativa do Estado.

Quanto à industrialização, a política do Governo precisou ajustar-se à nova realidade nacional. A CODEPAR, adotara até 1965 o critério de implantar um parque industrial voltado para o aproveitamento de matérias-primas de origem agropecuária com preferência pela pequena e média empresa. Passada esta fase, passou a dirigir esforços para dotar o setor secundário de empresas de maior porte. Essas mudanças de comportamento culminaram na transformação da CODEPAR em Banco de Desenvolvimento e na adoção de nova política de incentivos. Em 1968 ocorreu então a instalação do BADEP, que visava ser o principal instrumento do Governo do Estado para a execução da sua política econômica, tendo em vista que sua estrutura operacional permitiria uma atuação mais intensa e eficiente no apoio às atividades econômicas, bem como possibilitaria desenvolver uma ação destinada a captar recursos externos a fim de aumentar a capacidade de investimentos no Estado.

Era necessário, então, aprofundar o conhecimento sobre a região escolhida para a instalação das indústrias. Assim, os primeiros anos após o advento do IPPUC foram de produção de estudos, análises, diagnósticos, levantamento de dados, entre outros documentos sobre o município, mas também sobre a região, por meio da Secretaria de Coordenação Regional (SECORE). A SECORE foi instalada pelo Decreto Municipal nº 849/67, como uma das secretarias componentes da Supervisão de Planejamento Físico-territorial do instituto, visando o planejamento me-

tropolitano e sua articulação com as diretrizes do planejamento municipal, coordenando as intervenções e assessorando as demais prefeituras da região.

Segundo documento elaborado pelo IPPUC (1970), nesta época apenas São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte, se articulavam com as demais cidades de suas regiões em busca de um planejamento integrado. Como consequência do Artigo 157, § 10 da Constituição Federal do Brasil de 1967, por iniciativa do poder legislativo de Curitiba, antecipando-se aos legisladores federais e aos estaduais, em 8 de março de 1968 aprovou-se o Decreto Legislativo nº 1/1968, reproduzido abaixo (grifo nosso):

Aprova o convênio que institue a Região Metropolitana de Curitiba. A *Câmara Municipal de Curitiba*, capital do Estado do Paraná, decreta:

Art. 1º - Fica aprovado o Convênio que institue a Região Metropolitana de Curitiba, firmado entre o Estado do Paraná e os Municípios de Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiuva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Curitiba, Mandirituba, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, e São José dos Pinhais.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Ampliavam assim, como colocam Namur (1976) e Fernandes (1979), e em documento elaborado pelo próprio IPPUC (1970), a importância dos estudos realizados pela SECORE, uma vez que os desenvolvidos em 1967 e 1969 foram utilizados como base e fundamentação teórica para a delimitação e institucionalização das regiões metropolitanas no Brasil - em 1973, contribuindo com as discussões para a Política Nacional das Regiões Metropolitanas.

Portanto, os técnicos do SECORE/IPPUC em sua primeira década de existência publicaram estudos e diagnósticos de caráter metropoli-

tano, cedendo tal temática enquanto foco de estudo a partir da institucionalização das regiões metropolitanas e da criação da COMEC no período 1973/1974, que se encarregou, junto ao IPARDES, das principais publicações a respeito da RMC desde então.

Os organogramas do IPPUC mostram que com o Decreto Municipal nº 205/72 e a Resolução nº 05/73, a SECORE teve sua nomenclatura alterada, passando a denominar-se Setor da Região Metropolitana, integrante da Supervisão de Planejamento. Tal *status* foi mantido em uma nova reestruturação (Resolução nº 03/80), sendo extinto pelo Decreto Municipal nº 226/92, marcando o momento a partir do qual o IPPUC não voltaria a ter um setor específico voltado às questões metropolitanas (FARACO, 2002).

Em 1970, a RMC abrigava 821.233 habitantes em 8.405 km², 12% da população em 4,2% da área do estado. Curitiba, contudo, permanecia altamente concentradora, tendo 75,1% da população, 85,7% do orçamento e 83,1% das atividades econômicas (IUPERJ, 1975). Em 1971, chegou ao poder municipal da capital Jaime Lerner, que em reportagem para a revista *Veja* (1971, p. 30), sob o título “Arquitetos no Poder”, ressaltava que ao assumir o governo teria como uma de suas prioridades “a criação de uma entidade coordenadora regional para os quatorze municípios da Grande Curitiba”.

Na sequência, um período de turbulência política afligiu o governo do estado, quando entre 1971 e 1975 quatro homens ocuparam o cargo de governador. Haroldo León Peres (ARENA, 15 de março de 1971- 23 de novembro de 1971), fora indicado pelo Ditador e retirado após envolvimento em escândalos de corrupção. Em seu lugar, assumiu Pedro Viriato Parigot de Souza (ARENA, 23 de novembro de 1971-11 de julho de 1973), também indicado pelo ditador. Este, considerava que apesar de contar com um órgão de planejamento global, pertencente à estrutura da Secretaria de Governo, a função de planejamento há muito

se encontrava hibernada, sem que fosse vista como parte integrante, e mais que necessária, indispensável à tomada de decisões da administração estadual.

Para corrigir isto, criou a Coordenação de Planejamento Estadual – CPE, pelo Decreto Estadual nº 1.389 de 12 de janeiro de 1972, tendo como finalidades principais: coordenar o esforço de planejamento do Governo, compatibilizar as iniciativas setoriais, e propor a criação do Sistema de Planejamento Estadual para garantir a presença do planejamento nas ações do Governo Estadual. A proximidade da CPE com as entidades federais de planejamento propiciou a criação de tal Sistema de Planejamento. Entre as medidas tomadas em seu início estavam (PARANÁ, 1973, p. 101):

1. O programa de emergência para capacitação: com vistas a formação de pessoal, para implantação do Sistema de Planejamento Estadual;
2. Projeto de criação do IPARDES, para apoiar e auxiliar o Governo do Estado nas seguintes áreas:
 - a) Realização de pesquisa aplicada nas áreas econômica e social;
 - b) Execução de estudos, projetos e programas de apoio ao Sistema Estadual de Planejamento (SEP);
 - c) Apoio técnico nas áreas econômica e social à formulação da política estadual de desenvolvimento;
 - d) Acompanhamento da evolução da economia estadual; e
 - e) Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal da área sócio-econômica.

Foi elaborado então, em convênio entre o Governo Federal, por meio da SUDESUL, SERFHAU, BNH, apoiados pela Organização dos Estados Americanos (OEA), Governo do Estado (Secretaria de Planejamento) e UFPR (Curso de Arquitetura e Urbanismo) a Política de Desenvolvimento Urbano (PDU) no Paraná. De acordo com Löwen-Sahar (2001) tal política foi feita para se adequar ao I PND, com três objetivos: desenvolvimento urbano e econômico, reduzir as disparidades regionais e melhorar a qualidade de vida urbana. Propôs então três alternativas para o desenvolvimento da rede urbana:

1. Sistema polipolar: fortalecia as principais centralidades, equilibrando as disparidades de oferta de mercadorias e serviços com a demanda das regiões que influenciavam;
2. Sistema tripolar: criava três polos industriais dinâmicos interligados; e
3. Sistema biaxial: fortalecia cidades localizadas em dois eixos, o primeiro relacionado à exportação do café e o segundo à soja.

Em entrevista para Berriel e Suzuki (2012, p. 102), Forte Netto afirmou que

Nós realizamos aquele trabalho [o PDU] durante nove meses, e foi um trabalho que, daí para a frente passou a orientar o desenvolvimento urbano no estado do Paraná. E que tinha três características básicas: a primeira foi que nós propusemos uma estruturação do estado como um todo. Propusemos três alternativas: uma tripolar, uma axial e uma polinuclear. A alternativa tripolar foi a que teve um maior desenvolvimento e que acabou resultando em alguns projetos muito grandes, como o METRONORTE, por exemplo, na região de Londrina, Maringá. Este foi o primeiro aspecto: uma proposta de estruturação espacial para o estado.

Portanto, priorizando o setor secundário, a opção escolhida foi a segunda, fortalecendo três eixos: Curitiba- Ponta Grossa, Londrina – Maringá e Cascavel- Toledo.

Este cenário demonstra que no percurso de formação e consolidação da Região Metropolitana de Curitiba enquanto unidade de planejamento houve um momento de preocupação com o planejamento e articulação entre os municípios anterior à Lei Federal nº 14/73. Destaque-se que nesta década (1970), o Paraná persistia a concentrar a maior parte da sua população no campo e, ao contrário do país, teve sua população urbana e industrial superando a rural somente na década de 1980 (IBGE 1970; 1980), como pode se verificar nas tabelas 3 e 4.

Tabela 3: Distribuição relativa da população, por situação de domicílio

Ano	População	
	Urbana (%)	Rural (%)
1940	24,5	75,5
1950	25,0	75,0
1960	30,7	69,3
1970	36,1	63,9
1980	58,6	41,4
1991	73,4	26,6
2000	81,4	18,6
2010	85,3	14,7

Fontes: COMEC, 1993; IBGE, 1970; 1980; 2010; CARMO, 2018

Tabela 4: Participação relativa no valor adicionado fiscal da RMC (1975-2010) e em relação ao estado

Ano	RMC			Paraná
	Agropecuária	Indústria	Comércio e Serviços	Total
1975	2,47	32,40	23,95	17,5
1990	2,60	44,91	36,22	36,24
2000	2,89	49,7	46,1	40,03
2010	3	53	48	43,3

Fontes: COMEC, 1994; IPARDES, 2004; MOURA; DELGADO; CINTRA, 2014; IPEA, 2013; CARMO, 2018

Adiciona-se a esse contexto o fato de a capital estar em um processo de perda de população em relação ao total do estado, seja por desmembramentos, seja pela ascensão econômica dos municípios do Norte Paranaense. Entre 1940 e 1960, a perda foi de três pontos percentuais (passou de 11,4% em 1940 para 8,4 de participação em 1960). A recuperação, entretanto, foi acelerada nas décadas de 1970 e 1980, quando chegou a 13,6% da população total do estado (IBGE, 2010). Contribuiu com essa ascensão o fato de a população rural nos municípios metropolitanos estar numa proporção de 2 para 1 em relação à população urbana em 1970, tendência invertida nos anos 1980 (BERQUÓ *et al*, 2015), consolidando a urbanização da RMC como pode se visualizar na tabela 5 a seguir.

Tabela 5: Distribuição relativa da população, por situação de domicílio (RMC, 1970- 2010) e Paraná

Ano	População		
	RMC		População (%) em relação ao Paraná (total)
	Rural (%)	Urbana (%)	
1970	25,95	74,05	13
1980	12,17	87,83	20,1
1991	9,29	90,71	24,9
2000	8,8	91,2	29
2010	8,4	91,6	33

Fonte: COMEC, 2006; IBGE, 2010; CARMO, 2018

As mudanças econômicas também contribuíram para esse quadro. De um terço das exportações paranaenses em 1969, o café atingiu apenas 7% em 1974 (OLIVEIRA, 2000, p. 35). Seu declínio se deveu além das recorrentes geadas, à opção dos produtores pela soja, mais rentável para os grandes proprietários rurais, aproveitada pelas vantagens comparativas que o estado possui, permitindo a instalação de um parque industrial voltado ao beneficiamento do produto, tornando o Paraná o segundo maior produtor do país (EMBRAPA, 2016). Ou seja, influenciou a industrialização e a urbanização do estado, pois sua intensiva mecanização levou ao aumento do contingente de trabalhadores rurais desempregados, que se dirigiram ou para as novas fronteiras agrícolas que se

abriam no Oeste do estado e no Norte do país, ou para as periferias das grandes cidades. Esse fenômeno levou no fim dos anos 1970 à superação da população urbana sobre a rural no Paraná, enquanto a população total permaneceu praticamente inalterada (menos de 10% de incremento, em contraposição ao que ocorreu entre 1950 e 1960, quando o estado teve sua população dobrada).

Por fim, em 1973, a tendência à conurbação e a cada vez maior integração entre os municípios, resultou na delimitação federal da Região Metropolitana de Curitiba, com base no conjunto de estudos encomendados pelo SERFHAU a órgãos locais das diferentes regiões, entre eles os já citados do SECORE/IPPUC, além do documento *Esboço preliminar da Divisão do Brasil em Regiões Polarizadas*, do IBGE, de 1966, os estudos de Galvão *et al* (1969), publicações do antigo Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA) e de outras entidades.

Estabelecia a Lei, que cada região metropolitana deveria ter um Conselho Consultivo, um Conselho Deliberativo e uma Secretaria Executiva. Implantados os Conselhos na RMC, parecia natural que a Secretaria Executiva ficasse a cargo do IPPUC, que tinha entre suas atribuições a articulação do planejamento local com o regional¹⁸, algo que o Governo Estadual desejava e que muitos autores relatam que não ocorreu. Contudo, como afirmou Castro Neto em entrevista, quando questionado se havia o IPPUC assumido a secretaria executiva respondeu que “Sim, ocorreu. O arquiteto Omar Akel, que era funcionário do IPPUC, foi nomeado junto comigo pelo Governador do Estado do Paraná, eu como Coordenador Geral da COMEC e ele como Coordenador Técnico” (CARMO, 2018, p. 233).

Não poderia ser diferente. O IPPUC ao assumir o planejamento na escala metropolitana como Secretaria Executiva, por meio do SECORE, era

¹⁸ Lei Estadual nº 2.660, artigo 1, inciso 5

tido como órgão de assistência ao planejamento metropolitano, quando da delimitação voluntária da RMC, em 1967. Como já citado, em 30 de outubro de 1967, o Governo Estadual e os municípios próximos à Curitiba estabeleceram convênio criando a Região Metropolitana de Curitiba, ainda que a Constituição Federal de 1967 determinasse que tal atribuição pertencia à União. Este convênio foi ratificado em 1971, sendo os municípios que assinaram tal termo os mesmos definidos pelo IBGE (1967) e que na Lei Complementar Federal nº 14/73 passaram a conformar a RMC. Em entrevista ao IPPUC (1991, p. 37), Fernandes resume tal período. Afirma que

Ainda na gestão do Ivo Arzua nós havíamos assinado convênio com os 13 prefeitos dos municípios vizinhos a Curitiba para formar a região metropolitana, independente do Governo Federal. Através da COHAB, que já era regional, conseguimos chamar os prefeitos. Vieram uns dez, firmamos um convênio e levamos ao Governo do Estado, mas o então governador Paulo Pimentel torpedeou a iniciativa, porque achou que seria colocar azeitona na empada” do Ivo Arzua. Eu fui, então, encarregado de implantar um setor de coordenação regional para a Região Metropolitana de Curitiba. Em 1968, nós tivemos no Brasil a montagem de nove estudos sobre regiões metropolitanas, com vistas à sua implantação e a de Curitiba foi feita por mim basicamente com o apoio do IPPUC. Foi um estudo destinado ao Governo Federal, através do IBAM, feito a partir do acervo, do conhecimento acumulado no IPPUC sobre a Região Metropolitana de Curitiba. Portanto, foi mais uma contribuição do IPPUC a um pioneirismo porque, na época, não se sabia bem o que devia ser uma região metropolitana. Eu credito o fato de a COMEC (Coordenadoria [sic] da Região Metropolitana de Curitiba) nunca ter tido a importância devida ao fato de todo conhecimento da região metropolitana estar no IPPUC. Tanto que a COMEC viveu uma fase mais atuante quando foi chefiada pelo Omar Ackel (sic), que era oriundo do IPPUC e conseguiu manter uma aliança entre os dois órgãos.

Para Oliveira (2001, p. 57) a criação de várias agências públicas destinadas ao desenvolvimento econômico, o comprometimento do governo do Estado com o planejamento, permitiram a proliferação de técnicos, os quais passariam depois a ocupar posições de destaque nas administrações municipal de Curitiba, estadual e federal. Entre os oriundos da CODEPAR, destacaram-se Karlos Rischbieter (Presidente do Banco de Desenvolvimento do Paraná, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e Ministro da Fazenda) e Maurício Schulmann (Presidente do BNH, da COPEL, da ELETROBRÁS, FEBRABAN, e diretor do BAME-RINDUS e da INEPAR). Estas seriam as origens da elite de tecnocratas que governou o Paraná e Curitiba durante anos, fazendo com que as interações entre planejadores, administração pública e o empresariado, no contexto do “milagre econômico brasileiro”¹⁹ fosse constante.

Para o autor, compartilhar a mesma ideologia permitiu por em prática o processo de industrialização do estado, com a propulsão da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), criada em 1973, sendo a industrialização entendida como atração de plantas industriais para o estado. Caberia à prefeitura de Curitiba, por meio da URBS, sistematizar a urbanização da área destinada à CIC (terrapalanagem pavimentação, desapropriação, liberação de áreas públicas etc.). Ao governo estadual caberia financiar a infraestrutura (água e esgoto, energia elétrica, telefone e telex, para os quais foram criados ou consolidados a SANEPAR, COPEL e TELEPAR, respectivamente), bem como o financiamento para implantação ou expansão das indústrias (BADEP), concessão de incentivos fiscais e participação acionária para a implantação das fábricas.

¹⁹ De 1967 a 1973 o Brasil alcançou taxas médias de crescimento muito elevadas e sem precedentes, que decorreram em parte da política econômica então implementada principalmente sob a direção do Ministro da Fazenda Antônio Delfim Neto mas também de uma conjuntura econômica internacional muito favorável. Esse período (e por vezes de forma mais restrita os anos 1968-1973) passou a ser conhecido como o do “milagre econômico brasileiro”, uma terminologia anteriormente aplicada a fases de rápido crescimento econômico no Japão e em outros países. (FGV, 2017c, s.p.)

Os terrenos urbanizados foram vendidos para as indústrias que quisessem se instalar, o que era interessante sobretudo para aquelas que já estavam na cidade, mas não tinham espaço para serem ampliadas, inclusive por restrições impostas pelo zoneamento. Denuncia Oliveira (2001), que nos preços de venda das terras não foram contabilizados nem os custos da urbanização, nem os custos das desapropriações. Portanto foram os órgãos públicos, por meio de impostos de toda a sociedade, que subsidiaram a instalação e ampliação dessas empresas, gerando uma dívida que não só não foi paga ainda como "...liquidou com a capacidade de endividamento do município..." (LERNER *apud* NAMUR, 1992, p.31). Como afirma Klink (2010, p. 32)

o governo estadual do Paraná possui uma longa tradição de impulsionar o desenvolvimento em seu território e, especificamente, na região da Grande Curitiba. No nacional-desenvolvimentismo, isso ocorreu dentro do contexto de uma estratégia federal altamente centralizada, que se concentrou na geração do desenvolvimento econômico nacional, além de contar com um governo estadual alinhado com o regime militar.

Conclui-se que nesta fase a expertise no campo do planejamento estava no Governo Estadual, que influenciava o que acontecia na capital. Ao longo dos anos 1970 o intercâmbio entre políticos e técnicos fez com que houvesse uma mudança na escala, e Curitiba passasse a concentrar as transformações por meio da ação planejadora. Com sua população e economia crescendo exponencialmente, a capital paranaense expandiu sua área de influência sobre os locais que antes eram polarizados por Londrina e Florianópolis, consolidando seu papel metropolitano. Esse momento de intensas trocas entre o governo do estado e a prefeitura de Curitiba e a metropolização, se consolidariam na fase seguinte.

CAPÍTULO 03

A MUDANÇA NA MATRIZ ECONÔMICA E A SIMBIOSE TÉCNICA E POLÍTICA ENTRE GOVERNO DO PARANÁ E A PREFEITURA DE CURITIBA (1974-1982)

Na década seguinte à institucionalização do planejamento em Curitiba, Fachini (1975), IUPERJ (1975), Namur (1976) e Fernandes (1979) identificaram as primeiras permanências das diretrizes de desenvolvimento urbano, ainda que se atenham, sobretudo, ao uso do solo e mobilidade. Os trabalhos de Namur (1976; 1992), mas, sobretudo, o documento produzido pelo IUPERJ (1975), destacam e apresentam análises que já incorporavam a dinâmica metropolitana, sendo o segundo volume do relatório do IUPERJ totalmente dedicado à RMC. Avançava-se, portanto, no entendimento do processo de desenvolvimento urbano.

A partir dos anos 1970 a cidade passou a ter uma forma mais compacta, elipsoidal, tendo a ocupação Norte-Sul praticamente o dobro da Leste-Oeste (o formato geográfico do município de Curitiba contribui para esta forma). A BR 116 já estava inserida na malha urbana e o novo limite a Leste tornara-se a estrada de ferro na várzea do Rio Iguaçu. O crescimento urbano se fortificava no Leste, até que a criação da CIC e a industrialização de Araucária e Campo Largo contrabalancearam o crescimento para o Oeste.

Com esse cenário, como já dito, se pretendia fazer de Curitiba a face urbanística da modernização almejada pelos governos militares, apesar das dificuldades em manter a autonomia municipal no planejamento, uma vez que a municipalidade poderia atuar como limitador do planejamento urbano, ou sua essência, com ele se confundindo (FERNANDES, 1979), e pela intensa concentração de poder econômico e político no Governo Federal.

Fachini (1975), primeiro a teorizar sobre o modelo de referência de Curitiba e do IPPUC, ignorando a região metropolitana, apontou enquanto dificuldades para o desenvolvimento de sua pesquisa o caráter ideológico que o envolvia. Além disso, na ausência de um quadro teórico de referência para a abordagem urbana em sua dimensão social, segundo o autor, o planejamento urbano de Curitiba não se apoiaria sobre uma teoria sociológica explícita de desenvolvimento urbano. Isso dificultaria e contribuiria para uma ausência de sistematização do processo pelo qual a cidade passou a partir dos anos 1960 e possibilitaria que anos depois, alguns autores e o próprio IPPUC se referissem à experiência de Curitiba como uma iniciativa própria de urbanismo e planejamento urbano²⁰.

Abriu, portanto, o debate sobre a dimensão social do planejamento urbano de Curitiba, bem como realizou um balanço sistemático das metas sociais do poder público municipal. Para o autor, estas metas são simples reflexos das mudanças econômicas, reduzindo-se a atividades setorizadas que pecam pela ausência de abordagens de conjunto, sendo necessário um trabalho interdisciplinar, ainda não em voga naquele momento, evidente quando se percebe que apenas engenheiros e arquitetos se encarregavam do planejamento, com alguma participação de economistas, médicos e advogados, entre outros.

Escreveu o autor que “Curitiba, em termos de planejamento urbano, possui uma experiência incontestável e nacionalmente reconhecida. Faz dez anos que se iniciou a consolidar em Curitiba a prática do planejamento urbano” (FACHINI, 1975, p. 5), algo repetido pelo menos até a redemocratização, quando o tema social emergiu e trabalhos como os de García (1993), Ultramari e Moura (1994) e Oliveira (1995) tecem críticas ao processo instalado e questionam seu aparente sucesso.

²⁰ Denominada Escola de Urbanismo Ecológico (IPPUC, 1992a).

Em 1975 o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) foi contratado pelo Ministério do Interior para estudar e buscar compreender o planejamento de Curitiba, como um caso de sucesso e modelo a ser ampliado e aplicado em outras cidades do Brasil (IUPERJ, 1975). Ascendia com estas publicações Curitiba como cidade-modelo, legitimado e disseminado pela mídia e em diversos trabalhos técnicos e acadêmicos desde então.

Na sequência, a pesquisa de Namur (1976) foi a primeira na academia a incorporar elementos da visão metropolitana em suas análises, ainda que seu foco principal tenha sido o processo que levou à criação do IPPUC e seus primeiros anos de atuação. A autora considerou o IPPUC um dos raros institutos de planejamento permanente existente no Brasil até então, o tornando seu objeto de pesquisa, uma vez que até aquele momento não havia trabalhos que tratassem especificamente da instituição. Foi a primeira autora a apontar o distanciamento entre o plano diretor e as práticas estabelecidas pelo IPPUC, algo que Faraco (2002), retomou em novo momento. Para ela, o plano não se identifica com o planejamento urbano, tratando-se sim de instrumento que orienta as atividades deste por algum período de tempo.

Namur expõe que uma das razões para a bem-sucedida experiência do IPPUC se devia ao fato de que na época da pesquisa havia uma primazia das decisões dos prefeitos e das leis municipais sobre as leis federais e estaduais, não subordinando o governo municipal a outras autoridades no exercício de suas funções, sendo que as leis municipais podiam mesmo prevalecer sobre as estaduais em caso de conflito (NAMUR, 1976, p. 12). É importante recordar, que no Período Militar, os prefeitos das capitais e cidades consideradas de importância estratégica eram escolhidos pelos governadores dos estados, o que significa que os atritos tendiam a ser mínimos, uma vez que havia alinhamento entre ambos. Existia ainda um *Manual do Prefeito*, elaborado pelo IBAM/Ministério do Interior (1967), delimitando a ação do poder local, bem como sua incumbência de

exercer o papel de polícia administrativa e executar obras públicas. Essa afirmação de Namur contesta, portanto, a visão centralista que outros autores, como Fernandes (1979), afirmam existir no período, que teriam diminuído o poder municipal.

O estudo de Fernandes (1979), descrito como “um trabalho sobre planejamento urbano, onde se procura verificar, por meio da descrição do caso de Curitiba, como determinado processo de planejamento local pode ser implementado com sucesso” (FERNANDES, 1979, p.2), de forma recorrente afirma que Curitiba e o papel do IPPUC revelam uma “bem sucedida experiência” de planejamento urbano, sendo, contudo, até aquele momento, pouco analisado, indicando a falta de um quadro teórico de referência para esse fim.

Buscou o autor em seu trabalho caracterizar o caso enquanto único e singular para o contexto brasileiro principalmente, propondo um modelo de análise histórico, baseado, sobretudo, no levantamento documental. O autor discute o que seria o planejamento e as múltiplas escalas em que o mesmo se dá, além dos conflitos decorrentes de tal possibilidade. Sendo ex-técnico do IPPUC e, portanto, tendo participado de forma efetiva do que ocorreu até o momento de sua pesquisa, o texto se atém ao mesmo período do relatório publicado pelo IUPERJ (1975) e ao trabalho de Fachini (1975), ou seja, entre 1965 e 1975. O autor parece desconhecer o trabalho de Namur (1976), apontando que até aquele momento, as únicas referências sobre o planejamento de Curitiba eram os trabalhos citados, além de referências gerais de planejamento, como Friedman, Banfield e Faludi.

Descreve ainda as particularidades de Curitiba e das pessoas ligadas ao processo decisório legal de planejamento, debatendo sua significação social. Apresenta o que denominou de “planejamento inovativo”²¹, que, segundo ele, é o melhor, necessário e ideal em qualquer situação.

²¹ Mais conhecido como planejamento estratégico.

Seria esse o planejamento implantado por Curitiba, descrito pelo papel dos técnicos e dos políticos no processo de planejamento e institucionalização deste.

Outra característica de sua pesquisa é o não destaque à dinâmica metropolitana, pelo contrário, esclarece que a dimensão metropolitana de Curitiba foi tida como restrição adotada quando da delimitação de seu tema, sendo assim retirada da discussão, bem como o ambiente político-administrativo e as relações com organismos estaduais e federais de planejamento. O autor limitou sua pesquisa ao município, especialmente nas questões de uso do solo e circulação, duas das áreas mais reconhecidas do trabalho do IPPUC. A questão metropolitana é descrita desta forma por ele

Acrescente-se ainda [aos problemas relacionados à autonomia municipal] a recente figura do ente metropolitano, que formalmente no caso brasileiro se apresenta simétrico para todo o país, mas na realidade tem apresentado situações bem diferenciadas. E ainda nesse caso a atuação governamental estadual aparece como um complicador de todo o problema, haja visto que a questão urbana se recente nesse nível administrativo, é um tanto fluída ao nível federal, ainda que se antecipando à atuação estadual. (FERNANDES, 1979, p. 15)

Destaca a já existente incoerência e contradições entre as políticas de desenvolvimento urbano local, daquela realizada em outras escalas, que seriam aprofundadas quando a gestão metropolitana foi repassada aos estados, com a Constituição Federal de 1988.

A leitura destas obras permite observar que as primeiras contribuições se restringiram de forma geral, ao município de Curitiba e à primeira década de atuação do IPPUC, devido, sobretudo, à disponibilidade de dados e um relativo distanciamento, apresentando sumários

históricos do planejamento urbano em Curitiba, bem como referenciando modelos teóricos que permitissem tentativas de explicação do caso, além de avaliações acerca do desempenho do instituto (FACHINI, 1975; NAMUR, 1976).

Essas produções reconhecendo o planejamento urbano de Curitiba e o IPPUC na década de 1970, contrastam com a atenção dispensada ao planejamento metropolitano da RMC e a atuação da COMEC. Poucas são as referências sobre tais, com exceção da história oficial e legal.

A COMEC teve um campo de ação restrito em seus primeiros anos de atuação, seja pela concorrência do IPPUC enquanto órgão de planejamento, seja pelo sombreamento que sofria de outros organismos de planejamento estaduais. O que começou a mudar com a transformação da CODEPAR em BADEP, que levou boa parte dos técnicos da área de planejamento a trabalharem com as questões financeiras que envolvem um banco de desenvolvimento. Ocorreu então um esvaziamento em termos de planejamento global do estado, se investindo em questões setoriais (educação, transporte, energia elétrica etc.). Pretendendo corrigir esse problema, em 1972 foi criada a já citada Coordenação de Planejamento Estadual (CPE), como órgão de assessoramento do governador e com a função final de criar o SEP. A CPE foi extinta com a Lei Estadual nº 6.636/74 de modernização administrativa, quando se institucionalizou tal sistema, a partir da criação da Secretaria de Estado do Planejamento (SEPL), substituindo a Secretaria Extraordinária de Planejamento e Coordenação Geral, ao qual estavam vinculados o IPARDES, a FAMEPAR e a COMEC.

A construção do SEP se deu a partir de um documento denominado *Diagnóstico e Diretrizes de Ação*, que explicitava o fato do Paraná não ser o “Eldorado” como alguns pregavam. O estado possuía renda inferior a nacional e taxas de crescimento em queda. A fim de interferir e modificar tal realidade, persistiu a investir em planejamento, ou seja, a panaceia deste como redentor dos problemas estruturais e históricos do território.

Nesse momento, entre os problemas a serem enfrentados, o governo elegeu as cidades como foco de ações prioritárias. Com a crescente urbanização em curso, a Secretaria de Planejamento precisava fortalecer ações de desenvolvimento urbano, integração de regiões deprimidas, além de ampliar e aprofundar os conhecimentos sobre o estado, operacionalizando um sistema de informações com estudos e pesquisas.

Para implantar tal sistema, entre 1973 e 1976 foram treinados cerca de 1400 técnicos. Entre os cursos ofertados estava o de *Planejamento Regional e Urbano*. Havia também a formação de “técnicos junior” a fim de garantir a permanente renovação de quadros (DIÁRIO DA TARDE, 1976). Entre esses, quatrocentos técnicos foram formados em *Noções Gerais de Planejamento* e noventa e oito em *Planejamento Governamental*, com apoio do Ministério do Planejamento (DIÁRIO DA TARDE, 1973). Ainda em 1976 a FAMEPAR continuava a oferecer cursos para formar técnicos para as prefeituras em todo o estado. Tais dados colocam em xeque a ideia amplamente disseminada que a partir dos estudos da SAGMACS e da conformação da PLADEP/CODEPAR entre as décadas de 1950 e 1960 o Paraná possuía corpo técnico ou tradição consolidada em planejamento, uma vez que a demanda parecia jamais ser sanada.

A instabilidade já citada a partir de 1971 no executivo estadual retornou quando Parigot de Souza veio a falecer após alguns meses de mandato, sendo substituído por João Mansur (ARENA, 11 de julho de 1973-11 de agosto de 1973) que ocupou o cargo até que o ditador indicasse Emílio Hoffmann Gomes (11 de agosto de 1973-15 de março de 1975), quando a situação voltou a se normalizar.

Curitiba, nesse momento, era tida pela CNPU (1979) como uma metrópole integrante da “área de expansão controlada”, cuja ênfase deveria ser a ordenação de seu crescimento, fortalecendo as medidas de proteção ao meio-ambiente, à localização industrial, uso do solo, sem, contudo, haver medidas restritivas de incentivos fiscais ou outros, como

deveria acontecer com Rio de Janeiro e São Paulo que começavam a sofrer com as deseconomias da aglomeração²².

A RMC foi delimitada então com treze municípios, estabelecidos pela Área de Concentração de Pessoas (ACP) definida pelo IBGE (1967), que conformavam com o município polo o que hoje é o NUC. Nos estados a questão metropolitana parecia estar restrita aos meios técnicos e acadêmicos, enquanto a mídia noticiava que *Governador do Paraná cria Área Metropolitana* (CORREIO DA MANHÃ, 1973, p. 6), divulgando a criação da COMEC, mas confundindo com a própria delimitação das regiões metropolitanas.

No Paraná, o documento que fundamentou a lei de criação da COMEC foi elaborado por técnicos da Secretaria de Planejamento e pelo IPPUC, entre outros órgãos. Em 22 de novembro de 1973, o deputado Basílio Zanusso apresentou à Comissão de Redação o texto final de criação do órgão (DIÁRIO DO PARANÁ, 1973a). Divulgava o jornal Diário do Paraná (1973 b, s.p.) de 22 de dezembro: *Grande Curitiba tem lei de planejamento*. No mesmo dia, exclamava o Diário da Tarde *Agora já há uma lei para a Grande Curitiba e começa sua implantação*. Em seu discurso durante a promulgação da Lei, o então governador Emílio Gomes ressaltava que tal fato tornaria a RMC mais digna e mais humana, destacando

²² As aglomerações urbanas e industriais apresentam, de modo geral, uma série de vantagens que atraem novos investimentos empresariais. Elas representam amplos mercados consumidores e oferecem mão-de-obra abundante e qualificada. A base industrial instalada em uma determinada região e um diversificado setor comercial oferecem bens e serviços que são demandados pelas novas empresas. Esse conjunto de vantagens constitui a chamada "economia de aglomeração", que explica a expansão das aglomerações urbanas e industriais. Contudo, a partir de um certo ponto, essas aglomerações passam a apresentar desvantagens que, do ponto de vista de diversas indústrias, superam as vantagens. Aumentam os custos dos imóveis, a força dos sindicatos gera elevação dos salários, o congestionamento de tráfego amplia os custos dos deslocamentos, as regulamentações municipais geram despesas maiores etc. Essas "deseconomias de aglomeração" ajudam a explicar a chamada "fuga de indústrias" que ocorre em metrópoles de diversos lugares do mundo. (MAGNOLI; ARAÚJO, 2005, p. 425)

que as regiões metropolitanas não vinham para tolher a autonomia dos municípios. Prosseguiu afirmando que “a nossa capital não apresenta problemas sérios, ou até mesmo graves como outras capitais brasileiras, mas existe uma necessidade natural de se disciplinar o que chamamos crescimento metropolitano” (DIÁRIO DA TARDE, 1974, s.p.).

A notícia era disseminada pela imprensa, relacionando com os feitos em curso na capital. Colocavam que “a vida na cidade se caracteriza por uma terminologia nova, que se incorporou a linguagem popular. Temas como estrutural, sistema viário, anel central, passaram a integrar a idiomática curitibana. Desses temas, outro foi oficializado ontem: Grande Curitiba” (DIÁRIO DO PARANÁ, 1973 c, p. 3). Com a promulgação de uma lei, a Ditadura e a imprensa buscavam convencer a população que os problemas das grandes metrópoles caminhavam para resolução ou, pelo menos, para serem amenizados.

Fortalecendo o argumento de que as RMs eram áreas de intervenção do Governo Autoritário, na mesma edição do Jornal (DIÁRIO DO PARANÁ, 1973b), o então secretário de planejamento do estado, Ivo Moreira, ressaltava a criação da COMEC como parte da consolidação do Sistema de Planejamento Estadual, influenciado pelo Governo Federal e decorrente do “processo revolucionário” (se referindo ao Golpe que instaurou a Ditadura Militar em 1964). Para ele,

Foi concretizada aqui no Paraná mais uma das grandes diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal, cujos programas, pelo alto grau de alcance social, fortalecem ainda mais a honorabilidade do processo revolucionário, bem como o seu caráter irreversível. (...) é notável aqui a alta sensibilidade político-administrativa do governo da República, que, de forma até certo ponto elegante, estabeleceu as linhas gerais de um processo de disciplinamento do crescimento das áreas metropolitanas.

E continuava afirmando que

Os municípios da região metropolitana, que participarem do planejamento integrado e dos serviços comuns terão preferência na obtenção de recursos federais e estaduais, inclusive sob a forma de financiamento, como de garantias para empréstimo. (...) o programa das regiões metropolitanas vem, efetivamente, robustecer a grande tônica dos planos e programas federais que estabelecem como objetivo principal e final a promoção e o bem-estar do homem. (DIÁRIO DO PARANÁ, 1973b, p. 1)

Terminava congratulando deputados, prefeitos, empresários e outras entidades “que deverão estar presentes na solução dos problemas metropolitanos”. A COMEC foi instituída então como Órgão de Regime Especial da Administração Direta, vinculado à SEPL. Tal lei fixava ainda suas competências, além da divisão interna do mesmo, com a constituição determinada pela Lei Federal, ou seja, com um Conselho Deliberativo, um Conselho Consultivo e uma Secretaria Executiva, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 747/75.

Quanto à centralização da Capital, a polarização de Curitiba pode ser vista na PDU, sobre o Sistema Urbano Estadual, onde as cidades foram classificadas de 1 a 6 quando atingissem o tamanho mínimo para sua eficiência como centros urbanos. Curitiba, estava sozinha na posição de nível 1, enquanto outros municípios metropolitanos apareciam somente no nível 6 (Campo Largo, Araucária, São José dos Pinhais e Rio Branco do Sul). Os que não se caracterizavam como centros urbanos foram distribuídos de 7 a 9, sendo 7 Piraquara e Contenda, 8, Colombo, Quatro Barras, Campina Grande do Sul, Almirante Tamandaré, Bocaiúva do Sul e Balsa Nova e 9, Mandirituba. De acordo com o IUPERJ (1975, p. 130) “o próprio processo de metropolização não se apresenta de modo uniforme nas nove metrópoles brasileiras, e se ainda não encontramos um maior desenvolvimento nos municípios da RMC é porque a própria

metrópole ainda está galgando as primeiras etapas do processo de metropolização”.

Como dito, Curitiba representava 89% da população urbana da região, contudo, rapidamente Colombo e Piraquara passaram a crescer populacionalmente em ritmo superior ao da capital, que era de 73%, com 121% e 103,5% respectivamente. Esses dois municípios também se destacavam em termos de densidade demográfica, seguidos de um segundo grupo formado por Almirante Tamandaré, Araucária e São José dos Pinhais, todos acima de 30 hab./km². Em termos de migração, 41% da população total da RMC era de pessoas não naturais do município onde residiam, número que passava a 47% no caso de Curitiba (IUPERJ, 1975).

Na economia, excluída Curitiba, havia o predomínio do setor primário, seguido pelo terciário e por fim o secundário. Curitiba concentrava 72,5% do número de estabelecimentos industriais, correspondente a 82,5% do valor da produção. Dos 27,5% de estabelecimentos industriais nos municípios metropolitanos, 29,5% estavam em São José dos Pinhais e 18% em Campo Largo, que em termos de valor de produção detinham 73% do total junto a Rio Branco do Sul, sendo 26%, 23% e 24%, respectivamente. O momento de instalação da CIC, – pré-definida em 1972 (Lei Municipal nº 4.199/72, artigo 10), implantada a partir de 1973 e institucionalizada em 1974 (por meio da Lei Municipal nº 4.772/74), se encontrava em um período marcado pela ação estadual como indutor e financiador da industrialização (NAMUR, 1992, p. 5).

Afirmavam assim na PDU que “a região constitui de fato um espaço bastante diferenciado na sua organização interna, com áreas de expressivo desenvolvimento ao lado de áreas estacionárias e com sensíveis desequilíbrios nos níveis de equipamento das cidades” (PARANÁ, 1975, p. 128).

Para auferir os relacionamentos dos municípios da região, o IUPERJ se utilizou do número de chamadas telefônicas entre os municípios

e o fluxo de passageiros rodoviários. Almirante Tamandaré, Bocaiúva do Sul, Mandirituba e Rio Branco do Sul não estavam ligados à rede interurbana, enquanto Balsa Nova operava com um terminal de Campo Largo e Campina Grande do Sul e Quatro Barras receberam operação telefônica somente a partir de 1972. Curitiba recebia mais de 50% das chamadas telefônicas, enquanto São José dos Pinhais vinha em segundo, com 21% em 1971 e 26% em 1973. Quanto ao fluxo de passageiros entre o polo e diversos municípios metropolitanos, o estudo destaca o importante papel desempenhado por Curitiba não apenas como mercado de trabalho, mas também convergência de rodovias. Frisa ainda a inadequada estrutura viária municipal e intermunicipal, sobretudo na ligação entre as sedes de municípios, que junto aos fluxos direcionados para Curitiba, refletiam a ausência de integração das atividades intrarregionais de forma horizontal, demonstrando a dependência da região em relação ao polo.

Sobre os municípios mais dinâmicos, São José dos Pinhais apresentava-se como projeção do mecanismo socioeconômico da capital, sendo seu relacionamento de nível metropolitano, único município de fato conurbado com a capital. Campo Largo, então segundo centro industrial da região, era autônomo e estruturado, apresentando condições para novas indústrias, e junto a São José dos Pinhais possuía melhor nível de equipamentos funcionais. Araucária, com a construção da refinaria da Petrobrás em andamento, se projetava como terceira força na região, com perspectivas de rápido desenvolvimento, sendo colocado como necessário seu planejamento e controle do uso do solo, uma vez que seu crescimento se dava na direção de Curitiba. Rio Branco do Sul e Piraquara também se destacavam, o primeiro pela presença de grandes empresas do ramo mineral, e Piraquara por ter áreas tendendo a se tornar conurbadas (que depois viriam a ser o município de Pinhais), bem como a presença de serviços que a tornavam autônoma em relação à Curitiba, como hospitais e o sistema de abastecimento de água da metrópole.

Na capital, em 1974 Jaime Lerner saiu da prefeitura de Curitiba, sendo substituído por Saul Raiz. Nesse ano, o IAB elegeu a administração Lerner/ IPPUC como a melhor do Brasil e modelo a ser seguido e, em 1975, o já citado trabalho do IUPERJ buscava detectar o que seria o modelo de Curitiba. O sucesso de Lerner à frente do executivo municipal, entretanto, não era suficiente para convencer a todos. Ao contrário do otimismo explicitado quando da definição das RMs, em março de 1975 os jornais fluminenses noticiavam a ida do urbanista para a Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM) de forma bastante crítica. Um dos seus principais críticos foi o jornalista Helio Fernandes. Este, quando da possibilidade de Lerner ser indicado como prefeito de Niterói após a junção dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, afirmava que

O prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, mudou a mão de algumas ruas, desviou o tráfego de outras, importou o gelo baiano e agora está impossível. Se julga um gênio. Só fala em “humanizar” o Rio de Janeiro. Derama vasta publicidade no rádio, jornal e televisão, não demora vai aparecer no bloção da Praia do Russel fazendo comercial das multinacionais. Provinciano quando deslumbra, deslumbra para todo sempre. (FERNANDES, 1975a, p. 3).

Em outra oportunidade, o jornalista criticava a FUNDREM e Lerner:

Agora que o sr. Jaime Lerner vem para a Coordenação da Região Metropolitana do Grande Rio, coisa que ninguém sabe o que é, que nem posse tem. Pois bem. Dos 700 mil habitantes de Curitiba, o sr. Jaime Lerner terá agora, só em Nova Iguaçu, uma das cidades do Grande Rio, 1 milhão e 200 mil habitantes. O ideal seria que o sr. Jaime Lerner saísse um pouco do cartaz, abandonasse as promessas para o futuro e se dedicasse a realizar para o presente. Se o sr. Jaime

Lerner puder compreender que um homem se projeta e se realiza através do que faz e não do que promete, nem tudo está perdido. (FERNANDES, 1975b, p. 3).

No Paraná, a COMEC foi criada a partir da Lei Estadual nº 6.517 de 2 de janeiro de 1974, tendo seu real funcionamento somente efetivado no segundo semestre de 1975, com a aprovação do Regulamento pelo Decreto Estadual nº 747, de 17 de julho; a nomeação do novo Conselho Deliberativo, pelo Decreto Estadual nº 832, de 7 de agosto; a aprovação do quadro funcional pelo Decreto Estadual nº 841, de 13 de agosto e com o Decreto Estadual nº 842, da mesma data, nomeando o Coordenador Geral e o Coordenador Técnico, Vicente Ferreira de Castro Neto – vinculado ao governo estadual – e Omar Akel – então funcionário do IPPUC, representando a influência que Curitiba buscava manter sobre o planejamento metropolitano, tendo o Instituto cedido também o economista Alberto Maia da Rocha Paranhos, que contribuiu na elaboração do primeiro PDI. Como afirmou Akel

A Lei 14 indicava a formatação básica dos órgãos metropolitanos. Nós trouxemos isso para dentro do governo do estado e na negociação, como já tinha o SECORE no IPPUC funcionando como secretaria executiva da RM, trouxemos isso para definir como formatar essa estrutura que a lei previa. Eu, na época, estava respondendo pelo SECORE e aí o governo do estado do Paraná solicitou que a prefeitura de Curitiba indicasse um técnico, para junto de um técnico do estado, da SEPL, fosse montada essa estrutura metropolitana. O prefeito mandou então que eu fosse fazer esse papel, a SEPL indicou seu representante, também arquiteto, Vicente de Castro. Então nós dois coordenamos a montagem da COMEC. E no primeiro documento e na própria lei que criou a COMEC, para não criar de novo uma máquina muito grande que acabava que os recursos eram poucos e naquele tem-

po se previa que o governo do estado entrava com recursos mas também as prefeituras na proporção de sua estrutura entraria com recurso. Cada município entrou então com um pouco de dinheiro para manter a estrutura. (CARMO, 2018, p. 245)

Estiveram presentes na cerimônia de criação da COMEC além de secretários estaduais o então prefeito de Curitiba Jaime Lerner, o presidente do BADEP, Karlos Rischbieter, o presidente do IPPUC, Rafael Dely, o presidente da URBS, Cássio Taniguchi, e todos os prefeitos dos municípios integrantes da região metropolitana.

Estabelecidos os procedimentos administrativos e sua instalação física, a COMEC em 1975 iniciou suas atividades técnicas, com vistas a um conhecimento da área e programação de trabalho, tendo, entre outras, realizado as seguintes atividades:

1. Coleta de elementos cartográficos atualizados sobre a região, para o processo de planejamento e programação inicial;
2. Complementação das informações sobre a região por meio de visitas da equipe técnica aos quatorze municípios integrantes da área metropolitana;
3. Elaboração do programa de trabalho da COMEC e especificações técnicas da concorrência pública para a cartografia básica da região;
4. Julgamento da concorrência para a cartografia básica;
5. Estabelecimento de convênio com a SUDESUL e o IPEA/CNPU para a elaboração do PDI da RMC; e
6. Negociação de convênio com o BNH, para a COMEC ser seu agente na região metropolitana, e com o INCRA, para o controle de liberação de áreas rurais para uso urbano.

Afirmava-se que a COMEC “foi um passo concreto para racionalizar os esforços que vinham sendo feitos pelo Governo Estadual e pelas administrações municipais, e ao mesmo tempo facilitar a captação de recursos federais destinados à solução de questões urbanas” (PARANÁ, 1976, p. XV). Portanto, foi durante o governo de Emílio Gomes, que ocorreu a implantação efetiva da Região Metropolitana de Curitiba, orientada para as políticas propostas nacionalmente. A inclusão de Curitiba e sua área adjacente, como complexo metropolitano, refletia a relevância desta no sistema urbano brasileiro, devido à grande concentração demográfica e econômica da área em relação ao Estado. Tratava-se de dar-lhe um tratamento especial, em termos de planejamento e ação, com vistas aos problemas causados pela rápida urbanização, decorrentes de concentração de fluxos migratórios e desenvolvimento de novas atividades.

Intensificando sua ação no espaço metropolitano, no início do ano de 1975, a Agência do Paraná participou da inauguração da primeira empresa instalada na CIC, a PLASTIPAR (desde 2005 passou a ser denominada Hettich do Brasil, em função da fusão com a empresa Hettich da Alemanha, ocorrida em 1996). Além de ter financiado a empresa, o BRDE, deu prosseguimento aos financiamentos de estudos e projetos para a implantação da CIC com recursos da FINEP, tendo praticamente financiado todos os projetos. Em 1974 foi instalado no município de Araucária o Centro Industrial de Araucária (CIAR) com assessoria de técnicos da SERFHAU em parceria com o governo do estado por meio da COMEC, como área complementar à CIC.

Contudo, durante o governo de Jayme Canet Junior (1976-1979), o Paraná persistia em enfatizar seu setor primário, enquanto o país consolidava o setor secundário da economia. Ainda que identificassem a crescente atração que o estado exercia sobre as indústrias que deixavam as regiões metropolitanas do Sudeste, fomentava-se a agroin-

dústria, buscando uma mudança gradual da economia agrária para outra baseada na diversidade de atividades, com base no setor industrial.

Na área do meio-ambiente, a Secretaria de Meio Ambiente, levantou dados referentes ao consumo e às capacidades utilizadas nos diversos elementos integrantes do sistema para os setores de abastecimento de água existentes na RMC. Novas áreas a serem abastecidas, inclusive a CIC, teriam consumos previstos com base nas informações sobre os índices obtidos.

Foi elaborado então o *Plano Diretor de Abastecimento de Água da RMC*, visando rever os planos e o atendimento das necessidades, com o aproveitamento das instalações existentes e no sentido de conduzir a uma integralização do sistema na área metropolitana. Mostravam a situação de poluição dos mananciais aproveitados e daqueles que no futuro poderiam ser utilizados em abastecimento da água. Paralelamente a esse diagnóstico foram sugeridas medidas para a proteção e preservação de mananciais de superfície e subterrâneas a curto, médio e longo prazo.

Dando início às atividades do órgão, em discurso quando da posse do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo, o governador Jayme Canet Junior destacou que:

A COMEC não irá absorver ou limitar as atuações dos municípios vizinhos a Curitiba integrantes da região metropolitana. Pelo contrário, todos gozarão dos mesmos benefícios, integrados totalmente num trabalho que não será somente planejador e sim dinâmico. Os prefeitos devem colaborar com esta Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, para que ela se torne instrumento útil a todos, em benefício da região vizinha a capital do nosso estado.

Foram então empossados ambos os Conselhos, e se firmou um protocolo de entrosamento com o IPPUC que deveria exercer a função de agente técnico da COMEC na execução do planejamento integrado da região metropolitana. O IPPUC deveria funcionar como assessor dos

conselhos, sendo sua incumbência realizar estudos para definir diretrizes de saneamento básico, uso do solo, transporte e sistema viário, distribuição de gás canalizado, aproveitamento de recursos hídricos, controle da poluição ambiental e sugerir alternativas para toda a área, extrapolando sua área de atuação que até então se limitara ao município de Curitiba. O convênio firmado permitia a este exercer a função de órgão interno de planejamento e assessoramento dos Conselhos, então, na prática, a COMEC seria formada pelos Conselhos, enquanto o IPPUC se tornava, de fato, o órgão de planejamento metropolitano.

A lei federal estabelecia que o órgão de planejamento metropolitano deveria pertencer ao governo estadual, originando uma incompatibilidade com a solicitação feita ao IPPUC. O Governo do Estado passou a compor então um quadro próprio de técnicos, que formariam a Secretaria Executiva e junto aos conselhos conformaria a COMEC. As primeiras atividades do órgão foram o levantamento aerofotogramétrico da região, projeto para a construção da Avenida das Torres (ligando o centro de Curitiba ao aeroporto localizado em São José dos Pinhais) e a criação do parque ao longo do rio Iguaçu, identificando-se com o que o IPPUC realizara e fundamentara seu sucesso: sistema viário, áreas verdes e transporte. O último, não viria a ser foco prioritário do órgão metropolitano, uma vez que só se tornou sua incumbência em 1992 (esta FPIC era responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná - DER), sendo na sequência compartilhado com a URBS, ainda que, como apontam Francisconi e Souza (1976, p. 52) “o aprimoramento dos transportes muda a configuração das áreas metropolitanas, ampliando sua função polarizadora. Mais ainda, os transportes passam não só a integrar ao sistema urbano regiões até aqui desocupadas, como também são o elemento indutor da ocupação e urbanização dessas regiões”.

Dentro da Coordenadoria de Modernização Administrativa houve o *I Curso de Planejamento Regional e Urbano* e a COMEC, já estruturada financeira e administrativamente, iniciou em 1976 paralelamente ao PDI

da RMC, o Plano de Ação Imediata, como resposta direta às aspirações e reivindicações dos municípios. No segundo semestre, após o detalhamento das diretrizes básicas, foram definidas as linhas de trabalho, envolvendo aspectos geográficos, sociais, econômicos, administrativos, jurídicos e de infraestrutura em geral.

As atividades foram desde a correção de divisas municipais, até o cálculo das áreas municipais e definição de localização dos perímetros urbanos, possível a partir da realização do levantamento aerofotogramétrico concluído em 1977. Além do mapeamento de áreas verdes foram realizados estudos de hidrografia, principalmente com vistas a preservar os mananciais de abastecimento da região metropolitana. A ocupação racional do solo era objeto de preocupação por parte do órgão, tendo sido elaborado o levantamento industrial da região, para ordenar a ocupação territorial do setor industrial.

Na parte social, os levantamentos abrangeram as entidades assistenciais, situação do setor de saúde, educacional, elaboração do Plano Regional de Esportes, bem como projeções demográficas decenais até 1990, para se dimensionar o mercado a ser atingido pelas realizações metropolitanas.

Dentro desta orientação, a COMEC firmou convênio com o INCRA, visando a prestação de colaboração mútua, especialmente na determinação de normas transformando áreas rurais em urbanas. Outros convênios firmados em 1976 foram com a SUDESUL, para a estruturação dos órgãos de planejamento dos serviços de natureza metropolitana; com o BNH e EBTU, estando incluído neste último, o Projeto Integrado de Circulação de Transporte do Município de Curitiba.

Foram firmados ainda termos de ajuste com o IPARDES, FAMEPAR e PPTE para assistência técnica e Termos de Cooperação Financeira com a FUNDEPAR para obras escolares e com a SANEPAR, para

implantação de redes de abastecimento de água em municípios que não contassem com esse serviço.

Realizaram-se ainda estudos técnicos de saneamento em todos os municípios, elaboração de mapas de sistema elétrico; verificação do nível de atendimento da infraestrutura existente e dos custos. No setor viário foram feitos levantamento da frota de equipamentos rodoviários; atualização dos percursos, estudos sobre a rede viária metropolitana; programação da rede viária de apoio e acompanhamento dos projetos rodoviários junto ao DER e Prefeituras Municipais.

Apesar das ações em andamento e realizadas, em setembro de 1977, o *Jornal do Brasil* (p. 22) exclamava *Regiões Metropolitanas não deram resultado previsto*. Relatava a queixa dos prefeitos dos municípios vizinhos às capitais, alegando que apenas estas recebiam auxílios, já que seus prefeitos –biônicos-, tinham livre trânsito em Brasília, uma vez que eram indicados pelos governadores, por sua vez determinados pelo Ditador na presidência – enquanto o auxílio a eles necessariamente precisava passar pelos conselhos e órgão metropolitano.

Alertavam que os resultados eram pequenos, ainda que se considerasse cedo julgar se as regiões metropolitanas eram benéficas ou não. Apon-tavam que o maior entrave à solução de problemas metropolitanos era saber de quem era o poder de decisão. Exemplificavam o embate entre municípios com os planos locais, como no caso de Viamão, na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), destinado pelo plano metropolitano como área de lazer da região, mas que para ter mais renda queria atrair indústrias. Sobre a RMC, afirmava o *Jornal*, não se registrava nenhuma modificação em seus municípios com relação a antes de 1973, e sua coordenação só se fazia sentir na publicidade oficial. De acordo com o *jornal* (p. 4) havia consenso entre os treze prefeitos da RMC que a atuação da COMEC até então deixara a desejar. Encontra-se a mesma crítica feita atualmente para as regiões metropolitanas, determinadas pelos estados, de que as regiões metropolitanas são regiões, mas não são metropolitanas.

Dos 13 municípios, quatro não tem serviços de água, ruas pavimentadas ou qualquer tipo de serviço básico a que se propunha a coordenação, ao iniciar suas atividades. Campina Grande do Sul e Quatro Barras, por exemplo, ainda apresentam o mesmo aspecto de decadência de dez anos atrás. Nas ruas sem asfalto e cheia de buracos, poucos carros circulam e a figura do lavrador, numa carroça ou andando em magro pangaré ainda é facilmente encontrado.

Em entrevista, reclamava o prefeito de Campina Grande do Sul que as reuniões dos Conselhos eram apenas conversas que não se convertiam em obras. Até aquele momento, o único financiamento da COMEC no município fora a construção de 50% de uma cancha de esportes, que precisou que a outra metade fosse financiada pela prefeitura para ser concluída.

Vicente de Castro Neto, então presidente da COMEC relatava que o dinheiro para obras dependia do empenho de cada prefeito. Até aquele momento a Coordenação investira cerca de 300 milhões de cruzados enquanto o prefeito de Curitiba (Saul Raiz) conseguira em Brasília 1 bilhão e 50 milhões de cruzados para investir na capital. O prefeito de Campo Largo (Amadeu Pusi) protestava afirmando “onde vamos conseguir recursos para ir a Brasília e como vamos levar projetos para serem aprovados, se não temos o IPPUC para trabalhar para nós?”, defendendo a criação no organograma da COMEC de um setor que fizesse para os municípios vizinhos o mesmo que o IPPUC fazia para Curitiba (JORNAL DO BRASIL, 1977).

Para Lubomir Ficinski, então presidente do IPPUC esta diferença no tratamento financeiro era uma tendência natural, porque Curitiba representava 80% da população, do orçamento e das atividades econômicas da região metropolitana. Ou seja, Curitiba não era e seus planejadores não se viam enquanto parte de uma região metropolitana de fato.

A burocracia se refletia nos trâmites dos pedidos realizados pelos municípios metropolitanos, que passavam por quatro filtros até serem li-

berados: solicitação para a COMEC, passagem pelo Conselho Consultivo, pelo Deliberativo e por fim pelos Ministérios em Brasília, onde poderiam ser aceitos ou não. Denunciava um dos prefeitos que Curitiba recebia até mesmo dualidade de projetos, uma vez que IPPUC e COMEC por vezes desenvolviam projetos para as mesmas áreas e fins. Nas palavras de Castro Neto

Um exemplo é a Avenida das Torres, que faz a ligação de São José dos Pinhais até o centro de Curitiba e é o principal acesso de quem chega pelo Aeroporto Internacional de Curitiba (que fica no território do município de São José dos Pinhais). Quando o engenheiro Saul Raiz sucedeu o arquiteto Jaime Lerner como prefeito nomeado de Curitiba, ele insistiu que os recursos a fundo perdido, negociados para a obra pelo Governador Ney Braga com a Coordenação da COMEC junto ao Ministério do Planejamento do Ministro Reis Veloso, fossem repassados diretamente para o município de Curitiba. (CARMO, 2018, p. 251)

Quanto às críticas da época, para Jaime Lerner “a região metropolitana é um problema institucional e não se pode fazer um balanço das alterações causadas pela sua criação, devido ao pouco tempo”. Destaque-se que quando dessa declaração Lerner, já passara pela FUNDREM no Rio de Janeiro, onde ficara menos de um ano²³, e retornara ao cargo de prefeito de Curitiba, em 1979. Mais que isso, como aponta Lomar (1992, p. 12)

Os municípios desinteressavam-se de participar dos conselhos metropolitanos, pois seu papel era meramente consultivo, sem condições para uma efetiva

²³ Em entrevista (QUATRO RODAS, 1977), declarou que saiu da FUNDREM por problemas com o governador Faria Lima e foi ser consultor da Organização das Nações Unidas (ONU) para projeto em Caracas, além de Conselheiro do BNH e da CNPU (Lubomir Ficinski também estava neste conselho). Seu escritório (Jaime Lerner Planejamento Urbano) prestava então assistência nas cidades de Recife, Salvador, Aracaju, Londrina, Goiânia e São Paulo.

influência sobre as políticas e ações estaduais. O próprio estado federado não assumia, responsabilmente, suas atribuições, pois não considerava seus os serviços comuns de interesse metropolitano. Conforme declarava a lei federal, eles eram comuns aos municípios que integravam a região. Restou, pois, um vazio.

Em consonância com a Lei, o Conselho Deliberativo foi composto por cinco representantes do estado (Governador e Secretários de Planejamento, Transportes e Interior e a FAMEPAR), indicando que a área de transportes poderia ser prioritária. A FAMEPAR, instituído pela Lei nº 6.220, de 02 de setembro de 1971, transformada em Instituto pelo Decreto 1420/92, substituiu o antigo DATM, enquanto o representante da prefeitura de Curitiba era Lubomir Ficinski.

Já o Conselho Consultivo era composto pelos quatorze prefeitos da RMC e a Secretaria Administrativa seria feita pela própria COMEC, em substituição ao IPPUC como previa a Lei que instituiu o órgão metropolitano, contando então com uma equipe de dezoito técnicos.

Em 1977 foi elaborada a versão definitiva das *Diretrizes da Região Metropolitana de Curitiba*, consolidada no volume *Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba – PDI RMC*. A publicação do PDI em 1978, configurou-se numa tentativa de reversão do quadro negativo instalado. O PDI foi dividido em cinco partes:

1. introdução, com diretrizes básicas de desenvolvimento e posicionamento metodológico;
2. o fenômeno da metropolização: com marcos conceituais e caracterização da RMC;
3. relacionamento intraregional: hierarquia urbana, interpretação da relação tamanho-hierarquia, análise da distribuição temporal, análise da posição relativa, análise das funções ur-

banas, articulação das atividades humanas, zona periférica de contatos diários (área de influência de primeiro nível), zona de atuação exclusiva (área de influência de segundo nível), zona de atuação direta com presença de centros sub-regionais (área de influência de terceiro nível), zona de atuação secundária, limitada pela influência de outros polos nacionais (área de influência de quarto nível), limites de influência, tipologia;

4. suporte às atividades metropolitanas: suporte natural, áreas aptas à preservação, áreas aptas às atividades primárias, suporte de infraestrutura, áreas aptas ao desenvolvimento, suporte urbano, áreas aptas à urbanização, áreas aptas às atividades secundárias; e
5. modelo de organização territorial: uso do solo metropolitano, organização territorial, estratégia regional, área de contenção, área de preservação, área de promoção, áreas de dinamização, estruturas urbanas, desenvolvimento e geração de empregos, estimativas do custo empresarial e ação metropolitana.

Belmiro Valverde Jobim Castor (Secretário de Planejamento e Secretário do Conselho Deliberativo da COMEC) foi quem realizou a apresentação do plano.

Com o objetivo de minimizar os efeitos negativos que tendem a intensificar-se depois de determinada escala, o governo federal mui oportunamente, criou o Programa de Regiões Metropolitanas. Essa atitude veio permitir que problemas do relacionamento polo-periferia, verificados em áreas municipais distintas pudessem ser tratados num contexto de continuidade espacial. (COMEC, 1978, s.p.)

Prosseguia

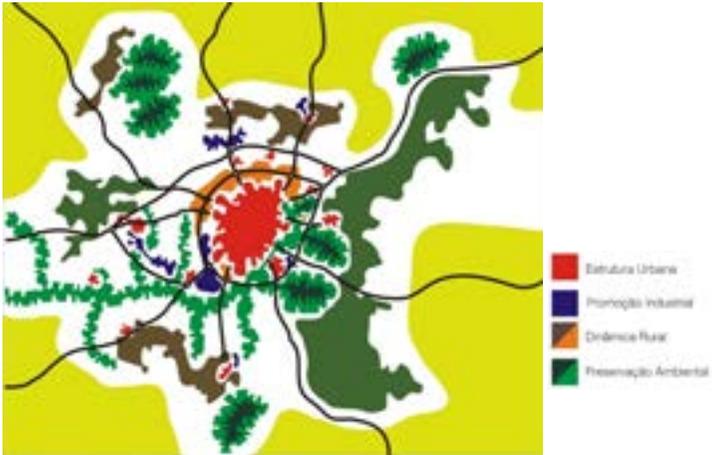
A análise intraregional permite observar uma realidade urbana altamente concentrada no município-polo, com algumas áreas adjacentes fracamente estruturadas em termos urbanos e o restante do conjunto tipicamente rural. Donde se depreende a necessidade de tratamento global da área, não meramente sob o enfoque do desenvolvimento urbano, mas sim da organização territorial. (COMEC, 1978, s.p.)

A conceituação do modelo estruturante da região tinha três premissas básicas:

1. sobrevivência adequada (questão ambiental);
2. geração de riqueza (ainda com foco no setor primário e buscando o desenvolvimento industrial); e
3. melhor condição de vida da população metropolitana.

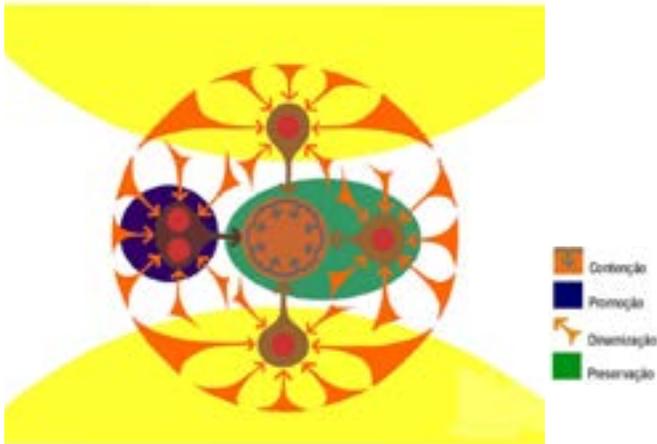
As questões ambientais e econômicas se apresentavam como determinantes, pouco se atentando ao social. A orientação da expansão urbana deveria se dar para oeste: melhor terreno e eixo de desenvolvimento do estado. À Leste a questão dos mananciais já se destacava, ao Norte o terreno era acidentado e ao sul estaria sujeito às constantes enchentes do rio Iguaçu. Identificava Curitiba e Araucária como industriais, incentivando a industrialização de Campo Largo, ainda que identificasse São José dos Pinhais, a Leste, como em crescente industrialização. Curitiba era vista como polo prestador de serviços (figuras 7 e 8).

Figura 7: Uso do solo e atividades econômicas (proposição)



Fonte: COMEC, 1978; CARMO, 2018

Figura 8: Estratégia de Ocupação



Fonte: COMEC, 1978; CARMO, 2018

A metodologia empregada estava de acordo com o que se propunha na época, com a adoção do planejamento estratégico. Seriam três os macro-objetivos do planejamento metropolitano:

1. promoção do desenvolvimento integrado – social e econômico – da RMC como um todo;
2. redução de desigualdades intra-regionais, fortalecendo aqueles municípios cujo estágio de desenvolvimento está aquém das suas potencialidades; e
3. melhoria da qualidade de vida metropolitana e preservação do meio ambiente.

Descreviam os técnicos que as áreas destinadas a pomares e hortas próximas aos limites de Curitiba começaram a ser substituídas pelo fenômeno da conurbação. A organização territorial passava a ser sinônimo de desenvolvimento urbano e a explosão populacional passava a ser a preocupação central da COMEC. Alertavam que garantir qualidade de vida a toda população extrapolava o âmbito do órgão e que a ação de planejar do Estado centrou-se sobre a oferta de infraestrutura e serviços, sendo uma ideia equivocada a qual estavam submetidos.

O PDI preconizava maior controle sobre o uso do solo em São José dos Pinhais e Piraquara, onde estavam os mananciais. A opção pelo oeste da região também se relacionava aos eixos criados pelo governo do estado, consolidando o crescimento na direção da cidade de Ponta Grossa. Relatavam que

A fragilidade da economia regional, com exceção do polo (Curitiba), faz com que se busque identificar áreas de ação com mais potencial de rendimento e com maior poder multiplicador. A agricultura e a exploração mineral destacam-se como atividades prioritárias à dinamização, uma vez que além da absorção

de mão-de-obra que acarretam e do atendimento do próprio mercado regional, representam interessante suporte a industrialização. (COMEC, 1978, s.p.)

Por fim, consideravam após o lançamento do PDI que “se depender da área oficial do planejamento, que por sua vez influi na COMEC, as diretrizes fundamentais estão lançadas com o compromisso do aparelho do estado e do planejamento da capital”. Consoante com o realizado pelo IPPUC para Curitiba, acreditavam que

Embora estejamos vivendo um momento especial, uma conjuntura em que o planejamento sofre maiores pressões da sociedade civil e disso se aproveitem as iniciativas particulares, alguns aspectos ecológicos e dos transportes parecem ter contornos definitivos e eles ajudarão a consolidar algumas linhas aqui esboçadas no Plano de Desenvolvimento Integrado. Entretanto, existem resistências não só de empresas e particulares, mas também de prefeituras que tem objeções a este tipo de planejamento e faz depender o desenvolvimento de seus municípios dos alinhamentos esboçados não só na COMEC, como no *IPPUC, o irmão maior*. (COMEC, 1978, s.p., grifo nosso)

Por fim, questionavam “até onde há contestações mais veementes ao planejamento? Até que ponto as reivindicações municipais dos vizinhos da capital terão força para ser ouvidas? Essas são questões ainda por descobrir” (COMEC, 1978, s.p.).

Tornou-se o PDI uma sistematização dos trabalhos, onde haveria definições sobre o ordenamento do uso do solo, obedecendo a hierarquização funcional entre os municípios, construindo infraestruturas que permitiriam sua efetiva implantação. O processo de confecção do plano era visto como uma etapa de um processo amplo de planejamento, que estaria sujeito à adequações estruturais e conjunturais. O uso do solo, a falta de infraestrutura e a ocupação espacial fora de disciplina – “ao sabor

de iniciativas econômicas que não se ajustam às necessidades de organização urbana” (COMEC, 1978, s.p.) - foram o ponto de partida para o plano elaborado pelos técnicos da COMEC.

De acordo com Silva Neto (s.d.), o documento final refletiu, contudo, a influência das políticas urbanas que estavam em processo de implantação na capital. Tal fato pode ser visualizado na ênfase dada ao sistema viário, sistema de transportes e no uso do solo, que reproduziam no nível metropolitano as premissas básicas do planejamento curitibano.

Já na PDU estadual, entre os programas prioritários estavam a adaptação dos centros urbanos a realização de grandes projetos, assistência técnica aos municípios e o funcionamento da COMEC entre outros, como o fortalecimento das cidades de porte médio do interior do estado visando evitar a metropolização. Afirmavam os jornais que “o sonho que nas cidades há emprego farto, facilidades de se adquirir bens e de se desfrutar das facilidades da vida moderna é o caminho mais direto entre o meio rural e a favela na periferia dos grandes centros urbanos” (DIÁRIO DA TARDE, 1981, s.p.).

Manter a população onde estava era um dos objetivos da PDU, por meio da promoção “do equilíbrio regional e pela incorporação de regiões atualmente deprimidas ao processo de desenvolvimento, bem como pelo desenvolvimento de regiões dinâmicas” (DIÁRIO DA TARDE, 1981). O governo estadual criou então três eixos industriais já citados, situados entre Curitiba-Ponta Grossa, Londrina-Maringá e Cascavel-Toledo-Guaíra. Construiu-se Itaipu e da formação de mão de obra para atender essa demanda foram criadas as universidades estaduais de Londrina (1970), Maringá e Ponta Grossa (1969). Em 1975 mais uma vez a geada destruiu as plantações de café do norte do estado, aumentando a migração para as grandes cidades e colaborando definitivamente com a transformação do Paraná de um estado agrário para majoritariamente industrial-urbano a partir dos anos 1980.

Nesse momento, iniciava o governo a se atentar à pressão e limite dos mananciais, a necessidade de preservação e a manutenção da qualidade do que existia. Ao instituir as RMs, o governo federal repassou para os estados a proteção e preservação dos recursos hídricos, dessa forma, se antecipando à COMEC, o governo do estado, por meio da Secretaria do Interior, publicou em 1976 o já citado Plano Diretor de Abastecimento de Água e Controle de Poluição para a RMC, para um período de trinta anos (2005). Estabelecia no plano as obras a serem executadas para aproveitamento hídrico, obras de adução, tratamento, subadução, controle da poluição, medidas institucionais, administrativas e legais. O estudo abrangeu mais de 9000 km², englobando as bacias hidrográficas do Alto Iguaçu, Açungui, Capivari e Várzea, englobando quatorze municípios da RMC. Vale destacar ainda que o IPARDES também elaborou documentos tendo como recorte a RMC antes mesmo que a COMEC o fizesse²⁴.

Em 1978 o governador Canet repassou verbas para municípios da região metropolitana realizarem obras, sobretudo viárias e de ligação. De acordo com o Diário da Tarde (1978, s.p.) “o secretário de Planejamento (*Belmiro Castor*) (...) lembrou das dificuldades encontradas inicialmente pela COMEC para cumprir suas finalidades, numa época que o organismo era criticado por funcionar apenas como um fórum de debates e ideias, sem uma atuação efetiva”.

Para o secretário, havia procedência nas críticas, mas “que agora, após um período de evolução, a COMEC está bem estruturada e cumpre seu papel, contando com o reconhecimento e com o apoio das prefeituras da região metropolitana” (DIÁRIO DA TARDE, 1978, s.p.). Começa

²⁴ Como por exemplo: IPARDES. *Diagnóstico Habitacional da Região Metropolitana de Curitiba*. 3 V, Curitiba, Governo do Estado do Paraná, BNH, 1978; e IPARDES. *Os migrantes na Área Metropolitana de Curitiba*. Curitiba, Governo do Estado do Paraná, CODESUL, 1979. Chama a atenção o fato de estudos realizados pelo mesmo instituto se referirem ao local do estudo como “região metropolitana” no primeiro e como “área metropolitana” no segundo.

a se sentir os efeitos da implantação da COMEC com orçamento que correspondia a 122% do orçamento de despesas de capital dos municípios da região metropolitana (PARANÁ, 1979, p. XXI) e Curitiba teve expressivos investimentos no sistema viário, em especial no complexo Mariano Torres, no centro da cidade.

Também nesse ano (1978), foi entregue para o prefeito de Campo Largo o Plano de Estruturação Urbana do Município, elaborado pela COMEC, com estudos sobre uso do solo, estrutura básica, distribuição de equipamentos para obras, e estratégias de implantação, bem como projeto para a área industrial no início da Via Metropolitana 1, que deveria ligar o município ao de Araucária, daí se conectando à BR 116, passando por São José dos Pinhais, Piraquara, reconectando à BR 116 e seguindo em direção à São Paulo. Foi assinado ainda o Programa de Vitalidade Urbana de Balsa Nova, Contenda e Mandirituba, além de obras de pavimentação, abastecimento e eletrificação para Araucária, Colombo e Mandirituba. Também foram liberados recursos para São José dos Pinhais pavimentar vias e melhorar as continuações da rua Salgado Filho e da Avenida das Torres, que começam em Curitiba (DIÁRIO DA TARDE, 1978).

Recursos federais foram captados para projetos próprios da SEPL como de desenvolvimento metropolitano coordenado pela COMEC e financiamento do BNH e o Programa de Investimento Urbano da RMC, também coordenado pela COMEC, com recursos da SEPLAN/ PR e Ministério dos Transportes. Além desses, mais sete projetos foram realizados, incluindo o IPARDES e a FAMEPAR, como o contrato para a construção da barragem do Piraquara que visava garantir vazão regular na captação do rio Iguaçu, assegurando o abastecimento de água mesmo em grandes estiagens, iniciando em setembro de 1977 e término em 1979.

O SEP, tendo concluído a implantação da estrutura organizacional básica, prevista pela Lei nº 6.636, procurou, no decorrer de 1977,

aperfeiçoar e consolidar alguns de seus instrumentos operacionais. Dessa forma, algumas áreas fundamentais na missão de conceber e implantar programas e projetos foram vitalizadas. Entre elas, a formulação de estudos e projetos, a programação orçamentária, a definição de informações técnicas e o treinamento de recursos humanos.

Já o IPARDES publicou a *Demanda Habitacional de Desenvolvimento Econômico e Social: dimensionamento quantitativo e qualitativo do déficit e da demanda habitacional na RMC* e realizou estudo para regionalização do estado, objetivando a definição das regiões polarizadas que serviriam de base para a constituição das regiões administrativas a serem criadas. Além disso, foram feitos planos diretores de desenvolvimento integrado municipal, elaboração do Plano de aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano, para o período de 1976/77.

Estavam em andamento o estudo preliminar das represas dos Rios Iraí e Piraquara, no município de Piraquara, parte integrante do projeto de reavaliação do plano Diretor de Abastecimento de Água da Região. Em consonância com as diretrizes e metas definidas no Plano, o qual estabelecia a escala de prioridades das obras a serem executadas, e a fim de satisfazer as necessidades de abastecimento de água à RMC, foram desenvolvidas atividades de licitação e contratada a execução de projetos técnicos de engenharia para construção das barragens dos rios Miringuava e Passaúna.

Além dos planos/ projetos mencionados, a COMEC forneceu subsídios financeiros à restauração da Capela Nossa Senhora da Conceição, em Balsa Nova, além de manter a rotina de controle e aprovação de obras, solicitações de loteamentos, desmembramentos de áreas e alterações de usos e funções.

A população urbana do Paraná que era 25% do total em 1950, subiu para 36% em 1970 e 59% em 1980 (IPARDES, 1984). Para evitar a

ampliação de novos contingentes populacionais sobre a infraestrutura, o governo pretendia fortalecer e preparar as cidades de porte médio para reter os migrantes, assegurando que a capital não ficasse sem sua capacidade de investir. Assim, as cidades pequenas mereceram, também, a atenção do governo, uma vez que estavam sujeitas a um processo de esvaziamento por falta dos mais elementares equipamentos urbanos.

Em Curitiba, na CIC, recursos viabilizaram financeiramente o projeto e permitiram sua consolidação. Em 1975, 28 empresas demonstravam intenção de se instalar na área. No fim de 1978 este número era de 134, incentivadas pela ação financiadora do BADEP, que em 1978 investiu de seu orçamento no setor privado 44% e no setor público 56%. Das operações ao setor privado, 68,4% destinaram-se ao interior e 31,6% à região metropolitana.

No interior do estado, entre os estudos e projetos do SEP estava a METRONOR – estudos para organização do espaço linear do eixo metropolitano Maringá-Londrina. Como descreve Padis (1981, p. 83):

Em menos de quarenta anos uma área de aproximadamente 21.637 quilômetros quadrados, ou seja, cerca de 36% do território paranaense transforma-se, de densa mata, absolutamente despovoada, em região que, em 1960, contava com cerca de 1.843 mil habitantes (34% da população do estado), distribuídos em 172 cidades, algumas de porte considerável.

Em 1978 a Coordenadoria de Estudos e Projetos elaborou o Plano de Aplicação de recursos do FNDU – 1978/79, o Plano de Trabalho e de Aplicação de recursos da SUDESUL para o Desenvolvimento Municipal e o projeto para organização do espaço linear da METRONOR. Houve ainda convênios com instituições federais para o levantamento da situação institucional dos municípios que fariam parte da mesma, para possibilitar o estudo de medidas necessárias ao controle da poluição in-

dustrial e ao estabelecimento de uma programação para o uso racional dos mananciais de abastecimento de água.

Para projetar a organização da Metrópole Linear do Norte do Paraná, o Governo do Paraná, por meio da Secretaria de Planejamento, celebrou convênio com a SUDESUL, com objetivo de desenvolver e adequar o sistema urbano e intraurbano das cidades componentes do eixo. Em continuidade às ações previstas no Termo de Referência do convênio, foi assinado Termo de Ajuste, entre a Secretaria do planejamento e as Universidades Estaduais de Londrina e Maringá, para a participação de ambas na elaboração do trabalho de pré-diagnóstico sobre a formação da região, atividades econômicas, demográficas e aspectos institucionais e físico-territoriais, além de pesquisa sobre indústrias em fase de implantação no eixo. Esse diagnóstico foi concluído pela Coordenadoria de Estudos e Projetos, com a assessoria de técnicos do IPARDES. Ao final do exercício, o projeto METRONOR se encontrava em fase de formulação de propostas nas áreas de saneamento, transportes, abastecimento de água, zoneamento industrial e desenvolvimento urbano. Além disso, se achavam em desenvolvimento gestões junto à EBTU para a cooperação técnico-financeira na implantação do projeto.

Mediante contrato efetivado em 1979, o IBAM realizou levantamento da situação institucional dos municípios do eixo Londrina-Maringá, com participação das Universidades Estaduais de Londrina e Maringá na elaboração do pré-diagnóstico sócio-econômico e físico-territorial do eixo metropolitano. Foi executado o estudo do zoneamento industrial do citado eixo, o qual foi realizado em decorrência do convênio firmado entre a Secretaria do Planejamento com o IPEA, para determinar medidas necessárias ao controle do uso industrial em áreas críticas de poluição. Para a definição deste zoneamento, foi contratada a Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente (SUREHMA), para finalizar seus estudos no primeiro semestre de 1980. Como resultado de

entendimentos mantidos com o CNDU, visando à racional utilização dos mananciais de abastecimento de água dos municípios da região, foi elaborado o *Plano Diretor de Abastecimento de Água do eixo Londrina-Maringá*, concluído em meados de 1980.

Portanto, o planejamento de ação regional era visto como um dos fatores determinantes do SEP em prol do incremento e difusão espacial do bem-estar. Tentavam resolver a distorção de se criar a RMC em área menos dinâmica que o Norte Novo, buscando por meio de relatório criar a segunda região metropolitana do estado, ainda que fosse função do governo federal delimitá-las.

Neste ano o IPARDES executou e publicou o *Diagnóstico Habitacional da RMC*, com objetivo de dimensionar quantitativa e qualitativamente o *déficit* e a demanda habitacional na RMC, atacando um problema que o plano de Curitiba não abordara. Também realizou o estudo *Orientação à Expansão Industrial no Eixo Campo Largo-Araucária*, visando identificar os grupos industriais que se apresentaram com vantagens comparativas à instalação na RMC e dimensionamento médio do Eixo Campo Largo-Araucária; água, energia, área, investimento fixo, entre outros, com estimativa de custo de implantação do distrito.

A COMEC concluiu o Plano de Expansão Industrial do Eixo Campo Largo/Araucária, o Projeto de Reconhecimento dos Recursos Naturais renováveis e Zoneamento Agropecuário e ainda o Mapeamento Geomorfológico, de Vegetação e Hidrografia da região. Há uma contradição explícita nesse movimento industrial em direção ao oeste e o que se formulava em termos de planejamento, de separação de usos, sobretudo os residenciais dos industriais. Ou seja, induziram a industrialização para o setor oeste, assim como queriam a expansão urbana. Esse tipo de incongruência se repetiria nos anos 1990, quando indústrias foram alocadas sobre as áreas definidas como de proteção ambiental.

A Coordenação realizou ainda o levantamento do Acervo Histórico-Cultural da região e Planejamento visando sua preservação, o Plano Metropolitano de Transportes Coletivos, o Plano Diretor de Estruturação Urbana para os Municípios de Campo Largo, Araucária, São José dos Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Colombo, Campina Grande do Sul, acompanhamento das respectivas leis e regulamentações de Uso do Solo, o Plano de Vitalização dos Centros Urbanos dos Municípios da Região Metropolitana, visando a fixação da população em suas áreas de origem, o Zoneamento do Centro Industrial de Araucária, o Plano de Utilização Urbanística da Flora Natural e Cultivada e o Plano de Equipamentação dos Municípios da RMC.

Entre os projetos executados estiveram os estudos preliminares das barragens dos rios Iraí e Piraquara, projeto urbanístico, museológico, de arquitetura e de restauração para o parque Histórico do Mate, em Campo Largo, Casas de Cultura, Praças, Mobiliários Urbanos, Playground, calçamento e paisagismo para os municípios de Balsa Nova, Contenda, Mandirituba, Piraquara, Quatro Barras, Campina Grande do Sul, Bocaiúva do Sul, Colombo e Almirante Tamandaré e o projeto do Parque Iguaçu – trecho São José dos Pinhais. Nesse momento, Piraquara se destacava como o vizinho mais pobre, tendo além das restrições ambientais, o maior presídio da região, escolas correcionais, hospício, leprosário e poucas indústrias (MILLARCH, 1978).

Em andamento estavam o plano de Estruturação Urbana de Almirante Tamandaré, Rio Branco do Sul e Mandirituba, o plano de Urbanização Progressiva, o projeto Final de Engenharia da rede viária regional, o projeto Parque Regional do Iguaçu – trecho Araucária – Ilha Fluvial, projeto de praça para Prefeitura de Almirante Tamandaré, obras de pavimentação nos municípios de Araucária, Balsa Nova, Mandirituba, Rio Branco do Sul, o sistema de abastecimento de água nos municípios de Araucária, Balsa Nova, Contenda, Mandirituba, Piraquara e Rio Branco

do Sul, unidades de esportes nos municípios de Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campo largo, Colombo e Quatro Barras, unidade escolar nos municípios de Almirante Tamandaré, Campo Largo, Colombo, Piraquara e São José dos Pinhais, unidade sanitária nos municípios de Contenda e Quatro Barras, delegacia de Polícia no município de Araucária, eletrificação nos municípios de Colombo e São José dos Pinhais, canalização de rios no município de Campo Largo e vitalização nos municípios de Almirante Tamandaré, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Colombo, Mandirituba, Piraquara e Quatro Barras.

Além disso realizava orientação e pareceres a empresários, prefeituras, INCRA, IBDF, ITC, entre outros, tendo em vista a adequação do solo metropolitano, montagem dos editais de licitação, orientação de campo, assistência técnica e fiscalização de obras em todos os municípios, exceto Curitiba, tendo em vista a execução de convênios firmados e articulações com o INCRA, IBDF, Corregedoria, ARH, ITC, Prefeituras, Petróleo Brasileiro SA (PETROBRAS) visando compatibilizar os interesses intersetoriais.

Na área de assistência técnica municipal realizou a reorganização administrativa para todos os municípios da região, a revisão e atualização da legislação municipal básica para todos os municípios da região, exceto Curitiba, projetos de unidades de esportes e/ou praças públicas para os municípios de Bocaiúva do Sul, Piraquara, Campo Largo, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Contenda, Mandirituba, Balsa Nova, Colombo e Almirante Tamandaré, além dos Projetos de Vitalização Urbana, projeto de implantação de unidade escolar em Campina Grande do Sul e Quatro Barras, projeto de canalização de rios, projeto de unidade sanitária para Contenda, de Centro Social Urbano para Piraquara, projetos de Paisagismo de Vias urbanas, projetos de pavimentação e galerias de águas pluviais para os municípios de Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Contenda, Quatro Barras e Piraquara e

projetos de residências – para as prefeituras da região. Resumindo, havia tanto a ser realizado e a COMEC intervinha em tantas áreas diferentes que era vantajoso fazer parte da RMC, mesmo que isso significasse a interferência estadual na autonomia municipal.

Entre os outros órgãos com atuação metropolitana, a SUREHMA no decorrer de 1978 estabeleceu dentro do Plano Diretor de Abastecimento de Água da RMC, as prioridades das obras em conjunto com a COMEC, a qual estava efetuando os estudos para a construção da Barragem no Rio Iraí e uma segunda no Rio Piraquara, para as quais já haviam efetuado os estudos de viabilidade econômica e definidas as respectivas localizações.

Em 1979, a descentralização do parque fabril, com vistas à instalação ou consolidação de áreas industriais próximas das fontes de matérias-primas, objetivando simultaneamente a geração de empregos, a economia nos transportes e a criação de uma estrutura econômica diversificada, foram também objetos de ação governamental. Principalmente pelo estímulo à interiorização das novas unidades industriais apoiadas com recursos públicos e pela definição de áreas industriais específicas em diversas regiões do estado.

Uma das ações de grande importância nesse sentido foi o estabelecimento de convênio entre o estado do Paraná e o BNDE – envolvendo a Secretaria de Planejamento, Secretaria da Indústria e do Comércio, o BADEP, o CENDI e a COMEC para adequar a localização das atividades produtivas no estado, de modo a induzir a implantação de serviços urbanos essenciais com base a desconcentração industrial, e apoiar a iniciativa privada.

Além dessas ações, foram procedidos estudos iniciais sobre a viabilidade de implantação, na RMC, de uma Central de Insumos para micro-empresas dos ramos metalúrgico, mecânico, eletroeletrônico e moveleiro.

A Mensagem nº 06, de março de 1979, do governador estabelecia que o Governo estadual, por meio da COMEC, repassasse verbas para obras para melhoramentos da Avenida Anita Garibaldi até a estação ferroviária de Cachoeira, tendo Curitiba firmado com o Ministério dos Transportes via CNPU e EBTU verbas para a execução de obras na infraestrutura urbana da cidade, constantes no *Programa Especial de Investimentos Urbanos da RMC*. O programa previa que os terminais de ponta no transporte de massa de Curitiba, seriam redimensionados para facilitar o ingresso de linhas intermunicipais no sistema troncal e estrutural da cidade, que viria a conformar a *Rede Integrada de Transporte (RIT)*, em 1996.

Em andamento também estava a instalação do Parque Regional do Iguaçu, onde foram delimitados os trechos de São José dos Pinhais e Piraquara e estudadas as prioridades de implantação, tendo início os projetos de desapropriação e paisagismo para implantação de projetos de equipamentação municipal. Dentro das orientações fixadas, foram desenvolvidos ainda planos setoriais, adesão ao Projeto CURA (Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada), da Carteira de Desenvolvimento Urbano do BNH para os municípios de Piraquara e Rio Branco do Sul, a consolidação do zoneamento do uso do solo do município de Piraquara e Araucária, a definição dos projetos municipais/ metropolitanos para aplicação dos recursos do adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos (IUCLG) 1976/77, repassados pela União, além do levantamento do patrimônio artístico, histórico e cultural em toda a região. Essas foram as primeiras intervenções físicas concluídas pelo órgão metropolitano.

Entre 22 e 24 de outubro de 1979 foi realizado em Curitiba o *Seminário Internacional de Planejamento Metropolitano*, promovido pela COMEC e pela Secretaria de Planejamento, com a presença dos franceses Michel Gerard e Jean Cornu, além de Lauro Bernardes, superintendente da Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Recife,

nas dependências do BADEP. De acordo com o documento *COMEC: planejando o desenvolvimento integrado da região metropolitana*, resultado da conferência do secretário de planejamento do estado no seminário, o objetivo principal do órgão metropolitano era “contagiar os treze municípios que cercam a capital com o progresso que esta e o resto do estado experimentam hoje” (COMEC, 1979, s.p.).

Entretanto, a realidade regional era tipicamente rural, com exceção da capital, portanto, a preocupação não deveria ser apenas com o desenvolvimento urbano, mas a ocupação territorial as áreas a Leste e ao Sul, dominados pelos mananciais e o Rio Iguazu, Piraquara e São José dos Pinhais para obedecerem rigoroso controle sobre suas expansões.

Em 1980, começou a construção do Parque Histórico do Mate, na Rondinha, em Campo Largo. Financiado pela COMEC, teve projeto de Cyro Correa Lira, arquiteto também responsável pelo Plano do Setor Histórico de Curitiba, e de José de La Pastina Filho. Um ano após o início dos trabalhos o moinho, símbolo do parque e patrimônio histórico tombado pelo estado, foi destruído, restando as áreas de museu, lançando a COMEC e os arquitetos em problemas com os órgãos de proteção ao patrimônio. Superada esta questão, o parque foi inaugurado, sob responsabilidade da COMEC, em janeiro de 1982.

Em coluna publicada no jornal *Diário da Tarde* de 23 de abril de 1980 (p. 3 e 4) se fazia um balanço dos cinco primeiros anos de atuação do órgão. Inicia-se reconhecendo as dificuldades e limites do planejamento metropolitano, afirmando que muito pouco pode fazer aos cinco anos de sua existência em favor dos municípios. Alegavam seus dirigentes que se tratava de começar a partir de um ponto nebuloso, sobre um assunto complexo e sem doutrinas organizadas, porque cada região metropolitana implica uma originalidade, em situações que não guardavam semelhança com outras regiões. Destacavam que

Assim, a COMEC teria que chegar a um Plano de Desenvolvimento Integrado, que tivesse por base principalmente a organização espacial da zona metropolitana. Mas, diferentemente do planejamento urbano de Curitiba que se aproxima do milhão de habitantes, a questão da autonomia dos municípios periféricos teria que ser levado em conta e analisadas as contradições entre a capital e sua força de atração e a determinação dos principais traços metropolitanos e as tendências de desenvolvimento dos pequenos municípios que circundam Curitiba. (DIÁRIO DA TARDE, 1980, p. 3)

Para os técnicos da COMEC não havia tendências naturais no desenrolar do processo de urbanização metropolitana, uma vez que a

especulação imobiliária e a implantação de atividades econômicas polarizadoras como a indústria desfiguraram inteiramente a espontaneidade que noutros tempos presidiu a organização urbana. E assim as rupturas das tendências naturais por atividades empresariais livres em pequena escala, confrontam-se com as rupturas de centenas de outras investidas realizadas na e a partir da cidade maior, Curitiba. (DIÁRIO DA TARDE, 1980, p. 3)

Além dessa crítica, colocavam que desde

(...) que a espontaneidade e a cultura da população vem sendo substituídas por iniciativas privadas e oportunidades empresariais, o planejamento integrado das regiões metropolitanas passou a ser muito mais difícil.

Especialmente quando na cidade maior há um planejamento urbano que não pretende subordinar-se a um organismo como a COMEC e, ao contrário, deseja por a Coordenação Metropolitana frente a fatos consumados. (DIÁRIO DA TARDE, 1980, p. 4)

Havia, portanto, um embate entre os órgãos de planejamento. Negava-se a incorporação de experiências, sendo que as bases do PDI, em documento elaborado pela COMEC partiam do fato de que

A análise intraregional permite observar uma realidade altamente concentrada no município polo (Curitiba), com algumas áreas adjacentes fracamente estruturadas em termos urbanos e o restante do conjunto tipicamente rural. Donde se depreende a necessidade de tratamento global da área, não meramente sob o enfoque de desenvolvimento urbano, mas sim de organização territorial.

A postura em relação ao tratamento da questão procura responder a duas colocações conceituais básicas: o entendimento de que qualidade de vida corresponde mais a satisfação das pessoas do que a eficiência dos organismos e a necessidade de serem buscadas soluções mais efetivas, mais rápidas e mais compatíveis com a realidade nacional, fugindo-se a tentação de meras transferências de soluções externas inadequadamente sofisticadas (COMEC, 1979, s.p.).

Além disso, entre os técnicos da própria Coordenação havia dúvidas sobre a capacidade e a funcionalidade da COMEC. Com exceção de Piraquara e São José dos Pinhais, não viam identidade com os objetivos da mesma por parte dos demais municípios. Também indicavam que havia descompasso entre os métodos de ação utilizados pelo órgão e aqueles defendidos pelo Conselho Deliberativo.

Consideravam ainda a estrutura do órgão metropolitano como centralizado e burocratizado, o que contribuía para o afastamento dos municípios. Em sua primeira conformação, como já dito, o Conselho Deliberativo era composto pelo Governador, o secretário de planejamento, o secretário de transportes, o secretário do interior, o presidente do IPPUC e o presidente da FAMEPAR (João Cobbe) como representante dos municípios, o que o tornava ainda mais burocrático (COMEC, s.d.).

Reclamavam estes da falta de apoio da opinião pública “tão desacostumados estão a ouvir a população”. A sensação de que havia projetos mais sofisticados contribuía para isso, fazendo a população taxá-los de elitistas, compactuando com interesses minoritários (COMEC, s.d., s.p.).

Em âmbito nacional, em 1979 a Lei Federal nº 6.766 regulamentou o parcelamento do solo urbano e metropolitano e de anuência prévia. Conhecida como Lei Lehman, era recente e os problemas relacionados ao zoneamento estavam entre os principais da COMEC. Houve problema, por exemplo, quando da tentativa de implantação de um hipermercado em Piraquara e na implantação de loteamentos próximos ao Rio Uraí. Por outro lado, tal lei permitiria que o órgão metropolitano permanecesse atuante, mesmo nos períodos em que os políticos tentaram o desidratar. Isso ocorreu pelo fato de a lei prever que

Art. 53. Todas as alterações de uso do solo rural para fins urbanos dependerão de prévia audiência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, do Órgão Metropolitano, se houver, onde se localiza o Município, e da aprovação da Prefeitura municipal, ou do Distrito Federal quando for o caso, segundo as exigências da legislação pertinente.

Nesse mesmo ano foi estabelecido o CNDU, com presidência do Ministério do Interior e composta pelos secretários gerais da Secretaria de Planejamento da presidência da República, os Ministérios da Fazenda, Transportes, Indústria e Comércio, Comunicações, Justiça, Aeronáutica e presidentes do BNH e da EBTU, além de cinco membros nomeados pelo Presidente da República. Ainda em 1979, o Decreto-lei Federal nº1.754, alterou a composição do FNDU, sendo seus recursos absorvidos pela União.

Esse decreto impossibilitou a administração de recursos de forma mais integrada, esvaziando o CNDU e fazendo com que se debruçasse sobre instrumentos normativos que pudessem facilitar a gestão urbana e

metropolitana, como a continuidade das ações da CNPU, a aplicação da Lei nº 6.766/79 e o anteprojeto da Lei nº 6.803/80, sobre zoneamento industrial em áreas críticas de poluição. A partir da aprovação dessa lei, o CNDU e órgãos metropolitanos começaram a se dedicar às questões do meio ambiente, definindo esquemas de zoneamento industrial preliminares, fazendo com que todas as regiões metropolitanas elaborassem estudos com tal temática.

No ano de 1980 o FDTU passou a ser administrado pelo Ministério dos Transportes, continuando o investimento em regiões metropolitanas vinculados ao IUCLG e a Taxa Rodoviária Única (TRU). A grande obra da COMEC neste período (início dos anos 1980) foi a construção da ligação de 28 quilômetros entre Campo Largo e Araucária. Como a expansão metropolitana deveria se dar no sentido oeste, esta obra fazia parte de tal estratégia. Para o secretário da Administração, Véspero Mendes:

Com a preservação dos mananciais a Leste de Curitiba, com a acidentada topografia do Norte, ao Sul, o crescimento da Grande Curitiba deverá se dar, preferencialmente, na direção deste eixo, como consta do Plano Diretor da região metropolitana. Por isso, esta ligação Campo Largo- Araucária é de fundamental importância para o futuro da Região Metropolitana de Curitiba. (DIÁRIO DA TARDE, 1981, p. 2)

A implantação da Via Metropolitana 1, formada pela ligação Campo Largo/ Araucária, fazia parte do Contorno Sul e o restante margeando o Parque do Iguacu, nos municípios de São José dos Pinhais, Piraquara e Quatro Barras. A primeira etapa (Campo Largo/ Araucária) teve projeto final de engenharia executada pelo DER e começou a ser implantada a partir de 1978. Para o trecho São José dos Pinhais, Piraquara e Quatro Barras, margeando o Parque do Iguacu, foram feitos apenas os estudos iniciais nesse momento. Para o eixo industrial Campo Largo/

Araucária estudos econômicos e projetos de urbanização, envolvendo tipologia industrial, dimensionamento físico, custos de implantação, entre outros, e projeto de recursos naturais (estudos sobre reconhecimento do uso do solo rural da região, visando gerar mapas de alternativas de uso do solo agricultável). Esta programação técnica compartilhou ainda o parque e o manancial do Passaúna com as cidades e indústrias a Oeste da capital.

Já no Leste, o primeiro hipermercado e Shopping Center foi para a Rodovia do Encanamento, na localidade em Piraquara que viria a se tornar o décimo quarto município metropolitano, Pinhais. Millarch (1980) relata que houve oposição do IPPUC, uma vez que o modelo de shopping fora do núcleo principal, ainda que comum nos EUA, contribua para a expansão desnecessária da mancha urbana. De acordo com reportagem da revista *Veja* (1979, p. 78)

Os adversários do projeto, entretanto, não se calam. Ao contrário. Para Lubomir Ficinski, ex-presidente do IPPUC, por exemplo, o centro não trará vantagens a Piraquara “um município pequeno, que não poderá arcar com despesas de uma obra de tal vulto, como as necessárias à infraestrutura básica. E, para o prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, o centro, entre outros inconvenientes, “inflacionará o custo dos terrenos em Piraquara”. Como, porém o prefeito [de Piraquara] Fernandes não abre mão do projeto, já se prepara uma arma mais eficiente contra ele: a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, órgão subordinado ao governo do estado, estuda uma nova legislação do uso do solo na região. E uma das novas disposições poderia proibir a construção desse tipo de obra em Piraquara ou qualquer outro município vizinho à capital.

Apesar da oposição dos técnicos da capital e do uso político da COMEC, o shopping foi inaugurado em 1982. Nesse mesmo ano, a CE-

ASA foi instalada no Sul de Curitiba, induzindo a conservar e viabilizar o “cinturão verde” metropolitano.

Nessa fase, o governo de Jayme Canet pode ser visto como o período de transição entre o caos que se instalara no executivo estadual a partir de 1973 e o retorno de Ney Braga ao poder em 1979, quando se consolidou a proximidade entre a Prefeitura de Curitiba e o governo estadual. Destacou Nery (1973, p. 4) quando da inauguração da CIC “a cidade, aliás o estado, estava sentindo ontem que novos ventos começam a soprar lá. (...) Talvez nenhum estado do país apresente hoje tal clima de unidade política a administrativa”.

Novamente governador, Braga criou por meio do Decreto Estadual nº 3.491/81 a Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Desenvolvimento dos Municípios, designando como responsáveis Saul Raiz (ex-prefeito de Curitiba) e Lubomir Ficinski, ex-presidente do IP-PUC. A simbiose entre governo do estado e prefeitura de Curitiba era total. Os objetivos de tal secretaria eram:

1. Compatibilizar e integrar as solicitações dos municípios com as diretrizes de planejamento dos Governos Federal e Estadual;
2. Estudar, formular e implantar planos e programas para o desenvolvimento urbano, bem como elaborar, executar e administrar projetos;
3. Projetar e programar obras e serviços, bem como promover sua execução;
4. Facilitar o acesso dos municípios às fontes de recursos, garantindo-lhes seguras condições de investimentos e manutenção de seus programas, projetos e equipamentos;

5. Analisar o processo de vinculação e de aplicação das transferências federais e estaduais para os municípios, bem como de contratos de financiamento, orientando a sua aplicação;
6. Prestar cooperação técnica às administrações municipais, transferindo-lhes conhecimentos que conduzam a melhoria de seus serviços; e
7. Realizar estudos e pesquisas, bem como sistematizar informações, com vistas ao conhecimento da realidade municipal.

A nova secretaria incorporou a EMOPAR (Empresa de Obras Públicas do Paraná), até então ligada a Secretaria de Administração, a FAMEPAR (Secretaria de Planejamento) e a COHAPAR (Secretaria do Interior). Nesta reforma, a COMEC foi transferida para a Secretaria de Administração, retornando em 1983 para a Secretaria de Planejamento.

Em 1981, o Seminário *A Região Metropolitana de Curitiba do ano 2000* foi pensado para debater e reavaliar o PDI, com apenas três anos. O seminário contou com a participação de 426 pessoas, representantes dos quatorze municípios da RMC. Foi realizado entre 20 e 21 de outubro, dividindo os participantes em cinco grupos de trabalho: meio ambiente, serviços, desenvolvimento urbano, desenvolvimento econômico e transportes.

Na abertura estiveram presentes além de Véspero Mendes, secretário da Administração, e Leo Linzmeyer (coordenador da COMEC), o coordenador do CNDU, Luis Otávio Cavalcanti, Jaime Lerner (prefeito de Curitiba), João Carlos Creplive (prefeito de Quatro Barras e representante dos municípios no Conselho Deliberativo), Luis Cassiano Fernandes (prefeito de Piraquara e presidente da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba - ASSOMECA), o representante do Ministério dos Transportes, Osires Stenghel Guimarães e Donato Gullin

(presidente da Câmara de Curitiba). Relatava o Diário da Tarde (1981a, s.p.) de 07 de outubro a grande procura pelo evento:

Em todos os municípios da área metropolitana está sendo grande o movimento das comunidades, que com as prefeituras estão levantando ideias, reivindicações, sugestões e alternativas, de desenvolvimento para os seus municípios e para a região metropolitana.

Técnicos dos governos do estado e da União também participarão do evento para colher novas informações a respeito das necessidades e dos anseios da população metropolitana, as quais servirão para atualização do planejamento e das ações governamentais na área.

O lema do seminário foi “o trabalho de todos por um futuro melhor”. Seu objetivo principal, de acordo com secretário Véspero Mendes foi

Propiciar as representações das comunidades dos quatorze municípios metropolitanos a oportunidade de apresentar ideias, sugestões, reivindicações e propostas de alternativas de desenvolvimento para que possamos formular um perfil das aspirações da população metropolitana. Este perfil, que iremos obter ao final do Seminário, com a apresentação, discussão e votação de todas as propostas de todos os grupos de trabalho, por todos os participantes do Seminário, servirá como subsídio à reavaliação do Plano integrado de Desenvolvimento Metropolitano, que a CO-MEC vai iniciar em seguida. (DIÁRIO DA TARDE, 1981b, p. 2)

Na abertura do seminário, o secretário questionava

Que alternativas nos reserva o futuro? Para que caminhos nos impelem as forças dinâmicas da sociedade paranaense? Para uma metrópole intensamente industrializada? Para uma metrópole densamente favelada? Haverá uma perspectiva espontânea aceitável? Qual será? Conseguiremos proteger a natureza, especialmente nossos mananciais de abastecimento da água? Teremos oferta de novos empregos compatível com o crescimento da população? Esta é uma hora de perguntas. (DIÁRIO DA TARDE, 1981c, p. 2)

No primeiro dia os grupos de trabalho se reuniram, enquanto no segundo dia apresentaram as propostas e deliberaram sobre o que se decidira em cada grupo. No grupo de trabalho “serviços” se discutiu temas pertinentes à segurança, educação, saúde pública, energia, abastecimento de alimentos, lazer, esportes e comunicações. No grupo “meio ambiente” os temas foram preservação, controle da poluição, mananciais, água, esgotos e parques metropolitanos. Em “transportes” se discutiu transporte público, sistema viário e novos meios de transporte público. Em “desenvolvimento urbano” se discutiu a expansão urbana, habitação, migrações e população. Por fim, “desenvolvimento econômico” se ateu à industrialização, empregos, comércio e turismo.

Citava Véspero Mendes que o Decreto Federal nº 85.916/81²⁵ e a Norma I do CNDU, justificavam o seminário, uma vez que eram instrumentos que versavam sobre a elaboração do Plano de Desenvolvimento Metropolitano, que deveria ser revisto até 30 de abril de 1982, inclusive para a liberação de verbas, que só se faria para aqueles que possuíssem um plano. Contudo, nem entre os responsáveis pelo órgão metropolitano era claro quais eram suas atribuições. Véspero Mendes falava ao jornal Diário da Tarde em outubro de 1981, colocando ações que extrapolavam o que deveria ser a preocupação do órgão metropolitano:

²⁵ Dispõe sobre as atividades da administração pública federal nas regiões metropolitanas, e dá outras providências.

A COMEC tanto pode estar preocupada com uma obra de saneamento, como pela instalação de um novo sistema de atendimento policial à comunidade. Ou com obras de fornecimento de energia elétrica com medidas que visem a preservação ambiental e o combate à poluição com a melhora do sistema viário, a renovação da frota de ônibus do transporte público, a instalação de abrigos para passageiros, a construção de terminais ou a garantia de abastecimento da água da Grande Curitiba. (DIÁRIO DA TARDE, 1981c, p. 2)

Tal como previsto no Plano Diretor de Curitiba, as áreas a leste estavam com seu destino traçado no plano e nas ações de planejamento: seria área de preservação de mananciais, para onde a metrópole não cresceria. Para o coordenador da COMEC, Leo Linzmeyer

A metrópole vai se espalhar no sentido Norte-Oeste, e a administração estadual estabeleceu a localização do seu centro industrial, por todos estes fatores, sob o eixo Campo Largo-Araucária, tendo por suportes a Cidade Industrial de Curitiba, o Centro Industrial de Araucária e o Complexo Petroquímico da Petrobrás, além das boas condições a serem estimuladas em Campo Largo e ao norte do município de São José dos Pinhais. (DIÁRIO DA TARDE, 1981, p. 2)

Haveria ainda uma área de industrialização de minérios entre os municípios de Almirante Tamandaré. Se a Via Metropolitana I ligaria a BR 116 em Araucária com a BR 476 em Campo Largo, seguindo pelo Sul passaria por São José dos Pinhais, Piraquara, até Quatro Barras, onde se conectaria novamente à BR 116, enquanto pelo Norte passaria por Almirante Tamandaré, Colombo e Campina Grande do Sul. A ampliação do aeroporto internacional em São José dos Pinhais também estava entre os projetos da COMEC, que já havia participado na construção da Avenida das Torres, ligando o aeroporto ao centro e à rodoviária de Curitiba.

Em fevereiro de 1982 o Ministério dos Transportes, por meio do Programa de Transportes Metropolitanos (PTM) e do Programa de Pavimentação de Baixo Custo em Áreas de Baixa Renda (PROPAV) liberou recursos para a melhoria dos transportes urbanos na RMC e Contenda recebeu em abril de 1982, recursos para instalação de abrigos em pontos de ônibus, sinalização de vias, conclusão da Praça Independência e implantação de uma cancha esportiva.

Nesse ano, também teve início uma parceria entre a COMEC e o IAURIF (*Institut d' Aménagement et d' Urbanisme de la Région d' Ile de France*), órgão de planejamento e desenvolvimento da região metropolitana de Paris. Em março de 1982 chegaram à COMEC o engenheiro agrônomo Michel Biancale e o urbanista Laurent de Fonbelle, vindos do IAURIF para colaborar com os técnicos da COMEC na revisão do PDI, iniciando um novo período para o órgão, onde continuava a simbiose entre estado e prefeitura que ocorrera nos últimos vinte anos, mas com um grupo diferente no poder. A opinião dos técnicos da COMEC era que

Apesar dos esforços do IPPUC e agora da COMEC, primeiro no sentido de direcionar e orientar o desenvolvimento urbano da capital e agora no sentido de controlar o desenvolvimento urbano e a ocupação do solo na região metropolitana de Curitiba pode-se afirmar que algumas distorções foram enfrentadas, disciplinaram-se algumas áreas, modelaram as vias estruturais e preservaram-se algumas áreas – e isso é muito; mas o realismo obriga a dizer que não é o suficiente para se acreditar estar vencida a batalha do planejamento e nem sequer a iniciativa do desenvolvimento urbano esteja sob a égide da racionalidade. Eis que chegamos ao ponto crítico do processo de concertação urbana e a formação de agregados urbanos, com enorme força de pressão. (COMEC, s.d., s.p.)

Prosseguiram afirmando que

(...) acreditavam que o 'éstalo do IPPUC' foi muito válido, na medida em que a utopia de engenheiros e arquitetos encontrou situação própria quando a administração municipal precisava ter alguma coisa para complementar o Plano Agache e os estudos consequentes da SERETE; o embrião do planejamento urbano com que conviveu a cidade até o começo da década de 1960. Essa inserção casual do planejamento do IPPUC no quadro real da cidade foi muito importante; porém desde algum tempo vivemos apenas a sua continuidade, sem muitas reavaliações e alguns projetos eventuais para a cultura, o estacionamento e, este sim de maior importância, o transporte de massas. (COMEC, s.d., s.p.)

Alertavam que a população não deveria considerar que estava tudo planejado e sob controle. O planejamento e o controle do crescimento urbano estavam no rol de esforços técnicos para serem resolvidos, mas o desenvolvimento era mais complexo, sendo um problema social e não somente técnico. Para eles, era necessário que os pequenos municípios da região metropolitana lograssem ter técnicos e administradores que pudessem contrapor o que era ditado por Curitiba, que já exercia atração econômica sobre eles, determinando seus rumos de crescimento e velocidade de desenvolvimento, delegando a eles o papel de "distritos administrativos". Era necessário "adquirir a ideia de que a COMEC e o IPPUC não são supra-organismos a tutelarem os vizinhos da capital e sim que devem atuar na região metropolitana como consultores gerais e específicos a respeito dos problemas que os municípios já estão enfrentando" (COMEC, s.d., s.p.).

Para os técnicos da COMEC as administrações dos municípios não tinham conhecimento sequer da dimensão dos seus problemas, suas populações não estavam organizadas para suas reivindicações e os políticos locais confundiam desenvolvimento social com abertura de estradas e instalação de indústrias.

Já detectavam neste momento que a ideia do crescimento urbano para a direção nordeste/ sudoeste havia sido alterada. O que se consolidava era a tendência de crescimento – aliada ao dinamismo econômico – que se dava em direção ao norte, sul e leste, ultrapassando a BR 116. A metrópole se expandia por loteamentos e iniciativas econômicas, avançando sobre Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Piraquara e São José dos Pinhais, ao contrário do que previa o PDI e o Plano Diretor de Curitiba de 1966. As vias se consolidavam como eixos de expansão urbana, induzindo, como no caso da ocupação Nordeste/ Sudoeste do eixo estrutural criado em Curitiba, ou limitando, como fora a BR 116 até a década de 1960, quando começou a ser ultrapassada sistematicamente e a cidade passou a ter um modelo de crescimento tentacular.

Ora, se a ideia era conter o crescimento nestas direções, a consolidação do aeroporto internacional em São José dos Pinhais, a abertura da Avenida das Torres e do Contorno Sul, como prolongamento da Via Metropolitana I, testemunhavam contra o que se previra nos planos, que passou a ocupar o vale do rio Iguaçu, no Leste de Curitiba (bairros do Boqueirão e Hauer) e São José dos Pinhais. Além disso, Quatro Barras e Campina Grande do Sul começavam a expandir e se unir fisicamente ao aglomerado metropolitano.

A expansão demográfica e a rápida urbanização impunham esforços no sentido de consolidar o desenvolvimento industrial. A indústria representava a oferta de emprego nos centros urbanos, sendo que de acordo com dados do governo a época (PARANÁ, 1977, p. XII) quarenta mil novos empregos eram criados por ano na área industrial, mais de 10% do mercado de trabalho, quando, em 1970, esta participação não excedia 5,6%. O Paraná deixava de ser um estado “eminentemente agrícola” para tornar-se agroindustrial.

Houve um efeito multiplicador de alguns grandes projetos industriais e de empreendimentos de grande porte. A atração da Volvo

(na CIC) para o Paraná em 1976, marcou o início de uma nova fase em processo de industrialização, a partir da utilização de tecnologias mais sofisticadas. Na estratégia para o setor destacavam ainda, o incentivo aos polos industriais do interior, fortalecidos com a descentralização nas atividades dos agentes financeiros oficiais; a manutenção do crescimento da agroindústria e a implantação de eixos industriais diversificados.

Apesar do esforço argumentativo de interiorização do desenvolvimento manifestada no Programa de Ação do BADEP em 1976, a própria tabela do governo mostrava que proporcionalmente os investimentos foram maiores na RMC, bem como apontam que a qualidade foi maior também, uma vez que mesmo com menos investimento e financiamento absolutos, criou-se mais empregos. Para efeito de análise, definiram-se duas grandes regiões no Estado como apresentado na tabela 6, ou sejam, Região Metropolitana de Curitiba e Restante do Estado [sic], levando-se em conta apenas os financiamentos destinados ao Setor Privado.

Tabela 6: Distribuição espacial dos investimentos do BADEP

Regiões	Nº de Municípios		Valor (Cr\$ mil)		
	Existentes	Beneficiados	Investimento	Financiamento	Novos empregos
Região Metropolitana de Curitiba	14	10	1728	1145	8853
Restante do Estado	276	86	3287	2285	8721
Paraná	290	96	5015	3430	17574

Fonte: PARANÁ, 1977

A experiência do estado no setor de planejamento, era exaltada pelo governo, por meio da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, da divulgação de modelos e técnicas desenvolvidas pelo estado, para outras unidades da Federação, sobretudo no Nordeste (PARANÁ, 1984). Contudo, no segundo semestre de 1983, com o agravamento da crise econômica do país, o problema do desemprego atingiu o estado e tornou-se prioridade. Para combatê-lo, houve a substituição da utili-

zação de asfalto por paralelepípedos, dentro de um programa criado pela COMEC, Serviço Geológico do Paraná (MINEROPAR) e Secretaria do Planejamento. O objetivo era substituir as máquinas por trabalhadores, gerando empregos diretos e indiretos por meio da construção civil, tal qual Hall (2013) escrevera que aconteceu na Londres do início do século XX e voltaria a ocorrer no Brasil em novos momentos (como com a criação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC –, a partir de 2010).

Como apoio às programações interregionais e intermunicipais as principais ações administrativas em 1979, referentes a programas inter-regionais e intermunicipais destinaram-se à Região Metropolitana de Curitiba e da METRONOR. A COMEC com o propósito de conferir uma identidade assemelhada aos municípios da RMC, celebrou convênios objetivando a revitalização dos Centros Urbanos de Piraquara, Contenda e Balsa Nova; paisagismo de via urbana em Almirante Tamandaré, Campina Grande do Sul e Mandirituba; implantação de unidades esportivas em Almirante Tamandaré, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Balsa Nova e Contenda; pavimentação de vias urbanas, para a melhoria dos sistemas de transportes; expansão dos sistemas de abastecimento de água de Campina Grande do Sul, Colombo, Araucária e Rio Branco do Sul; modernização da estrutura físico-arrecadadora de Piraquara e Quatro Barras; assistência técnica constante a projetos e acompanhamentos de obras; expansão dos serviços telefônicos em Quatro Barras e Campina Grande do Sul.

Além disso, foram realizados estudos de reavaliação da vocação das cidades metropolitanas e do levantamento cartográfico. Planos diretores para Campina Grande do Sul, Mandirituba, Rio Branco do Sul e Quatro Barras foram elaborados, assim como um levantamento da estrutura fundiária de Balsa Nova e Almirante Tamandaré.

A COMEC persistia realizando ações nas mais diversas áreas.

Por exemplo na cultura, com recursos da Secretaria de Planejamento, por meio de convênios a Secretaria de Estado da Cultura e da Educação (SECE) criou centros de cultura em Campina Grande do Sul e Bocaiúva do Sul. O órgão realizou ainda apoio à pesquisa, prospecção e exploração mineral, promovendo, em 1979, o início do levantamento dos recursos minerais da RMC, juntamente com o Departamento Nacional de Pesquisas Minerais, para disciplinamento da mineração na área, a preservação ecológica, de mananciais e bacias hidrográficas, reposição da flora e da fauna nativa, promovendo a realização de levantamento que identificou tais áreas, inclusive as com potencial de lazer. Em decorrência desta pesquisa, foram lavrados decretos declarando como de utilidade pública as áreas lindeiras às cabeceiras do rio Iguaçu. Além desse trabalho, a Secretaria do Planejamento desenvolveu um termo de referência acerca da organização da ocupação do solo nos municípios da RMC, abrangendo estudos de zoneamento e sobre o sistema viário básico. Tal estudo figurou como parte integrante dos planos diretores de Almirante Tamandaré, Balsa Nova, Campina Grande do Sul, Contenda e Quatro Barras.

Também foram feitos estudos sobre a implantação do Zoneamento Industrial da RMC, identificando as áreas críticas para o controle da poluição ambiental, desenvolvendo programa de reflorestamento das faixas de domínio das rodovias da RMC e no campo da absorção de tecnologia, a COMEC realizou o *Seminário Internacional de Planejamento Metropolitano*, objetivando a troca de experiências entre técnicos brasileiros e franceses.

Já o IPARDES executou o estudo de *Migrantes na RMC*, em convênio com a SUDESUL, e *Meio ambiente e recursos naturais da RMC*, em convênio com a COMEC. Procedeu também à conclusão do trabalho *Fatores de Decisão na Implantação de Indústrias na RMC*, que procurou identificar e analisar os fatores que influenciaram os empresários a instalarem seus estabelecimentos industriais na região, visando subsidiar a formu-

lação de novas políticas de industrialização para a área, bem como uma melhor utilização desses fatores para a atração de novas unidades aos polos industriais do estado. Além disso, e com similar propósito, executou o projeto *Padrões e recomendações do Uso do Solo Rural na RMC*, para o conhecimento e delimitação da estrutura de ocupação e da aptidão agrícola do solo da RMC, permitindo reorientar o seu uso para fins olerícolas e para a agricultura em geral.

Em outros órgãos do estado, como a Secretaria de Administração, se organizou e coordenou diagnósticos institucionais e de projetos de simplificação de normas e procedimentos. Tramitaram pela unidade, recebendo sua apreciação e orientação técnica, os projetos de reestruturação da COMEC, bem como para enfrentar as carências municipais, concluíram os estudos para a implantação da Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, ampliando os programas na ação governamental. Havia certeza quanto à urgência de desenvolver centros urbanos capazes de conter a acentuada migração interna, produzida pela modernização da área rural, sendo o projeto METRONOR, voltado para o eixo Londrina-Maringá, o exemplo mais notório nesse momento da ação regionalizada.

Incentivo ao desenvolvimento industrial foi preocupação também da COMEC, que, em colaboração com os municípios de Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, Almirante Tamandaré, Balsa Nova e Contenda, estabeleceu um plano de organização espacial definindo em cada caso as áreas de uso industrial, por intermédio de planos diretores municipais. A COMEC, com essa orientação definiu ainda o plano de ocupação do eixo industrial Campo Largo – Araucária.

Na área de telecomunicações houve a reivindicação do Governo do Estado – baseada em estudos da COMEC – ao Ministério das Comunicações, postulando pela supressão das tarifas interurbanas nas ligações entre os municípios da RMC.

Por meio de convênios, foram repassados recursos aos pequenos municípios da RMC (Almirante Tamandaré, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Contenda, Mandirituba, Quatro Barras e Rio Branco do Sul), com vistas ao financiamento de obras de urbanização, saneamento básico e melhorias nos sistemas urbanos de transportes. A COMEC realizou ainda convênios com os municípios, para a construção de postos de saúde e para a ampliação da oferta de salas de aula. O convênio promovia a integração entre a SEPL e a Secretaria de Estado da Saúde Básica (SESB), por intermédio da formação de um grupo de trabalho destinado a formular o planejamento das ações de saúde da RMC.

A SEPL realizou também a elaboração dos planos diretores de Almirante Tamandaré e Balsa Nova; formulou os estudos preparatórios para a apresentação dos planos diretores de Campina Grande do Sul e de Quatro Barras às respectivas Câmaras Municipais e executou pesquisas de morfologia, estrutura fundiária e equipamentos dos setores primário, secundário e terciário com vistas à formulação dos planos de Bocaiúva do Sul e Contenda.

As iniciativas empreendidas visaram à coordenação de trabalhos, à integração de planos e programas, à compatibilização de propósitos, buscando a configuração de uma visualização integrada de problemas comuns às várias comunidades e regiões, a coordenação de obras e melhoramentos na RMC. Propiciou assistência técnica aos municípios que integram a região, em particular em matéria de sistemas de transporte, ocupação e normatização do uso do solo urbano e no campo da modernização das estruturas administrativas e fiscais.

Houve a execução de obras do sistema viário básico regional, o trecho final da Av. das Torres, em São José dos Pinhais, a ligação Campina Grande do Sul – BR 116 e a ligação Pinhais – Curitiba. A otimização do sistema metropolitano de transportes, por meio da execução do *Plano de Transporte Integrado por ônibus da RMC*, estudos sobre os recursos na-

turais, meio ambiente e uso do solo na RMC, todos em convênio com o IPARDES.

A COMEC também realizou trabalhos de demarcação do Parque Marumbi, em convênio com o ITC, levantou e identificou áreas de interesse para a preservação do Vale do Iguaçu e determinou medidas de recuperação sanitária do Rio Iguaçu, bem como estudo preliminar com propostas de macrozoneamento para a área objeto do Decreto Estadual nº 6.440, de 13 de março de 1979. No Parque Regional do Iguaçu, realizou estudos sobre recursos naturais e recomendações de uso do solo em áreas de várzeas da RMC. Procedeu ainda a desapropriação de lotes do Jardim Paraíso, em Piraquara, com o fim de preservar áreas de proteção de mananciais hídricos e execução do Programa Metropolitano de Reservatórios de Emergência. Se consolidavam medidas para a proteção dos mananciais da RMC, com investimentos por meio de convênios firmados com órgãos federais que possibilitaram a construção de novas barragens de água.

Neste sentido, a COMEC procedeu à execução de entendimentos com o Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) para a definição e elaboração do plano Diretor Metropolitano de Exploração Mineral, objetivando a preservação ecológica de mananciais e bacias hidrográficas e a preservação e reposição da flora e da fauna nativas, promovendo juntamente com o IPARDES, levantamentos de tais áreas na RMC. Além disso, persistiu no controle de loteamentos por meio de anuência prévia e apoio aos municípios para inclusão de dispositivos legais à proteção de fundos de vale e áreas de mananciais hídricos da RMC em suas respectivas legislações.

Nesse momento, a SUREHMA assinou termo aditivo de convênio mantido com o BADEP, objetivando o implemento de uma política preventiva e corretiva da poluição industrial, a partir da análise dos projetos encaminhados ao banco. Assim, quando da análise de tais proje-

tos pelo BADEP, se dava atenção às medidas preventivas e corretivas da poluição ambiental, devendo ser encaminhadas à Superintendência todos os projetos de atividades industriais da RMC, bem como os projetos de implantação, substituição de equipamentos, realocação ou de significativa expansão da capacidade produtiva, de atividades altamente poluidoras, cabendo à esta a elaboração de laudo técnico sobre cada empreendimento.

Também a Secretaria do Planejamento, por meio da COMEC, iniciou a implantação do seu programa de reflorestamento nas faixas de domínio das rodovias da RMC, por meio de ações empreendidas na PR 415, Curitiba – Piraquara. Realizou ainda os trabalhos de estruturação dos subpolos metropolitanos, de acordo com as diretrizes do PDI, com vistas à adequação da estrutura viária, dos equipamentos urbanos básicos e ao aproveitamento da vocação funcional de cada centro urbano da área.

Já o IPARDES iniciou o projeto intitulado *Estudos para uma Política de Desenvolvimento Industrial do Paraná*, com o objetivo de propor uma política para a implantação de novas instalações industriais, contribuindo para a eliminação dos desequilíbrios regionais. Este estudo indicava também as potencialidades prevaletentes dos municípios e suas aptidões para o recebimento de novos empreendimentos industriais.

Dentre os serviços implantados visando à troca de transporte individual pelo coletivo na RMC, devido à concentração da força de trabalho da cidade-polo, houve o aumento e otimização de horários nas linhas existentes, com serviços de ônibus supletivos, aumentando as alternativas oferecidas ao usuário.

Na estratégia de descentralização, se desenvolvia o projeto de instalação da METRONOR, e em 1981, houve a transferência à SEDM da responsabilidade pelas atividades relativas ao projeto, enquanto em 26 de junho, o convênio entre o governo do estado e prefeituras municipais

de Ibiporã, Londrina, Cambé, Rolândia, Araçongas, Apucarana, Cambira, Jandaia do Sul, Mandaguari, Marialva, Maringá e Paiçandu dava vida à nova região metropolitana, executada com recursos do convênio estabelecido pelo Governo do Estado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano e edição do Plano Diretor do Eixo Londrina – Maringá, em sua versão definitiva.

Houve a Constituição do Conselho Deliberativo, composto pelos prefeitos dos municípios indicados e pelos secretários do Planejamento, Interior, da Indústria e do comércio, dos Transportes e de Desenvolvimento dos Municípios, sob a presidência deste último, bem como do Conselho Consultivo composto pelos presidentes das Câmaras de Vereadores dos Municípios envolvidos, pelos dirigentes da FAMEPAR, COHAPAR, SANEPAR, SUREHMA, TELEPAR, CENDI, BADEP, COPEL e DER e pelos reitores das Universidades Estaduais de Londrina e Maringá. Ou seja, mais complexo (e representativo) que o previsto na legislação federal e que fora implantado na RMC, entretanto, a participação social continuava inexistente.

Por meio do convênio foram determinados recursos para a formulação do *Plano Diretor de Abastecimento da Água e Controle da Poluição* na METRONOR a ser elaborado pela SUREHMA e com interveniência da SEPL e recursos pelo PME do Paraná, por meio do convênio celebrado com o Ministério dos Transporte, para a elaboração dos projetos de ampliação da capacidade das rodovias BR 369 e 376 entre Londrina e Maringá, com análise e proposição para o sistema de atividades no eixo.

No ambiente político, se aprofundou a transição para a preocupação social no planejamento. Na Mensagem do Governador, José Hosken de Novaes destacou que mostrou “preferência pelos fracos e humildes, pelas obras e serviços que alcançassem os mais pobres, os mais dependentes” (PARANÁ, 1983, s.p.). Já a prefeitura de Curitiba, na tentativa de combater a proliferação de habitações subnormais, enviava fiscais

que derrubavam e confiscavam os materiais utilizados para construção com apoio da polícia. Saul Raiz, que entrou na vida política participando da campanha de Ney Braga à Prefeitura de Curitiba ainda na década de 1950, era o prefeito e "colocava abaixo" favelas e ocupações, numa tentativa de levar adiante o Plano de Desfavelamento, sendo um dos mais rígidos frente às populações que residiam nas favelas.

Da crítica à preocupação ambiental, derivando em segundo plano a questão habitacional (menos representativa e publicitária do que se fazer parques, sobretudo para as classes média e alta) foi tentada uma solução. A "Operação Bairros", coordenado por Rafael Dely, consistia na visita do prefeito às áreas com os mais diversos problemas, inclusive habitação. O primeiro local que visitou foi a Vila Nossa Senhora da Luz, construída em 1966, primeiro conjunto habitacional criado pela COHAB, e financiado pelo BNH e USAID, cujo projeto fora de arquitetos com ligações com o IPPUC: Alfred Willer, Roberto Gandolfi, Cyro Correa Lyra e Lubomir Ficinski (COHAB-CT, 2014). O pretendido desenvolvimento tentava se conciliar com a população, uma vez que os interesses imobiliários e industriais, pareciam estar assegurados:

Na área de meio ambiente dá-se prioridade aos projetos para prevenir enchentes. Amplia-se o saneamento básico, preserva-se as extensas áreas verdes com a criação de parques urbanos e conserva-se os fundos de vale. Os parques são equipados para lazer e recreação da população. Como nos idos de 1970, a União e os estados eram responsáveis exclusivos e formais pelo controle ambiental, a Lei Municipal de Zoneamento e Uso do Solo (1975) e o Decreto Municipal de Preservação de Fundos de Vale (1976) de Curitiba são considerados instrumentos pioneiros no Brasil por inserir políticas ambientais no controle do uso do solo municipal. (IPPUC, 1996, p. 172).

Raiz, após deixar a prefeitura assumiu a Secretaria de Estado para Assuntos de Desenvolvimento dos Municípios de 1979 a 1982. Enquanto esteve à frente dessa Secretaria entrou em contato com inúmeros municípios, fato estratégico para as eleições que se aproximavam. Já Lubomir Ficinski, então presidente do IPPUC, era o principal candidato para suceder a Saul Raíz na prefeitura, caso este fosse eleito governador, uma vez que o prefeito ainda seria indicado. O Instituto se consolidava como vitrine para os projetos arquitetônicos e urbanísticos de grupo, com a garantia de construção e pagamento, bem como de prestígio técnico e político, um trampolim para a Prefeitura de Curitiba.

Em 1982, Raiz candidatou-se oficialmente ao governo do Estado pela ARENA com apoio do então governador e de todo aparato da Ditadura que caminhava para o fim. Isso não foi suficiente para vencer. O londrinense PMDBista José Richa venceu e iniciou uma nova etapa na relação com a Prefeitura de Curitiba, indicando seu correligionário Maurício Fruet como prefeito, retirando de uma única vez, após mais de duas décadas, o mesmo grupo do poder do estado e da prefeitura da capital. Mais que isso, no caso do IPPUC, uma nova era, pois, como apontou Fernandes em entrevista (IPPUC, 1991, p. 47)

(...) o IPPUC surge ainda num caldo democrático, num caldo pré-ditadura, mas com a valorização do planejamento, da tecnocracia etc... Depois de 1968, o quadro tornou-se completamente autoritário e eu achava que o IPPUC ainda tinha que passar pelo teste da democracia representativa e dos conflitos de poder que surgiriam numa situação de prefeito eleito pelo voto popular: esse era o desafio.

O desafio da redemocratização chegou, com implicações na gestão e organização do espaço metropolitano, dando início à terceira fase do planejamento metropolitano na RMC.

CAPÍTULO 04

INTERIORIZAÇÃO, REDEMOCRATIZAÇÃO E A PARALISIA DO PLANEJAMENTO METROPOLITANO (1983-1994)

Esta fase tem sido descrita por diversos autores como de arrefecimento do planejamento em todas as escalas, quando na realidade o que houve foi sua colocação em novos paradigmas – considerando as instituições que se mantiveram ativas -, no contexto da redemocratização e da assunção de uma nova Constituição Federal. Foi um momento caracterizado, sobretudo, por transformações institucionais, em um cenário onde as relações espaciais de Curitiba e região não eram metropolitanas de forma consolidada, ainda que tendencialmente e institucionalmente já se observasse tal fenômeno, pois, como observam Oliveira (2001), Lima (2000, p. 69) e Firkowski (2009) foi nessa fase que de fato se consolidou o processo de metropolização da capital.

Se estende entre a chegada do PMDB ao comando do estado e da questão metropolitana, extinguindo a Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Desenvolvimento dos Municípios pelo Decreto Estadual nº 208/83, e pondo fim a vinte anos de governo do partido de sustentação da Ditadura no estado bem como da transferência do grupo liderado por Lerner para o Rio de Janeiro. A leitura dos documentos indica, contudo, que em alguns momentos o discurso do grupo oposicionista que chegou ao poder se confunde com o daquele até então hegemônico, numa tentativa de continuidade e mesmo cooptação dos ganhos eleitorais. Em determinado momento isso se rompeu e os governos PMDBistas passaram a ter características próprias.

Eventos importantes aconteceram nessa fase, que juntos formam um momento de inflexão sobre a realidade metropolitana no Brasil, a

saber: o fim dos impostos voltados ao financiamento metropolitano (1984), o fim do BNH, que era o órgão responsável pela política metropolitana (1986) e a transferência do poder de criação e delimitação das regiões metropolitanas da União para os estados, por meio da Constituição Federal de 1988, finalizando, no caso da RMC, com a transformação do órgão metropolitano em autarquia, em teoria ampliando sua independência. Como afirmam Ultramari e Rezende (2006, p. 21)

No final da década de 70, percebeu-se a efetivação do propósito do planejamento centralizado e da execução desconcentrada (...). Deram origem ao conceito do “fazejador” que, em síntese, significava que nada mais havia a pensar e sim a executar (...) no período de 1976/84, a escassez de recursos (...) e o direcionamento dos investimentos para setores específicos, principalmente àqueles que atendessem às demandas sociais com vistas a desmobilizar focos de tensão revelados nos movimentos sociais, deram início a um processo de ruptura na estrutura do planejamento e atuação do estado.

As análises e documentos sobre o Paraná e a capital nesse período passaram a priorizar o intenso processo migratório, principalmente a partir do Norte do estado, e a falta de infraestrutura e políticas para recebimento e assentamento dessa população, os quais levaram à periferização da Região Metropolitana de Curitiba (GONZÁLES OSÓRIO, 1984; ROLIM, 1985; PIRAGIS, 1988; GARCIA, 1990). De acordo com IPPUC:

A dimensão social do planejamento intensifica-se até o início dos anos 80, época em que o desenvolvimento social passa a concentrar investimentos públicos (...) Projetos e ações sociais buscam crescente desfrute e inserção coletiva para segmentos com menor poder aquisitivo, contribuindo assim para amenizar os efeitos da má distribuição de renda no país. (IPPUC, 1996, p. 172)

Consolidou-se desta forma, a questão social no planejamento, amplificada naquele momento pela redemocratização, pela legalidade reestabelecida a partidos de esquerda, sindicatos e movimentos sociais, que promoveram a participação coletiva na tentativa de construção de uma nova Constituição e sociedade. Nesse contexto, os estudos se assentaram ainda sobre as sucessivas crises econômicas e retorno da democracia, bem como na formulação de novas diretrizes, na busca de entender as novas condições.

A reforma urbana proposta para a Constituição Federal de 1988 encerrava os discursos e ativismo em favor de uma cidade que abarcasse uma série de interesses, não apenas priorizando os temas sociais, de forma que somada à questão social, na década de 1980 e início dos anos 1990, se fortaleceu também a questão ambiental, econômica e demográfica.

Como já apresentado, o Paraná em 1980 se tornou majoritariamente de população urbana. Em documento do IPARDES (1984) se coloca que após a intensa urbanização registrada nas décadas anteriores, a economia e a sociedade paranaense foram transformadas, resultando em uma rede urbana relativamente densa e integrada, se tornando um estado urbano, tanto em população residente na cidade como da subordinação da base econômica aos agentes urbanos.

O índice de Urbanização do Estado que, em 1980, era de 58,63%, em 1970 fora de 36,14%; entretanto, mostrava-se bastante inferior àquele observado na RMC que, em 1980, era da ordem de 92%, refletindo na ocupação desordenada do solo, na deterioração da qualidade de vida e na pressão sobre a oferta de bens e serviços. A principal característica desse processo, portanto, foi o crescimento da população urbana concentrada em um pequeno número de municípios, resultante da modificação estrutural da economia agrícola dos anos 1950 e 1960, quando a participação da agricultura no produto interno paranaense diminuiu de 31,5% em 1971 para 23,3% em 1985, enquanto o setor industrial cresceu

a uma taxa de 21% ao ano entre 1970 e 1980 contra 9% da média nacional (IPARDES, 1984).

Os problemas aumentaram proporcionalmente ao crescimento urbano, exigindo respostas dos governos municipais que em sua maioria recorriam aos órgãos estaduais e até mesmo aos federais. Por outro lado, havia o problema dos municípios que se esvaziaram com diminuição de população, principalmente rural, com problemas de equipamentos urbanos ociosos, diminuição do volume de negócios no comércio local, fechamento de estabelecimentos, criando problemas na receita municipal, sem perspectivas de reversão desse quadro.

Assim dois movimentos antagônicos – o esvaziamento e a concentração – se constituíram no desafio estadual para a década de 1980. Era necessário que tais problemas fossem resolvidos por organismos supramunicipais adequados e programas especiais, cujo principal entrave era a política tributária existente no país, centralizadora, que limitava os estados e os municípios na mobilização de recursos para políticas de desenvolvimento.

Com esse cenário, conforme relata o jornal O Estado do Paraná de 29 de março de 1983, quando assumiu o cargo de diretor da COMEC, o arquiteto Joel Ramalho Junior, que participara dos trabalhos do IPPUC que resultaram na criação da região metropolitana, considerava que a principal meta da COMEC deveria ser a geração de empregos, solicitando a ampliação do quadro de servidores para o órgão, o permitindo ter “uma estrutura mais consistente”, uma vez que “tem muito mais a fazer do que lhe tem sido permitido”. Destacava ainda, as necessárias modificações na continuidade do PDI, uma vez que a economia nacional estava em crise e o plano era visto como “fórmula para eliminar a heterogeneidade entre os municípios que constituem a RMC, diminuindo assim a situação de intensa fragilidade de alguns deles” (ESTADO DO PARANÁ, 1983, s.p.).

Em âmbito municipal, neste período, houve a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) – conhecida como CPI do IPPUC, de 1983 – que, entre outros, investigou irregularidades relacionadas ao Instituto, ocorridas nas gestões Lerner (1971-1974; 1979-1982) e Saul Raíz (1975-1978). Ainda que autores descrevam o enfraquecimento do Instituto, em 1985 o mesmo publicou o Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano (PMDU) e desenvolveu o Projeto CURA em diferentes bairros da cidade, além do programa de recuperação urbana de áreas periféricas, entre outros, o que não torna irrelevante sua produção naquele período.

Com a chegada do PMDB ao governo estadual, teve fim o “ciclo Neyista” no Paraná, sendo que na sequência, foi a vez da COMEC se ver envolvida em problemas políticos, o que fez com que suas ações passassem a ser relatadas de forma discreta e genérica nas Mensagens do Governador. O Jornal do Estado, de 17 de junho de 1983, denunciava que recursos do órgão destinados a serviços públicos foram usados na campanha política para as prefeituras, a partir do qual foi elaborado documento denominado como “Dossiê COMEC”.

Técnicos e políticos do Partido Democrático Social (PDS, sucessor da ARENA), ligados aos ex-governadores José Hosken de Novaes e Ney Braga, se viram envolvidos em denúncias de corrupção. Nomes como Leo Linzmeyer, José Rubel, Véspero Mendes, além da maioria dos antigos prefeitos estavam entre os denunciados. O então deputado estadual Roberto Requião, do PMDB, levou as denúncias dos prefeitos eleitos de Contenda e Rio Branco do Sul à Assembleia Legislativa, de que seus antecessores haviam utilizado dinheiro solicitado ao estado para obras em suas campanhas, iniciando algumas que não poderiam ser concluídas e endividando os municípios. A partir das denúncias, foi criada a “CPI da Corrupção”, presidida pelo deputado Rubens Bueno e relatada pelo futuro vice-prefeito e presidente do IPPUC (1987-88), deputado Adhail Sprenger Passos (PMDB).

As denúncias dos prefeitos resultaram em uma auditoria realizada pela CAL – Consultores Associados Ltda., que detectou que mais de um trilhão de cruzeiros, originados da TRU repassados pela COMEC para os quatorze municípios foram desviados por prefeitos e funcionários do estado. O então secretário de planejamento foi retirado (Belmiro Castor), sendo meses depois demitidos o coordenador geral (Joel Ramalho Junior) e o coordenador administrativo financeiro da COMEC (Ronald Schlichting) (CORREIO DE NOTÍCIAS, 1984).

Entre as irregularidades, estavam viagens internacionais, chapas frias em veículos, obras fantasmas, vários pagamentos para uma mesma obra, adulteração em prestação de contas, notas fiscais falsas, serviços executados em prazos impossíveis de serem realizados e favorecimento de pessoas. Um técnico não identificado, entrevistado pelo jornal Correio de Notícias (1984, s.p.), afirmava que a corrupção no órgão não aparecera antes por que houvera “(...) grande poder político ocupado em determinado momento pela COMEC. Como repassadora das verbas da TRU para os municípios, a entidade adquiriu muita força econômica na região. De repente, ser coordenador da COMEC se tornou um alto privilégio”. E prosseguia:

(...) um coordenador da COMEC podia e, pode até hoje, influenciar o comportamento de quatorze prefeitos da RMC, o que representa um peso eleitoral razoável. São muitos interesses em jogo (...). As verbas da área federal repassadas à COMEC nunca foram fiscalizadas? Se não foram propositalmente fiscalizados, isto quer dizer que havia muito mais em jogo via COMEC.

Ou seja, havia prestígio ou interesses para com a COMEC, sobretudo ligado à sua capacidade de investimento. Contudo, com o fim do financiamento pelo governo federal para os órgãos metropolitanos, a partir de 1983, problemas sociais e ambientais e seus reflexos deveriam

ser solucionados em um contexto de crise econômica e com menos recursos. Na Mensagem de 1984, o então Governador José Richa (p. 11) destacava que

Resgatar a dívida social é, e continuará sendo, a grande diretriz da política do Governo do Estado, nas ações voltadas para o campo social. Para cumpri-la, dá-se início a uma nova postura da administração pública estadual que se preocupa, hoje, em atender àquelas necessidades básicas da população que foram relegadas a um plano subalterno, num passado mais remoto, pelos erros e imprevidência das elites dirigentes do Estado e, em época mais recente, pelo modelo concentrador – concentração do poder político, concentração das receitas tributárias, concentração da terra, concentração das populações nos aglomerados urbanos, concentração da renda – que tem sido imposto à nação.

A participação social era exaltada (p. 12)

Em todas as novas propostas formuladas levou-se em conta a permanência das soluções, tendo em vista beneficiar a geração presente, sem prejuízo para as futuras. Um grande esforço foi empregado para incorporar a participação comunitária às estruturas, às decisões e às atividades dos órgãos governamentais comprometidos com tarefas que envolvam os interesses maiores da população.

Quanto à proteção do meio ambiente colocava que

O crescimento desordenado do Paraná, com a terra explorada, impiedosamente, até às últimas consequências, acumulou problemas de deterioração do meio ambiente cada vez mais difíceis de serem enfrentados com êxito. A destruição quase total da cobertura vegetal, com a contrapartida da erosão rural e urbana, é um dos desafios mais sérios que cabe à atual e às próximas gerações enfrentar.

A expansão caótica das cidades, fruto, entre outros equívocos, do modelo econômico que atribui privilégios à agricultura de exportação em detrimento da produção agrícola de subsistência, agravou o êxodo rural e amontoou na periferia das grandes e médias cidades massas cada vez maiores de famílias marginalizadas, sem teto, sem escolas, sem emprego, sem condições mínimas de sobrevivência, portanto. Este é, sem dúvida, outro dos grandes reptos que a sociedade enfrenta e que cabe ao poder público procurar resolver.

O executivo criou então em 1983 a proposta básica para o Programa Estadual do Meio Ambiente (PEMA), tido como instrumento essencial para uma política, de longo prazo, de preservação dos recursos naturais. Seu objetivo era integrar os órgãos executores da política estadual de meio ambiente, de modo a assegurar a racionalidade das ações de responsabilidade do Governo do Estado, evitar a superposição de atividades e mobilizar as comunidades para a defesa dos recursos naturais, mediante o uso racional e o manejo adequado dos solos, das águas e do ar. Cinco secretarias de Estado estavam envolvidas: Interior, Agricultura, Planejamento, Educação e Saúde e Bem-estar Social.

A COMEC executou então planos de desenvolvimento municipais e de estruturação urbana, elaborando Termo de Referência que, de acordo com o Governo, visavam desenvolver um novo enfoque cuja premissa básica era atender às aspirações da comunidade. Realizou ainda os planos de desenvolvimento municipal de Almirante Tamandaré, Campo Largo, Colombo e São José dos Pinhais, bem como os Planos de Estruturação Urbana de Contenda e Mandirituba.

Na área de saneamento básico desenvolveu estudos e projetos, como o Plano de Obras de Combate a Inundações, cadastramento e dimensionamento das bacias hidrográficas, projetos de galerias de águas pluviais nos municípios de São José dos Pinhais, Colombo, Balsa Nova,

Contenda, Araucária e Almirante Tamandaré. Também realizou estudos de controle ambiental, visando à caracterização das matas da região metropolitana, definição de microbacias hidrográficas e geração de arquivos de dados ambientais e programa de preservação do rio Iguacu. Registre-se ainda que a SANEPAR iniciou em abril de 1983 as obras de abastecimento de água do sistema Passaúna, com finalidade de atender à demanda das áreas industriais em expansão a oeste e ao sul de Curitiba e do município de Araucária.

Para a infraestrutura de transportes se buscou a racionalização da operação do sistema de transporte coletivo por ônibus, seus itinerários, operação e administração, buscando melhor cobertura da área de atendimento, maior frequência de horários e acesso ao transporte. Além da definição da implantação de infraestrutura e equipamentos para o sistema de transporte coletivo, de estudos e projetos para a BR 476, desapropriação para o Contorno Norte e estudos e projetos para o sistema viário.

Criou-se também o Centro de Dinamização Rural (CDR), com objetivo de organizar a forma de ocupação do espaço rural e dinamizar a produção agrícola, permitindo melhores condições de desenvolvimento. Foram implantados CDRs em três localidades: Bugre (município de Balsa Nova), Guajuvira (Araucária) e São Pedro (Rio Branco do Sul). Também se realizou um projeto piloto de piscicultura, visando criar uma fonte alternativa de renda para a comunidade rural, no distrito de Guajuvira.

A assistência técnica aos municípios da região metropolitana permanecia como uma das principais atividades da COMEC, visto que a maioria das administrações municipais não dispunha de pessoal qualificado. Tal assistência realizou-se não só diretamente nos locais, mas, também, no sentido de orientar tais administrações junto aos órgãos setoriais, nas esferas estadual e federal.

Reforçando a participação comunitária, como forma de romper com a tradição centralizadora do período autoritário, o governo criou a Secretaria Especial para Assuntos Comunitários (SEAC), pelo Decreto Estadual nº 15/83, com objetivo de “coordenar as ações voltadas à interação entre segmentos organizados da população e o aparelho estatal”. Elaborou nesse período estudos sobre o mercado informal, procurando alternativas para combater o desemprego e o subemprego, além de organizar o trabalho autônomo. A COMEC foi convidada a participar de uma ação conjunta com a SEAC, na criação de um grupo de trabalho estadual, sobre a regularização de loteamentos clandestinos e irregulares, com a participação da Prefeitura Municipal de Curitiba (COHAB, Departamento de Desenvolvimento Social - DDS - e IPPUC), que em 1983 examinou 70 loteamentos em situação irregular, dos quais 38 foram regularizados.

O financiamento de tais ações provinha da conta do programa Especial para o Desenvolvimento da Infraestrutura Urbana dos Municípios (IUCLG), do PME (COMEC) além de financiamentos do BADEP para a continuidade do programa de expansão e renovação da frota de ônibus municipais.

Em conjunto com a COPEL e o IPPUC, a COMEC desenvolveu projetos para eletrificação de transporte urbano, a fim de desenvolver estudos de viabilidade, do projeto básico e do projeto executivo da rede de trólebus da capital do estado, para substituir o uso de derivados de petróleo e na tentativa de barateamento das tarifas.

Como resposta à crise econômica e ao desemprego, a MINEROPAR iniciou o programa para adoção pelas prefeituras do uso de rochas locais em suas obras viárias, em substituição ao asfalto. Em Campo Largo, uma experiência de pavimentação com vários tipos de rochas foi desenvolvida para demonstração, em conjunto com a Coordenadoria de Planos e Programas Estaduais de Transportes (CPET/ Secretaria de

Transportes - SETR), COMEC, DER, Empresa de Desenvolvimento de Campo Largo (EMLAR) e Prefeitura Municipal de Campo Largo. Foi também elaborado um manual de orientação do uso de paralelepípedos e pedras irregulares em pavimentação.

Outros organismos como BADEP, FAMEPAR, COMEC, IP-PUC, DETEPAR (Departamento do Trabalho do Paraná), COHAPAR, EMOPAR e Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) também foram chamados para colaborar na implantação do programa, com concessão de recursos financeiros às prefeituras municipais para execução de obras que privilegiassem rochas locais, treinamento de mão-de-obra semi-especializada e priorização de obras viárias deste tipo. A COMEC executou então o Programa de Apoio aos Pequenos Produtores de Paralelepípedos, cuja fase inicial se desenvolveu no município de Campina Grande do Sul, onde se obteve matéria-prima para pavimentação com pedras, colaborando ainda no ensino de técnicas de pavimentação de vias urbanas com alvenaria em pedra, junto às prefeituras da RMC.

Nesse período, como parte da estratégia de internacionalização da imagem de Curitiba, em 1983 foi definido pelo Ministério da Aeronáutica a ampliação do Aeroporto Afonso Pena, em São José dos Pinhais, construção de nova pista e de novo terminal de passageiros, visando torná-lo aeroporto internacional. Tal ampliação ocorreria somente a partir de 1991, tornando-se internacional quando de sua finalização, em 1996.

No interior do estado, a Metrópole Linear do Norte continuava a ser implantada, sendo realizado convênio entre Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano (SDU)/ MINTER/ SUDESUL e o Estado, para a implantação da Unidade de Administração de Subprojeto (UAS), equipe técnica para gerenciar os recursos da BIRD do Programa de Cidades de Porte Médio, do CNDU.

Persistia a ideia de diferenciação com o período autoritário, ao mesmo tempo em que se denunciava a grave crise social devido à re-

cessão e a queda na atividade econômica. A taxa acumulada de queda da produção industrial brasileira, de 1980 a 1983, foi de 17%. No Paraná 21%. No ramo da construção civil, grande absorvedor da mão-de-obra sem qualificação de habitantes das periferias das cidades, houve redução de 18% no país, e 49% no estado. O setor terciário também, caiu 5% no país e 16% no Paraná. Ou seja, a crise não era dos órgãos de planejamento, era reflexo da aguda crise econômica que o país e o estado atravessavam (PARANÁ, 1984).

Nesse momento, a COHAB se tornara o agente financeiro do BNH para a região. Contudo, o alcance regional da Companhia foi relativo. Empresa de economia mista que tinha a Prefeitura de Curitiba como principal acionista, a mesma entre 1967 e 1975, de 6180 unidades que construiu, apenas 298 não foram na capital (208 em Campo Largo e 90 em Paranaguá – município fora da RM, no litoral). De acordo com o Relatório da Diretoria da COHAB (1979-1983) “com relação à RMC, a atuação da COHAB foi no sentido de se procurar evitar, tanto quanto possível, deslocamentos habitação-trabalho a nível regional, que geram “picos” em determinados horários, além do inconveniente das chamadas “cidades-dormitórios” (COHAB-CT, 1984, p.8).

Com o apoio da COMEC, adquiriram então estoques de terras próximos aos núcleos urbanizados para atender a demanda futura (4,5 milhões de metros quadrados, capazes de abrigar aproximadamente 6000 unidades habitacionais). Esses terrenos foram comprados em Araucária, São José dos Pinhais, Campo Largo, Piraquara e, em menor quantidade, Mandirituba, Balsa Nova, Contenda, Colombo e Quatro Barras.

Prosseguia em 1984 o PEMA, uma das prioridades da política de ação do Governo, o projeto de maior amplitude então em execução no estado, com ponto alto no programa de Manejo Integrado de Solos e Água. Era visto como instrumento de proteção da natureza, balizando o planejamento de ações setoriais que envolvessem a questão ecológica.

Além disso, foram concluídos os estudos de viabilidade e o projeto básico de eletrificação do eixo Norte-Sul do sistema de transporte coletivo de Curitiba bem como as obras de ampliação do sistema Passaúna, destinado a reforçar o sistema de abastecimento de água da RMC.

Para atender à RMC a SEPL executou um conjunto de trabalhos: caracterização das áreas conurbadas; reavaliação do uso do solo e dos sistemas viários municipais, dimensionamento de bacias hidrográficas e diagnósticos sobre a poluição ambiental. Projetos mais particularizados também foram concluídos, como os planos de estruturação urbana de Bocaiúva do Sul e Contenda e de desenvolvimento municipal de São José dos Pinhais e Campo Largo. Estavam em fases diversas de construção em doze municípios da RMC obras de pavimentação urbana, construção de grupos escolares, abrigos, terminais de passageiros e outros equipamentos urbanos.

Nesse período, o processo migratório de origem rural, no Paraná, intensificou-se, agravando o problema urbano. A RMC, era a que mais crescia em população no país, enfrentando a perspectiva de receber anualmente, sem dispor de recursos necessários para preparar-se com equipamentos urbanos compatíveis, um grande contingente populacional.

O processo de concentração urbana que ocorrera na RMC foi registrado no estudo concluído em 1984 pelo IPARDES, obrigando o governo a tratar com atenção o planejamento do espaço urbano da capital e sua vizinhança, onde o processo de conurbação se dava pelo crescimento desordenado das áreas periféricas da capital e das sedes dos municípios mais próximos. A COMEC, vinculada à SEPL intensificou os estudos sobre as áreas conurbadas da região e desenvolveu uma série de projetos específicos, subsidiando um programa de ação. Com os estudos básicos concluídos, era necessário o financiamento, que se buscou junto a organismos internacionais e federais uma vez que a resolução dos problemas exigia volume de recursos superior a capacidade do estado. Com a volta

das eleições para prefeitos, um dos resultados da crise instalada foi a vitória do PMDB nas eleições de 1985 para Prefeitura de Curitiba, com o triunfo de Roberto Requião sobre Jaime Lerner. Tal fato foi significativo para o papel que o IPPUC passaria a ter. Na apresentação da Mensagem de 1986, o governador José Richa persistia em afirmar que a área social daria a tônica de seu governo:

Os paranaenses devem ter na memória a veemência com que falávamos quando, nas praças públicas, combatíamos os governos autoritários, criticávamos as prioridades atribuídas ao econômico, em detrimento do social (...). A grande temática da nossa pregação, naquelas oportunidades, foi a dívida social que penalizava, e ainda penaliza, os brasileiros, principalmente os desassistidos e marginalizados. (PARANÁ, 1986, s.p.)

Alertava que na RMC ameaçava se repetir o caótico processo que deteriorou a convivência na maioria das metrópoles do mundo. Cerca de dois milhões e seiscentas mil pessoas deixaram a zona rural do estado, enquanto isso o crescimento da indústria, apesar de ter sido elevado em termos relativos, partiu de uma base pequena e pouco adensada e não possibilitou a absorção dessa mão-de-obra excedente. Acreditavam que a resposta a esse problema viria de estudos e pesquisas realizadas pela SEPL, um programa de investimentos de grande porte com propostas para uma abordagem integrada dos problemas. Ou seja, as atenções dos órgãos estaduais de planejamento se voltavam à busca de soluções para o principal problema urbano que o estado enfrentava, o processo de conurbação da RMC. No PMDU, os técnicos do IPPUC chamavam atenção para o fato que

(...) o núcleo de acumulação dinâmico se encontra fora do estado, sendo o processo de industrialização, visto a grosso modo, em movimento de desconcentração a partir de São Paulo. (...) A distribuição in-

dustrial na RMC, onde se percebe a dominância da cidade núcleo como local privilegiado de estabelecimento da indústria. Uma área metropolitana é definida como uma configuração espacial particular onde predominam a relação interfuncional das atividades na qual o meio físico perde seu peso específico para dar lugar a uma divisão territorial do trabalho. (PMC, 1985, p. 34)

E prosseguem afirmando que “essa divisão é representada pela concentração das atividades superiores de gestão e dispersão das funções, de execução. As informações referentes à localização industrial mostram que esse processo está apenas iniciando na RMC” (PMC, 1985, p. 34).

Registra-se nesse momento que alguns dos homens fortes do governo, como Deni Schwartz, passaram a trabalhar na esfera federal, tal como ocorrera com Rischbieter e Schulmann. Neste caso, foi nomeado ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, criado em 1985. É interessante observar que em 1986 houve o encerramento do BNH e o PEMA passou à administração da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, retirando a questão urbana da tutela da habitação e a subordinando às questões ambientais, sendo as ações do governo do estado na preservação do meio ambiente coordenadas pelo PEMA, a cargo da SUREHMA. A participação comunitária se refletia nos instrumentos propostos para efetivar o processo participativo, como a organização dos Comitês Ambientais, no âmbito municipal ou regional.

Em 1987, o então governador João Elísio Ferraz de Campos, que presidira o BADEP e a Secretaria das Finanças no governo Richa, assumiu o governo quando este foi eleito para o Senado. Prosseguia na crítica à elevada centralização de recursos no âmbito federal, destacando, no âmbito do planejamento, as diferenças de quando se criou a CODEPAR. De acordo com ele, a lei que criou o FDE e a CODEPAR, instituiu

mecanismos apropriados, em sua época, para prover o poder público estadual dos recursos indispensáveis para implantar a infraestrutura básica que faltava ao estado – estradas, hidrelétricas, porto, entre outras – para aperfeiçoar serviços públicos essenciais e financiar empreendimentos da iniciativa privada, diversificar a agricultura e desenvolver o setor industrial. Os estados tinham autonomia, podiam legislar sobre seus tributos e orientá-los para projetos de desenvolvimento. Com a reforma tributária de 1967 os estados perderam a autonomia fiscal, ficaram atrelados às diretrizes federais e dependentes, cada vez mais, dos recursos concedidos pela União. Foram despojados, gradativamente, de grande parte do seu poder de autodeterminação.

Assim, a crise instalada era dupla no Paraná, ao ver escasseados os recursos para investimentos e esgotado o “modelo paranaense de desenvolvimento”²⁶, com reflexos em dois fenômenos que se acentuaram: a mudança na distribuição espacial da população, urbanizada de maneira desordenada e a crescente deterioração do meio ambiente, com práticas predatórias na utilização dos solos rural e urbano e o manejo inadequado dos resíduos industriais e domésticos nas cidades.

O ritmo do crescimento industrial diminuiu com a recessão, a partir dos anos 1980, ainda que 94,8% dos valores investidos pelo BADEP e pela Agência do Paraná do BRDE tenha se destinado ao setor privado em 1984, caracterizando a diretriz do governo de apoiar o empresariado em seus empreendimentos voltados à expansão econômica. Para comparação, em 1982 só 42,7% do total dos créditos do banco foram destinados às

²⁶ De acordo com Magalhães Filho (1994, p. 5): “Duas grandes mudanças na base econômica do Paraná produziram transformações fundamentais em diversos aspectos da sua estrutura e dinâmica sociais: a passagem da economia extrativista (erva mate e madeira) para a economia do café e o processo de industrialização dos anos 70. Essas mudanças caracterizam o início e o fim do ‘projeto paranaense de desenvolvimento’, concebido a partir do PLADEP, implementado pela CODEPAR e depois pelo BADEP, esgotado em grande parte devido ao seu próprio sucesso sem que fosse substituído por outro projeto de caráter estratégico”.

empresas particulares e os demais 57,3% financiaram empreendimentos do setor público. Ainda assim o setor não teve o dinamismo correspondente às expectativas

Foi realizado então pelo governo do estado o Programa de Ação Municipal (PRAM), destinado a viabilizar obras de melhoramentos urbanos nas sedes municipais com até 50 mil habitantes, dotando-as de infraestrutura urbana e de serviços públicos, gerando empregos e oportunidades de trabalho, buscando reduzir o êxodo para as grandes cidades, agindo na origem. Apesar disso, a migração de massas populacionais, cada vez maiores, para os principais centros urbanos do estado não pode ser totalmente detida, acompanhando as mudanças estruturais da economia, a modernização do campo e a industrialização das grandes cidades.

Dos estudos citados realizados pela COMEC a partir de 1984 para a RMC, evitando maior degeneração das condições de vida das populações marginais, resultou o Programa de Investimentos para a RMC (PIRMC), com ações para atender às áreas de abastecimento alimentar, promoção econômica, habitação popular, saneamento, transportes, serviços de saúde, educação, segurança e gestão metropolitana. Foi aprovado por todas as prefeituras municipais envolvidas e recebeu apoio do CNDU e do Ministério do Desenvolvimento Urbano (MDU) e pelo Ministério do Planejamento, que atribuiu a prioridade necessária à liberação dos recursos federais concernentes que estava em análise pelo Banco Mundial, o qual no início de 1987, enviou sua primeira missão de avaliação para aprovar o projeto. A composição de recursos seria então de 35% do Tesouro do estado, 35% do MDU e os municípios com 30% financiados pelo Banco Mundial; no PRAM, a contribuição do estado era de 65% a fundo perdido e o Banco Mundial financiava os 35% que cabia aos municípios.

O SEP persistia na condução de projetos e programas como a continuidade dos estudos para o projeto de regionalização administrativa

do estado, propondo maior autonomia de decisão às administrações regionais, os trabalhos para institucionalização da METRONOR e as medidas iniciais para a criação do Parque Metropolitano de Piraquara e da Floresta Estadual e Estação Ecológica da RMC. O foco na industrialização continuava, tendo em 1986 o BADEP investido apenas 1,4% de seus recursos no setor público e 98,6% no privado, dos quais 81,6% no setor secundário da economia.

Em 1987 chegou ao poder estadual Álvaro Dias, também pelo PMDB, com a discussão sobre a Constituinte e Reformas, como a agrária e a urbana em foco, bem como a preocupação com o campo e as cidades menores, característico desse período de sucessão de dois governadores que vinham do interior do estado. A atitude da administração foi enfrentar as questões que afetavam o Paraná com a transformação no seu perfil demográfico e com as agressões ao patrimônio natural e o ambiente, transformando, por exemplo, a Secretaria da Reforma Agrária em Secretaria Especial para Assuntos Fundiários, cuja principais ações eram a regularização fundiária no estado.

Foi feito então projeto de reforma administrativa encaminhada ao poder legislativo propondo a criação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente. A nova secretaria tinha desafios, uma vez que a preocupação com o estabelecimento de políticas governamentais nessas duas áreas era recente no Brasil. Vinculou-se a COMEC à nova Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano (SEDU) e em âmbito federal foi criado o Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente (MHU), ligando habitação, planejamento urbano e meio ambiente, unindo áreas que, como visto, desde os anos 1960 pautariam a questão urbana no Brasil. A decisão política do governo, aliada ao conhecimento adquirido pelos seus técnicos nos anos de gerenciamento do PRAM, basearam os trabalhos do Programa Estadual de Investimentos Urbanos (PEIU), coordenado pela Secretaria e

com financiamento do Banco Mundial. A ideia central da nova proposta baseou-se no cenário por novas conquistas sociais, os problemas mais graves em relação à qualidade de vida, moradia, carência de serviços públicos essenciais e desemprego nas grandes cidades, especialmente nas regiões metropolitanas.

Havia a previsão que no início dos anos 1990, dois terços da população do estado viveria nas vinte maiores cidades e pouco mais de um terço na RMC. A principal preocupação se tornou estabelecer o planejamento de um conjunto de ações a fim de corrigir as distorções mais graves provocadas pelo desordenado crescimento registrado e antecipar medidas preventivas em relação a outros problemas, atuando diretamente no controle e na racionalização do crescimento das cidades.

A proposta fundamental era fixar parâmetros para que o desenvolvimento urbano do estado se distribuisse em polos regionais, evitando-se a continuidade do processo de concentração demográfica da RMC. Esses eram projetos chaves na área do desenvolvimento urbano, do qual a preservação do meio ambiente era tida como condição indispensável.

O governo definiu em 1987 um diagnóstico referencial das carências na RMC, trabalho que envolveu reuniões formais com as agências de financiamento (Caixa Econômica Federal – CEF- , Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social –BNDES- e Banco Mundial –BIRD). A missão de supervisão do BIRD em conjunto com o MHU analisou favoravelmente o esforço técnico realizado pela COMEC na elaboração do PIRMC, com recomendações favoráveis à inserção deste projeto mais amplo – o PEIU –em todo o território paranaense. Os investimentos foram então direcionados com prioridade para as áreas periféricas já adensadas, o centro expandido de Curitiba, as áreas urbanas centrais dos demais municípios da RMC e as pequenas comunidades urbano/rurais.

Quanto ao desempenho em 1987 dos demais programas em desenvolvimento na RMC houve a absorção pela COMEC do gerenciamento das ações do projeto de preservação ambiental da bacia do Passaúna, a pavimentação de itinerários de transportes coletivos nos municípios de Colombo e Almirante Tamandaré com recursos do PROPAV, procedimentos iniciais para desapropriação da faixa de domínio e contratação das obras do anel do contorno norte e execução de estudos e avaliações socioeconômicas dos projetos de transportes urbanos do IV programa EBTU/ BIRD, conclusão de projetos finais de engenharia para o sistema viário dos municípios da região nos programas IV BIRD e PIRMC e execução da carta cadastral da sede do município de Contenda.

O governo federal se comprometeu a concluir o Anel Rodoviário Leste de Curitiba e organismos nacionais e internacionais de fomento cederam recursos para parte de programas como o PIRMC, contudo, de foco prioritário dos investimentos estaduais, a RMC passou a ser vista cada vez mais como problema a ser resolvido (e, muitas vezes, sem solução).

Visando definir parâmetros para implantação do PEIU, além da mobilização das municipalidades, para levantamento das carências urbanas a serem atendidas nos projetos setoriais do programa, realizou-se um seminário sobre desenvolvimento urbano e política habitacional, cujo principais conclusões foram da necessidade da participação popular em todas as fases do planejamento das cidades, do planejamento e gestão regionalizados, da inserção dos planos de investimento no quadro das políticas e estratégias globais do desenvolvimento do estado, do aprofundamento dos estudos sobre relações interurbanas, do equilíbrio das cidades segundo potencialidades e tamanho e intraurbanas, a manutenção e atualização constante de informações pertinentes ao planejamento urbano e dos conflitos internos impostos pelas relações capitalistas de produção e apropriação e uso do espaço urbano. Dessa forma, compatibilizou-se a

política urbana estadual com a política nacional de desenvolvimento, reconhecendo o desenvolvimento urbano enquanto prioridade da questão social brasileira.

A preservação ambiental permanecia como preocupação que permeava os programas de ação de todos os órgãos do governo. As ações institucionais se baseavam na identificação, fiscalização e controle dos principais agentes poluidores, destacando-se os de origem industrial e urbana. No ano de 1987 foi instalado o Conselho Estadual de Defesa do Meio Ambiente – CEDA, instituído pela Lei Estadual nº 7978 de 1984, tendo como competência básica formular uma política estadual do ambiente, com caráter global e integrado, composto por 22 membros: seis secretarias de estado (Desenvolvimento Urbano e do meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento, Justiça, Saúde, Educação e Transporte), o procurador geral do estado, os presidentes das Comissões de Ecologia e Meio Ambiente, Saúde e Agricultura, da Assembleia Legislativa, sete representantes de associações conservacionistas e cinco representantes de instituições universitárias.

Na área de saúde pública, em convênio firmado entre a COPEL, a Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC), SANEPAR e URBS foi preparado o anteprojeto de unidade de captação e tratamento de gás do aterro sanitário de Lamenha Pequena, em Curitiba, para cuja implantação obteve recursos do BIRD e da EBTU. Também houve a elaboração do PIRMC Setor Saúde para a RMC com recursos aprovados para construção de centros e postos de saúde, instalação do novo centro de desenvolvimento de recursos humanos e a construção do pronto socorro Norte de Curitiba.

Com a deterioração da imagem dos órgãos de planejamento e a crise econômica, em 1987 houve a primeira tentativa efetiva de desmonte da COMEC, com a reestruturação administrativa promovida pela Lei Estadual nº 8.485 de 1987, fortalecendo o núcleo central do poder

executivo, tornando a SEPL uma “super secretaria”. A consequência foi a mudança de enfoque na gestão de programas governamentais de repercussão econômica e social, até então conduzidos isoladamente.

As novas funções atribuídas à Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral a tornou administradora dos projetos, passando a ter a responsabilidade de coordená-los. Assim, programas com o nível de complexidade e a amplitude como o de investimentos na RMC, por exemplo, diretamente vinculados a uma ou mais secretarias de estado, passaram a ser coordenados também pela SEPL. Para assumir esse papel completou em seis meses a absorção das funções executivas que desempenhava com a administração de programas, como o PRORURAL e o PRAM, e entidades que lhe eram vinculadas, como a COMEC e a FAMEPAR. O único órgão que permaneceu foi o IPARDES, como coordenador e executor de pesquisas e estudos que acompanhavam o processo de desenvolvimento estadual e o Sistema de Informação Estatística.

Em 1989, Requião se tornou secretário do desenvolvimento urbano (1989-90) e com a nova Constituição Federal o estado assumiu a competência de instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas, facultando a criação de órgão técnico mediante lei. Na esfera federal, o desenvolvimento urbano voltou a ser subordinado à habitação, com a transformação do Ministério do Desenvolvimento Urbano em Ministério da Habitação. As medidas adotadas pelo governo federal na área, de combate ao *deficit* público atingiu os programas da COHAPAR e das COHABs, que passaram a ser consideradas exclusivamente como órgãos de assessoria técnica e estavam impedidas de contratar novos recursos para financiar seus programas de construção.

A preservação do meio ambiente persistia como prioridade do plano de Governo e manifestava-se nas ações de combate e prevenção à erosão urbana, na execução de projetos de saneamento básico nas grandes cidades, no rigor dos regulamentos de uso do solo. Os projetos per-

maneciam sob apreciação de organismos internacionais de fomento e recursos internos, contudo, o Paraná dispunha de investimentos na área de saneamento e desenvolvimento da região metropolitana, com atenção voltada a área social.

No campo do desenvolvimento urbano, o governo adotou uma nova estratégia que consistia na regionalização dos investimentos, ao contrário da sistemática adotada do PRAM que privilegiava projetos localizados nos municípios e que eram selecionados pelas próprias comunidades. A decisão comunitária permanecia, mas o enfoque regional passou a conduzir a seleção das prioridades, sendo essa mudança de critério resultado da experiência adquirida na elaboração do PIRMC. O agravamento da crise econômica, restringindo a capacidade de investimento do estado, exigiu o aperfeiçoamento dos instrumentos de ação do poder público, principalmente do planejamento. Daí a necessidade de uma análise regional, de preferência ao enfoque municipal, na escolha das prioridades no campo do desenvolvimento urbano.

Três fatores tiveram influência em 1988 na condução dos planos governamentais na área do desenvolvimento urbano: primeiro, a nova divisão administrativa do estado, então em fase de implantação, exigindo a adequação aos seus parâmetros de todos os programas e projetos de ação regionalizada – como os de ordenamento do espaço urbano – e, segundo, a reformulação dos programas de desenvolvimento regional que eram administrados diretamente pela Secretaria do Planejamento como o PRAM e passaram no fim de 1987 para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. O terceiro fator foi o adensamento populacional da RMC, que passou a ser visto como um desafio, onde as estimativas indicavam que na virada do século os quatorze municípios concentrariam 34% da população total do estado.

A participação da RMC no total do estado auxilia no entendimento de sua metropolização a partir de 1980. Em 1950, a população da fu-

tura RMC representava 15% do total do Estado; 12% em 1960; 11% em 1970; 18% em 1980. Em 1990 essa participação alcançou 26%. Os dados da tabela 5 mostram a intensa concentração a partir dos anos 1980.

Dando seqüência à PDU do estado, o Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano – PEDU, negociou com o BIRD empréstimos, cuja aplicação exigiu contrapartida interna de igual valor, para aplicar em projetos de infraestrutura urbana, sistemas viários, saneamento, centros esportivos e outras obras, abrangendo todos os municípios, sem nenhuma exceção, mesmo os grandes e médios que não eram atendidos pelo PRAM.

Os investimentos do PEDU deveriam ter maior participação dos municípios, considerando-se a realidade brasileira decorrente da nova Constituição - que destinou maior parcela dos recursos tributários para estes – e também em virtude de uma reformulação de critérios do Banco Mundial.

No Paraná então, por meio da FAMEPAR, elaborou-se planos de ocupação e uso do solo para os municípios, se antecipando à norma constitucional que obrigava todos os municípios com mais de 20 mil habitantes a elaborarem projetos de uso do solo. Destacava-se pelos serviços executados, de fiscalização e controle das fontes poluidoras do meio ambiente, sendo a SUREHMA nacionalmente reconhecida como uma das mais eficientes instituições do país na área do meio ambiente. Uma das mais importantes medidas adotadas pelo Executivo em 1988 em relação ao meio ambiente situou-se no campo institucional. Trata-se da regulamentação do uso e derivação das águas dos rios, pelo Decreto Estadual nº 4.141/88, que atualizou normas e parâmetros para a administração dos recursos hídricos disponíveis nas bacias hidrográficas do estado e para a execução de projetos de irrigação.

Entre outras ações importantes na área do meio ambiente podem ser destacadas o estabelecimento do programa de recuperação da quali-

dade do ar em Araucária e a realização de diagnóstico preliminar para quantificar o potencial do manancial subterrâneo da RMC. Foi concluída ainda, em 1988, a elaboração do Plano Diretor de Manejo Florestal para a RMC, para recuperação ordenada do solo, preservação e proteção do remanescente de florestas nativas e o suprimento de produtos florestais a diversas atividades econômicas da região.

O Paraná aprofundava esta etapa de desenvolvimento econômico consolidando seu perfil industrial com a atração de mais de mil indústrias em vinte meses em todos os setores, gerando cerca de 200 mil empregos. Para desempenhar seu papel de indutor do desenvolvimento em ação conjunta com os diversos setores da iniciativa privada, o governo intensificava seu relacionamento com o empresariado paranaense.

Foi criado então o COIND (Conselho Consultivo da Política Industrial e Comercial do Paraná), que realizou em 1988, 102 reuniões das diversas comissões. Esses empresários participaram ainda da elaboração da Constituinte Nacional e preparavam subsídios para a confecção da Constituinte Estadual. Esses dados comprometem a visão defendida por Oliveira (2001), por exemplo, para quem o grupo ligado a Lerner foi o mais próximo do empresariado. Para o autor (2001, p. 73)

De todos os grupos que tiveram a oportunidade de exercer o poder na política paranaense, poucos parecem ter sido tão sensíveis às demandas do empresariado como aquele que gravita em torno do ex-Prefeito e atual Governador Jaime Lerner. De fato, aí estão as iniciativas da CIC e a atual política de atração de investimentos industriais a confirmar amplamente tal afirmação. A compatibilização dos interesses da iniciativa privada com os pressupostos do planejamento urbano foi, segundo pudemos demonstrar em estudo recente (OLIVEIRA, 2000), a marca mais notável das suas três gestões como prefeito. Uma vez alçado ao governo do Estado, tal traço volta a se manifestar, só que agora em escala estadual.

A realidade demonstra que independente do grupo frente ao executivo, a relação estado x empresariado sempre se deu de forma muito próxima. Como afirmou Passos em entrevista “eu vivi a primeira gestão do Jaime Lerner, a do Saul Raiz, depois a segunda do Jaime, a do Maurício e a do Requião. Foram várias as gestões, de partidos diferentes, mas por incrível que pareça, muitas coisas se mantiveram semelhantes nessas mudanças de gestão” (Passos em Entrevista ao IPPUC, 1991, p. 251).

Entre os outros órgãos do governo estadual que tiveram ações na RMC, destacou-se a SANEPAR, que realizou a avaliação do potencial hídrico da RMC, a COPEL, com a caracterização hidrológica do Alto Iguaçu (em convênio com a UFPR, Departamento Nacional de Obras de Saneamento - DNOS, PMC, COMEC, SUREHMA e Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE), e, em convênio com a PMC, SANEPAR e URBS desenvolveu e encaminhou o estudo técnico *Avaliação do Potencial de Biogás* existente no aterro de Lamenha Pequena.

A Secretaria de Transportes com prioridade para a solução de problemas que surgissem nos sistemas viários próximos aos grandes aglomerados urbanos, por meio do Decreto Estadual nº 2.795/88, aprovou o Plano de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros do Paraná, com objetivos de definir os critérios para a implantação de linhas, reorganizar o sistema de transporte intermunicipal de passageiros e racionalizar a sua operação, promovendo redução de custos, aumentando a oferta de serviços, a segurança e o conforto, abrindo o mercado e estabelecendo as prioridades das ações operacionais necessárias ao cumprimento do regulamento e à adaptação do sistema ao plano.

O Centro de Treinamento para o Desenvolvimento do IPARDES prosseguia na capacitação de recursos humanos e em convênio com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República iniciou em 1988 uma série de cursos de treinamento de técnicos das administrações municipais, atendendo exigência do Banco Mundial em uma das cláusulas

do PRAM, inserido no Plano Estadual de Desenvolvimento Urbano e com repercussão na organização espacial do território.

Belmiro Valverde voltou a ser secretário de Planejamento no governo Richa e vários estudos técnicos foram realizados na década de 1980 e para alguns dos projetos alocados recursos, basicamente em sistema viário. Entretanto, novamente houve uma tentativa de extinção da COMEC, em um processo de desmantelamento de instituições federais e estaduais de financiamento e planejamento, além do fim dos impostos direcionados à política de planejamento metropolitano (COMEC, 1999; BORGES, 2013). Destacava a imprensa que com o atrofiamento das instituições de planejamento municipal e metropolitano e de forma a minar as intenções políticas que Lerner²⁷ simbolizava, em 1987 cogitou-se aglutinar o IPPUC com a COMEC, criando a Secretaria da Região Metropolitana, que passaria a ter gestão unicamente estadual, o que não se efetivou (MILLARCH, 1987).

Se até o início da década de 1980 o trabalho mais relevante da COMEC fora o PDI 1978, a partir de 1987 uma série de propostas e planos começaram a ser publicadas: o PIRMC, em 1987, o Plano de Desenvolvimento Metropolitano (PLAMEC), em 1988, o Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado (PMDI), 1990, o Programa de Saneamento da RMC (PROSAM), no início dos anos 1990, entre outros. A profícua produção da COMEC neste momento contrasta com o enfraquecimento do IPPUC, identificado por Oliveira (2000), segundo o qual o instituto foi esvaziado de suas funções durante as administrações de Maurício Fruet (1983-1985) e Roberto Requião (1986-1989).

²⁷ No fim da década de 1980, dois adversários políticos de Lerner, pertencentes ao PMDB, estavam à frente do executivo estadual e do municipal: Álvaro Dias e Roberto Requião. Ambos identificavam o IPPUC com o Lernerismo (ligados ao ex-prefeito Jaime Lerner), o que resultou na saída de técnicos, que não concordavam com as novas diretrizes e eram ligados ao antigo prefeito.

Contudo, a tentativa de enfraquecimento do ex-prefeito Jaime Lerner não resultou positiva para seus adversários. Após a derrota para a prefeitura de Curitiba em 1985 e como candidato a vice-governador em 1986, em 1989 ele voltou ao executivo municipal, desta vez por meio do voto direto, e as eleições de 1992 e 1994 marcaram a chegada de seu grupo ao poder estadual, fazendo seus sucessores também na gestão municipal e pondo fim ao domínio de doze anos do grupo do PMDB no estado²⁸. Iniciava-se com esse quadro político uma série de alterações no modo de produção, sob a égide da globalização²⁹, apresentando variados rebatimentos na estruturação interna da região metropolitana e na relação entre os municípios.

O panorama de crise, entretanto, persistia, provocando a desaceleração da tendência de expansão e diversificação da economia iniciada nos anos 1970. Contudo, embora acompanhando as grandes tendências nacionais, o Paraná não foi por elas atingido tão agudamente, devido a sua estrutura produtiva, com o predomínio da agropecuária e da agroindústria. Diferente do que ocorrera no início da década, tais características possibilitaram ao estado uma relativa independência das flutuações conjunturais verificadas na economia nacional, estimulando os investimentos acima da média do país.

Portanto, o Paraná não estava imune às dificuldades que afetaram a situação nacional, mas apresentou um desempenho positivamente diferenciado. A nova estratégia do desenvolvimento urbano passava pela

²⁸ Rafael Greca (1993-1996) e Cássio Taniguchi (1997-2004).

²⁹ Essas mudanças no contexto da globalização foram captadas por Arrighi da seguinte forma: “De quando se materializou em cerca de 1980, a globalização ideológica consiste de duas prescrições distintas, mas intimamente relacionadas: uma prescrição doméstica, que defendia a eliminação da herança do New Deal nos Estados Unidos e do estado de bem-estar social na Europa ocidental; e uma prescrição internacional, que defendia o fim do estado desenvolvimentista no terceiro (e segundo) mundos” (ARRIGHI, 2007, p.1).

valorização do social e às políticas sobre o meio ambiente, como nova divisa na estrutura das políticas de desenvolvimento urbano, com peso proporcional ao de outros setores, como transporte coletivo, sistema viário, projetos de eletrificação, educação, saúde e outros.

A administração estadual incluiu então a participação direta da comunidade, com a presença dos municipalistas no desenvolvimento de suas ações. Propôs em 1989 uma nova visão político-administrativa para a regionalização dos meios e recursos com vistas ao desenvolvimento integrado do estado, tendo como base o PEDU a ser desenvolvido em cinco anos, com recursos do BIRD, tesouro do Estado e das próprias prefeituras municipais. O aporte financeiro iria para investimentos em obras de infraestrutura urbana com base em três áreas específicas: habitação e serviços urbanos, saneamento e meio ambiente e mobilidade e acessibilidade.

O PEDU era o principal instrumento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente no sentido de implantar uma política urbana adequada às características socioeconômicas de cada município e região e tinha como objetivo a formulação das diretrizes para o desenvolvimento e o ajuste dos planos setoriais da administração pública estadual ao fenômeno metropolitano.

A COMEC então procurou por meio de uma reformulação institucional oferecer respostas às demandas de recursos para investimentos e assistência técnica na RMC. Em 1988 foi desenvolvido o PLAMEC, publicado em 1990, contemplando a organização territorial, levando em conta o incremento populacional ocorrido, representando uma nova proposta de gestão metropolitana, mas de irrelevante expressão na prática. Como afirmou Castro Neto em entrevista “a produção técnica metropolitana era de boa qualidade, mas como não tinha apoio político vis-à-vis à implantação dos projetos, foi-se estiolando. Também em Curitiba, dadas as animosidades pessoais dos outros governadores com

o prefeito/governador Jaime Lerner, a equipe do IPPUC (ligada a Jaime Lerner) marcava passo” (CARMO, 2018, p. 302).

O Plano das Águas, elaborado em conjunto com a SUREHMA, SANEPAR, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), DNOS e coordenado pela COMEC estabeleceu a política de uso das águas em compatibilidade com a organização do espaço da região e com a necessidade de preservação. O Plano Diretor da Bacia do Passaúna, cujos mananciais fornecem abastecimento de água da RMC, apresentava uma tendência acentuada de crescimento e o plano pretendia tornar compatível essa ocupação com a necessidade de preservação e de manutenção da qualidade da água.

No acordo assinado pelo Ministério das Relações Exteriores Brasil/ Itália a SANEPAR gestionou a obtenção de recursos para a elaboração de Plano Diretor para Curitiba e Região Metropolitana e a execução das barragens dos rios Iraí e Miringuava na RMC. SUREHMA e SANEPAR passavam a ser cada vez mais influentes nas decisões sobre o uso do solo metropolitano.

Apesar da recessão, das dificuldades financeiras, da perda de receita devido aos malsucedidos planos de estabilização, no Paraná, foram mantidos os investimentos em infraestrutura e dispêndios sociais. De 1987 a 1990 o PIB do estado cresceu, elevando a renda per capita de US\$ 1852 para US\$ 2100 enquanto a brasileira descreceu 5,8%, de US\$ 2070 para US\$ 2058. No mesmo período, enquanto o desenvolvimento industrial do país estagnou, o Paraná continuava a crescer acima da média nacional. Esse resultado do Paraná pode ser baseado no apontado por Melo (1995). De acordo com o autor, na contramão do restante do país,

Malgrado a altíssima relação custo-benefício das políticas e seus traços perversos – o gigantismo burocrático, o centralismo decisório, o caráter auto-sustentado, empresarial e excludente e, finalmente, o

privatismo -, o padrão consolidado na década de 70 apresentou ganhos sociais inegáveis. Muitos desses ganhos ou melhorias nos indicadores sociais podem ser observados na década de 80 – o que exigiria aqui já uma qualificação da chamada década perdida. (MELO, 1995, p. 254)

Após a Constituição Federal de 1988, o resgate do municipalismo, com o fortalecimento da estrutura municipal, e a recuperação do planejamento como forma de aprimorar as ações administrativas, foram a ênfase dada pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente em 1990, por meio do PEDU. O discurso social enquanto função do planejamento foi mantido como parte dos movimentos que exigiam a redemocratização e o combate às desigualdades e pobreza em que se encontrava boa parte da população. Questionava-se a apropriação da ideia de desenvolvimento, aplicada e aprovada pelas elites políticas e econômicas locais, da qual decorreu a seletividade na ocupação do espaço metropolitano, gerando contradições no próprio alcance do sistema capitalista, que integra e desintegra espaços, processos e pessoas, incluindo e excluindo ao mesmo tempo (LENCIONI, 2011).

Monitoramento, fiscalização e recuperação do meio ambiente pauperaram a área de proteção ao meio ambiente. Houve ainda a implantação de consórcios intermunicipais, programas de levantamento de resíduos sólidos, entre outros. Como afirmam Ultramari e Rezende (2006, p. 21):

Na década de 90, o modo de entender a cidade por parte do poder público e das agências que lhe dão suporte financeiro mais uma vez é alterado, sem poder deixar de responder aos compromissos dos períodos anteriores, mas sempre acrescentando novos. Começava no Brasil aquilo que, substituindo a gestão urbana, agora se definia por uma Gestão Ambiental Urbana. O discurso e a preocupação com o social do período anterior agora são divididos, compartilhados ou colocados em oposição aos in-

teresses ambientais. A despeito desse anúncio de divisão de prioridades, o problema ambiental na cidade, muitas vezes, ainda continua sendo enfrentado, com poucos divisor temporal na questão urbana que é aquele marcado pelo fim do modelo desenvolvimentista, pela agudização das crises sociais e pela emergência do tema ambiental.

Pelo poder público, afirmava o governador do estado que “nesses quatro anos, o Governo se caracterizou, sem dúvida alguma, como o governo do meio ambiente, porque investiu alto na conservação e recuperação dos solos. Pela primeira vez o Governo efetuou o RIMA, para a exploração de várzeas, fato inédito no país e que serve de exemplo até no exterior” (PARANÁ, 1991, p. 41).

Em 1990 por meio do PIRMC a COMEC firmou contratos de repasses de recursos para aplicação em obras de pavimentação asfáltica, recapeamento de vias, creches, escolas e trincheiras, construção de unidades de corpo de bombeiros, programa de investimentos em transportes urbanos em vias urbanas e no anel interno do Contorno Norte, preservação dos mananciais do Alto Iguacu, recuperação da vegetação de mata ciliar, implantação de obras de regularização de vazão, consolidação de áreas verdes, execução do projeto de recuperação do Rio Belém e de saneamento ambiental em sete municípios da RMC.

Além da manutenção das atividades normais, procurou-se agilizar a SEPL e o IPARDES nas tarefas de assessoramento ao governador do estado e também habilitar o Sistema de Planejamento, com flexibilidade, às novas atividades e as sistemáticas impostas pela Constituição Federal, elaborando programas como o de Assistência Técnica e Modernização Administrativa e Treinamento em Planejamento Urbano.

Nesse momento, o fortalecimento da SEPL a levou a coordenar e elaborar o PROSAM, com financiamento do Banco Mundial. O PROSAM se constituiu por um conjunto de 27 componentes, coordenado

pela COMEC (SEPL) com a interveniência da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA). No âmbito do programa estavam ações como implantação de parques, organização da ocupação das áreas de mananciais, exploração de água subterrânea e coleta de lixo. Além da COMEC, participaram a SANEPAR e as prefeituras da região³⁰, com recursos de U\$ 246 milhões, dos quais U\$ 117 milhões seriam financiados pelo Banco Mundial (COMEC, 1994).

Os múltiplos problemas ambientais que o programa procurava equacionar tinham, como seus principais determinantes, o acelerado crescimento demográfico populacional, associado às peculiares características do meio físico da região, que restringiam os espaços adequados para a urbanização, bem como a fragilidade do aparato institucional de gestão dos processos de apropriação dos recursos ambientais. Esta dinâmica levou a uma degradação generalizada do meio ambiente, reflexo dos impactos da urbanização sobre os componentes do meio natural e seus padrões de equilíbrio e reprodução. Destacavam-se a ocupação das várzeas inundáveis do rio Iguacu, o generalizado comprometimento de mananciais de abastecimento por estruturas urbanas e rurais, a alteração dos padrões de escoamento superficial, com intensificação das enchentes, a supressão de extensas áreas de vegetação nativa e a poluição das águas por esgotos domésticos e industriais.

A mesma dinâmica estava associada aos problemas na interação entre o meio ambiente e a qualidade de vida da população. Neste campo eram relevantes questões como: localização das populações de baixa renda em áreas insalubres, com os decorrentes problemas de saúde pública, oferta dos serviços de saneamento básico e suas relações com

³⁰ Também participaram: Secretaria de Desenvolvimento Urbano, de Comunicação Social, Educação, Justiça, Cultura, Segurança Pública, Procuradoria Geral do Estado, Promotoria do Meio Ambiente, COMEC, IPARDES, COHAPAR, IAP, SUCEAM, EMATER, Banestado, um representante das entidades ambientais, os já citados, COMEC, SANEPAR e um representante de cada município da área de atuação do programa.

os padrões de reprodução da população, oferta de espaços abertos para lazer de massas, conscientização das populações a respeito de padrões ambientais adequados.

Por fim, também foram abordadas algumas interações entre as atividades produtivas e as peculiaridades do meio regional. Sob este aspecto, foram contemplados temas como: padrões de manejo das atividades agropecuárias e sua relação com a qualidade do meio, oferta de água para desenvolvimento de atividades econômicas, natureza das atividades industriais e seus padrões de emissão de efluentes e impactos da atividade minerárias sobre os recursos hídricos.

Para o equacionamento dos problemas, foi proposto um conjunto integrado de projetos, com objetivos de recuperação da qualidade ambiental da região e preservação de mananciais, melhoria das características físico-químicas e biológicas dos recursos hídricos da bacia do Alto Iguaçu e ampliação da oferta de recursos hídricos para potabilização. Bem como a regularização da vazão dos rios e controle da qualidade dos mananciais, a ampliação da oferta de áreas destinadas à urbanização, o controle de cheias, o desenvolvimento de mecanismos institucionais e de mobilização social, buscando garantir a melhoria da qualidade ambiental.

Estavam previstas ações nas áreas de estruturação da base para gestão e apropriação dos recursos ambientais, visando o controle do uso e ocupação do solo, abrangendo a capacitação técnica de entidades governamentais, o planejamento, o monitoramento, articulação e comunicação social, proteção e aproveitamento de mananciais de abastecimento, na ampliação de espaços para urbanização e reposição da flora e em mecanismos de preservação de acidentes e recuperação de áreas degradadas. E também a recuperação ambiental do Alto Iguaçu, por meio de obras para controle de enchentes, coleta e tratamento de esgoto doméstico e drenagem de águas pluviais, ampliação do sistema de coleta e disposição final de resíduos sólidos urbanos e recomposição florística.

As principais ações estavam concentradas nas bacias hidrográficas do Alto Iguaçu (Pinhais, Piraquara, São José dos Pinhais, Quatro Barras, Campina Grande do Sul e Colombo) e Passaúna (Curitiba, Araucária, Campo Largo e Almirante Tamandaré – depois Campo Magro), sendo dezoito projetos responsabilidade da COMEC, divididos em (COMEC, 1994):

1. Recuperação e preservação da qualidade ambiental da RMC, por meio da organização da ocupação urbana e rural, canalização e tratamento de esgotos e coleta de lixo;
2. Compatibilização do desenvolvimento econômico com a conservação e preservação ambiental, mediante criação de mecanismos de atração para atividades econômicas “limpas”, não poluentes; e
3. Desenvolvimento de mecanismos institucionais e de mobilização social para garantir a melhoria do meio ambiente, envolvendo comunidade e instituições de gerenciamento ambiental.

Assim iniciava o principal projeto já feito na RMC pela COMEC.

Nos outros programas, como o PEDU, permaneceu com duas linhas básicas, de desenvolvimento institucional, por meio da assistência técnica aos municípios e treinamento em planejamento urbano e empréstimos aos municípios por meio do FDU para obras de infraestrutura. A Secretaria de Transportes previu no seu orçamento o Programa Rodoviário na RMC, com execução do Contorno Norte de Curitiba e obras complementares.

Em 1991, mais uma vez um ex-prefeito de Curitiba voltou ao executivo estadual: Roberto Requião. Nesse ano, posterior à promulgação da Constituição Estadual do Paraná, em 1989, que em seu capítulo III,

artigo 21, dispõe sobre as regiões metropolitanas, retomando o texto constitucional federal de 1988, por meio do Projeto de Lei nº 408/91, buscou-se estabelecer critérios para a criação das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões no estado. As regiões metropolitanas seriam definidas pela “distribuição de bens e serviços que extrapole os limites da região e do estado, configurada por uma mancha de ocupação urbana que transcende os limites de mais de um município, com uma população superior a um milhão de habitantes, com um ou mais polos”. Definia ainda o que seria as funções públicas de interesse comum (e não quais, como comumente se fazia) e o órgão de gestão.

Apresentava um Conselho Deliberativo formado pelo Governador do Estado mais cinco membros. O Conselho Consultivo tinha um representante de cada município da RMC e o Conselho Intersetorial era formado pelo Secretário de Desenvolvimento Urbano, o coordenador da COMEC e os diretores gerais de todas as secretarias de estado, da SANEPAR, COPEL e Telepar. Tal projeto permanece em trâmite, sem, contudo, previsão de discussão.

Na sequência, em maio de 1991 foi proposta novamente a extinção da COMEC. Contudo, isso não se concretizou, pelo contrário, houve decisões políticas que voltaram a fortalecer o órgão. Entre elas estavam uma série de ações governamentais, como o PROSAM, o Programa de Investimentos da RMC II, ampliação do sistema viário regional e dos sistemas viários municipais, ações de saneamento rural, Centros Integrados de Atendimento ao Cidadão, ampliação do SIATE e dos Bombeiros, além da aprovação de loteamentos, que garantiram a sobrevivência do órgão.

Ainda neste mês a Assembleia Legislativa realizou em regime de urgência um Seminário para discutir a situação da região metropolitana. Criou-se um bloco parlamentar metropolitano, com deputados representantes dos municípios da RMC, em um esforço conjunto para

resolução das questões metropolitanas, fortalecimento da COMEC e alavancagem de recursos.

Orlando Buzarello, que estava à frente do órgão metropolitano, inaugurou a “Sala dos Prefeitos”, no edifício Caetano Munhoz da Rocha, junto à COMEC, para abrigar a ASSOMECA. Comunicou então que o governo enviaria à Assembleia Legislativa projeto de lei complementar transformando o órgão ameaçado de extinção em autarquia. De acordo com o coordenador “o desmantelamento do órgão, cujo decreto de extinção já tramitava na Assembleia Legislativa e o desânimo do quadro técnico se reverteu (...) com o apoio recebido dos técnicos, prefeitos e do governador Roberto Requião que não mediu esforços para manter a COMEC como coordenadora de todas as ações desenvolvidas na região” (GAZETA DO POVO, 1991a, p. 5).

O então presidente da ASSOMECA, Francisco Claudino, prefeito de Mandirituba, afirmava que “os prefeitos jamais aceitaram a extinção do órgão”, sobretudo pelo apoio e os serviços prestados, principalmente aos pequenos municípios, sem recursos para contratar corpo técnico durante o período em que a COMEC esteve parcialmente desativada. E concluía “hoje temos um local de trabalho junto a quem nos dá sustentação técnica” (GAZETA DO POVO, 1991a, p. 5).

Entre maio e julho de 1991 se discutiu o anteprojeto de lei para autarquização da COMEC, sendo encaminhado por meio de mensagem do governador em agosto do mesmo ano. Neste mês obteve pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças, tendo o então líder do governo e do PMDB solicitado regime de urgência na tramitação. Em setembro foi retirado da ordem por cinco sessões, sendo alterado em novembro, após reunião entre prefeitos e deputados, por um substitutivo geral consensual entre os prefeitos da região, que continha as funções públicas de interesse comum, as atribuições e os conselhos propostos.

O substitutivo geral ao Projeto de Lei nº 327/91 era mais detalhado em relação a Lei que ratificaria a autarquia da COMEC mais de três anos depois. Possuía dezesseis artigos, onde definia que o órgão permaneceria vinculada a SEDU e que teria como finalidade a organização, planejamento e execução das funções públicas de interesse comum, devendo assegurar a participação dos municípios envolvidos e da sociedade civil organizada na gestão regional, conforme estabelecia o artigo 21 da Constituição Estadual de 1989. Reconhecia-se como funções públicas de interesse comum na RMC:

1. Aquelas que transcendem a competência de um Município, envolvem ações dos diferentes níveis de Governo e impõem a articulação setorial e local;
2. Originam-se em um único Município, mas seus efeitos atingem outros municípios;
3. Localizam-se em um único Município, mas recebem impactos diretos ou indiretos de outros, ou servem a outros municípios; e
4. Impõem soluções supra-locais por razões de eficiência.

Se considerariam funções públicas de interesse comum os referentes ao saneamento ambiental (água, esgoto, limpeza pública, drenagem e controle da inundação), o macrozoneamento do uso e ocupação do solo metropolitano, transporte coletivo e sistema viário regional, desenvolvimento econômico e social da região, proteção do meio ambiente, habitação e infraestrutura regional, sendo que a definição de novas funções deveria ter anuência do Conselho de Administração da COMEC. Entre as atribuições, colocava-se que o órgão:

1. Formularia as diretrizes de política de desenvolvimento da RMC;
2. Promoveria o planejamento integrado da região;
3. Promoveria, coordenaria e elaboraria pesquisas, projetos e programas, harmonizando-os com as diretrizes do planejamento regional;
4. Coordenaria as funções públicas de interesse comum;
5. Se articularia a órgãos da União, afim de compatibilizar os programas de interesse da RMC;
6. proporia aos órgãos competentes a expedição de medidas legislativas e administrativas;
7. estabeleceria diretrizes e normas para os planos municipais de desenvolvimento, visando a sua adequação ao planejamento integrado da RMC;
8. fortaleceria a cooperação técnica com os municípios da RMC por meio da elaboração de planos, estudos e projetos voltados ao desenvolvimento urbano e outros que se vinculassem a seus objetivos;
9. proporia as desapropriações e o estabelecimento de limites para servidões administrativas necessárias e suas atividades e finalidades;
10. emitiria pareceres sobre concessão, permissão, autorização e ampliação de serviços decorrentes das FPIC, ouvindo os municípios interessados;
11. assessoraria nos processos de alteração do perímetro urbano e do zoneamento do uso e ocupação do solo ;

12. analisaria e emitiria parecer nos processos de alteração do perímetro urbano, do zoneamento do uso e ocupação do solo, quando em área de interesse comum, mananciais hídricos, divisa de municípios e parques regionais;
13. realizaria anuência prévia nas propostas de alteração de uso do solo rural para fins urbanos, de acordo com a Lei Federal nº 6.766/79;
14. concederia anuência prévia para aprovação de parcelamento do solo urbano;
15. analisaria projetos e estabeleceria requisitos necessários para implantação de obras públicas que fossem executadas nas áreas declaradas pelo Estado como de interesse e proteção especial, acompanhando a sua execução;
16. obteria e forneceria recursos técnicos e financeiros para a consecução de seus objetivos;
17. manifestaria-se quanto a empreendimentos que poderiam causar impactos metropolitanos, dentre outros a interferência no sistema viário regional e a indução de pressões para alteração do uso do solo marginal ao empreendimento;
18. elaboraria estudos de criação e a implantação de mecanismos de compensação financeira para os municípios que sofressem diminuição ou perda de receita, decorrentes do planejamento metropolitano;
19. promoveria, mediante convênio e por meio dos órgãos competentes, da execução supletiva das atividades locais que, em razão do planejamento integrado ultrapassassem a capacidade executiva dos municípios;

20. celebraria convênios, constituiria consórcios e delegaria atribuições de sua competência a órgãos regionais, setoriais e locais;
21. proporia alterações na área territorial da RMC;
22. autorizaria a implantação e ampliação de serviços públicos de interesse comum, nas áreas de transporte, energia elétrica, saneamento, mananciais hídricos, divisa de municípios e parques regionais;
23. planejaria, programaria, coordenaria, dirigiria, controlaria e executaria estudos de viabilidade técnico-econômica para fixação e atualização de tarifas e outras; e
24. atividades correlatas ao gerenciamento do sistema de transporte coletivo de passageiros.

A coordenação do órgão seria composta por cinco partes: Conselho de Administração, Diretor Geral, Diretor Técnico, Diretor administrativo-financeiro e diretor de transporte metropolitano, indicando a prioridade que passaria a ser dada a esta função pública. Os diretores seriam nomeados pelo governador, devendo ser reconhecidos pelos conhecimentos técnicos e capacidade administrativa. O conselho de administração seria composto por nove membros: o secretário de estado do desenvolvimento urbano, como presidente; o secretário de estado do planejamento e coordenação geral; o secretário de estado da fazenda; o diretor-geral da COMEC, como secretário executivo; um representante dos funcionários da COMEC; o presidente da ASSOMECA, desde que prefeito na RMC; o prefeito de Curitiba e dois prefeitos da RMC indicados pela ASSOMECA, ou seja, cinco do âmbito estadual e quatro municipais. Fariam parte do Conselho Deliberativo os secretários da SEDU, SEPL e SEFA, o diretor geral da COMEC, o presidente da ASSOMECA, um funcionário da COMEC, o prefeito de Curitiba e dois prefeitos da RMC.

As receitas adviriam de dotações consignadas no orçamento do estado, de créditos especiais, empréstimos, auxílios, subvenções, contribuições, doações, legados, aplicações financeiras, venda de material inservível, alienação de bens, de qualquer natureza provenientes do exercício de suas atividades, venda de passagens, multas e taxas sobre o transporte metropolitano e outras rendas eventuais.

Tal proposta encontraria respaldo institucional somente três anos depois. Nesse interregno, em 1992, houve a fusão da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA e do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, dando origem ao atual Instituto Ambiental do Paraná - IAP, vinculado à SEMA.

A ocupação das áreas a Leste persistia e uma das mudanças que caracterizam os anos finais desta fase foi o desmembramento do município de Piraquara (1992), que perdeu sua parte mais desenvolvida economicamente quando da elevação de Pinhais a município. Foi neste local que depois se implantou o condomínio residencial horizontal fechado de alto padrão e baixa densidade - *Alphaville* -, elevando o município ao segundo maior desenvolvimento humano da região, ficando atrás somente do polo. Foi o primeiro desmembramento da RMC, não resultando em ampliação do território metropolitano, portanto.

No âmbito social, nesse ano, foram finalizados os estudos para os programas Lote da Família para atender Curitiba e Região Metropolitana e um programa de construção de casas simples de madeira. O projeto de reordenamento territorial e infraestrutura urbana em áreas de mananciais, projeto específico para a desocupação dessas áreas, era parte do PROSAM, transferindo famílias que moravam próximas aos rios Iguaçu, Iraí, Palmital, Timbu e Atuba, sendo realizado convênio com o curso de Engenharia Civil da UFPR, para que auxiliassem na realocação das famílias.

A política de saneamento do PROSAM era vista como o fator que legitimaria de fato a imagem de Curitiba como capital ecológica, despoluindo seus rios e dando qualidade às águas da bacia do Alto Iguaçu, atingindo um nível de 85% na coleta de esgotos e de 100% no tratamento, resultando em melhores condições ambientais.

No âmbito do projeto se previa modificações no sistema de coleta e destino do lixo, construindo um Aterro Sanitário Norte (em Rio Branco do Sul), que dividiria com o Aterro Sanitário Sul (no bairro da Caximba, em Curitiba), já em funcionamento, a recepção dos resíduos da RMC. O objetivo dos aterros era eliminar os lixões, sobretudo os instalados nas áreas de mananciais. Além desses, estava prevista a construção de uma estação de transbordo que receberia material de caminhões menores dos municípios da região e transportaria em maiores para os aterros, além de estender o programa de reciclagem Lixo que não é Lixo³¹, criado na capital, para toda a região metropolitana.

A SEPL atuava na elaboração conjunta dos projetos com a finalidade de obter recursos internos e externos para investimentos em áreas prioritárias o que possibilitou a contratação de recursos no BIRD para o PROSAM a ser executado pela COMEC, SANEPAR e prefeitura de Curitiba. A secretaria, por meio da Unidade de Gerenciamento do PROSAM, se empenhava na formulação de um conjunto de soluções integradas para os problemas ambientais da RMC, com ênfase à intersecção do processo de urbanização com a dinâmica dos recursos hídricos na bacia do Alto Iguaçu. A execução do programa previa a gestão dos recursos ambientais, com vistas ao controle do uso e ocupação do solo e da apropriação dos recursos ambientais, monitoramento, fiscalização e educação ambiental, proteção e aproveitamento de mananciais de abastecimento. Os investimentos totais foram financiados com recursos do Estado (23,4%), SANEPAR (17,9%), município de Curitiba (10,7%) e de-

³¹ Sistema de Coleta de Lixo Reciclável, criado pela Prefeitura Municipal de Curitiba.

mais municípios da RMC (0,5%). O restante (47,5%) pelo Banco Mundial, com contrato firmado em 17 de dezembro de 1992.

Continuavam as obras do PEDU e o transporte, que até 1991 era função do Departamento de Serviços de Transporte Comercial (DSTC), organismo do DER/ SETR, nesse ano, por determinação do governo, foi transferido para a COMEC, que passou a implantar o Plano de Transporte Coletivo Metropolitano, por meio da organização e racionalização dos sistemas locais e metropolitano. Desde 1974, o transporte de Curitiba havia se modificado, o que não refletira em âmbito intermunicipal. Apresentada como uma “revolução” pela imprensa, se expandia o sistema de Curitiba para a região, se utilizando de vias e terminais já prontos, mas ociosos, construídos no âmbito do PEDU. Seu objetivo era reestruturar o sistema de transporte coletivo metropolitano, racionalizando-o e adequando as suas linhas de forma a fortalecer os municípios da região e a organizar as ligações entre os municípios e Curitiba, oferecendo condições de integração com o sistema de transporte coletivo da capital, principalmente nas áreas conurbadas e em processo de conurbação.

Portanto, a partir de 1992 começou a integração do sistema de transportes de Curitiba com a região metropolitana de fato, sendo a primeira linha troncal ligando o centro de Curitiba ao terminal Cachoeira, em Almirante Tamandaré. Logo São José dos Pinhais seria integrado à RIT, se destacando o fato que era o único município onde o movimento não era pendular, uma vez que o fluxo de passageiros era intenso nos dois sentidos, fazendo com que os ônibus não retornassem vazios. Foram concluídas as obras dos terminais de passageiros do Jardim Paulista e da sede de Campina Grande do Sul e implantação de novos sistemas de transporte neste município e em Quatro Barras, representando o início da implantação do “Novo Metropolitano”.

O Centro de Treinamento para o Desenvolvimento do IPARDES reiniciou as atividades de capacitação de recursos humanos para o setor

público no Paraná, contemplando funcionários tanto estaduais como de diversos municípios paranaenses no âmbito do PEDU. Retomava assim o programa de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, aspirando à consolidação de uma escola superior de administração pública, para preparo e aperfeiçoamento profissional do funcionalismo estadual.

Nesse ano foram concluídas pela COMEC ações de edificação e pavimentação nos municípios da RMC (menos Curitiba) no âmbito do PIRMC, PEDU e programas emergenciais. Compreendendo inúmeros projetos, o órgão se empenhava no aperfeiçoamento dos projetos do programa em especial o Projeto de Proteção e Aproveitamento de Mananciais de Abastecimento – PMA e o Projeto de Recuperação Ambiental do Alto Iguaçu – PRA.

Para o PEHAB (Programa Estadual de Habitação para a Região Metropolitana) se previu a implantação de uma política habitacional, provendo soluções, pesquisa de campo em áreas invadidas por populações de baixa renda, nos municípios limítrofes a Curitiba e recomendação dos tipos de ações a serem implantadas para regularização das áreas aptas a urbanização e críticas, cujos moradores seriam reassentados. Também foi feita a identificação de glebas aptas a serem urbanizadas e celebração de convênio entre COMEC/ SEPL/ COHAPAR visando à cooperação técnico-financeira para viabilizar lotes urbanizados sobretudo nas áreas de mananciais. Nesse ano, o projeto Geotecnia na RMC entrou em vigor, com objetivo de dar suporte geotécnico ao plano de uso e ocupação do solo da RMC.

Na economia, o país começava a se recuperar, quando o PIB cresceu 0,9% no Brasil e 1,7% no Paraná, em 1993 o primeiro expandiu 5% e o segundo 9,1% e em 1994 4,1% e 6,4% respectivamente.

Em 1993 a COMEC voltou a ser vinculada à SEDU, em um momento que a ação planejadora se pulverizou pelas secretarias, esvaziando o poder dos órgãos de planejamento. Se assemelhou a uma tentativa de

dividir o poder e confundir a população quanto a que órgão as medidas deveriam ser cobradas, uma vez que as ações se sobrepunham.

O PROSAM, contudo, permaneceu sob coordenação do órgão metropolitano. Houve a limpeza e desassoreamento de canais e córregos, visando ao saneamento ambiental nos municípios de Mandirituba, Colombo, Fazenda Rio Grande e Campo Largo, Plano Diretor de Drenagem, tratamento e disposição do lixo da Lamenha Pequena, resíduos sólidos urbanos, parque e controle de cheias do Alto Iguaçu, realizando um conjunto de obras e ações com objetivo de proteger os mananciais de água e garantir o abastecimento da população da RMC. Foram iniciadas as obras referentes à primeira etapa, compreendendo 600 km de rede de esgoto, 32 mil ligações e estações de tratamento, atendendo aos municípios de Curitiba, Campo Largo e São José dos Pinhais. Transferiu as pessoas que viviam em áreas insalubres na região dos mananciais, para locais mais apropriados, sendo que os loteamentos que permaneceram nas proximidades das nascentes dos rios foram urbanizados, para evitar a poluição dos mananciais, havendo reassentamento de 1360 famílias, desapropriação de 7.600 lotes vagos e infraestrutura de 17.420 lotes. Foram feitos ainda sete estações de transbordo de resíduos sólidos, comprados caminhões de lixo, construído um aterro sanitário e obras de compensação, parque linear e canal extravasor do Alto Iguaçu, o Parque Ambiental do Passaúna e esgoto sanitário.

Entre as ações desenvolvidas pelo IAP no âmbito do PROSAM, foi feita a viabilização do desenvolvimento e urbanização da região, tendo em vista a qualidade ambiental e de vida das populações, fiscalização e monitoramento ambiental, educação ambiental e reposição florestal e recuperação de áreas degradadas da Bacia do Alto Iguaçu.

No âmbito do transporte coletivo, o Programa Transporte Popular Metropolitano implantou abrigos para passageiros de ônibus, reforma e ampliação de terminais de passageiros, implantação de nova

sistemática de gestão do transporte metropolitano, padronização da frota metropolitana, implantação do sistema de transporte integrado nos municípios de Quatro Barras, Campina Grande do Sul, Araucária, Almirante Tamandaré, Pinhais e Colombo.

Quanto a estruturação viária regional, houve o desenvolvimento e implantação de um sistema viário integrado, buscando solucionar os conflitos de tráfego rodoviário e urbano. Os trabalhos executados em articulação com o DER para estruturação do Sistema Viário Básico, consistiram na elaboração de projetos finais de engenharia e licitação de obras para trechos em Curitiba, Almirante Tamandaré, Quatro Barras, Campina Grande do Sul, Colombo, Pinhais, São José dos Pinhais, Fazenda Rio Grande, Piraquara e Araucária.

No âmbito do PEHAB foi feito levantamento do número de habitações e das condições das áreas invadidas quanto a declividade, fundos de vale, infraestrutura, transportes coletivos, equipamentos urbanos e situação legal dos imóveis, estimativa do número de unidades a serem urbanizadas e estimativa do número de unidades a serem reassentadas. Por meio do convênio COMEC/ COHAPAR para execução do programa Lote da Família, a COHAPAR adquiriu área com capacidade para 860 lotes em Araucária, 311 em Piraquara e 370 em Campina Grande do Sul.

A partir de 1994 a Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental (SUCEAM) também se inseriu nas questões na área de saneamento e a UGPROSAM, que esteve até junho de 1994 vinculada a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, integrou-se a partir de então à SEDU que passou a cumprir as metas do programa por meio da COMEC. Foram desenvolvidas a estruturação da base para gestão dos recursos ambientais, estudos de projetos básico e executivo do parque e controle de cheias do rio Iguaçu, projeto e fiscalização das obras para tratamento e disposição de efluentes do lixão da Lamenha Pequena,

estudos geológicos e geotécnicos para o aterro sanitário Norte, projeto e acompanhamento da implantação do sistema regional de transferência de resíduos sólidos para destinação final, limpeza e desassoreamento de canais e córregos visando ao saneamento ambiental em diversos municípios por meio do fornecimento de máquinas e pela primeira vez se definiu em uma Mensagem do Governador a COMEC como “órgão estadual de planejamento e gestão das funções públicas de interesse comum dos municípios metropolitanos”.

Foram criados então novos mecanismos de articulação do estado com os demais atores do espaço metropolitano, com destaque para as audiências municipais de desenvolvimento, as câmaras técnicas setoriais – de planejamento econômico, de transporte coletivo, de obras, de gestão dos mananciais, de controle do uso e ocupação do solo, seminários de difusão de trabalhos e experiências e os fóruns populares.

Entre as realizações da COMEC destaca-se neste ano, no transporte coletivo metropolitano, a instauração de concorrências para as linhas metropolitanas e o controle sobre as tarifas do Sistema de Transporte Metropolitano, sendo então o custo médio do quilômetro do transporte coletivo metropolitano segundo a Associação Nacional de Transporte Público (ANTP), o mais baixo custo de sistema de transporte urbano de passageiros no Brasil, incrementado com o ingresso de equivalente a 12% da frota total. Houve a implantação de cinco novos terminais metropolitanos, duas linhas perimetrais, trezentos e cinquenta abrigos e integração físico-tarifária em quatro municípios, consolidando o Sistema.

Os componentes do PROSAM a cargo da COMEC foram todos licitados, alguns contratados e executados. Tornaram-se realidade a construção do Parque Ambiental do Passaúna, a aquisição de doze caminhões de lixo, as avaliações dos imóveis, os projetos de infraestrutura de saneamento básico nas áreas de mananciais, o alargamento da ponte sobre o rio Passaúna, a compra de equipamentos para conservação do

solo metropolitano e a aquisição de áreas destinadas ao reassentamento de famílias em áreas críticas e de risco. Foram recuperados quatorze rios da RMC, com estrutura de coleta de esgotos.

A parceria entre a COMEC e o DER garantiu a execução do maior volume de obras de estruturação viária regional e de pavimentação de vias de transporte coletivo, além de obras rodoviárias especiais, como trincheiras, pontes e viadutos. O IPARDES concluiu os estudos sobre *Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMC* e o *Cadastramento de Moradores em Áreas de Risco*, bem como colaborou na coordenação e a supervisão do PEDU e do FDU.

Com a MINEROPAR a função planejamento resultou em dois relatórios: o de informações para a gestão territorial metropolitana, resultante do termo de cooperação técnica firmada com a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e o de mineração nas várzeas do Alto Iguaçú. Também houve atendimento a treze municípios, visando ao disciplinamento do uso e ocupação do solo, em convênio firmado com a FAMEPAR e COMEC. Projetos com financiamento da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), o Programa Estadual de Limpeza Pública, o Zoneamento Ecológico Econômico da área de preservação do Passaúna, o Programa Direito de Morar, o Plano Habitacional Metropolitano foram atividades que também integraram o universo de planejamento e gestão metropolitana.

O inventário dos trabalhos editados pela COMEC de 1974 a 1994, a elaboração dos mapas temáticos econômico-sociais da RMC e o estudo sobre a gestão metropolitana como função pública de interesse comum foram outras realizações, contextualizados como instrutores da elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado Metropolitano, o Plano Metropolitano Terceiro Milênio, que deveria (mas não foi) ser elaborado na gestão seguinte.

Nesse período, o grupo de Lerner se transferiu temporariamente para o Rio de Janeiro, onde fora contratado pelo governador Leonel Brizola. Cássio Taniguchi, Carlos Ceneviva e Rafael Dely estavam na equipe que foi trabalhar na capital fluminense (MILLARCH, 1987). Lerner deveria disputar a prefeitura do Rio de Janeiro em 1992, patrocinado pelo governador Leonel Brizola e tentou implantar na cidade o *Bus Rapid Transit* (BRT³²). Para disputar a prefeitura de Curitiba surgiram então alguns nomes. Atestava a imprensa a não preferência do grupo lernista por Rafael Greca, mas por Cássio Taniguchi, ambos com passagens pelo IPPUC. Greca se envolvera em um escândalo, sendo denunciado como funcionário fantasma do IPPUC, além de um histórico de agressões verbais, inclusive contra o correligionário Cássio Taniguchi, em uma demonstração que nem tudo era harmonia no grupo.

Ainda nesse período se conformaria o que ficou conhecido como GEC - Grupo de Empresários de Curitiba³³ que teve como objetivo principal influenciar políticas governamentais através dos financiamentos de campanhas políticas ou a partir das associações representativas de classe. Na eleição em que Lerner se tornou governador, a maior parte dos empresários deste grupo foram financiadores de sua campanha, que depois de eleito continuaria respondendo aos projetos provenientes do setor privado. Associações de empresários, como a Comercial do Paraná, mantinham em seu Conselho Superior nomes como Jaime Canet Júnior, João Elísio Ferraz de Campos, José Carlos Gomes de Carvalho, Karlos Rischbieter e Saul Raiz, todos com passagem ou vínculos com as admi-

³² Bus Rapid Transit: sistema de média capacidade de transporte de passageiros, composto por ônibus que circulam em vias exclusivas e poucas paradas.

³³ Formado por Werner Schrappe (Impressora Paranaense), Atilano de Oms Sobrinho (Inepar), José Carlos Gomes de Carvalho (Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP e Corujão), Karlos Rischbieter (Umuarama), Sérgio Prosdócimo (Umuarama), Maurício Schulmann (Bamerindus), José Eduardo Andrade Vieira (Bamerindus), Renato Alcides Trombini (Trombini), Saul Raiz (Umuarama), José Carlos Pisani (DI-PAVE), Marcos Olsen (OLSEN), Keizo Assahida (Yok) e outros.

nistrações da Prefeitura de Curitiba e do Governo Estadual (COUTO, 2008, p. 3 e 4).

Quanto aos ajustes institucionais na gestão urbana, o neoliberalismo foi tomado como principal paradigma, tornando a transição do administrativismo para o empreendedorismo, apontada por Harvey (2006), clara. Enquanto a gerência técnica se instituiu nos anos sessenta, a década de setenta foi a da sua instrumentação, inserindo a dimensão regional no planejamento. Depois de pioneiras experiências em participação e gestão comunitária, os anos oitenta trouxeram a descentralização administrativa e novos serviços para a Prefeitura. Mas, diante da escassez de recursos públicos para dar continuidade aos investimentos sociais e urbanos, no início da década de 1990 o município passou a viabilizar projetos em parceria com a iniciativa privada, passando a compartilhar algumas das responsabilidades até então de competência exclusiva do poder público.

Nesse momento, como afirma Couto (2008, p. 38) é possível fazer um paralelo entre as intervenções de Ney Braga nos anos 1960 e as de Lerner na década de 1990. Enquanto o primeiro transformou o Estado no agente financiador e executor, o segundo foi buscar na iniciativa privada e no capital estrangeiro as bases para uma segunda onda de industrialização.

Na capital, criou-se a concessão onerosa do direito de construir ou solo criado, que geraria fundos financeiros para a política habitacional com permutas para patrimônios históricos ou ambientais, bem como as Ruas da Cidadania (espécie de subprefeituras) e os Faróis do Saber (bibliotecas públicas) em uma tentativa de descentralizar as funções da prefeitura municipal.

Nenhuma ação desse gênero jamais foi tomada pela COMEC ou pelo governo estadual, sequer a criação de escritórios municipais que pudessem responder ao órgão ou torná-lo mais próximo das comunidades

às quais deveria atender. A realidade é que, ainda, por lei, o IPPUC era o executor desse papel, pois era a secretaria executiva do órgão metropolitano, não cabendo o mesmo aos técnicos da COMEC, ainda que esta tenha tentado assumir tal protagonismo. Em documento elaborado em 1996, relatava o IPPUC que

A Lei Estadual n. 6.517 de 1975 cria o órgão gestor no estado, a COMEC e também desejava o IPPUC como a entidade que irá elaborar os planos e projetos metropolitanos. Por força de lei, portanto, a COMEC sempre esteve com o processo permanente de planejamento existente na capital e sua disposição funcional, na medida em que requisitasse os serviços técnicos do IPPUC. A Lei Estadual que só viria a ser revogada no final do ano de 1994, determina que o instituto seja, mediante contrato, a instância técnica executiva dos planos e projetos pré-deliberados nos conselhos gestores da entidade. (IPPUC, 1996, p. 179)

Em documento elaborado pela COMEC em 1994, os autores propõem um recorte temporal parecido ao que propomos, quando analisam a produção da COMEC entre 1974 e 1994. Para eles, até 1983 houve implantação de obras de infraestrutura, sistema viário e transportes públicos, com recursos da União, maior produção de planos e capacidade de investimento. Contudo, a partir de 1984, houve uma queda nos investimentos decorrentes da crise econômica, que fez com que programas ambiciosos, como o PIRMC, depois de três anos se convertessem em um pequeno programa de pavimentação de vias. Por fim, a partir de 1992, com o PROSAM e a questão ambiental, houve uma retomada dos investimentos e da questão metropolitana. Destacavam, contudo, que “uma proposta calcada na discussão e estabelecimento de prioridades de ações no espaço metropolitano, acordada entre os municípios, o governo do estado e a iniciativa privada, ainda não encontrou espaço político suficiente para se consolidar” (COMEC, 1994, s.p.).

Não bastassem os riscos inerentes à especialização produtiva, alguns fatores desfavoráveis ampliaram o grau de vulnerabilidade da economia regional na década de 1980 e na travessia para a globalização do começo dos anos 1990. Dentre esses constrangimentos sobressaem-se a falta de propostas institucionais dirigidas à alteração da condição de exportador de insumos agroindustriais e de bens de consumo não-duráveis para o grande mercado nacional e de importador de bens de produção fabricados pelo eixo dominante da economia brasileira; a fragilização dos mecanismos de apoio à industrialização, notadamente depois do fim do BADEP e o esgotamento da fronteira agrícola. Tudo isso acabou por deixar o funcionamento da base produtiva estadual à mercê das condições climáticas, da política agrícola do executivo federal e do comportamento do mercado mundial das *commodities*.

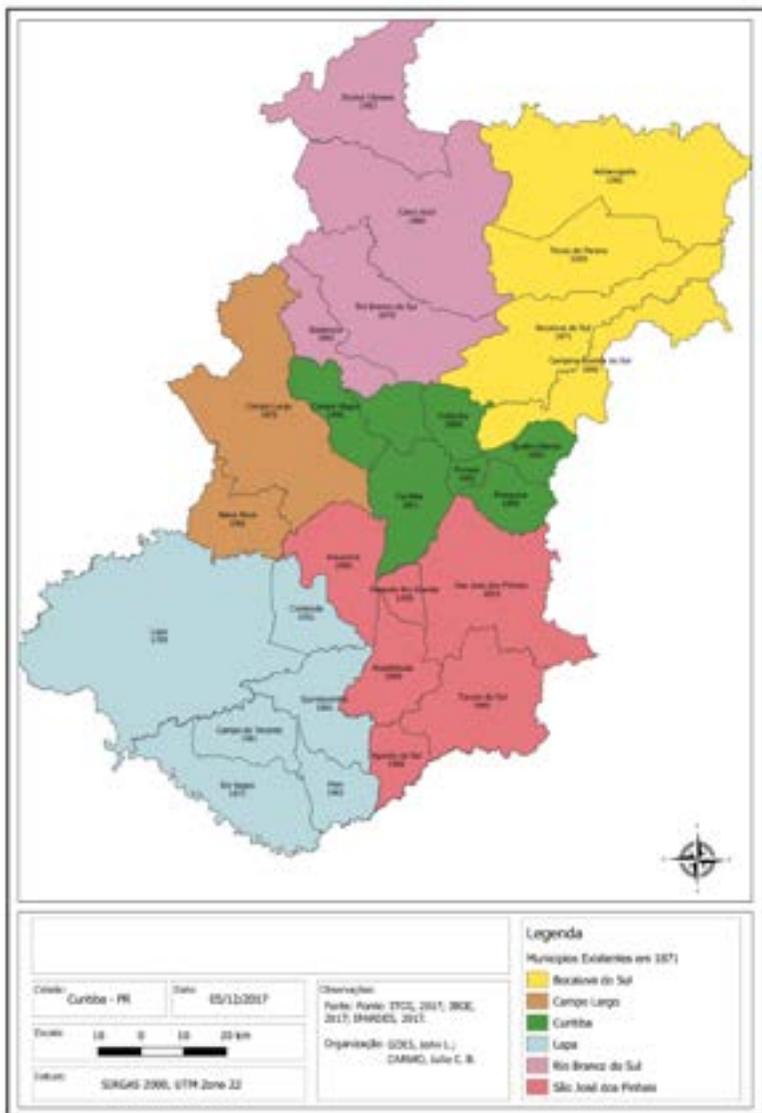
A partir de 1994 o transporte e a questão ambiental assumiram o protagonismo das questões metropolitanas. A URBS se projetou então como órgão apto a organizar o transporte metropolitano, levando uma empresa de economia mista de Curitiba a intervir no território e determinar o alcance e a capacidade de mobilidade por transporte público nos municípios em que atuou, os quais deveriam ceder os direitos sobre os transportes para seu controle.

Se instituiu então uma comissão para atender a Portaria nº 17/94 da COMEC, formada pelos então servidores Zulma Schussel, Antônio Aisse, Raul Clemente Peccioli Filho, Walter Fanini e Osmar Ferreira, encarregados de elaborar uma minuta para o regulamento da COMEC. Manifestaram, primeiramente, que eram descrentes quanto à alteração da figura jurídica do órgão (que deixaria de ser de regime especial e passaria a autarquia), ou que um novo regimento interno fosse capaz de dar solução aos conflitos existentes entre os mais diversos agentes metropolitanos. Contudo, se dispuseram a propor um modelo de gestão metropolitana mais adequado à realidade da RMC.

Em dezembro de 1994, a Lei Estadual nº 11.027 reformulou a entidade metropolitana. Retirou a designação do planejamento da capital como instrumento técnico para a consecução de seus objetivos e criou no seu organograma administrativo uma Diretoria de Transporte, como forma de intervir nas iniciativas da capital quanto a regionalizar o transporte de massa em rede integrada. A título de curiosidade, a região metropolitana passou a englobar, então, o território até as divisas com São Paulo e Santa Catarina, que configurava as seis localidades históricas até 1871, que, obviamente, não tinham o processo de metropolização como fator unificador do território (figura 9). Um espaço tão extenso, que engloba áreas pouco integradas à dinâmica metropolitana.

Com esse quadro, a COMEC seria novamente fortalecida a partir de 1995, mas com novos propósitos.

Figura 9: Localidades históricas que formariam a RMC (1871)



Fonte: CARMO, 2018

CAPÍTULO 05

A PULVERIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO METROPOLITANO PARA OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS E AMPLIAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA (1995-2002)

Com este cenário, houve um redirecionamento de análises e pesquisas sobre a dinâmica regional e metropolitana na RMC. Existiu ainda um esforço no sentido de compreender as dinâmicas metropolitanas no Brasil e no Paraná, que levou à criação e organização de fóruns de debate e pesquisa sobre as regiões metropolitanas, além das pesquisas universitárias, que passaram a dirigir estudos neste sentido, cabendo destacar que foi somente após este momento que as pesquisas acadêmicas sobre Curitiba passaram a ser majoritariamente realizadas em instituições universitárias situadas na cidade. Até então a maior parte da contribuição acadêmica proveio de instituições diversas, de diferentes localidades, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Por outro lado, sobre a RMC o interesse sempre foi local.

Oliveira (1995; 2000), por exemplo, analisando as relações entre a política, o empresariado e o desenrolar do processo de planejamento urbano de Curitiba, algo até então pouco explicitado e analisado, destacando a inserção institucional do planejamento e do urbanismo da cidade como representantes e representação dos interesses muitas vezes particulares em detrimento do interesse público. Distinguiu ainda o planejamento enquanto técnica e enquanto política, considerando que os aspectos políticos e econômicos foram preponderantes no caso de Curitiba. Além do caráter institucional, o autor se preocupou em analisar o papel dos personagens considerados relevantes na história de tal processo. Descrevendo a íntima ligação entre empresários e urbanistas, sendo

os últimos representantes do poder político então instituído, chegou o autor a conclusões que corroboram sua hipótese inicial, da construção social realizada de um projeto hegemônico, que legitimou um planejamento e uma cidade destinada a poucos.

Seu recorte espacial é o município de Curitiba, mas em diferentes momentos abordou os desdobramentos de tal política e seus efeitos no espaço metropolitano, se atendo ao período entre 1965 e meados dos anos 1990. Sua pesquisa foi parcialmente complementada por Nazareno (2005), que realizou análises no mesmo sentido, com foco no período entre 1985 e 2004, com interesse maior nas redes políticas do que no papel institucional do planejamento, sobretudo na capacidade do grupo Lernista de se manter a frente do executivo municipal, se valendo do aparente sucesso do planejamento para tal feito.

Identifica-se assim que temas já latentes nos anos 1970, voltaram ao centro do debate com novas abordagens. Assim como a avaliação da atuação do IPPUC foi retomada neste novo momento, a temática social é presente também nos estudos realizados. Autores como Albuquerque (2007) e Leitão (2002; 2010), abordam o planejamento em Curitiba por meio do conceito de ideologia, ou seja, a vinculação de ideia e imagem a um discurso altamente efetivo, que os levou a criticar a omissão da questão habitacional no conteúdo dos planos elaborados, os simplificados pressupostos sociais que conteve, especialmente no Plano Diretor de Urbanismo, de 1966.

Passou a existir uma diferenciação do planejamento praticado nas décadas de 1960 e 1970, de desenvolvimentismo e patrocínio estatal, da periferização e da radicalização dos sindicatos e movimentos sociais em prol da democracia nos anos 1980. A democratização do espaço urbano também passou a ser objeto de análise, enquanto contraponto a uma ideologia que passou a priorizar o empresariamento urbano - e que ressignificou a economia por meio da nova reestruturação produtiva nos

anos 1990. Uma evidente seletividade na ocupação dos diferentes grupos sobre o espaço metropolitano, propondo uma forma de análise onde a expansão urbana se deu pela lógica de inclusão de populações ignoradas, sobretudo por meio das políticas de transporte, mas que automaticamente reproduziu em escalas cada vez maiores a proporção de excluídos (LEITÃO, 2010).

Tal especificidade da Curitiba Metrópole, trouxe a possibilidade de sob um mesmo tempo sociológico e econômico se cunhar um conceito sobre a expansão urbana que só pode ser apreendido pela relação tempo-espaço, principalmente pela nítida relação entre uso e ocupação do solo e pelas políticas de transporte, que redefiniram em Curitiba a política e as possibilidades de mobilidade da maior parte da população.

Se nos seus primeiros anos de atuação a COMEC realizava ações em diversas áreas e depois começou a dividir cada vez mais espaço com outros órgãos do governo estadual, a partir de 1994 houve uma intensa pulverização de suas funções. Até mesmo para órgãos municipais, como a URBS, ela passou a ceder parte das mesmas. Essa fase, contudo, foi a que o grupo de Jaime Lerner reaparelhou a Prefeitura de Curitiba e o executivo estadual, tal como ocorrera nos anos 1960 e 1970. Retorna a simbiose entre os poderes, mas com novas nuances, enquanto na área ambiental e de saneamento, deu continuidade ao PROSAM.

Nessa fase houve uma significativa ampliação da RMC e a palavra planejamento aparece a todo momento nos documentos oficiais, sendo utilizada pela primeira vez a expressão planejamento estratégico em uma Mensagem do Governador. A ideia da integração do estado passou a ter a imagem de um anel (figura 10), tomando por base a concentração de investimentos, formado pelo polígono “Ponta Grossa – Londrina – Maringá – Cascavel – Guarapuava – Ponta Grossa” a partir do qual eixos de irradiação, hierarquicamente concebidos, se conectariam com Foz do Iguaçu, Curitiba/ Paranaguá, Norte Velho, Sudoeste e assim por diante.

Tal imagem se associava à ideia do tripé, tal como acontecera em Curitiba³⁴, mas no caso estadual, este seria infraestrutura moderna/ mão-de-obra preparada/ qualidade de vida.

Figura 10: Anel de Integração do Paraná (principais rodovias e centros urbanos)



Fonte: LERNER, 2017

Houve também uma padronização no nome dos programas, tornando-os mais atrativos. A maioria passou a ser iniciado com o nome do estado acompanhado de um setor ao qual se referia (Paraná + Tecnologia, Paraná Mineral etc). O foco no social enfraquece, se fortalecendo uma pretensa modernização da gestão pública (baseada em princípios neoliberais, como a desestatização da economia) e a atração de investimentos

³⁴ O denominado “tripé” do planejamento urbano de Curitiba seria a associação entre uso do solo – transporte público – sistema viário, que orientaria a expansão da cidade desde os anos 1970.

internacionais. A partir desse período, a COMEC voltou a ser planejadora de obras, tal como ocorrera em seus anos iniciais. Seus programas e propostas passaram a ser inseridos em grandes projetos “guarda-chuvas”, tal como ocorrera com o saneamento, inserido no PROSAM, e atendendo uma série de demandas diversificadas. Como afirma Dudgeon (2010)

Na década de 1960, o planejamento urbano em Curitiba era centrípeto, com origem em um planejamento regional ideado por técnicos estaduais. Esse pensamento chegou no auge na segunda metade da década de 1970. Porém, a partir da crise econômica de 1982, o aparato desenvolvimentista do estado se desmantelou. Se o planejamento estadual estava em crise, revistas ao redor do mundo citavam Curitiba como uma referência urbanística. No início da década de 1990, os vetores se inverteram. O planejamento tornou-se centrífugo. A campanha de Jaime Lerner para governador, em 1994, consumou a transformação de Curitiba em um modelo para o estado. (DUDEQUE, 2010, p. 394)

Prossegue o autor (p. 396) afirmando que “quem o assistiu na televisão, percebia que sua principal proposta era tratar o Paraná como uma imensa Curitiba”. Portanto, a partir dos anos 1990, o planejamento de ocasião, as acupunturas urbanas, a maquiagem urbana e a criação de cenários de otimismo começaram a ser praticadas na escala metropolitana. Se consolidou o discurso da “Capital Ecológica”, capitaneado pelo ex-prefeito e então governador Jaime Lerner. O fortalecimento de tal discurso contrasta com o que ocorreu na prática, quando surgiram as maiores ocupações irregulares da RMC (POLLI, 2006), em sua maioria sobre as áreas de mananciais, que só teriam regulamentação a partir de 1998, pelo poder Estadual, sendo de forma recorrente ignoradas, seja pelas pessoas de baixa renda, seja pelo grande capital, sobretudo internacional, que se instalou nos anos 1990 em tais áreas. Ultramarini (2005, P. 18) afirma que isso ocorreu devido ao meio ambiente passar a disputar a

“primazia por interesse e por recursos com os problemas sociais”. Expõe Leitão (2010) que:

Ao assumir seu terceiro mandato como prefeito de Curitiba (1989-1992), Jaime Lerner apresenta a Capital Ecológica, já em seu discurso de posse:

“[...] Se, no início da década de 80, a preocupação do poder público era tornar os equipamentos e os serviços urbanos acessíveis à maioria da população, o compromisso para os noventa é e será com a qualidade desses equipamentos e serviços colocados à sua disposição. O povo de Curitiba merece o melhor: o melhor ensino, a melhor creche, o melhor transporte de massa, o melhor posto de saúde, os melhores parques e áreas de lazer, moradias bem construídas, enfim, a melhor qualidade de vida[...] Curitiba será a cidade de uma só gente através da solidariedade e das parcerias [...] Terá que provar que é possível reduzir a distância entre ricos e pobres. Terá que resgatar a credibilidade da população nos administradores públicos. Terá que assegurar a melhor qualidade de vida a toda a população. Terá que novamente, inovar e ousar nas soluções urbanas. [...] O compromisso com o futuro: Curitiba, Capital Ecológica do país”. (LEITÃO, 2010, p. 45)

Para García (2003) é significativo nesse período a volta de Lerner ao poder, marcando a revalorização da atividade do planejamento, sob os auspícios do planejamento estratégico³⁵. Para a autora, inspirado nas experiências de Barcelona para as Olimpíadas de 1992, o IPPUC entrou em uma nova fase, sob novos paradigmas, como a sustentabilidade, a competição em um mercado mundial de cidades e a metropolização.

Houve então uma nova onda de investimentos do estado, como ocorrera na década de 1960 e 1970 com a capital, mas nesse novo momento tendo como espaço privilegiado alguns municípios metropo-

³⁵ Como visto, Fernandes (1979) identificava o modelo de planejamento de Curitiba com este “novo paradigma” já na década de 1970.

litanos. Visando, sobretudo, a atração e implantação de investimentos da indústria automobilística e, posteriormente, no setor de serviços, comércios e transporte, aprofundou-se o processo de industrialização, desta vez com indústrias de alta tecnologia, ao mesmo tempo em que o setor terciário se consolidou como principal setor econômico na capital, solidificando a reestruturação produtiva da região. De acordo com Borges (2013, p. 120), após as dificuldades dos anos 1980, este período foi de fortalecimento do órgão metropolitano e na escala municipal o IPPUC voltava ao lugar de destaque que tivera até 1983. Seguiam assim, o que se esperava de um processo de metropolização. De acordo com reportagem da Folha de São Paulo (1967, p. 22)

Uma particularidade da natureza desse processo [metropolização] deve ser esclarecida. A acentuada centralização administrativa, inerente à constituição das grandes organizações comerciais e industriais, acarreta uma especialização crescente do núcleo central de uma região metropolitana. Kenzo Tange e seu grupo, em um estudo sobre Tóquio, chamam a atenção para o fato que as grandes metrópoles (...) têm seus habitantes ocupados em sua maioria no setor terciário da economia – prestação de serviços – expulsando para as áreas periféricas e para os polos externos da constelação, com terrenos de menor custo, as atividades industriais propriamente ditas que, em etapas anteriores, haviam feito a sua grandeza. Como consequência, as áreas centrais tendem a reunir os grupos de mais elevado poder aquisitivo e de mais alto padrão de consumo, dedicados a atividades que exigem múltiplos contatos e articulações, grupos que se caracterizam pela extrema mobilidade e pela rapidez dos deslocamentos.

Quanto à industrialização, Oliveira (2000, p. 95) afirma que tal processo nos demais municípios foi “encarada como um aprofundamento da escala da CIC”, mas em escala estadual, pois tratava-se basicamente

dos mesmos agentes. Ainda que influenciados pela Teoria da Dependência, como ocorrera nos anos 1970, dessa vez justificavam suas ações com base na Guerra Fiscal que caracterizou a federação brasileira durante a década de 1990.

Contudo, a despeito da impressão de um primeiro crescimento industrial interno ao município de Curitiba e sua consequente expansão aos metropolitanos nos anos 1990, dados do PMDU (PMC, 1985) mostram que a desconcentração espacial da atividade industrial se fortalecia já nos anos 1980:

Curitiba aumenta sua participação absoluta no valor da transferência industrial do estado até 1970, perdendo lugar, em seguida para a região metropolitana, que de 26,2% em 1960 eleva sua posição para 46% do total do estado. No entanto, a participação relativa do município no estado diminui de 28% em 1970, para 24,8% em 1980. A implantação da Cidade Industrial não se transformou numa área privilegiada de investimentos industriais pois a RMC passava a funcionar com total força, principalmente por que a implantação da indústria química em Araucária começava a surtir seus efeitos. Houve então a crescente participação dos municípios limítrofes de Curitiba, que de 2,6% do valor da transferência industrial do estado em 1960, evoluiu para 6,5% em 1970, e para 21,2% em 1980. (PMC, 1985, p. 36)

A entrada do novo governo em 1995 colocou como meta a melhoria da infraestrutura econômica com vistas ao Mercosul (Mercado Comum do Sul) e à definitiva mudança do perfil econômico do estado, acelerando a industrialização. Se passou a abordar as relações entre qualidade de vida e o processo de planejamento, reflexos do novo projeto político de Curitiba e enquanto problemática diretamente relacionada às questões e problemas sociais e ambientais contemporâneos. A integração do transporte urbano de Curitiba na década anterior, a periferização

e a sistemática ocupação de áreas de mananciais – e os decorrentes danos ambientais e sociais de tal prática –, produziram um cenário de preocupação com a questão socioambiental, aderindo uma nova escala de análise, a da região metropolitana.

Se relativiza, portanto, a ideia amplamente aceita de que o planejamento adotado na escala metropolitana e o papel da instituição de planejamento, continuaram, como coadjuvantes das discussões, pois, como argumenta Klink (2010) os municípios metropolitanos avaliavam o papel da instituição de “guardião do patrimônio ambiental” como um gargalo para o desenvolvimento econômico local. De financiador, a COMEC tornou-se empecilho. Por outro lado, como afirmaram em entrevista técnicos da COMEC, Lerner recuperou a capacidade do órgão e enviava demandas para serem realizadas, inclusive fora da área da RMC.

Com este cenário, a preocupação passou a ser a reestruturação produtiva da metrópole, o empresariamento urbano, a seletividade na ocupação dos espaços e a inclusão parcial de populações até então excluídas, que marcaram a RMC, principalmente com a integração da rede de transporte metropolitano, a chegada de grandes montadoras de automóveis e amplos investimentos, especialmente nas cidades de São José dos Pinhais e Campo Largo - ainda que efêmero nesta. A reestruturação econômica e o discurso ecológico, bem como novas leis, foram ponto de partida de um processo que culminou na revisão dos mais importantes documentos de planejamento da cidade e da região metropolitana no limiar do século XXI.

Como já dito, para Oliveira (2001, p. 67) entre os grupos que estiveram à frente do poder no Paraná, o mais sensível ao empresariado foi o que orbitava Jaime Lerner, sendo a CIC e a industrialização metropolitana dos anos 1990 testemunhas disso, fortemente atreladas a um caráter liberal de economia. Segundo o autor “a compatibilização dos interesses da iniciativa privada com os pressupostos do planejamento urbano foi,

(...), a marca mais notável das suas três gestões como prefeito. Uma vez alçado ao governo do Estado, tal traço volta a se manifestar, só que agora em escala estadual”.

Entre as ligações com o empresariado se destacou Karlos Heinz Rischbieter que iniciou sua carreira no Departamento de Planejamento e Urbanismo da Prefeitura de Curitiba na gestão de Ney Braga, que, quando governador, o nomeou Diretor Técnico da CODEPAR, Presidente do BADEP, por meio do qual se financiou a implantação da CIC, promovendo o Estado e atraindo empresas, primeiro por meio do FDE e depois pela CEF, por ele presidida após a sua saída do BADEP (OLIVEIRA, 2001, p 112). Foi ainda Ministro da Fazenda de 1979 a 1980 durante o governo de João Figueiredo, e após sair dos órgãos públicos se estabeleceu nos Conselhos Administrativos de empresas como Volvo, Refrigar, Clímax, entre outros. Além disso, foi vice-presidente da Associação Comercial do Paraná, que como demonstraram Oliveira (2000) e Couto (1998) sempre teve influência determinante sobre as políticas públicas realizadas em Curitiba e depois no estado.

Anteriormente, desconfiou da amplitude do projeto de industrialização proposto por Lerner para a CIC, com projeto novamente de Wilhelm. Contudo, Rischbieter considerava que a implantação fora um sucesso. Afirmava ainda que devido a amizade do ditador Ernesto Geisel, que era amigo de Ney Braga, tinha acesso facilitado as linhas de crédito da CEF, enquanto o país atravessava o milagre econômico dos anos 1970.

Era o consultor que traçava quais os investimentos que poderiam ser alavancados no município e no estado, ao mesmo tempo em que exercia a presidência das principais instituições financiadoras. Quando Lerner candidatou-se ao governo estadual em 1994 esteve à frente da campanha chegando até mesmo a aparecer oficialmente como um colaborador financeiro, e quando Lerner chegou ao governo estadual participou direta e indiretamente do governo. Ou seja, dispunha de posição

privilegiada, por circular livremente entre a iniciativa privada e o setor público. Para Oliveira (2001, p. 112) “essa é a característica do governo de Lerner (sempre o foi durante as suas gestões como prefeito), ou seja, sempre existiu uma interação muito grande entre o poder público e a iniciativa privada”.

Outra figura importante foi Maurício Schulman, que entrou no serviço público como Presidente da Eletrobrás e do BNH (durante o governo Geisel). Nessa época foi Secretário de Finanças do Estado do Paraná, representou os municípios metropolitanos no Conselho Deliberativo da COMEC e em 1994 assumiu a presidência do Conselho Administrativo do Bamerindus e da Companhia Siderúrgica Nacional, após a sua privatização.

Nesse sentido, segundo Oliveira (2000), sob a direção de um mesmo grupo político, uma série de antecedentes colaboraram para a reestruturação produtiva pela qual passou a capital paranaense na década de 1990: o Plano Diretor de Curitiba (1966), a criação da CIC (1973), a Lei de Zoneamento e Uso do Solo (1975) e o PDI (1978) da Região Metropolitana de Curitiba, entre outros, que contribuíram com a rigidez do uso do solo e do zoneamento do município polo e a flexibilidade e maleabilidade dos municípios vizinhos, além de imprimirem características de cidade industrial na economia e na paisagem. Para Firkowski (2001), o processo de metropolização de Curitiba foi resultado da aceleração da urbanização que levou à institucionalização da RMC, num misto de ações do planejamento urbano em Curitiba e de intenções do planejamento metropolitano na RMC. A autora caracteriza o processo de metropolização, analisa o que denomina aglomerado metropolitano e a nova distribuição da indústria, com foco na atividade automobilística. Expõe que o período compreendido entre o início dos anos 1970 até o final dos anos 1980 desencadeou o processo de concentração econômica e populacional em Curitiba. A partir deste momento seu espaço

urbano teria sido sistematicamente estruturado por meio de um ininterrupto processo de planejamento, alterando as características econômicas da cidade, que auxiliam na compreensão das atuais transformações (FIRKOWSKI, 2001, p. 27).

Decorrentes do processo de reestruturação, no final dos anos 1990 surgiram novas condicionantes, como a Lei Estadual nº 12.248/98, que criou o Sistema Integrado de Proteção dos Mananciais da RMC (SIGPROM), a nova Lei de Zoneamento de Curitiba (2000), a revisão do Plano Diretor de Curitiba (2004) e a revisão do PDI da RMC em 2006. Não apenas as condições técnicas possibilitaram este quadro, mas uma gama de personagens, não sendo possível ignorar o momento econômico pelo qual o país passava e mesmo a guerra fiscal entre municípios e entre estados. Neste sentido, Pilotto (2010) reconhece e destaca os principais agentes presentes na estruturação do espaço da área metropolitana de Curitiba:

O Estado, que atuou por meio da legislação urbanística, da realização de obras e da localização das sedes dos órgãos públicos; as camadas de alta renda, com papel importante na escolha das suas áreas residenciais, na garantia das condições de acessibilidade, bem como na sua relação com o Centro; o capital imobiliário (proprietários de terra, incorporadores, construtores), cuja atuação ficou evidente no processo de verticalização e na formação de um “centro-novo”; os grupos empresariais, como o Centro Vivo e Associação Comercial do Paraná, que atuaram na defesa de seus interesses com relação ao Centro; e, as camadas de baixa renda, a quem restou ocupar os espaços que “sobraram”. (PILOTTO, 2010, p. 147)

A partir destes acontecimentos se iniciou um momento em que autores como Oliveira (2001) e Firkowski (2009a) identificam as transformações espaciais que consolidaram o fenômeno da metropolização

na região de Curitiba. Neste sentido, Firkowski (2009a) expõe que foi a partir da década de 1990, sobretudo a partir de 1995, que Curitiba passou a se configurar realmente como metrópole, a despeito da institucionalização da região metropolitana ter se dado cerca de duas décadas antes. Afirma a autora que:

É como se, de repente, tudo o que existia na cidade em termos de comércio e serviços tivesse que ser reformulado, de modo a se ajustar ao novo momento econômico e à nova dimensão de cidade, qual seja a metrópole. A metrópole passa a ser a referência, e as novas demandas devem ser atendidas por empresas que se relacionem a um novo paradigma, sendo mais modernas, eficientes, representativas de um mundo globalizado e, por consequência, internacional. (FIRKOWSKI, 2009a, p. 39)

Nos anos 1990 também se iniciou o processo de expansão territorial institucional da RMC, por meio de leis ou desmembramentos, que agregaram municípios pouco ou nada integrados à dinâmica da região metropolitana. Para Akel

nós tínhamos 14 municípios. Aumentaram para 17 por que alguns se subdividiram. Era o mesmo território que o IBGE considerava que apresentava características de metropolização. Estes 17 municípios, por uma ação meramente política, começaram a sofrer agregações a partir da Assembleia Legislativa, então, de repente, a RMC foi para 29 municípios, da divisa de São Paulo até a de Santa Catarina, da Serra do Mar até a escarpa Devoniana, tudo virou RM. (CARMO, 2018, p. 330)

Este processo resultou na atual conformação da RMC, com área de 16.581 km², que pode ser visualizada no quadro 1 e na figura 11 a seguir:

Quadro 1: Ampliação da Região Metropolitana de Curitiba (1973-2012)

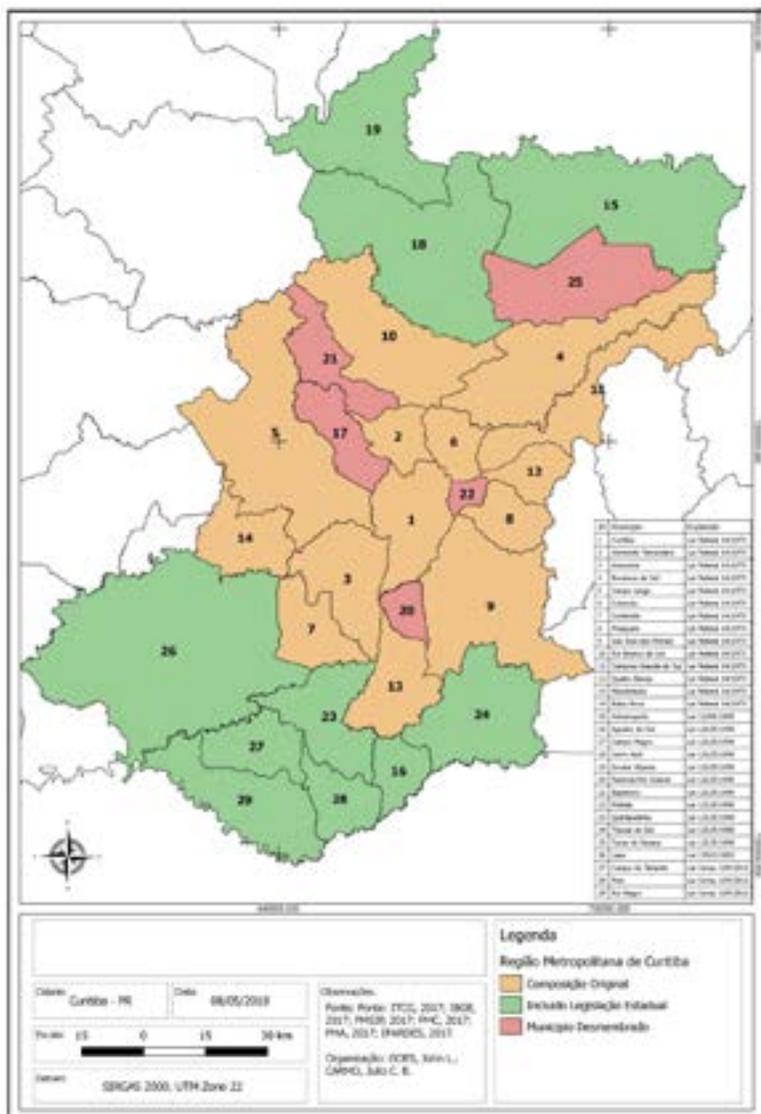
Composição original ³⁶	Municípios desmembrados	Incluídos por legislação estadual ³⁷
Almirante Tamandaré	Campo Magro	
Araucária		
Balsa Nova		
Bocaiúva do Sul	Tunas do Paraná	
Campina Grande do Sul		
Campo Largo		
Colombo		
Contenda		
Curitiba		
Mandirituba	Fazenda Rio Grande	
Piraquara	Pinhais	
Quatro Barras		
Rio Branco do Sul	Itaperuçu	
São José dos Pinhais		
		Adrianópolis
		Agudos do Sul
		Campo do Tenente
		Cerro Azul
		Doutor Ulysses
		Lapa
		Piên
		Quitandinha
		Rio Negro
		Tijucas do Sul

Fonte: IPEA, 2013

³⁶ Lei Federal 14/73

³⁷ Leis Estaduais 11027/94, 11096/95, 12125/98, 13512/02 e 139/2011

Figura 11: Ampliação territorial da RMC (1973-201)



Fonte: CARMO, 2018

Este quadro mostra o paradoxo ocorrido na década de 1990, uma vez que, ao mesmo tempo em que houve a transformação da RMC de ente meramente institucional passar então a ter características que a qualificam verdadeiramente enquanto uma região metropolitana, por outro, se inseria municípios na mesma sem qualquer característica de participação no processo socioespacial da metropolização. Isso ocorria, de acordo com Akel, por que

Sempre se teve a impressão de que a região metropolitana era o filho predileto e esta era uma política do Governo Militar, era assim mesmo. Se você atendes-se as nove principais RMs do país você atendia 70% da população urbana do país. Então você investir em nove para atender 70% é muito melhor do que você ficar atendendo cinco mil municípios, alguns com um custo/ benefício relativamente reduzido. Isso fazia com que houvesse programas especiais de saneamento e infraestrutura para as RMs, então estar na RM era garantia de facilidade de recursos. Só que eles atrasaram. Quando eles entraram nas RMs já não tinha mais muito essa política, hoje em dia, inclusive, tem política inversa, aplica-se o programa, menos nas RMs, por que elas já estão muito concentradas. (CARMO, 2018, p. 333).

Neste sentido, é necessário lembrar, que a realidade brasileira aponta para duas faces desta unidade de planejamento enquanto tema a ser analisado, pois há de um lado a figura institucional, imposta por leis, e de outro o fato metropolitano em si, a aglomeração urbana, onde acontecem as relações, dinâmicas e fluxos eminentemente metropolitanos. Como aponta Firkowski (2009b, p. 158) a transferência da responsabilidade pela política metropolitana do âmbito federal para o estadual, gerou um quadro onde os estados passaram a criar regiões e inserir municípios nestas onde não há dinâmicas que caracterizem uma região metropolitana. Dessa forma, convencionou-se entre uma série de autores separar o estudo da unidade institucional daquela onde de fato ocorrem dinâmicas de natureza metropolitana.

Reafirmam assim o que Moura e Firkowski (2001) apontam, de que a inclusão de algumas cidades nas regiões metropolitanas demonstrou a fragilidade dos critérios adotados, “prevalecendo interesses políticos em detrimento, em alguns casos, de uma problemática qualitativamente metropolitana” (MOURA; FIRKOWSKI, 2001, p. 105). Mesmo aqueles que são evidentemente metropolitanos vieram a ter problemas, uma vez que, como afirma Gouvêa (2005), a Lei não diferenciou os municípios integrantes das RMs, que, claramente possuem diferenças de toda ordem, sejam físicas (geomorfologicamente, dimensões territoriais, etc) sejam sociais (função, população, poder econômico, cultura etc). Para Fernandes (2012, p. 14) em “algumas destas regiões metropolitanas existem fortes indícios de troca política entre governador e Prefeitos, tal como ocorreu nos anos 90 com as emancipações municipais”.

Firkowski (2009a) aponta ainda que foi na inter-relação entre a produção de uma imagem positiva da cidade, alavancada por um processo interno de planejamento urbano de forma contínua, desde a década de 1960, somada à atratividade e à implantação de uma série de indústrias de capital internacional, que Curitiba se inseriu como território privilegiado de negócios. Contudo, a internacionalização da sua imagem só se concretizou quando os grandes capitais internacionais, sobretudo as montadoras de veículos se instalaram na região, a partir de 1995. A chegada do capital ligado às indústrias automobilísticas na década de 1990 simbolizou o novo momento da dinâmica econômica da cidade, pois encontrou no aglomerado metropolitano, um local fértil para sua reprodução. Ocupando o espaço em rede, as montadoras foram acompanhadas de uma série de indústrias e estabelecimentos menores que tem participação direta na linha de montagem dos automóveis.

A COMEC passou a agir então no sentido de organizar a expansão urbana, preenchendo os espaços livres, aumentando a densidade média bruta nos loteamentos e direcionando a ocupação para sítios pro-

pícios à urbanização, acreditando que estas ações poderiam controlar a expansão urbana até o limite de três vezes a população então existente (COMEC, s.d.).

Como não havia leis que regulassem o uso do solo metropolitano, este estava a mercê do que os municípios propunham. A exceção era a proteção dos mananciais e os transportes, que já possuíam alguma regulamentação. Aproveitando-se dessa flexibilidade na aprovação de loteamentos, os agentes imobiliários, junto aos políticos, organizaram a ocupação em espaços sem a devida anuência do órgão metropolitano, entre os quais os dois principais exemplos foram a Nova Curitiba (conhecido como Ecoville), ocupando a Conectora 5 na direção de Campo Largo, e o Alphaville, em Piraquara. No caso do Alphaville a COMEC encontrou-se frente a questão de não permitir sua instalação próxima a área de mananciais, por um lado, por outro o reconhecimento de que tal área só poderia ser ocupada por modelos de baixa densidade, concluindo ser melhor permitir loteamentos de luxo, que preservassem as áreas bosqueadas e os corpos da água, a correr o risco de favelização ou ocupação irregular da área.

Esta é, aliás, uma das críticas recorrentes quanto ao propalado sucesso do planejamento curitibano, pois relegou a questão habitacional a um segundo plano, uma lacuna, como aponta Albuquerque (2007), ainda que o plano trouxesse diretrizes nesse sentido, como quando tratou da ocupação dos eixos estruturais e do zoneamento. A análise da autora mostra a evolução dos problemas sociais em Curitiba, identificando o crescimento acelerado das ocupações irregulares nos anos de 1970, 1980 e início dos 1990. Contudo, demonstra que a partir de determinado momento, as ocupações passaram a ser mais recorrentes na RMC, com diminuição da participação de Curitiba. Ela expõe que aparentemente o decréscimo das ocorrências de ocupação irregular em Curitiba aponta que a informalidade da moradia na RMC, começou a se transferir da “ci-

dade-modelo” para os demais municípios do NUC (ALBUQUERQUE, 2007, p.48; PILOTTO, 2010, p. 51), uma vez que

O impacto inicial do crescimento populacional e da intensificação no uso do solo metropolitano foi simultâneo à implementação de um processo ininterrupto de planejamento urbano em Curitiba, que induziu o deslocamento do crescimento da ocupação para áreas periféricas internas e, principalmente, externas aos seus limites administrativos. (MOURA, 2009, p. 19)

Um dos programas criados pelo governo para combater a pressão sobre os recursos naturais foi o Paraná Ambiental, com objetivo de promover no estado um modelo de desenvolvimento sustentado, de preservação do meio ambiente e de utilização racional dos recursos naturais. Visava a necessidade de tornar compatíveis o crescimento econômico e o controle social dos efeitos gerados sobre o meio ambiente. A implantação de projetos foi orientada para a oferta de oportunidades à participação social, estímulo ao aumento da capacidade de decisão regional e ao desenvolvimento do potencial de cada região tendo como critério sua vocação.

Com o propósito de construir um novo ambiente e transformar o Paraná em um exemplo na conservação e utilização do potencial natural, a SEMA buscou a consolidação da sua estrutura organizacional e utilização do seu potencial natural: Unidades de Estudos e Análise (coordenadorias); um órgão de ação normatizadora e fiscalizatória (IAP) e a SUCEAM, para execução das atividades e programas definidos estrategicamente pelo Sistema Ambiental do Estado, representado pelo conjunto destas três instituições.

As principais atividades desenvolvidas na área ambiental foram projetos de monitoramento de recursos hídricos, podendo-se destacar o de avaliação da qualidade ambiental dos rios e reservatórios do Alto Iguaçu, estações de monitoramento do ar, entre os quais as localizadas no polo industrial da RMC, educação ambiental e regularização de terras e em parceria com a MINEROPAR, a COMEC fez o Mapeamento Geológico Técnico de porção do compartimento Sul da RMC.

A SEDU passou por ajuste institucional, com objetivo de execução de um novo programa de desenvolvimento a ser negociado com organismos internacionais –o Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Melhoria da Infraestrutura Municipal – Paraná Urbano. Visava melhorar as condições de vida nas áreas urbanas, especialmente das populações pobres, mediante a mobilização de recursos internos e externos para financiar investimentos em infraestrutura urbana e social, bem como fortalecer a capacidade institucional e administrativa dos municípios, contribuindo para a estratégia urbana do Governo.

Ainda pelo PEDU foi oficializada a cooperação internacional entre o Paraná e o PNUD, com finalidade de implantar o projeto *Ações Estratégicas para o Apoio ao Desenvolvimento Urbano*, tendo como objetivo principal contribuir com a melhoria das condições de vida do cidadão nas áreas urbanas do Estado, dando ênfase ao meio-ambiente. Esse apoio ao aperfeiçoamento da capacidade administrativa e de implantação das instituições promotoras do desenvolvimento urbano, visava assegurar a auto-suficiência das administrações municipais. Foram planejados e implementados ações de fortalecimento das associações regionais de municípios, como apoio técnico à execução do programa Paraná Urbano.

Na RMC, a COMEC realizou o plano de estruturação física da região, elaborando propostas nas áreas de circulação viária, transporte e diretrizes de uso e ocupação do solo urbano, para os diversos municípios na área de urbanização física; indicação das alternativas de áreas para

terminais de transporte metropolitano de Pinhais e Guaraituba (Piraquara); indicações de alternativas de traçado viário para corredores de ligação: norte - Almirante Tamandaré e Corredor Sudeste – São José dos Pinhais.

Foi elaborada a planta estudo de macrozoneamento do Parque Regional do Iguaçu, abrangendo a área entre o Contorno Sul e a Floresta Metropolitana, bem como o cadastro metropolitano de loteamentos e desmembramentos, com atualização e manutenção de dados referentes a cada loteamento, propostas para implantação de parques e preservação de áreas verdes nos municípios de Pinhais, Colombo e Almirante Tamandaré.

Quanto a Planos de Manejo, a COMEC em 1996 iniciou a criação por decretos de áreas de preservação Ambiental (APAs) nas bacias hidrográficas das barragens dos rios Pequeno, Iraí e Piraquara, alterando a delimitação das áreas de mananciais na RMC e a proposta de alteração da legislação municipal de Contenda, para implantar conjunto habitacional de caráter social. Definiu também espaços livres na RMC, com vistas a recuperar o equilíbrio hidrológico, a melhoria da qualidade ambiental e a criação de alternativas de lazer para a população. Para tanto, foram realizados levantamentos com o objetivo de implantar Parques Regionais em Colombo, Campo Largo – Parque do Cambuí, Pinhais – Parque Linear do Palmital e Campina Grande do Sul – Parque Moradias Timbu. A política de implantação de parques que em Curitiba fora posta em prática desde os anos 1970, chegava ao executivo estadual.

Realizou ainda a primeira etapa do trabalho *Instrumento de Coleta de Dados Ambientais Urbanos*, parte do projeto de *Levantamento do Quadro Ambiental da RMC*, contratado com o PNUD e coordenado pelo IPEA para a produção de relatório ambiental metropolitano, definindo um perfil dos problemas ambientais e identificando seus principais agentes causadores. Na área de gestão de resíduos sólidos realizaram projeto com

objetivo de minimizar a degradação causada pela disposição incorreta no meio ambiente. No âmbito do PROSAM desenvolveu em 1996 o plano referente ao Sistema Regional Metropolitano de Transferência de Resíduos Sólidos Urbanos para destinação final, cujo projeto de implantação foi realizado pela empresa Camp Dresses & Mcker – CDM.

Também elaborou estudo alternativo de diretriz viária para o Contorno Leste seguindo os parâmetros de preservação ambiental e políticas metropolitanas de uso e ocupação do solo e também documento avaliando a situação da produção rural da região, voltada para o abastecimento alimentar, sobretudo a olericultura. Quanto à integração do transporte da RMC de forma a racionalizar a circulação viária na zona central da capital e expandir à população da Grande Curitiba à RIT.

O governo estadual instituiu então a Coordenadoria de Integração Regional pelo Decreto Estadual nº 897/95, com o propósito de compatibilizar as ações governamentais com as aspirações regionais, além de suas funções institucionais previstas na legislação, representando junto aos municípios e demais órgãos, com o intuito de apresentar o plano de governo, visando à compatibilização de ações e dados para geoprocessamento do novo projeto METRONOR. Nesse momento, o secretário de desenvolvimento urbano era Lubomir Ficinski, a COHAPAR e Política Habitacional estavam com Rafael Dely e Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico com Cassio Taniguchi. Deni Schwartz que participou dos governos PMDBistas também estava no governo Lerner, como secretário de transportes. Ou seja, os personagens do planejamento de Curitiba, se transferem para o poder estadual.

Nesse momento, o meio ambiente deixou de ser vinculado ao urbano e se aproximou dos recursos hídricos. As intervenções sobre o uso do solo na RMC se concentravam em duas frentes: estabelecimentos de indústrias e proteção dos mananciais. A SEMA e suas vinculadas – SUDERHSA e o IAP, passaram a ter a finalidade de formular e executar

as políticas de meio ambiente, e recursos hídricos, florestal, cartográfica e de saneamento ambiental, realizando o monitoramento da qualidade das águas e do ar na RMC, gerando informações para programas como PROSAM e o projeto Caminhos do Mar (que buscava integrar uma rota natural entre a RMC e o litoral) e a Floresta Estadual da RMC (consolidando como Unidade de Conservação, mediante a estruturação física e implantação do Plano de Manejo).

A COMEC também coordenou o grupo de trabalho relativo ao convênio com a Universidade de Kraaz, da Áustria, para desenvolvimento de tecnologia de exploração dos aquíferos e montagem de equipe interinstitucional, visando a elaboração do plano de uso e ocupação do Solo na área de abrangência do Aquífero Kárstico, cujos objetivos eram a preservação das suas áreas de recarga, compatibilização dos usos já existentes e minimização dos impactos causados pela exploração do aquífero subterrâneo, para abastecimento da região. A SUDERHSA, também participante, desenvolveu em conjunto com os técnicos austríacos a primeira fase do projeto, que correspondeu a aquisição do dado hidrogeológico básico em campo, definiu e implantou a rede hidrométrica e piezométrica básica, efetuou o detalhamento do mapeamento geológico, hidrogeológico e de uso do solo.

Foi iniciada a licitação de obras para instalação do Aterro Sanitário Norte, Estações de Transbordo e desenvolvimento de modelos de gestão e de capacitação técnica e industrial, além de entregarem caminhões coletores/ transportadores de lixo às prefeituras da RMC. Também foi elaborado o projeto de Tratamento e Disposição de Efluentes do lixão da Lamenha Pequena, pelo consórcio Multiservice/ Saniplan, concluindo os trabalhos de campo referentes à geologia, topografia, caracterização da área e o diagnóstico, assim como proposições para melhoria das condições do lixão.

Visando o reordenamento territorial em áreas de mananciais, a COMEC desapropriou áreas, realizando obras de arruamento, drenagem

e infraestrutura para loteamentos, construção de módulos habitacionais e reassentamento de famílias oriundas de áreas sujeitas à enchentes ou daquelas cuja ocupação comprometesse os mananciais de abastecimento público, realizando obras de terraplenagem e drenagem de loteamentos. Foi elaborado em 1996 o projeto *Desenvolvimento do Plano Diretor de Recursos Hídricos*, em conjunto com a SANEPAR e COPEL, no âmbito do PROSAM, com outros setores envolvidos, como a Federação das Indústrias, de Agricultores, consórcios de bacias hidrográficas e municípios.

Uma das ações pertinentes ao saneamento ambiental para a Grande Curitiba executada pelo PROSAM, foi o desenvolvimento do Sistema para Gestão da Bacia do Alto Iguaçu, que com a participação de representantes de entidades governamentais, classes produtoras e sociedade, pretendia definir e implantar mecanismos de ocupação e uso do solo e valoração dos recursos naturais, compatibilizando as atividades econômicas e sociais às condições ambientais necessárias para proteção dos recursos hídricos.

Nesse ano também foi criado o Parque Metropolitano do Iguaçu, como alternativa para evitar os danos causados pelas constantes enchentes, abrangendo áreas de Pinhais, Curitiba e São José dos Pinhais. A ideia era que futuramente o parque articulasse a área onde seria construída a represa do Iraí (PR 415) e a Floresta Metropolitana, criando um parque com mais de 20 milhões de metros quadrados. A execução do parque e canal na bacia visou o equacionamento de problemas relativos à enchentes, ocupação de áreas de inundação e degradação ambiental. Foram executados projetos de obras hidráulicas e o projeto do parque, o qual integrado à Vila Olímpica, transformaria a região em área de lazer e esporte, preservando a várzea de inundação contra a ocupação irregular (COMEC, 1999).

Outro estudo realizado no Alto Iguaçu pela COMEC foi o macrozoneamento das bacias hidrográficas com a análise da legislação urbana

de zoneamento e uso do solo nas áreas urbanas e rurais, dos municípios de São José dos Pinhais, Pinhais, Piraquara, Colombo, Campina Grande do Sul e Quatro Barras bem como, o levantamento da densidade demográfica, características das áreas integrantes de cada bacia hidrográfica e as porções efetivamente definidas como APAs.

A COMEC, com financiamento do BIRD, construiu o Parque Ambiental do Passaúna, visando recuperar e preservar uma área de 140 mil m² em parceria com o município de Araucária. Em 1996, foi inaugurado o parque, nas margens da represa responsável por parte do abastecimento de Curitiba, que fora finalizada em 1989. O trabalho em conjunto realizado pelos órgãos definiu um “vocabulário comum” que persiste até hoje.

Em conjunto com a EMATER, o órgão metropolitano executou treinamento de produtores rurais para disseminação de práticas agrícolas não poluentes em áreas de mananciais, visando compatibilizar as atividades agropecuárias com a proteção dos recursos naturais, proporcionando ainda melhoria de renda e elevação do padrão de vida dos produtores.

Na área de transportes, em 1992, Curitiba implantou o ônibus biarticulado, com capacidade para 270 passageiros, integrando o bairro do Boqueirão à RIT. Em 1995 foi implantado o biarticulado no eixo Norte-Sul, ligando o bairro do Santa Cândida ao Pinheirinho. Em 1996 foi implantado o Sistema Integrado de Transportes Públicos de Passageiros para a RMC, cujo relatório técnico, contendo propostas de investimento no setor de transporte público e sistema viário, subsidiaria as negociações de empréstimo com o BID. Foi concluído o estudo, projetos de estruturação física para dar suporte à integração dos transporte coletivo de Curitiba metropolitano com o transporte coletivo, como também a estruturação viária de municípios da região.

Foram executados ainda terminais metropolitanos, instalação de estações tubo (pontos de ônibus), obras de melhoria nas proximidades

do Aeroporto Afonso Pena e Trevo do Atuba. Essas obras resultavam do Programa de Integração dos Transportes (PIT) que começava a ser instalado, cujo a primeira ação visível foi a implantação de cinco linhas diretas³⁸, conectando Almirante Tamandaré, Pinhais, Colombo, Araucária e São José dos Pinhais à Curitiba, atendendo 55% dos usuários do sistema metropolitano. O sistema implantado em Curitiba, com tarifa única, chegava, com mais de duas décadas de atraso, à população metropolitana.

Foi promovida a integração ao mesmo tempo que se cedia os direitos sobre o transporte para a URBS, uma empresa municipal de Curitiba que passaria a administrar e mesmo intervir sobre o território metropolitano por meio dos transportes. A COMEC assumiu os terminais e infraestrutura, enquanto a URBS, a operação e manutenção das linhas da rede, com 66 ônibus, abrangendo Almirante Tamandaré, São José dos Pinhais, Pinhais, Colombo e Araucária, bem como o Aeroporto. A RIT era composta por 340 linhas, mais de 1500 veículos, trafegando em mil e cem quilômetros de vias e sessenta em canaletas exclusivas, beneficiando 400 mil pessoas/dia.

Destacava o governo as atribuições da COMEC, como a formulação de diretrizes do desenvolvimento da RMC, a coordenação das funções públicas de interesse comum e a articulação com os demais níveis de governo, visando minimizar os desequilíbrios intrarregionais. Passava-se então a fortalecer os demais organismos que atuavam sobre as funções públicas de interesse comum. Na área ambiental, a Secretaria Municipal e a Estadual de Meio Ambiente passavam a ter destaque, a empresa pública estadual de saneamento (SANEPAR), bem como a URBS.

Em relação às ações de fomento na atração de investimentos, a COMEC participou da elaboração do documento *Empreendimentos Indus-*

³⁸ Ônibus tipo padrão que tem poucas paradas, mas não utilizam vias exclusivas em todo seu trajeto.

triais – Alternativas de Localização – RMC, do qual resultou o Programa de Apoio à Localização Industrial, que visava promover o desenvolvimento econômico ordenado dos municípios, principalmente dos sem alternativas de geração de riquezas. Foram contatadas 220 empresas e concretizados 115 projetos em fase de implantação. Para a instalação dessas indústrias na RMC, a COMEC realizou junto à Secretaria de Indústria e Comércio e a MINEROPAR levantamentos em áreas que apresentassem potencialidades para instalação industrial (topografia adequada, localização fora das áreas de preservação ambiental, proximidade aos eixos viários regionais, aos centros urbanos locais e compatibilidade com a estratégia de desenvolvimento regional).

Pretendia induzir a ocupação de áreas física e ambientalmente aptas, sendo as primeiras beneficiadas a indústria de caminhões Volvo, que fez mais investimentos em sua unidade na CIC, bem como a BOSCH. O mais novo investimento então anunciado foi da Electrolux, para construção de uma fábrica de refrigeradores no município de Fazenda Rio Grande, bem como a Chrysler, com fábrica que foi construída em Campo Largo e o Distrito Industrial de São José dos Pinhais, que receberia a Renault. A COMEC participou da assessoria técnica para implantação desta última, cujas obras estavam em andamento, sendo responsável pela coordenação de reuniões e atividades técnicas entre as entidades envolvidas - COPEL, IAP, Bombeiros, DER, Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, DNER, SANEPAR, TELEPAR, prefeitura de São José dos Pinhais, Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima - RFFSA, e outras. Realizando também o levantamento topográfico do terreno e a terraplenagem.

Os projetos incluíam ainda melhorias na infraestrutura do Porto de Paranaguá (fora da RMC), cujo plano de expansão foi elaborado pela COMEC, que compatibilizou os estudos relacionados com a ampliação do porto e sua adequação aos acessos necessários à instalação de novas

indústrias na RMC. Houve ainda a construção de escolas, creches, posto de saúde, posto policial, abastecimento de água e luz, novos acessos ao aeroporto internacional, entre outros, todos coordenados pelo órgão metropolitano.

No suporte jurídico, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) realizou análise das expropriações realizadas pela COMEC para viabilização do canal extravasor do rio Iguaçú; levantamentos destinados às desapropriações para a implantação dos acessos ao Aeroporto Internacional Afonso Pena e prestou consultoria e assessoramento jurídico nas questões decorrentes do procedimento licitatório promovido pela Companhia de Desenvolvimento de São José dos Pinhais e COMEC visando a instalação da Renault.

Na área de transportes, a proposta alternativa de traçado do Anel Viário do Contorno Leste, oferecia para este um desenho compatível com as diretrizes de ocupação espacial da RMC, com a elaboração do *Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica* para o trecho entre a BR 277 e a BR 116, assim como seus projetos finais de engenharia. Realizaram ainda estudos, projeto executivo e especificações técnicas de paisagismo, calçamento, pavimentação, iluminação, passagens de nível, praça e ruas transversais, do acesso ao Autódromo Internacional de Pinhais.

Quanto à estruturação urbana e fomento ao desenvolvimento econômico, a COMEC desenvolveu ações de controle da ocupação territorial, emitindo pareceres técnicos de consulta e anuência prévia para projetos de loteamentos e desmembramentos dos municípios da RMC; realizou análise e avaliação dos planos de uso e ocupação do solo urbano para os municípios de Balsa Nova, Quitandinha, Adrianópolis, Cerro Azul, Doutor Ulisses, Almirante Tamandaré e Mandirituba; e elaborou o zoneamento da Área de Preservação Ambiental (APA) municipal de Pinhais, em conjunto com a equipe municipal.

Para o município de Colombo, foi realizado o estudo para implantação de um mercado do produtor e *Shopping Popular*, com uma central de abastecimento ao Norte de Curitiba, aproveitando as instalações físicas do terminal Maracanã e outra edificação inicialmente proposta para tal finalidade, em conjunto com a EMATER.

Prosseguiu a COMEC com o PROSAM, negociando junto ao *Overseas Economic Cooperation Fund* (OECF), financiamento com contrapartida estadual de recursos a serem empregados na melhoria e ampliação dos serviços de água tratada e esgotamento sanitário na RMC e Litoral, bem como a disposição final adequada de embalagens e resíduos de agrotóxicos nas regiões agrícolas. Foi executado ainda pela SANEPAR o projeto da barragem do rio Iraí, para aumentar a disponibilidade de água potável para abastecimento. Foram implantados também, no município de São José dos Pinhais – Borda do Campo, redes de água, esgoto e estação de tratamento de esgoto, objetivando dotar as ocupações/ moradias nas áreas de mananciais de sistemas de abastecimento de água potável e de coleta e tratamento de esgoto sanitário.

Também foram implantados sistemas de abastecimento de água em São José dos Pinhais (Trevisan), Pinhais (Bonilauri) e Campina Grande do Sul (Timbu). Contratou-se ainda quatro estações de tratamento de redes coletoras de esgoto e, visando reduzir os acidentes de tráfego envolvendo cargas perigosas, em áreas de mananciais, encaminhou ao BIRD os editais nacional e internacional com especificações para licitação dos equipamentos necessários ao Sistema de Atendimento Emergencial, dentro do PROSAM.

Foi encerrado nesse ano o programa Paraná Urbano e criado o PARANACIDADE, vinculado à SEDU, empresa privada sem fins lucrativos, de interesse coletivo, com a finalidade de prestar assistência institucional e técnica aos municípios paranaenses e de captação e aplicação de recursos financeiros no processo de desenvolvimento urbano e re-

gional do estado. Constituído por meio da Lei nº 11.498 de 30 de julho de 1996 absorveu as atribuições da FAMEPAR, extinto pela mesma lei.

Nesse contexto, por meio do Projeto de Lei nº 388/96, o deputado estadual Geraldo Cartário³⁹ propôs a extinção da COMEC para criação da Secretaria de Estado da Região Metropolitana de Curitiba. Sua justificativa era que “com a criação do PARANACIDADE, a COMEC perdeu suas prerrogativas, ou seja, sua razão de existir”. A secretaria proposta teria como objetivo prestar assistência institucional e técnica aos municípios, aplicando recursos financeiros em seu desenvolvimento. Com as evidentes contradições do projeto e devido ao posterior Projeto de Lei nº 539/98, tal proposta foi arquivada.

Por fim, o PROSAM passou a conviver com o Projeto de Saneamento Ambiental do Paraná (PARANASAN), criado com o objetivo de melhoria e ampliação dos serviços de água tratada e esgotamento sanitário na RMC e Litoral como também, a disposição final adequada de embalagens e resíduos de agrotóxicos. As ocupações irregulares recentes, que não existiam quando da implantação do PROSAM foram inseridas no novo programa, recebendo US\$ 390 milhões do governo japonês, até 2003. Nesse ano, apesar de todos os esforços empreendidos no âmbito do PROSAM, somente 30% da população da RMC contava com esgoto tratado.

O Centro de Gestão de Programas/ Unidade de Acompanhamento Financeiro, desenvolveu atividades de acompanhamento financeiro para estabelecimento das programações orçamentárias, visando à execução do PROSAM, PEDU, Paraná Urbano entre outros. A SEPL gerenciava e coordenava o PROSAM bem como apoiava as entidades

³⁹ Este deputado pautaria parte de suas propostas com questões metropolitanas, como a criação de novas, a inclusão de municípios nas existentes, modificações no órgão de planejamento, entre outras.

executoras COMEC, SEMA, IAP, SUDERHSA e SANEPAR, por meio da UGP, revelando a gama de órgãos que se juntavam à COMEC para realização de ações no espaço metropolitano.

Em 1997 se iniciou a duplicação do Contorno Sul de Curitiba, ligando a BR 277 em Campo Largo com a BR 116, no bairro do Pinheirinho. Nesse ano, como parte do PROSAM, a COMEC lançou o programa de habitação da RMC, denominado Lotes da Família. Seu objetivo era atender as famílias carentes que viviam próximas às áreas de mananciais, com trinta mil lotes, em parceria com a COHAPAR, as transferindo para um loteamento em Araucária.

Nesse ano, as linhas de ação foram dar prioridade de serviço ao interior do Estado e consolidar a perspectiva de mudança do perfil econômico. O Anel de Integração e as ações de planejamento macroeconômico, envolvendo estratégias de mercado, buscavam a inserção do Paraná nos processos de globalização e competitividade mundiais. O objetivo era redesenhar o perfil econômico até o final desta gestão de governo, o que contribuiu para o estabelecimento das montadoras na RMC.

Contudo, em meio a todos esses programas de investimentos, em reportagem de 17 de dezembro de 1997 a revista *Veja* era categórica ao afirmar que “O Estado-modelo foi à lona” (IACOMINI, 1997). Lerner, passava pela maior crise de suas gestões. Se o discurso como prefeito de Curitiba possuía (e possui) aderência, como governador não logrou ter o mesmo sucesso. Com um legislativo fora de seu controle (sobretudo os representantes do Paraná no Senado da República – Roberto Requião e Osmar Dias), a gestão Lerner levou o estado à falência, em um contexto generalizado de quebra do que era público no Brasil e um intenso processo de privatizações. Tornou-se o estado - ao lado de Alagoas-, em pior situação financeira na federação, não podendo contrair empréstimos, uma vez que não teria como pagar. Destacava a reportagem da Revista *Veja* que

(...a) surpresa é que o governador apontado como responsável pelo desastre de agora não é um político qualquer. É Jaime Lerner, o urbanista festejado pelas soluções inovadoras que adotou em Curitiba nas três vezes em que foi prefeito da cidade. Lerner passou os dois últimos anos vangloriando-se de atrair investimentos para o Paraná, como as fábricas das montadoras Renault Chrysler e Audi. Na semana passada, descobriu-se que, embora a economia do Estado vá bem, as finanças do governo estão em frangalhos. (IACOMINI, 1997, p. 116)

Além do problema de gestão, o estado foi atingido pelas altas taxas de juros e a Lei Kandir, que ao reduzir a arrecadação estadual para estimular as exportações fez com que o Paraná perdesse 19% de seus recursos oriundos do ICMS. Entretanto, o principal problema era a disputa política entre Lerner, Requião e o clã Dias (Álvaro e seu irmão, Osmar), que sacrificaram o povo paranaense. Além disso, Lerner deu reajustes aos cargos comissionados de seu governo de quase 200% e mais de 80% para professores, o que fez com que a cada quatro reais arrecadados em impostos, três fossem gastos com folha de pagamento, não sobrando o suficiente para o restante.

A justificativa encontrada para melhorar as contas foram as privatizações, mesmo que aparentemente Lerner não tenha se empenhado de forma efetiva nesta direção até os últimos momentos de sua gestão. Também conseguiu que um empréstimo realizado pelo Banco Mundial, BID e governo japonês fosse liberado, ainda que os técnicos da Secretaria do tesouro fossem contra, devido às contas do estado. Defendia o governo que:

A conjunção de fatores nacionais e internacionais colocou em nosso caminho as possibilidades concretas para dar um novo impulso à economia deste estado, para romper as amarras de uma sociedade economicamente dependente. Temos diante de nós

uma sociedade altamente competitiva. Tivéssemos nos alongado em exaustivas discussões e os empregos que efetivamente criamos teriam migrado para outras plagas. Todos sabemos a luta que se trava por um lugar ao sol nessa verdadeira guerra por melhores investimentos. Para além dos discursos dos detratores, temos uma dura realidade a enfrentar. (PARANÁ, 1995, s.p.)

E prosseguiam:

Os estados já beneficiários de uma alta densidade industrial tendem a carrear os novos investimentos. Reverter essas vantagens exigiu algum grau de concessão, e nos vimos forçados a fazê-lo, mas sempre mantendo o sentido maior de preservar ao máximo os interesses do estado e da população. Além disso, a competição fiscal é um fato inelutável. (...) Na verdade apenas postergamos o pagamento dos impostos que serão gerados. (PARANÁ, 1995, s.p.)

O bloqueio dos pedidos de empréstimo do governo do Estado do Paraná se resolveu no Senado essencialmente a partir de uma manobra política. Para essa liberação foi determinante a troca de partido, quando Lerner e seu grupo que estavam no PDT desde 1983 romperam com Leonel Brizola. Saíram o então governador, Cássio Taniguchi e Algaci Tulio, respectivamente prefeito e vice-prefeito de Curitiba, além de dezenove dos vinte e cinco secretários municipais e também oito dos dez vereadores em Curitiba. Deixaram o PDT e foram para o PFL, base do governo Fernando Henrique Cardoso e com uma bancada suficiente para conseguir a liberação. Tudo isso graças à adesão do Governador Jaime Lerner à aliança política em torno do projeto de reeleição do então presidente.

Os pareceres técnicos do Tesouro Nacional, atestando a situação crítica das contas públicas do Estado do Paraná, foram desautorizados pelo próprio Ministro da Fazenda, Pedro Malan. Mais: conseguiu-se ob-

ter a maioria necessária de votos para derrubar a exigência do envio dos protocolos firmados pelo governo do Estado e as montadoras à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), como pré-requisito para o desbloqueio dos pedidos.

Além dos embates políticos, como afirma Oliveira (2001, p. 89), a política industrial colocada sofria críticas do movimento ambientalista, por ter sido escolhida uma área para instalação da Renault dentro da Baía do Alto Iguaçu, então principal manancial de abastecimento da água para os habitantes da RMC. As vantagens locacionais, de transportes e comunicações, fizeram com que Lerner traísse a retórica de sua trajetória enquanto urbanista preocupado com as questões ambientais. Pode se deprender de tal autor também a não consulta aos municípios interessados e mesmo à sociedade civil quanto à instalação da empresa. Relata que (OLIVEIRA, 2001, p. 83):

foi de vinte semanas o tempo de negociação gasto pela equipe de Jaime Lerner, composta por Cássio Taniguchi. Secretário do Planejamento, Alex Beltrão, Secretário da Ciência e Tecnologia, Rafael Dely, Secretário da Habitação, Ramiro Wahrahtig, Secretário da Educação, Giovani Gionédis, Secretário do Governo, e o Presidente da Copel, Ingo Hübert, para acertar os termos pelos quais a Renault seria convenida a investir no Estado do Paraná.

Nesse momento, também ocorreu a pulverização do planejamento na escala municipal, que pode ser observada quando na terceira gestão de Lerner frente à prefeitura, ainda nos anos 1980. Com base no conceito de desenvolvimento sustentável, a política ambiental foi transferida do IPPUC para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA). Dava-se destaque à questão do lixo, reciclagem, programas de educação ambiental, participação comunitária, regeneração ambiental, saúde pública, saneamento, higiene e geração de renda para famílias carentes

(OLIVEIRA, 2001). O programa de reciclagem Lixo que não é Lixo e o Câmbio Verde foram programas reconhecidos internacionalmente, inclusive com prêmios das Nações Unidas, e em 1992, no *Urban Center* em Nova York (EUA) houve uma exposição sobre o planejamento urbano de Curitiba, incluindo uma linha piloto do Ligeirinho (GAZETA DO POVO, 1991b), o que garantiu, na sequência, um novo prêmio concedido à Curitiba, pelo Instituto Internacional para Conservação da Energia, dos Desafios na Eficiência Energética Global, por suas inovações na área de transporte público.

Para Montaner (2000, p. 127) todo o processo de Curitiba a se tornar uma “Capital Ecológica” se baseou no trabalho do IPPUC, que velou pela coerência e eficiência do urbanismo, detendo e superando a degradação do meio ambiente quando este se iniciava. Contudo, não foi tão simples e unicamente resultado dos esforços do IPPUC tal reconhecimento. A visão do autor é otimista sobre o trato em Curitiba das questões ambientais. Para ele

Curitiba ha sido modelica en la difusión de nuevos hábitos colectivos, nuevos valores y nuevas percepciones relacionadas con las cuestiones ambientales. Su apuesta por la imaginación y el reciclaje ha sido clave; por ejemplo, convirtiendo los viejos autobuses en aulas y oficinas ambulantes, lugares móviles para el aprendizaje y para la gestión democrática. (MONTANER, 2000, p. 129)

A SMMA de Curitiba passou a ter mais destaque à medida que a cidade consolidava sua imagem como Capital Ecológica. Contudo, ao mesmo tempo, a questão metropolitana se colocava como problema a ser resolvido.

Uma outra questão se apresenta na virada para o novo século. É o planejamento de equipamentos cujo uso ultrapassa os limites do município. Tenta-se junto aos municípios vizinhos de Curitiba, uma ação

conjunta, compartilhando responsabilidades. O objetivo é reduzir a pressão de demandas existentes sobre equipamentos sociais localizados próximos das áreas conurbadas. (IPPUC, 1996, p. 175)

Frente a esses prêmios, como aponta Oliveira (2001, p. 90) houve a ação paradoxal do Governo Jaime Lerner em “permitir e, aliás, até incentivar na qualidade de sócio do empreendimento a ocupação de uma área de preservação por um complexo industrial”, patrocinando a atração de investimentos em detrimento das demandas ambientais. De acordo com Ames e Keck (1997, p.13), “o governo de Lerner enfatizou a atração de investimentos para o Paraná e desprezou as demandas ambientais”.

Assim, as montadoras e suas fornecedoras transformaram o estado no segundo polo automotivo do país em um esforço para promover a desconcentração industrial, estimulando e apoiando a implantação de polos de desenvolvimento regional. Entretanto, ao permitir que as indústrias se instalassem em uma área em que originalmente havia grandes limitações legais ao uso de seu meio ambiente, o governo do Estado abriu um grave precedente, deslegitimando e esvaziando a atuação da legislação e dos órgãos oficiais de defesa ambiental, e a prática das audiências públicas para aprovação dos relatórios de impacto ambiental.

Frente à oposição do Fórum de Entidades Ambientalistas de Curitiba e do Partido Verde, o governo produziu um Estudo de Impacto Ambiental no qual não aparecia nem a Renault nem qualquer um de seus fornecedores, descrevendo assim um Distrito Industrial no qual todas as indústrias têm alto controle de qualidade e rígidos padrões de controle ambiental. Mesmo assim, o estudo apontava riscos para o abastecimento público, caso ocorresse a implantação do distrito. Isso sem considerar que já estava criado, por lei municipal da cidade de São José dos Pinhais, um distrito industrial destinado a abrigar um polo automotivo, que dificilmente se enquadraria naquele conceito. Escreve Ultramari (2005) que a

crescente importância da questão ambiental – também no discurso – há muito presente na realidade cotidiana. Os novos agentes são discutidos consoante a óptica de um Estado que se fragiliza em todos os níveis de atuação, das organizações não governamentais que começam a participar oficial e alternativamente da gestão urbana e das agências de financiamento que redirecionam seus recursos segundo prioridades muitas vezes discordantes do interesse local.” (ULTRAMARI, 2005, p. 15)

Seus críticos não tiveram apoio da opinião pública, tratados como "traidores" do povo paranaense que passava por uma "guerra fiscal" com outras unidades da federação. Simultaneamente, usando de decretos, o governo do Estado reduziu o conceito e a superfície dos mananciais, definido desde 1981, enquanto o IAP, adotou uma postura de inação. Foi um processo fechado, mantido em sigilo e tratado como assunto do interesse apenas do Governo e das montadoras.

Com esses embates acontecendo, o CGP deu continuidade ao gerenciamento do PROSAM por meio da UGP. As ações foram implantadas pelo governo do estado por meio da COMEC e SEMA (SUDERHSA e IAP), pela SANEPAR e pela Prefeitura Municipal de Curitiba, executores contratuais do PROSAM. A UGP deu assistência aos executores e diligenciou junto ao Banco Mundial a aprovação dos editais para contratação de obras, como da Barragem do rio Iraí e do canal paralelo do rio Iguaçu, fornecimento de bens e prestação de serviços e consultoria. Negociando com o Banco Mundial a continuidade do PROSAM, incluindo a prorrogação do contrato de empréstimo previsto para encerrar em 30 de setembro de 1997, para 31 de dezembro de 1997, negociando para estendê-la até 31 de dezembro de 1998.

Em 1997 foram criadas as Câmaras de Apoio Técnico (CAT), fóruns de discussão de caráter consultivo para a gestão do espaço da bacia hidrográfica, analisando os casos omissos na legislação, relativos ao

parcelamento, uso e ocupação do solo. Composta por representantes da COMEC, Instituto das Águas do Paraná; DER, EMATER, Polícia Ambiental, Ministério Público Estadual, Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré; Prefeitura Municipal de Araucária; Prefeitura Municipal de Campo Largo, Prefeitura Municipal de Curitiba, SANEPAR, IAP e representante indicado pelas entidades ambientalistas.

No PROSAM, o Centro de Coordenação de Programas do Governo (CCPG) prestou assessoramento e supervisão necessários à implantação do programa, notadamente na articulação junto à SEFA para viabilizar a programação financeira. Foram realizadas seis missões incluindo uma realizada em Washington, voltadas às questões dos impactos ambientais do projeto. O CCPG foi responsável pela negociação junto ao BIRD e à Secretaria de Estado de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento (SEAIN/MPO) que culminou com a concordância daquele agente no sentido da prorrogação da data de fechamento do programa de dezembro de 1998 para dezembro de 1999. Esse fato possibilitou a dilação dos cronogramas e o aproveitamento integral dos recursos disponíveis para o desenvolvimento das ações de contratação dos serviços do cadastramento de usuários de recursos hídricos da RMC, do plano Diretor de Drenagem, do Sistema de informações e monitoramento do uso do solo e do plano de despoluição hídrica da bacia do Alto Iguaçu.

Nesse ano o município de Curitiba criou por meio do Decreto Municipal nº 81/97, a Secretaria Municipal de Assuntos Metropolitanos (SEAM), de natureza extraordinária, visando coordenar as ações do Município com demais municípios da RMC e articular com as prefeituras e entidades metropolitanas a implantação de convênios de cooperação técnica para realização dos assuntos de interesse comum. Estava previsto o apoio técnico do IPPUC e outros órgãos de Curitiba, ampliando para os demais municípios programas que se mostraram eficazes na capital

(IPEA, 1999). A secretaria existiria por um ano, contudo, por meio de decretos, teve sua existência prorrogada até 2005 (Decreto Municipal nº 19/1998, Decreto Municipal nº 847/1998, Decreto Municipal nº 1055/2002 e Decreto Municipal nº 26/2005), quando deixou o *status* de extraordinária e foi elevada a categoria de secretaria permanente.

No decorrer do ano de 1998, a UGP coordenou os estudos para definição do modelo institucional do sistema de gestão da bacia do Alto Iguaçu, consubstanciado no anteprojeto de Lei que instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos e criou o sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos, enviado ao legislativo estadual por meio da Mensagem nº 20/98 de 6 de maio de 1998. Coordenou os estudos de engenharia de recursos hídricos destinados a dotar o governo de instrumentos necessários ao gerenciamento das águas no estado, colaborou com a COMEC na elaboração do anteprojeto de lei do sistema integrado de gestão e proteção aos mananciais da RMC, consolidando esforços do PROSAM, relativamente ao reordenamento territorial e ao reassentamento de famílias das áreas de proteção, destinadas ao abastecimento de água da região.

Também deu continuidade às obras de preservação dos recursos hídricos regionais, ocupação e uso conservacionista do solo para disseminação de práticas agrícolas não poluentes em áreas de mananciais, infraestrutura urbana e reordenamento territorial em área de mananciais. Pretendia-se o reassentamento de população, infraestrutura de saneamento básico e desapropriações de forma a solucionar e prevenir a poluição em mananciais. Foi projetado o parque do Alto Iguaçu com objetivo de executar o canal para controle de cheias e concluídos projetos de obras hidráulicas, e as desapropriações de áreas, sob responsabilidade da SUDERHSA.

Houve ainda a recuperação do lixão da Lamenha Pequena com objetivo de recuperar e tratar os efluentes líquidos do lixão. A área en-

contrava-se em fase de desapropriação, sendo a SUDERHSA responsável pela execução da obra. Ainda na área de resíduos sólidos urbanos, com objetivo de implantação de um sistema regional de transferência de resíduos sólidos urbanos para destinação final, houve a instalação do Aterro Sanitário Norte e estações de transbordo, e desenvolvimento de modelo de gestão e de capacitação técnica/ industrial, negociados com o BIRD cujas obras e serviços foram implantadas por concessão à iniciativa privada. No Projeto Geotecnia da RMC, houve o mapeamento em 1998 de 580 km² abrangendo os municípios de Curitiba, Colombo, Almirante Tamandaré, Campina Grande do Sul e Rio Branco do Sul.

Com a proximidade do fim do PROSAM e a Renault já instalada, foi promulgado o principal instrumento para gestão de uma FPIC na RMC. A Lei Estadual nº 12.248 sancionada pelo governador do estado em 30 de julho de 1998, detalhando a Lei nº 8.935/89, trata da preservação dos mananciais de todo o território paranaense. Regulamentada no âmbito estadual instituiu o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, compatibilizado com a Lei Federal nº 9.433/97 que criou o Sistema Nacional de Recursos Hídricos. A principal inovação da Lei foi a introdução do conceito de troca do potencial construtivo por áreas de interesse público de preservação, com vistas à manutenção de baixas densidades populacionais em áreas de mananciais.

Por meio dessa lei se criou o Conselho Gestor dos Mananciais (CGM), órgão colegiado com poderes consultivo, deliberativo e normativo com finalidade de elaborar políticas acerca da qualidade ambiental das áreas de proteção de mananciais da RMC. A Presidência e a Secretaria Executiva seriam exercidas pela COMEC, sendo que a representação da instituição seria efetuada por um Conselheiro. Seu objetivo principal seria integrar as ações dos vários órgãos e esferas do poder público estadual e municipal e as iniciativas de agentes privados, compatibilizando as ações de proteção ao meio ambiente e de preservação de mananciais de

abastecimento público com a política de uso e ocupação do solo e com o desenvolvimento sócio-econômico, sem prejuízo dos demais usos.

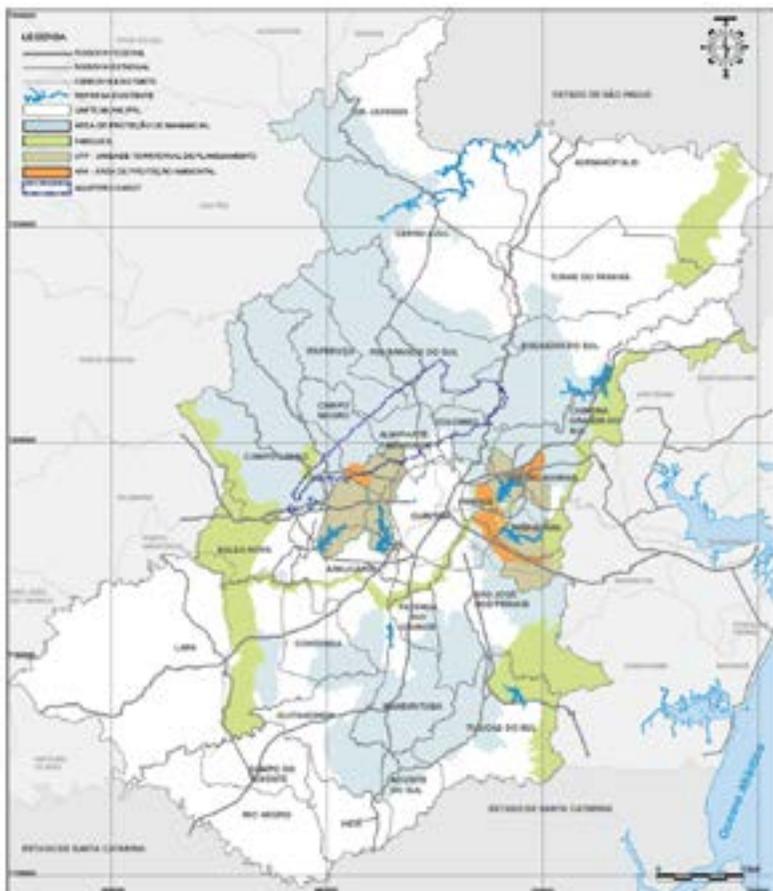
A política de uso e ocupação do solo nas áreas de interesse de proteção seria discutida e compartilhada entre os municípios, que possuem seu território, parcial ou integralmente, situados em áreas de mananciais. A composição do Conselho Gestor dos Mananciais foi definida por meio do Decreto Estadual nº 148/99, integrado por representantes de quatro municípios, situados em áreas de mananciais da RMC; por representantes do IAP, do Instituto das Águas do Paraná, da COMEC, da SANEPAR, das entidades não governamentais de defesa e proteção do meio ambiente, do setor da construção civil e mercado imobiliário e das Universidades e entidades de ensino e pesquisa.

Também estabeleceu tal lei o PPART (Plano de Proteção Ambiental e Reordenamento Territorial da RMC), um dos instrumentos de Gestão e Proteção dos Mananciais da RMC, com objetivo de equilibrar a disponibilidade hídrica e o total das demandas da região, mantendo e assegurando a qualidade da água para o abastecimento público. Pretendia redefinir as áreas de mananciais da RMC, os caracterizando como espaços propícios à proteção, conciliando uma ocupação e uma urbanização mais adequadas mediante a adoção de um macrozoneamento. A proposta de proteção dos mananciais se relacionava aos cenários de crescimento da RMC, às estratégias de infraestrutura urbana, à geração de emprego e renda, à preservação ambiental, ao desenvolvimento econômico e às articulações em torno dos dispositivos legais, institucionais e físico-territoriais. Para o aproveitamento dos recursos hídricos para abastecimento público e a manutenção de sua qualidade eram necessárias restrições e limitações ao uso e à ocupação do solo, as quais interferem nos cenários de desenvolvimento econômico e social local.

Foram estabelecidas ainda as Unidades Territoriais de Planejamento (UTP), áreas com objetivo de compatibilizar as ações de proteção

ao meio ambiente e preservação de mananciais, uso e ocupação do solo, com desenvolvimento socioeconômico, sem prejuízo dos demais usos múltiplos, em número de quatro: Guarituba, Pinhais, Itaqui e Quatro Barras. Também se estabeleceram as APAs do Iraí, Piraquara, Pequeno e Passaúna, ou seja, áreas para uso e ocupação do solo em bacias contribuintes dos reservatórios para abastecimento público com respeito às necessidades e preservação do meio biótico e manutenção da boa qualidade da água dos mesmos (figura 12).

Figura 12: Áreas de proteção de Mananciais da RMC



Fonte: COMEC, 2017

Na área de transportes, pelo PIT, durante o ano de 1998, foi elaborado relatório técnico contendo proposta de investimentos no setor de transportes públicos e sistema viário com o objetivo de subsidiar as negociações de empréstimo junto ao BNDES. Quanto à realização de obras, no âmbito do transporte público de passageiros e do sistema viário regional, foram executados o trevo do Atuba, com execução de

viaduto, abertura e pavimentação de vias e a compra de abrigos de ônibus. Foi elaborado também o Plano de Estruturação Viária, proposta em conjunto com o DER, IPPUC, e DNER para a implantação de uma classificação e tipologia do sistema viário regional, com vistas à adequação do zoneamento do uso do solo e das obras em seu entorno, bem como projetos viários regionais, participação junto ao DER e DNER na definição de diretrizes de projetos viários regionais ligação São José dos Pinhais/ Fazenda Rio Grande, Via Metropolitana e ligação Fazenda Rio Grande/ Araucária.

A COMEC desenvolveu também estudos de estruturação urbana nos municípios de Rio Branco do Sul, Piraquara, Pinhais e São José dos Pinhais, em conjunto com as equipes técnicas locais. Para Rio Branco do Sul, foram elaboradas Lei de Uso e Ocupação do Solo e Lei de Parcelamento do Solo Urbano do município. Os trabalhos nos demais municípios tiveram por objetivo a proposição de nova legislação urbanística que compatibilizasse a ocupação urbana com a preservação dos recursos hídricos regionais.

Foi feito levantamento de ocupações irregulares tendo em vista o aumento das ocorrências relativas as mesmas na RMC. A COMEC atualizou seu levantamento de áreas ocupadas, visando a ações de interesse regional na questão da habitação. Se georeferenciou informações socioeconômicas sobre ocupações irregulares e a distribuição espacial do setor industrial, em parceria com a SEIC, COPEL e Prefeituras. Também prosseguiu em parceria com a MINEROPAR o mapeamento geológico geotécnico das áreas em processo de urbanização da RMC.

Continuaram a implantação do desenvolvimento industrial na região, por meio da colaboração com a Secretaria de Estado da Indústria e Comércio no fomento à localização de áreas com potencial para instalação industrial no espaço regional, assessorando as prefeituras. Ainda com relação ao suporte econômico regional, a COMEC participou

na execução das obras de acesso ao Distrito industrial da Renault, com a abertura e pavimentação de vias. Quanto à área industrial da Audi-Volkswagen foram realizadas obras referentes à execução de viaduto e também de abertura e pavimentação de vias.

Com relação ao estado, em 1998, abandonou-se a ideia da METRONOR e foram instituídas as regiões metropolitanas de Londrina e a de Maringá. Neste ano, por meio do Projeto de Lei nº 539, oriundo da Mensagem Governamental nº 43/98, o executivo estadual propôs transformar a COMEC em COMEP (Coordenação das Regiões Metropolitanas do Estado do Paraná), mantendo-a como autarquia vinculada à SEPL, tendo em vista a criação das duas novas regiões metropolitanas. Entre as emendas apresentadas ao projeto, estava a possibilidade do novo órgão agir também sobre municípios não metropolitanos. Como emenda, o deputado Geraldo Cartário retomou seu projeto de 1996, de transformação do órgão em Secretaria de Estado da Região Metropolitana de Curitiba. Tal proposição permanece ativa, sem novos trâmites desde 1999, contudo, foram criadas a COMEM (Coordenação da Região Metropolitana de Maringá) e a COMEL (Coordenação da Região Metropolitana de Londrina), como órgão metropolitano dessas RMs.

Se a ideia do tripé tinha sido levada de Curitiba e utilizada pelo estado, a partir desse ano a figura do anel, presente na estratégia de integração do governo, passou a ser utilizado para a RMC. Ou seja, o processo de metropolização atingia um estágio em que se fazia possível diferenciar onde estavam as relações metropolitanas mais intensas, daquelas em que não era tão efetiva (figura 13). A partir dos estudos de Moura (1998) a região passou a ser considerada a partir de quatro espacialidades concêntricas que se distinguiam por sua densidade demográfica e economia:

1. A primeira espacialidade era o polo metropolitano, onde se concentrava quase 60% da população da região e 20% do valor adicionado fiscal (VAF) do estado;

2. Em seguida o Primeiro Anel, com os municípios limítrofes ao polo, que conformavam uma conurbação com o polo, onde de fato havia um único urbano. Representavam cerca de 35% da população da RMC e mais de 21% do VAF estadual;
3. O Segundo Anel seria composto por aqueles que não apresentavam continuidade na ocupação urbana com o polo, mas mantinham relações com este e os demais, com funções periféricas. Representavam quase 4% da população da RMC e 1,5% do VAF do estado; e
4. Por fim, o Terceiro Anel, com 4% da população da região e menos de 0,5% do VAF do estado. Apresentavam relações mais fracas com os demais municípios e base econômica no setor primário.

Figura 13: RMC – Anéis de Integração

atividades rurais e que mantêm relações ainda mais próximas com o aglomerado metropolitano, integrados aos limites regionais por força de legislações estaduais recentes (Adrianópolis, Agudos do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Lapa, Ouratins e Tijucas do Sul), formando o que se chamou de terceiro anel (mapa 1).

MAPA 1 - REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - RESORTES METROPOLITANOS - 2002



NOTA: (MADE)

* As tabelas foram organizadas de forma a destacar os recortes correspondentes ao aglomerado metropolitano, bem como a apresentar as informações também agregadas para esse aglomerado. As análises, no entanto, privilegiam os recortes dos "anéis" evitando a influência das informações do polo sobre os demais municípios do aglomerado.

elaboração: Instituto de Planejamento e Políticas Públicas (INPP) - UNICAMP, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

177

Fonte: NOJIMA; MOURA; SILVA, 2009

No âmbito do PROSAM, em 1999, foi realizado o projeto Ocupação e Uso Conservacionista do Solo Rural, para disseminação de práticas agrícolas não poluentes em áreas de mananciais, bem como reassentamento da população irregular de fundos de vale e sujeitos à inundação, além de prover infraestrutura de saneamento básico e desapropriações. Prosseguiu-se com a recuperação da área degradada do lixão da Lamenha Pequena, bem como a compra de um caminhão especial para combate a

acidentes rodoviários com cargas perigosas. As obras do canal extravasor do Iguacu prosseguiram, bem como as desapropriações para conclusão do projeto. O Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais da RMC (Lei Estadual nº 12.248/98), prosseguia com os Planos de Uso e Ocupação do Solo, elaborando planos das UTPS e acompanhamento do zoneamento ecológico-econômico das APAs do Iraí, Piraquara e Pequeno.

Para transportes e obras viárias, a COMEC realizou estudo de conservação visual e mobiliário para terminais metropolitanos, fez a continuação da Via Sul até a Estrada de Campo Largo da Roseira, a pavimentação da Avenida Oeste (Estrada de Campo Largo/ PR 25) e da Avenida Leste e Norte. Em São José dos Pinhais foi elaborado o Plano de Uso do Solo, em conjunto com a equipe técnica municipal e a Secretaria Especial de Assuntos Metropolitanos de Curitiba. Em Pinhais acompanhou e participou da discussão das propostas do plano diretor, assim como em Rio Branco do Sul, Itaperuçu e Tijucas do Sul assessorou a proposta de zoneamento municipal.

Na área de habitação acompanhou e organizou as informações para o Programa de Arrendamento Residencial –PAR, em parceria com a CEF e prefeituras municipais. Elaborou ainda a proposta preliminar para a Área de Interesse Social do Guarituba, visando a regularização fundiária das ocupações irregulares em Piraquara de acordo com o zoneamento estabelecido na UTP. Também se preocupou com a urbanização e regularização fundiária da ocupação Zumbi dos Palmares, em Colombo, de acordo com o Plano de Habitação e do Jardim Alegria, em São José dos Pinhais, de acordo com o zoneamento da UTP do Itaquí.

No ano de 2001, com a promulgação do Estatuto da Cidade e atentos às outras formas de articulação metropolitana, onze municípios da região e a COMEC criaram o Consórcio Intermunicipal para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (CONRESOL), ampliado para 16 no mes-

mo ano e atualmente com 21 integrantes (2018). O consórcio tornou-se mais ativo a partir do momento que o aterro sanitário Sul (Caximba) teve seu uso encerrado em 2010, pelo IAP.

Em 2002, foi estruturado o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Paraná, parte da consolidação dos instrumentos de gestão da RMC, sendo instalados o Comitê de Gestão e da unidade executiva nas Bacias do Alto Iguaçu e Alto Ribeira, com modernização institucional da SUDERHSA e concluídos estudos de regionalização de vazões e operacionalização do Sistema de Alerta Contra Cheias.

A mensagem do governo estampava: “o desenvolvimento urbano passa pela regionalização”, destacando as ações em saneamento básico, que colocaram o estado na vanguarda do setor no país. O PROSAM caminhava para seu fim (em 31/12/2002), que somado ao PARANASAN resultaram em 1,4 bilhões de dólares investidos na construção de barragens, coleta e tratamento de esgoto, infraestrutura urbana e reordenamento territorial, reservatório, quatro áreas de reassentamento para 1432 famílias, 328 quilômetros de rede de esgoto, 160 quilômetros de redes de água, duas estações de tratamento de esgoto, três quilômetros de coletores e 775 ligações, além de seis parques ambientais, reversão de dois canais de rios, três pontes ferroviárias e quinze rodoviárias, implantação do Parque Ambiental do Passaúna, o canal extravasor do rio Iguaçu, 58 quilômetros de galerias tubulares e 4,5 km de galerias celulares, além de cinco quilômetros de rede e 2142 ligações de esgotamento sanitário (PARANÁ, 2002), nos sessenta primeiros quilômetros dos 1320 de extensão do rio Iguaçu, beneficiando dezesseis municípios.

Com todas essas ações realizadas ou em andamento, teve início a revisão do PDI de 1978, a fim de trazer propostas para a estruturação do espaço (organização físico-territorial) e institucional, com novas diretrizes para o crescimento da RMC em vinte anos.

Em 1997 Curitiba iniciara as discussões para a revisão de seu plano diretor, com o seminário *Plano Diretor de Curitiba: uma abordagem metropolitana* que teria sequência em 2001, com a promulgação do Estatuto da Cidade e seria publicado em 2004. Em 2002, se encerrou o segundo mandato de Lerner à frente do governo estadual. O grupo político liderado por ele perdia expressão, com ascensão de novos líderes, sobretudo o filho do ex-governador, José Richa, Carlos Alberto Richa. Em setembro de 2003, Lerner se filiou ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) fluminense para disputar a prefeitura do Rio de Janeiro, se afastando da política local, caminho tomado por muitos de seus aliados do IPPUC, enquanto outros vieram a falecer. As novas gerações do instituto não foram capazes de manter a importância e mesmo a qualidade e assertividade que esta primeira geração tivera, tendo a partir de então um papel mais discreto, ainda que as complexidades aumentassem, uma vez que não era mais possível se pensar apenas na capital. A dimensão socioespacial metropolitana de Curitiba tornava-se, de fato, inegável.

CAPÍTULO 06

NÃO HÁ MAIS COMO NEGAR A DIMENSÃO METROPOLITANA (2003- 2015)

A recuperação da questão metropolitana fica evidente nesse período. Em nenhuma das fases anteriores houve tantas pesquisas e documentos produzidos sobre a RMC, amplificados pelos megaeventos (Copa do Mundo de Futebol de 2014), grandes projetos de infraestrutura e habitação (sobretudo federais como o PAC e o PMCMV) e pela aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade, que ampliaram a visibilidade da questão metropolitana e alavancaram uma série de estudos, propostas e projetos.

Dita recuperação, ocorreu a partir das alterações que elevaram a região metropolitana de Curitiba ao posto de segundo maior polo automotivo do Brasil, além da metropolização da sua população, multiplicada cinco vezes desde os anos 1970. As questões metropolitanas assumiram então um papel preponderante na pauta das discussões, levando sua gestão a ser identificada como um processo coletivo a fim de obter algum sucesso (COMEC, 1999).

Como demonstrado em documento do IPARDES (2005, p. 9) diferentemente do que se supunha e divergindo de outras regiões metropolitanas, a desaceleração no crescimento das metrópoles durante os anos 1980 não foi confirmado nos anos 1990, quando a RMC teve uma taxa superior a 3% a.a. entre 1991/2000, maior que a da década anterior de 2,91% a.a., persistindo como uma das regiões metropolitanas com maior incremento populacional no Brasil.

Além do foco no ambiental, no social e no econômico, nos anos 2000 se trouxe novamente para o centro da discussão a gestão territorial,

quando o processo de metropolização da RMC se consolidou (ULTRAMARI; MOURA, 1994). O resgate mesmo por organismos internacionais, como a OCDE (2001a; 2001b) e a ascensão de governos trabalhistas/ desenvolvimentistas no Brasil a partir de 2003, resultaram no reavivamento da questão metropolitana.

Foram publicados então novos instrumentos, como a revisão do PDI (2002/2006), a incorporação de temáticas metropolitanas à revisão do Plano Diretor de Curitiba (1997/2004) - que o adequou ao Estatuto da Cidade, de 2001 -, e a consolidação da ASSOMEC. Além destes marcos, houve a incorporação da temática metropolitana em diversas leis estaduais e municipais, até mesmo uma pretensa Lei Estadual sobre delimitação e gestão das regiões metropolitanas foi sancionada nesse período⁴⁰.

Contudo, ao descrever a questão metropolitana do planejamento, documentos do IPPUC se utilizam de linguagem genérica e superficial, que por fim não contribuem para a apreensão das mesmas. As cooperações nessa fase, pelo menos até 2010, se estabeleceram muito mais no âmbito político municipal, com a consolidação, por exemplo, por meio da Lei Municipal nº 11.407 da Secretaria Municipal de Assuntos Metropolitanos (SMAM, atualmente subordinada à Secretaria Municipal de Urbanismo), em 2005, e com a ASSOMEC, fortalecida a partir de 2001 (fora criada em 1982) e não com a COMEC. Em documento do Instituto se lê que

No início do novo século, o processo de planejamento de Curitiba aprofunda também a questão metropolitana. Mais do que estender serviços eficazes nas cidades vizinhas (sic), promove-se inovações para

⁴⁰ Trata-se da Lei Complementar Estadual nº 111/2005, que “Dispõe sobre o funcionamento das Regiões Metropolitanas do Estado do Paraná”. Na prática, tal lei não teve relevância.

integrar o desenvolvimento entre os municípios e comunidades da metrópole. Com esse propósito, a prefeitura da Capital apoia ações na ASSOMECC, visando melhorar as práticas de planejamento e gestão. Na dimensão regional, a cidade continua sempre a ser construída a partir da ação contínua de cada um dos seus cidadãos. As planejadas intervenções públicas continuam indo ao encontro e a dar significado aos espaços sobre os quais a população antes já vem se apropriando. As rotinas e regras são incorporados ao cotidiano das pessoas, condição fundamental para se harmonizar a cidade com seu tempo e seu povo. (IP-PUC, 1996, p. 172 e 173)

No ciclo de debates realizado pela Câmara Federal em 2003, o então secretário extraordinário para assuntos metropolitanos de Curitiba, José Antônio Zem, declarou que o papel da Associação, criada por iniciativa privada, era “muito importante para o planejamento das ações [metropolitanas]” (CÂMARA, 2004, p. 126).

Após a saída de Lerner do poder estadual houve novamente a desvalorização do órgão de planejamento metropolitano. No governo dele foi iniciado a revisão do PDI, com o auxílio de profissionais provenientes do IPPUC, da COHAPAR e de outros órgãos do Estado e dos municípios, realizando atividades de planejamento. Com as mudanças no grupo a frente do governo, novamente o órgão foi enfraquecido, perdendo os trabalhos realizados de atualização do PDI. No início dessa fase, retornou ao governo do estado Roberto Requião, que, reeleito em 2006, permaneceu até 2010. A partir desse momento, houve uma dissociação entre os grupos políticos à frente do executivo da capital e do estado, o que resultou em uma série de conflitos políticos, inclusive com a desintegração do transporte coletivo no fim do período.

Na nova gestão Requião, para encontrar soluções para os problemas da região, foi criado o cargo de Secretário Especial para Assuntos da

Região Metropolitana de Curitiba, pelo Decreto Estadual nº 22⁴¹, de 1º de janeiro de 2003, com atribuição de assessoramento ao Governador do Estado em funções de planejamento, de execução de funções públicas de interesse comum e articulação com os demais níveis de governo, visando à minimização dos desequilíbrios regionais. A COMEC deixou a SEDU e passou a ser vinculada diretamente ao Secretário Especial, provendo o suporte técnico-administrativo.

Quanto à população, o incremento que entre 1970 e 1980 foi de 67% em Curitiba e 30,6% nos municípios do Primeiro Anel, com taxas de crescimento geométrico anual de 5,21% e 8,06%, respectivamente, entre 1991 e 2000 se inverteu, passando a 54,9% nos municípios do Primeiro Anel e 40,8% em Curitiba, ou 5,44% a.a. nos primeiros e 2,13% em Curitiba. O Segundo Anel chamava atenção pelo fato de ter um incremento de 3,1% e taxas de 2,6% a.a. e o Terceiro 1% de aumento e menos de 1% a.a. (IPARDES, 2005, p. 10).

Houve a permanência da integração do transporte coletivo, incluindo todos os municípios dos então definidos primeiro e segundo anel, mantendo o convênio firmado entre a COMEC e a URBS. Teve início uma nova fase do PIT, para atender às demandas de deslocamentos de passageiros do sistema metropolitano de transportes coletivos, por via de financiamento do BNDES, governo do estado, municípios e iniciativa privada. Seu principal objetivo era um novo eixo de transporte fazendo a ligação intercidades, desafogando o sistema radial, em que todas as linhas passavam por Curitiba, permitindo um maior desenvolvimento aos municípios vizinhos, criando novas relações urbanas e eco-

⁴¹ Albuquerque Filho (2008, p. 182) esclarece que a “Secretaria Especial de Assuntos da Região Metropolitana de Curitiba, não existiu sua personalidade jurídica, o que existiu, foi a figura do Sr. Edson Luiz Strapasson, para exercer, em comissão o cargo de Secretário Especial para Assuntos da Região Metropolitana de Curitiba, nomeado através do Decreto n.º 22/2003. A Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba-COMEC, passou a vincular-se diretamente ao Secretário Especial.”

nômicas entre eles. Outro objetivo do programa era a melhoria do transporte coletivo com a implantação e melhoramentos de vias, juntamente com a construção, reforma e ampliação de terminais e investimentos na frota de ônibus.

Na área de proteção e recuperação ambiental, foram feitas atualizações e complementações dos mapas e do volume relativo às informações fundiárias e desapropriações realizadas em anos anteriores, para subsidiar o Departamento Jurídico, o Departamento de Controle e Ordenamento Territorial e outros. Foi também elaborado um trabalho técnico interinstitucional estabelecendo as áreas de interesse do manancial subterrâneo (Karst), visando à proteção para fins de abastecimento público da região norte da RMC.

Com a missão de estabelecer as diretrizes de desenvolvimento integrado e a definição das áreas de proteção aos mananciais (PPART), a COMEC prosseguiu no desenvolvimento do PDI, ao mesmo tempo que implantava-se a nova *Política de Desenvolvimento Urbano e Regional* (PDUR), a partir do qual se discutiria e organizaria o Termo de Referência Geral para a elaboração dos Planos Regionais, procedimentos operacionais e a Base Conceitual Estratégica dos PDI, associados à estruturação integrada da RMC e demais regiões do estado.

A COMEC participou nesse ano como colaboradora na equipe multiinstitucional para a integração das áreas do antigo Parque Castelo Branco (EMATER), a Estação do Canguiri (Instituto Agronômico do Paraná - IAPAR), a Fazenda do Canguiri (UFPR) e o Parque das Nascentes, criando o Parque Newton Freire Maia, às margens da Represa do Iraí – manancial de abastecimento da região, na APA do Rio Iraí-, se adequando às restrições ambientais previstas na legislação.

Desenvolveu também, em conjunto com a Prefeitura Municipal de Colombo, o Projeto de Revitalização do Parque Municipal da Uva,

com locais adequados para festas tradicionais, lazer, esporte e recreação. Localizado às margens do Rio Tumiri, visava proteger sua nascente, o rio e seu entorno, além dos remanescentes de vegetação existentes. Também em Colombo, a COMEC propôs a compatibilização do Parque Palmital, um parque linear localizado na faixa de preservação do rio de mesmo nome. A proposta foi complementada com informações do Plano Diretor de Drenagem para a Bacia do Rio Iguaçu na Região Metropolitana para o Distrito de Drenagem Palmital-Colombo, incorporando à proposta informações relativas à macrodrenagem na área da bacia do Rio Palmital. Em Campina Grande do Sul, foi elaborado o estudo preliminar para o Parque Municipal do Rio Timbu, parque linear, incluindo recomposição de mata ciliar, equipamentos de lazer e esportivos e de recreação pública.

Continuou participando nas CAT do Passaúna e do Iraí e do CGM. Foi responsável pela coordenação técnica da elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico da Área de Proteção Ambiental do Rio Verde, desenvolvido pela empresa de consultoria Consiliu Projetos e Consultoria Ltda. Coordenou também as audiências públicas, visando a participação popular e institucional.

Com relação à disposição final dos resíduos sólidos dos municípios da região, passou a estudar áreas aptas para instalação de aterros sanitários em alguns municípios, efetuando análise e elaboração de parecer técnico sobre pré-seleção de áreas para estudo específico. Outra atividade da COMEC foi a orientação aos municípios da RMC na elaboração de seus planos de uso e ocupação do solo. Tendo em vista a aprovação do Estatuto da Cidade, que tornou obrigatória a elaboração de planos diretores, produziu o *Manual de Critérios para Elaboração de Planos Diretores Municipais na RMC*. Prestou assessoria e acompanhamento relativos aos processos de parcelamento do solo, regularização de loteamentos e legislação de uso e ocupação do solo, planos diretores locais, sistemas viários,

habitação e outros temas correlatos aos municípios de Almirante Tamandaré, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais. Visava consolidar um processo de gestão metropolitana por meio da articulação entre os diversos agentes que interagem no seu território e pelo estabelecimento de consensos para a construção de diretrizes regionais de caráter supramunicipal e intersetorial.

Após a experiência realizada no PEMA nos anos 1980, em cooperação com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a COMEC fez parte do *Programa Nacional do Meio Ambiente II* (PNMA II), para o desenvolvimento do licenciamento ambiental descentralizado e interativo da sub-bacia do Alto Iguaçu, beneficiando todos os municípios da RMC. Foi implantado o *Multirão Metropolitano*, com o objetivo de viabilizar ordenadamente as ações, os projetos e as atividades das Secretarias Estaduais e suas vinculadas, das prefeituras, como também a criação dos Fóruns de Desenvolvimento Local para promover o desenvolvimento sustentável.

Em convênio com a SUDERHSA e a PETROBRAS foi elaborado o projeto *Bacia Azul*, com contratação da elaboração do projeto executivo e acompanhamento da desapropriação das áreas necessárias de recuperação ambiental da várzea impactada com retorno da água de qualidade ao rio, por meio de sua reconfiguração pela sistematização do banhado do Rio Barigui.

Foi realizado também convênio com o DNPM para execução do *Plano Diretor de Mineração da RMC*, que delimitou áreas com maior potencialidade para matérias-primas minerais, visando produzir indicações para o ordenamento territorial e compatibilizar a mineração com outras formas de uso e ocupação do solo. Elaborou-se, por meio de compilação em meio digital, dos mapas geológicos e das bases planialtimétricas, elaboração de cartas de potencialidades e restrições à atividade mineral e um banco de dados referentes à geologia, zoneamento urbano, água subterrânea, direitos minerários, bacias hidrográficas, mananciais de superfície, cavernas, atividade mineral e unidades de conservação. Estimulou

ainda o uso do Sistema de Informações Geográficas (SIG) para apoiar a tomada de decisões quanto a análises sobre o uso do solo, o planejamento, o monitoramento na RMC, nas áreas de mananciais e a elaboração de projetos de urbanismo, preparando as informações e os recursos técnicos para permitir a consulta em tempo real pelo corpo técnico da instituição, disseminando-as e compartilhando-as com outros órgãos nos níveis municipal, estadual e federal.

Nesta fase, cerca de 136 mil famílias moravam em favelas e ocupações irregulares na RMC, mais de 500 mil pessoas. Foram feitos então dois grandes projetos de regularização fundiária em duas das maiores áreas de habitação subnormal da região. O primeiro, o projeto *Direito de Morar*, programa de urbanização e regularização de áreas de ocupações irregulares, ou em precárias condições sociais e ambientais. As primeiras a receberem intervenção foram a Vila Zumbi dos Palmares, no município de Colombo, e outra a Vila Parolin, em Curitiba, com mais de 3.500 famílias, beneficiando cerca de 12 mil pessoas. O segundo projeto visava o estímulo e promoção da negociação direta entre ocupantes e proprietários em andamento em dez ocupações irregulares consolidadas, beneficiando mais de sete mil famílias.

O saneamento prosseguia como área prioritária com encerramento do PROSAM, sendo substituído pelo PARANASAN. Nesse âmbito, estavam em execução a implantação da barragem do Piraquara II, além da construção de doze centros para o sistema integrado de água, aumentando a reserva de água potável e implantadas redes de distribuição de água e adutoras, além da implantação de sistema de supervisão e controle operacional. As obras de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário foram concluídas, com a construção de três novas estações de tratamento de esgoto e a implantação de novas redes de esgoto.

No ano seguinte, as ações desenvolvidas pela COMEC incluíram a permanência da integração do transporte coletivo, ainda que se ob-

serve a diminuição do número de usuários em relação ao ano anterior (165 mil passageiros metropolitanos/dia). Foi mantida a tarifa única para deslocamentos dentro da rede (11 terminais metropolitanos e 124 linhas em funcionamento) e feito estudo para diagnosticar a situação das linhas e respectivos terminais do sistema de transporte metropolitano de passageiros, para a elaboração do *Plano de Transporte Coletivo de Passageiros*. Houve implantação e manutenção de programa para auxiliar na otimização e eficácia da elaboração do cálculo tarifário e a manutenção do acompanhamento do gerenciamento e fiscalização da URBS referente ao transporte coletivo metropolitano.

No âmbito do PIT, foram executados os projetos finais de engenharia das vias para os corredores de ônibus a serem implantados e os projetos de arquitetura e de engenharia dos terminais urbanos e iniciado o processo de licitação das obras de vias e terminais.

Na área de proteção e recuperação ambiental foi realizado projeto-piloto de saneamento ambiental, elaborando metodologia de intervenção em áreas sem infraestrutura, por meio de condomínios de moradores que participariam desde a elaboração dos desenhos iniciais, passando pelas obras, até a gestão da operação. A proposta foi realizada considerando aspectos relativos ao saneamento ambiental e discutida com as instituições pertinentes, a fim de formar uma Unidade Executora do Projeto, coordenada pela COMEC. A área escolhida para iniciar o projeto foi a Vila Jardim União, em Curitiba, então com aproximadamente 760 lotes ocupados e em processo de regularização fundiária.

Para gestão de resíduos sólidos houve a elaboração de projeto para atender às áreas urbanas Norte e Leste da região, incluindo os municípios de Rio Branco do Sul, Itaperuçu, Almirante Tamandaré, Colombo, Quatro Barras, Piraquara, Campina Grande do Sul e Bocaiúva do Sul, composto de três subprojetos: Usina de Triagem, Estação de Transbordo e Destinação Final. O terreno para implantação da Usina de Triagem foi

cedido pela Prefeitura Municipal de Colombo, situado na Zona Industrial Belo Rincão.

Os resíduos recicláveis provenientes dos municípios responsáveis pela coleta seletiva seriam administrados pela Associação dos Carriheiros, com acompanhamento da UFPR, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR), Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET, atual Universidade Tecnológica Federal do Paraná) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), ficando a fiscalização sob responsabilidade da COMEC e Prefeitura Municipal de Colombo. Para a destinação final do lixo foi desenvolvido um projeto visando à eliminação dos inconvenientes dos aterros sanitários tradicionais, transformando a biomassa em energia, projeto este desenvolvido com o auxílio do TECPAR, Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento (LACTEC) e COPEL.

No Guarituba (Piraquara), o *Plano de Desenvolvimento Social Urbano e Ambiental* visava urbanização e recuperação de áreas. A proposta organizava parcerias para intervenções físicas e ambientais, a partir das quais estabeleceria um protocolo de intenções entre os diversos agentes e um cronograma de ações, com o objetivo de assegurar as condições ambientais adequadas à preservação dos mananciais, por meio do ordenamento territorial em áreas com pressão por ocupação.

No âmbito do Conselho Gestor dos Mananciais, as principais deliberações foram a aprovação da inclusão da quinta UTP, de Campo Magro, no perímetro da APA do Rio Verde e a aprovação do Relatório Final do Zoneamento Ecológico da mesma APA. Também foi realizado convênio com a COPEL para a utilização das informações referentes a consumidores residenciais, industriais, comerciais e rurais, uso e ocupação do solo coordenação e aprovação do Zoneamento Ecológico-Econômico desta APA. Além disso, foi apresentado ao Conselho, pela COMEC, o *Plano de Desenvolvimento Social, Urbano e Ambiental do Guarituba*. A pro-

posta do plano e o resultado da audiência pública foram apresentados e aprovados.

Ainda no CGM, foi elaborada minuta de Decreto Estadual a fim de instituir os Conselhos Gestores das APAs da RMC, visando à implantação do sistema de gestão das mesmas. A proposta foi discutida e aprovada pelas diversas instituições estaduais e municipais envolvidas com o assunto e foi enviada ao IAP.

Exercendo a presidência da CAT Passaúna e do Iraí, foram analisados processos relativos ao licenciamento ambiental de atividades industriais, de empreendimentos imobiliários como loteamentos e/ou condomínios e de substituição de vegetação exótica por mata nativa, em área de preservação permanente. Paralelamente, buscou-se a adequação da CAT ao estabelecido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Neste ano, foi concluído o Projeto de Revitalização do Parque Municipal da Uva, localizado no município de Colombo, sendo a implantação da primeira etapa de equipamentos objeto de licitação por parte da prefeitura do município. Concluiu-se a primeira etapa do projeto de Recuperação das Margens do Rio Palmital e implantação do parque, também em Colombo, entre a BR-476 (Estrada da Ribeira) e início do Jardim Planalto.

A COMEC deu seguimento à revisão do PDI priorizando a definição de diretrizes físico-territoriais, selecionadas como os aspectos que se revelaram mais críticos e fundamentais para o poder público enquanto gestor das funções públicas de interesse comum. Também determinou a Área de Interesse de Mananciais de Abastecimento da RMC, cuja proposta foi discutida entre as instituições estaduais pertinentes. Foi feita atualização, revisão e incorporação de dados a serem utilizados na proposta, destacando-se a adequação dos mapas de hipsometria, decli-

vidades, zoneamentos municipais e limites de unidades de conservação, bem como a geração de banco de dados dos loteamentos aprovados nos municípios do NUC.

Também orientou os municípios da RMC na elaboração de seus planos de uso e ocupação do solo, visando o ordenamento territorial dos mesmos e seu desenvolvimento integrado e articulado com as diretrizes metropolitanas. Foi aprovado o Plano Diretor de Colombo, e estavam em discussão os planos de Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Fazenda Rio Grande, Piraquara e Rio Branco do Sul.

Foi criado então o Grupo Interinstitucional de Trabalho (GIT), constituído por representantes da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; do IAP; da SUDERHSA; da COMEC e da MINEROPAR, tendo entre suas atribuições uniformizar o trâmite processual e integrar os órgãos no que se refere a empreendimentos da RMC, bem como analisar processos de parcelamento, condominiais e industriais. A MINEROPAR concluiu ainda o relatório do projeto e apresentou os seus resultados ao DNPM e aos demais órgãos do Governo do Estado, aos mineradores e à comunidade a respeito *do Plano Diretor de Mineração da Região Metropolitana de Curitiba*.

A Coordenadoria de Desenvolvimento Industrial e Comercial deu suporte institucional para a consolidação do Arranjos Produtivos Locais (APLs) da Região Metropolitana (cal e calcário). O projeto, elaborado em conjunto com o Governo do Estado (SEPL, IPARDES, Secretaria de Indústria e Comércio - SEIM, MINEROPAR, Secretaria de Ciência, tecnologia e Ensino Superior (SETI), TECPAR, Universidades, Agência de Fomento do Paraná - AFPR), BRDE, FIEP e SEBRAE, pretendia desenvolver aglomerações produtivas regionais com formas de governança e projetos comuns. Elaborou-se um banco de dados com informações socioeconômicas de todos os municípios envolvidos, objetivando orientar e avaliar as políticas de desenvolvimento dos APLs.

Foi elaborado também o *Plano de Turismo Rural* da RMC e o IPARDES participou na formatação do *Plano de Desenvolvimento Integrado* e do Programa Mutirão Metropolitano junto à COMEC, publicando a *Estimativa do Déficit Habitacional para os municípios paranaenses e regiões metropolitanas, Avaliação da Projeção Populacional realizada para o PDI, além da publicação do artigo A Realidade das Áreas Metropolitanas e seus Desafios na Federação Brasileira - diagnóstico socioeconômico e das estruturas de gestão no Seminário Internacional Desafios da Gestão das Regiões Metropolitanas em Países Federados e o texto Governança Urbana - Estudo sobre Conselhos Municipais da Região Metropolitana de Curitiba*.

Em 2005 a integração do transporte coletivo na RMC beneficiou cerca de 218 mil passageiros metropolitanos por dia, incluindo todos os municípios dos então denominados primeiro e segundo anéis, com onze terminais metropolitanos e 129 linhas integradas, prosseguindo o convênio firmado entre a COMEC e a URBS. Houve planejamento, em conjunto com o órgão municipal, do sistema não integrado, com mais de 152 mil passageiros por dia em 60 linhas, que percorriam 170 mil km/dia.

Teve início a terceira fase do PIT, tendo como obras em andamento terminais em Colombo, Araucária, Fazenda Rio Grande, Almirante Tamandaré e de ponto de ônibus de Contenda. Estavam em elaboração os estudos preliminares para os terminais urbanos de Campo Largo, Urbano Central de São José dos Pinhais, Miniterminal Angelina Caron (em Campina Grande do Sul) e reformado o Terminal Urbano (em Rio Branco do Sul). A COMEC também acompanhou as atividades de gerenciamento, operação, fiscalização e estudos de alterações e adaptações nas linhas metropolitanas de ações para a RIT, visando à melhoria no atendimento do sistema, entre outras em conjunto com a URBS.

Foi implantado o Sistema Regional de Resíduos Sólidos Urbanos (SRSU) da RMC, contemplando duas Usinas de Triagem (Norte e Sul), duas Estações de Transbordo (norte e sul) e dois Aterros Sanitários

(Norte e Sul), visando melhor logística de transporte do resíduo domiciliar. A Usina de Triagem Norte, situada no município de Colombo, recebeu licença prévia e de instalação e foram concluídos os projetos complementares de engenharia.

Nesse ano foram realizadas quatro reuniões do Conselho Gestor dos Mananciais da RMC, discutindo o Plano Diretor de Campina Grande do Sul e aprovando a legislação de uso e ocupação do solo da sede do município; também se debateu sobre a bacia do Rio Pequeno, em São José dos Pinhais e se aprovou o Plano Diretor de Campo Magro.

Elaborou-se o estudo preliminar para o Parque Graciosa no município de Pinhais (UTP – Pinhais), visando à preservação das áreas ao longo do Rio do Meio, à qualidade da água da Represa do Iraí, bem como o estudo para o Parque Pedreira do Atuba, no município de Colombo, objetivando a preservação das áreas ao longo do Rio Atuba, a recomposição da mata ciliar e o aproveitamento das possibilidades paisagísticas da pedreira desativada do DER.

Para subsidiar o PDI, o órgão metropolitano coordenou a elaboração, concepção e execução da metodologia para a montagem de cenários alternativos para a ocupação territorial futura, a demanda por áreas disponíveis, elaborando proposta físico-territorial para o ordenamento. Estruturada a redação do documento para discussão com os municípios da região, foi realizado *workshop* com instituições do Estado sobre o capítulo de contextualização e reuniões de discussão para a elaboração da proposta e compatibilização com demais planos em andamento. Também foi feito mapa contendo informações gerais de áreas de parques em estudo pela COMEC ou já implantadas (estaduais ou municipais).

O órgão metropolitano encaminhou documento técnico relativo à adequação da proposta do Zoneamento Ecológico-Econômico da APA do Rio Verde, em fase de tramitação para fins de homologação e orien-

tou os municípios da RMC, na elaboração de seus planos de uso e ocupação do solo, visando ao ordenamento territorial dos mesmos e ao seu desenvolvimento integrado e articulado com as diretrizes metropolitanas. Analisou o plano da sede do município de Campina Grande do Sul, verificando se estava ajustado a lei; acompanhou as discussões do município de Campo Largo, revendo a Lei de seu Plano Diretor; orientou ao município de Campo Magro, que aprovou a Lei de seu Plano Diretor junto ao CGM; acompanhou o município de Fazenda Rio Grande na elaboração de seu Plano Diretor; e orientou aos municípios de Piraquara e Quatro Barras, que iniciavam seu Plano Diretor. A COMEC participou de diversas reuniões técnicas e audiências públicas, cuja manifestação institucional ocorreu por pareceres técnicos.

Para o *Plano de Desenvolvimento Social Urbano e Ambiental – Guarituba*, foram elaborados o plano de macrodrenagem da área, a reformulação das diretrizes viárias, a definição das áreas para reassentamento da população e para implantação de usos comunitários, o cadastro técnico socioeconômico e o estudo das áreas de preservação e lazer.

Em 2004, foi assinado um convênio entre o Governo do Estado, o INCRA e a SEMA para a execução de georreferenciamento, cadastro e regularização fundiária para sete mil propriedades, cujos proprietários eram detentores de terras devolutas. Em 2005 foram contemplados mil lotes localizados nos municípios de Itaperuçu e Rio Branco do Sul.

Foi publicado nesse ano o *Plano de Turismo Rural*, tendo, na primeira fase, os municípios da Lapa, de Balsa Nova, de Campo Largo, de Colombo e de Tunas do Paraná. O Turismo Rural na Agricultura Familiar do Vale do Ribeira implantou atividades turísticas pelos agricultores, integrando-os aos APLs.

Foi firmado convênio com o IPARDES e a Fundação da Universidade Federal do Paraná (FUNPAR), que iniciaram as pesquisas de

dados para a elaboração dos *Planos de Desenvolvimento Regional* (PDRs). Estavam em desenvolvimento a elaboração de projeto de retificação de áreas de divisas municipais na RMC, o PDI da Região Metropolitana de Curitiba, da Região Funcional de Ponta Grossa, da área de Influência Direta das Metrôpoles de Londrina e Maringá e da Região Polarizada por Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu. Também os PDRs para as regiões deprimidas do Centro, do Noroeste, do Norte Pioneiro e do Vale do Ribeira. E, por fim, Planos de Desenvolvimento Regional Integrado (PDRIs) para regiões especiais, no Litoral Paranaense e o Corredor do Rio Iguaçu.

Pelo projeto *Direito de Morar*, prosseguiram as melhorias de bairros subnormais, na Vila Zumbi dos Palmares, no município de Colombo, com aproximadamente duas mil famílias, com a desapropriação amigável e o levantamento socioeconômico das mesmas. As obras iniciaram com a execução da terraplanagem, abertura de ruas e a construção de sobrados para atendimento das famílias que moravam em áreas de proteção ambiental, na faixa de domínio da BR-116 ou no traçado das ruas, cujas moradias foram demolidas. Seriam executadas obras de drenagem do solo e contenção do Rio Palmital, instalação da rede de esgoto, pavimentação das vias, colocação de meio-fio e calçadas. Na outra modalidade, a da parceria com a iniciativa privada, municípios e população, mediante negociação direta entre ocupantes e proprietários, via *Regularizador Social*, atuou em quinze ocupações irregulares consolidadas, abrangendo em torno de seis mil famílias na RMC e Litoral.

Na APA do Iraí, um conjunto de ações preventivas e corretivas na bacia hidrográfica do rio, desenvolvida pela SANEPAR, reduziu os impactos ambientais gerados pela população do entorno da represa, de forma a solucionar o processo de eutrofização, a ocorrência de florações de algas potencialmente tóxicas à população e que acarretam alterações na qualidade da água. Foram plantadas 27 mil mudas florestais nativas e

o levantamento de novas áreas para plantio no entorno do Rio Timbú, implantados oito mil metros de rede coletora de esgoto e recuperação de quinze mil metros de rede existente; bem como regularização das ligações de esgoto, monitoramento da qualidade da água da represa, limpeza do fundo do Lago, ampliação da estação elevatória do Canguiri, instalação de cerca no entorno do lago e realização de cursos de capacitação de Agentes de Educação Sócioambientais em parceria com a UFPR, para funcionários e internos da Colônia Penal Agrícola.

Foi desenvolvido em parceria com as prefeituras a Gestão Integrada da APA do Passaúna, com objetivo de desenvolver ações preventivas e corretivas, sensibilizar e conscientizar a população para a adoção de medidas de preservação dos recursos naturais existentes e melhoria da qualidade da água. Desenvolveram projetos socioambientais, envolvendo alunos das escolas da rede pública, funcionários de empresas da iniciativa privada e do poder público e organizações não-governamentais nos municípios envolvidos.

Foram realizados mapeamento estatístico e visitas prévias a mais de vinte possíveis APL e obtida aprovação de convênio para o de cal e calcário, pelo Ministério de Minas e Energia e pela FINEP. A proposta era o desenvolvimento tecnológico e modernização da indústria de cal e calcário. Nesse sentido, o *Plano Diretor de Mineração da RMC - Fase II* – também propunha atividades para a promoção de pequenos negócios com pedras afeiçãoadas, estando em análise no DNPM.

Sobre o metropolitano, o IPARDES publicou neste ano o livro *Como anda a Região Metropolitana de Curitiba*, esforço coletivo parte da série *Conjuntura Urbana*, conduzido pelo Observatório das Metrôpoles. Além deste, foram publicados os *Indicadores intrametropolitanos 2000: diferenças socioespaciais na RMC*, *Arranjo Automotivo da Região Metropolitana Sul-Curitiba no Estado do Paraná– 2005* e *Análise das regiões metropolitanas do Brasil: identificação dos espaços metropolitano se construção de tipologia*.

Nesse momento, das pesquisas sobre os anéis metropolitanos, se chegou à separação de duas espacialidades: aquela onde de fato acontece a dinâmica metropolitana, o já citado Núcleo Urbano Central, ou NUC, e um segundo grupo de áreas não atingidas pelo NUC, que é atualmente aceita como a melhor representação da diferença entre a RMC institucionalizada daquela onde de fato ocorre a metropolização.

Como já citado, neste ano a Prefeitura de Curitiba consolidou a Secretaria Municipal de Assuntos Metropolitanos (SMAM). De acordo com a Lei que a instituiu, sua missão seria:

implementar políticas públicas de desenvolvimento do Município de Curitiba, em conjunto com os demais municípios da Região Metropolitana de Curitiba, viabilizando ações de interesse comum, através do assessoramento e desenvolvimento de programas e projetos, promovendo a integração regional com as seguintes atribuições:

I - coordenar as ações do Município de Curitiba junto aos demais municípios integrantes da Região Metropolitana, objetivando harmonizar os assuntos de interesse comum, a integração e o desenvolvimento regional;

II - articular-se com as demais administrações municipais, entidades metropolitanas e com o Governo do Estado do Paraná, no processo de planejamento e gestão das funções públicas de interesse comum, por meio de instrumentos de cooperação, convênios e consórcios;

III - apoiar os demais municípios da Região Metropolitana de Curitiba, através da transferência do conhecimento técnico em programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Para Klink (2010), tal secretaria foi criada pelo polo no vácuo percebido por este pelas limitações do órgão metropolitano, para arti-

cular os municípios em torno de temas, gerando desconfianças nos demais quanto à possibilidade de simplesmente se “copiar” as ações realizadas em Curitiba. Na prática, entretanto, como demonstraram Kornin e Carmo (2013), a SMAM agiu mais como articuladora política do que como agente promotora da integração regional ou divulgadora das ações de Curitiba.

Nesse ano, novamente, a COMEC esteve envolvida em um escândalo de corrupção, envolvendo fraudes em licitação. Foram denunciados o diretor técnico Lucas Bach Adada e executivos da Associação Paranaense das Empresas de Obras Públicas (APEOP), acusados de serem beneficiados, formando cartel para as licitações.

Apesar dos problemas, foi criado o Consórcio Metropolitano de Saúde do Paraná (COMESP) inoperante até o ano de 2010, quando se firmou convênio com a Secretaria de Estado da Saúde, que permitiu sua instalação nas dependências do Centro Regional de Especialidades Kennedy, em Curitiba. Como aponta IPEA (2013, p. 44) “o objetivo do consórcio é gerir e prover em conjunto serviços de saúde especializados e de apoio diagnóstico, de média e alta complexidade, contando com servidores e patrimônio cedidos pelos municípios, que seriam responsáveis também pela execução das despesas”.

Em 2006, a Coordenação Estadual do PNMA II previu a liberação de recursos para o desenvolvimento de três projetos, entre eles o *Licenciamento Ambiental Descentralizado e Interativo da Sub-bacia no Alto Iguaçu*, beneficiando 23 municípios da RMC com liberação de recursos repassados pelo MMA, aplicados principalmente na aquisição de equipamentos para melhoria das atividades de licenciamento junto aos municípios. Houve ainda projeto destinado a recuperar a área impactada de várzeas da Bacia do Rio Iguaçu, à margem do afluente do Rio Barigui.

Publicou então o PDI 2006, atualizando o de 1978, que não foi capaz de combater a irregularidade da ocupação do solo, a favelização ou

uma articulação efetiva entre as FPIC. Essa revisão do plano metropolitano dedicou-se muito mais a recuperar a história das regiões metropolitanas no Brasil, incluindo da própria COMEC, bem como sua principal proposta se circunscreveu ao campo institucional, dedicando menos de 1/6 do volume para apresentar propostas com rebatimentos no território (que são melhor detalhadas nos quatro anexos), com problemas como da função pública transporte, que não é abordada no plano. Não apresenta qualquer objetivo, se atendo a generalidades e uma discussão etérea de como poderia/ deveria ser o órgão metropolitano, mais do que ações de ordenamento do espaço, ao contrário do que ocorrera no primeiro PDI, com propostas para diminuição da desproporção econômica a favor de Curitiba.

Trata-se de uma revisão, não de um plano total, que acabou limitado à questão físico-territorial e à questão institucional. A consultoria que elaborara os primeiros diagnósticos (mais de 30) foi desligada, uma vez que tinha vínculos com o governo anterior, retornando os técnicos de outros órgãos para os mesmos. Com pouco recurso humano, os funcionários da COMEC, sem apoio do governador ou do diretor do órgão, condensaram as informações, publicando um resumo de todo o trabalho realizado.

Isso foi reflexo também da mudança institucional que transferiu a COMEC da Secretaria de Planejamento, para a Secretaria Extraordinária e depois para a SEDU, conforme o Decreto Estadual nº 6.384, em um momento que ocorreu novamente um escândalo de corrupção no órgão. O então dirigente, Alcidino Bittencourt Pereira, e o diretor de transportes metropolitanos, Julio Viana, foram acusados de fraude em licitação de linhas intermunicipais, bem como em obras do eixo metropolitano, no âmbito do PIT.

Tais mudanças enfraqueceram o órgão, uma vez que a princípio a SEDU não é um órgão de planejamento, mas que apoia e financia proje-

tos em todos os municípios do estado. Passou a se dividir o planejamento urbano e regional no estado entre a COMEC para a RMC e a SEDU para todos os demais municípios, ainda que a primeira fosse subordinada a segunda.

Por outro lado, a mudança mais significativa proposta no PDI é para onde se direciona a ocupação. Depois de mais de quarenta anos insistindo na ocupação do Oeste, os técnicos finalmente admitiram a ocupação do Arco Sudeste-Sudoeste, uma vez que, com a criação das áreas de proteção ao Rio Passaúna, não fazia mais sentido induzir a pressão sobre o mesmo. Como afirma Castro Neto (2002, s.p.) “o rio Passaúna definitivamente se impôs como limite da cidade de Curitiba no Oeste. A conjugação da sua APA com a CIC, em primeiro lugar e com a APA do Rio Verde, em segundo, criou um grande espaço que constrange a construção de habitações a Oeste, formando uma zona-tampão ou cinturão de difícil transposição”. E conclui que “o bloqueio de áreas de proteção dos recursos hídricos impede a Grande Curitiba de estender seu processo de conurbação para o poente, como originalmente se pensou no planejamento metropolitano do final da década de 1970”.

Quanto aos transportes, a COMEC prosseguiu desenvolvendo ações de integração do transporte coletivo. Houve implantação e melhoramentos em vias, em conjunto com a implantação, reforma e ampliação de terminais e investimentos na frota de ônibus. Foram executados os projetos finais de engenharia das vias dos novos corredores de ônibus e os projetos de arquitetura e de engenharia dos terminais urbanos.

A COMEC participou do CGM e da CAT Passaúna e do Iraí, implantando o Parque Municipal de Guarituba e o de Piraquara, bem como publicou estudos preliminares para a proposta da Área de Interesse Especial Regional do Rio Iguaçu (AIERI), instrumento para proteção das várzeas do rio localizadas na RMC.

O Programa *Direito de Morar* em 2006 iniciou o processo de regularização e urbanização da Vila Guarituba, em Piraquara, beneficiando diretamente cerca de 12 mil famílias. Na modalidade em parceria com a iniciativa privada, municípios e população, atuava em dezenove ocupações irregulares consolidadas, abrangendo 7.308 famílias, por negociação direta entre ocupantes e proprietários. Teve continuidade as obras de urbanização da Vila Zumbi dos Palmares, em Colombo, para atender famílias que viviam em situação de risco social e ambiental às margens do Rio Palmital e da BR 476, antiga BR 116, com a construção de sobradados. As galerias de águas pluviais e o dique de contenção do Rio Palmital estavam em fase final de obras, sendo instaladas bombas da água para impedir que a lagoa formada pelo dique transbordasse, visando acabar com as enchentes.

Em 2007 a SEDU foi reestruturada, com a criação das Coordenadorias de Programas de Desenvolvimento Urbano (CPDU); de Relações Institucionais e Qualificação (CRIQ); dos Planos Regionais de Desenvolvimento (CPRD) e das Regiões Metropolitanas, Microrregiões e Conselhos das Cidades (CRME) com institucionalização efetiva de regiões metropolitanas de Londrina e Maringá e das microrregiões de Cascavel, Foz do Iguaçu e Litoral. Além destas, no nível de atuação regional foram criados os Núcleos Regionais da SEDU. Por meio da secretaria foi elaborado material de divulgação do PDI/2006, e também pareceres técnicos para revisão dos Planos Diretores dos municípios integrantes da RMC: Bocaiúva do Sul, Mandirituba, Quitandinha, Adrianópolis, Cerro Azul, Doutor Ulysses e Tunas do Paraná.

No PIT, as obras em andamento foram novas pontes sobre o rio Atuba, a integração projetada entre os municípios da Almirante Tamandaré e Colombo, o Sistema Viário de Itaperuçu e terminais de transportes metropolitanos. A Diretoria de Transporte, em conjunto com a URBS, desenvolveu estudos específicos para a entrada em operação dos

novos terminais em fase de construção e foram realizadas análises de solicitações de alteração ou criação de novas linhas de transporte metropolitano encaminhadas pela URBS. Estava em andamento o processo de contratação da Pesquisa Origem-Destino, de pesquisa mercadológica quantitativa com usuários do transporte público da RIT, com o objetivo de avaliar o sistema, identificar e quantificar os principais pontos de origem e destino, avaliar o perfil do usuário e seu local de residência, identificar hábitos, motivações e frequência de uso do transporte público, bem como levantar sugestões de linhas.

Com vistas à proteção e preservação do meio ambiente regional, o SRSU estava com todos os projetos complementares de engenharia concluídos, licença prévia e de instalação e estava em andamento o levantamento das informações sobre as áreas desapropriadas pela COMEC ao longo do Canal Extravisor, paralelo ao rio Iguçu.

No CGM e nas CAT Passaúna e Iraí, no Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Iguçu e Afluentes do Alto do Ribeira, a COMEC participou nas discussões e elaboração de pareceres técnicos sobre o *Plano da Bacia do Alto Iguçu e Afluentes do Alto Ribeira*. Desenvolveu ainda estudos para a proposta da AIERI, enquanto na UTP do Itaqui elaborou proposta de adequação das diretrizes de uso e ocupação do solo. Estava em fase de elaboração conjunta com o LACTEC o termo de referência para a implantação do SIMF (Sistema de Monitoramento e Fiscalização dos Mananciais da RMC), cujo objetivo era conter a ocupação desordenada e inadequada nas áreas de manancial pela articulação dos diversos órgãos, composto por dois sistemas: o de monitoramento e o de fiscalização.

Nesse ano, teve início o PAC 1, com recursos do governo federal para 111 empreendimentos na RMC, provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT/BNDES, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS/CEF e do Orçamento Geral da União (OGU). Pelo PAC Habitação, a COMEC participou na orientação da escolha de áreas aptas

para implantação dos projetos de interesse social e informação quanto às diretrizes regionais de uso do solo e sistema viário. Foram desenvolvidas ações nos municípios de Bocaiúva do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo e Piraquara.

Estava em andamento o *Projeto Divisas Municipais* para alterações de divisas municipais, desenvolvido em conjunto com a SEMA (Pinhais e Curitiba; Campo Magro e Campo Largo; São José dos Pinhais e Curitiba). Foi publicado nesse ano o *Atlas de Desenvolvimento Humano da RMC* - desenvolvido em parceria com a Fundação João Pinheiro, IBGE, IPARDES, IPPUC e prefeituras municipais, para viabilizar programas voltados à redução da desigualdade social, por meio da apresentação de indicadores e índices de desenvolvimento humano. O IPARDES publicou ainda a primeira versão do documento sobre o *Nível de Integração dos Municípios à Dinâmica Metropolitana*.

Foi composto o Comitê Técnico de Turismo da Região Metropolitana, com a participação da COMEC, da Secretaria do Esporte e do Turismo - SETU, do Serviço Social Autônomo EcoParaná, do Paraná Turismo, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento - SEAB, do EMATER, da SEPL, do IPARDES, da ASSOMECA e do Fórum Metropolitano de Turismo, com o objetivo de definir a política setorial para a região metropolitana, organizar ações estratégicas, elaborar um novo Plano de Desenvolvimento do Turismo e realizar pesquisas de demanda de atrativos turísticos da região, conforme definição do Plano Regional de Desenvolvimento Estratégico (PRDE) e instrumento complementar ao Plano Diretor da RMC.

No âmbito do projeto *Direito de Morar* encontrava-se em fase de conclusão de obras a urbanização e regularização da Vila Zumbi dos Palmares, no município de Colombo. Em Piraquara, estava em andamento a regularização e urbanização da Vila Guarituba, beneficiando diretamente cerca de 11.197 famílias, no projeto Novo Guarituba. Ainda em

2007, foram apoiadas iniciativas de negociação direta entre proprietários e moradores em lotes de ocupação irregulares, visando sua regularização definitiva, beneficiando 6.953 famílias de dezoito grandes áreas, localizadas em cinco municípios da região metropolitana e litoral.

Neste ano, Curitiba iniciou as obras do seu novo eixo viário e BRT, a Linha Verde, incorporando a dimensão metropolitana. Como afirmou Fernandes (2007, s.p.) no jornal Gazeta do Povo “nada será como antes quando a velha BR ganhar nova roupagem e inaugurar, em definitivo, o momento em que a capital vai olhar de frente para a zona sul”. A obra, ainda em andamento, urbanizou o trecho da BR 116 que atravessa a RMC no sentido sudoeste-nordeste.

Em 2008 continuou se desenvolvendo no bairro Guarituba, em Piraquara, o maior programa de urbanização do país, atendendo 44 mil pessoas. Pelo PAC Habitação, foram desenvolvidas ainda ações nos municípios de Bocaiúva do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo e Piraquara. No PAC da Mobilidade foi elaborado documento visando iniciar o processo de obtenção de recursos financeiros com o objetivo de melhorar as condições de mobilidade do NUC, em especial no pólo.

Nesse ano, o ex-secretário especial da região metropolitana, Edison Strapasson, a partir de iniciativa do Instituto de Engenharia do Paraná (IEP) propôs um projeto de lei que criava um consórcio para gerir toda a região metropolitana, substituindo a COMEC. O Projeto de Lei no 212/08 “Reorganiza a RMC e seus conselhos deliberativo e consultivo e define o modelo de gestão das funções públicas de interesse comum”, redefinindo a composição dos conselhos e novas FPIC, como a habitação de interesse social, inclusive ponderando os votos no consórcio de acordo com a população dos municípios, bem como regionalizando a RMC em três áreas: o NUC, o Vale do Ribeira e a Região Sul.

A Coordenação de Modernização Institucional (CMI) foi respon-

sável pela análise das iniciativas de mudança organizacional no âmbito do Poder Executivo Estadual, elaborando parecer sobre o Projeto de Lei Complementar nº 212/08, o qual acabou arquivado por ser considerado inconstitucional.

Quanto aos transportes, no PIT estava em andamento ações nos municípios de Colombo, Almirante Tamandaré, Fazenda Rio Grande, e Campo Largo. Também realizavam obras de infraestrutura urbana entre Curitiba e São José dos Pinhais. Foram licitadas obras em Almirante Tamandaré, Contenda, Campina Grande do Sul, Curitiba, Tunas do Paraná, Rio Branco do Sul e concluídas em Itaperuçu, Almirante Tamandaré, Fazenda Rio Grande e o Terminal de Transportes Metropolitanos do Guaraituba - em Colombo.

Na UTP do Itaquí, no município de São José dos Pinhais foi elaborada proposta de adequação das diretrizes de uso e ocupação do solo da Unidade e minuta de revisão de Decreto Estadual. O trabalho técnico estabelecendo diretrizes de uso e ocupação do solo para as áreas de mananciais foi finalizado, como também elaboradas minutas de decreto definindo as áreas de interesse de mananciais da RMC e de Instrução Normativa COMEC/IAP, estabelecendo a definição de parcelamento do solo de alta densidade demográfica para instrução da concessão de licenciamento e anuência de empreendimentos imobiliários localizados em áreas de mananciais. Já o SRSU dependia de uma Assembleia Geral do Consórcio Público Intermunicipal para decisão sobre o ingresso do Estado, por meio da COMEC e SANEPAR, no mesmo.

Foram realizadas quatro reuniões do CGM e discutidas as propostas de alteração no zoneamento da UTP do Guaraituba, o Programa Vizinhança Solidária em São José dos Pinhais, medidas de compensação ambiental na UTP do Itaquí e alteração na UTP de Quatro Barras. Outras duas reuniões foram realizadas pelo Grupo Técnico do CGM, designado para deliberar sobre os processos relativos ao PAC - Campo

Magro, na APA do Passaúna e na UTP de Campo Magro; e PAC - Campo Largo, na APA do Passaúna.

Participou a COMEC ainda nas CAT Passaúna e Iraí, Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto do Ribeira. Para a AIERI, levantou informações sobre as áreas desapropriadas ao longo do canal extravasor, em paralelo ao rio Iguaçu, sendo elaborada minuta de Decreto instituindo a mesma.

Nesse ano foi publicado o *Plano de Desenvolvimento do Turismo* como instrumento de planejamento e gestão para fortalecer as oportunidades de negócios e a economia local. Resultado das discussões entre os principais segmentos turísticos para desenvolver o mercado metropolitano, contemplando as diversidades regionais, culturais e naturais.

Para controle do uso e da ocupação do solo, a COMEC realizou análise prévia dos projetos de parcelamento do solo dos imóveis situados nas áreas urbanas dos municípios integrantes da RMC, da autorização para registro de imóveis em condomínios, da consulta prévia à implantação de indústrias e empreendimentos imobiliários, como parte do processo de licenciamento ambiental, da regularização de loteamentos e do atendimento e orientação aos municípios nos procedimentos de parcelamento do solo. Realizou vistorias técnicas, inclusive em conjunto com outros órgãos, como IAP e MINEROPAR, e elaborou relatórios das atividades do setor, fornecendo informações para subsidiar a compreensão da dinâmica da expansão urbana em Curitiba e região metropolitana. Também fez pareceres técnicos e acompanhamento dos planos diretores dos municípios, em consonância com as diretrizes estaduais. Estavam em andamento ainda alterações de divisas municipais, projeto desenvolvido em conjunto com a SEMA, envolvendo Pinhais e Curitiba; Campo Magro; São José dos Pinhais e Curitiba.

A Diretoria de Transportes, em conjunto com a URBS, procedeu à análise e encaminhamento de solicitações de alteração ou criação de novas linhas de transporte metropolitano, reclamações de usuários dos serviços de transporte metropolitano e avaliação dos relatórios gerenciais encaminhados pela URBS à COMEC. O Terminal de Guaraituba, em Colombo foi inaugurado e entrou em operação, paralelamente às alterações de operação do Terminal do Maracanã - ambos pertencentes ao PIT.

A COHAPAR realizou o *Seminário Internacional sobre Gestão Metropolitana*, que culminou com a criação do Programa Paraná Metropolitano, projeto de urbanização e habitação popular, envolvendo parques, infraestrutura urbana e de saneamento, retirada de população de área de risco e ocupação dos espaços sem edificação em área urbana. Entretanto, na prática, não houve evolução de tal programa.

Nesse ano, a represa Piraquara II foi integrada ao Sistema Iraí, aproveitando os mananciais em busca do equilíbrio entre oferta e demanda de água para o consumo da população, representando um aumento de 8,5% no volume de água e abastecimento de uma população da ordem de 350 mil habitantes. Com a obra, a SANEPAR realizou medidas compensatórias como a construção de uma cooperativa para produtores rurais da região da Bacia do Piraquara e obras de recuperação e manejo das trilhas dos mananciais da serra naquele município.

Nesse ano o IPARDES publicou a primeira versão do documento *Nível de integração dos municípios à dinâmica metropolitana e do Estudo Comparativo da Tipologia e Caracterização Socioeconômica dos Assentamentos Precários em Regiões Metropolitanas*.

Em 2009 para dar continuidade ao programa de investimentos a SANEPAR obteve junto ao Governo Federal novos recursos do PAC fase 1. A CRME deu apoio aos estudos e elaboração de projetos viários

para a RMC a serem financiados pelo Governo Federal como apoio à infraestrutura para a Copa de 2014 e apoio ao Grupo de Trabalho da COHAPAR no *Programa de Habitação de Interesse Social*.

No PIT estavam em andamento a ligação nos municípios de Almirante Tamandaré – Colombo, com obras de infraestrutura no município de São José dos Pinhais, Curitiba e Fazenda Rio Grande. Estavam em fase de estudo as obras no Terminal Afonso Pena, Terminal Urbano de Campo Largo, Almirante Tamandaré, Contenda, Campina Grande do Sul e, em Curitiba, o Terminal Cabral. Foram concluídas as obras sobre o rio Atuba, com a construção de duas novas pontes, a ligação nos municípios de Almirante Tamandaré – Colombo, o prolongamento da Avenida Marechal Floriano (em Curitiba), e o alargamento da ponte existente sobre o canal extravasor do rio Iguaçu, na divisa do município de Curitiba com o de São José dos Pinhais.

Com o fechamento do aterro da Caximba, nesse ano foi celebrado convênio entre FUNASA, COMEC e Secretaria de Estado de Obras Públicas (SEOP), visando à construção de uma Usina de Triagem de Resíduos Sólidos Urbanos, no município de Fazenda Rio Grande, prevendo ainda a realização de eventos de educação ambiental junto à comunidade beneficiada.

Se instituiu pelo Decreto Estadual nº 3.742/2008 a AIERI, com objetivo de proteção, manutenção e recuperação ambiental e paisagística das áreas contíguas ao leito do Rio Iguaçu, localizadas na RMC. Foi elaborada a minuta de um Termo de Cooperação a ser firmado entre COMEC, IAP, ECOPARANÁ, MINEROPAR e SUDERSHA, para a realização dos planos e projetos previstos e quatro termos de referência para a elaboração do Plano Diretor da AIERI, projetos dos Parques Ambiental do Piraquara, Parque Metropolitano do Iguaçu e Parque Natural do Iguaçu. Foram elaborados ainda estudos de localização de áreas desapropriadas, com o objetivo de cessão de uso do Parque São José dos

Pinhais (Parque Metropolitano do Iguaçu), para o município de São José dos Pinhais.

O órgão metropolitano também foi convocado a elaborar parecer técnico sobre o então Projeto de Lei nº 3.460/2004 – Estatuto da Metrópole, que propunha mudanças na conceituação de regiões metropolitanas e na gestão desses espaços.

Além disso, participou no CGM, onde foi realizada uma reunião do conselho em que foi apresentado o Grupo Integrado de Apoio Técnico (GIAT), sua composição e funções. Tal grupo tinha por finalidade analisar e aprovar os processos de licenciamento ambiental cujos empreendimentos, obras ou serviços estivessem localizados em áreas de interesse de mananciais da RMC; discutiu-se também sobre a subdivisão de área na APA do Passaúna para implantação de equipamentos públicos no município de Campo Magro e apresentação sobre a área de interesse de mananciais da RMC.

Nas CAT Passaúna e Iraí, Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto do Ribeira, a COMEC participou nas discussões e elaboração de pareceres técnicos sobre o Plano da Bacia do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira e nova proposta de enquadramento dos rios. Coordenou a atualização, para normatização do uso e ocupação da área e posterior regulamentação mediante Decreto Estadual do Zoneamento Ecológico-Econômico da APA Estadual do Rio Verde e participou nas discussões de diretrizes de uso e ocupação do solo para a Bacia do Rio Itaquí em Campo Largo, visando à instituição de uma UTP no local.

Apoiou a SANEPAR e os municípios abrangidos pelo Karst para a adoção da proposta e recomendações contidas no macrozoneamento nas reuniões prévias às audiências públicas relativas ao EIA/RIMA da exploração do aquífero, ocorridas nos municípios de Bocaiúva do Sul, Campo Largo, Almirante Tamandaré, Colombo e Itaperuçu. Constituiu

ainda o Grupo Técnico multi-institucional visando à gestão da Região do Karst na RMC, com a participação da MINEROPAR, SUDERHSA, IAP, SANEPAR, SEDU e SEAB.

Participou nas discussões e audiências públicas para o encaminhamento de soluções com a proposição de cenários junto à Comunidade da Vila Mota e Capelinha e demais instituições públicas – Ministério Público Estadual (MPE), MINEROPAR, SANEPAR, Secretaria Estadual da Saúde (SESA), SEAB, SEMA e Prefeitura de Adrianópolis para avaliação de risco à saúde humana por exposição aos resíduos da Plumbum⁴².

Para o PAC da Mobilidade elaborou documento visando à obtenção de recursos financeiros para criação de um Corredor Metropolitano entre Colombo e Araucária e vias radiais entre Curitiba e Pinhais, Curitiba e Colombo, Curitiba e São José dos Pinhais. Pelo PAC Habitação, participou na orientação da escolha de áreas aptas para implantação dos projetos de interesse social e informação quanto às diretrizes regionais de uso do solo e sistema viário na RMC. Foram desenvolvidas ações nos municípios de Bocaiúva do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Pinhais e Piraquara.

Elaborou pareceres técnicos e acompanhamento dos planos diretores dos municípios integrantes da RMC, para que fossem efetuados em consonância com as diretrizes metropolitanas. Foram analisados os planos diretores de Quitandinha, Mandirituba, Bocaiúva do Sul, Contenda e Itaperuçu e legislação complementar de Campo Largo. Foi concluída a proposta de alteração das divisas municipais entre São José dos Pinhais e Curitiba, desenvolvida em conjunto com a SEMA e entrou em operação o Terminal de Roça Grande.

⁴² Plumbum Mineração e Metalurgia Ltda, empresa mineradora, que explorava chumbo e empregava diretamente cerca de mil pessoas. Associado a um desastre ambiental, foi fechada em 1995 (BREMBATTI, 2014).

Coordenou as discussões e encaminhamento de diretrizes e recomendações relativas ao Plano Multimodal da RMC junto ao Ministério dos Transportes, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Ministério do Planejamento, IPPUC e prefeituras de Araucária, Campo Largo, Campo Magro, Almirante Tamandaré, Colombo, Pinhais, Piraquara, São José dos Pinhais, Itaperuçu e Rio Branco do Sul. O Plano era um projeto para retirar o ramal ferroviário do centro de Curitiba, Almirante Tamandaré e Pinhais, criando uma nova ligação entre a ferrovia, porto, aeroporto e a malha urbana da RMC (JORNAL DO ESTADO, 2009).

As prefeituras citadas seriam beneficiadas de diferentes maneiras. Curitiba, Pinhais e Almirante Tamandaré teriam o ramal ferroviário retirado de seus centros, ganhando na integração do sistema viário e reduzindo conflitos de trânsito, por onde passava o material produzido em Itaperuçu e Rio Branco do Sul. Em Almirante Tamandaré também estava prevista a implantação de um terminal de transbordo. A integração rodoviária e ferroviária também beneficiaria Araucária. Em São José dos Pinhais, além de obras do aeroporto, estava previsto a implantação de um terminal de conexão entre o transporte aeroviário e a linha férrea. Piraquara receberia uma estação turística integrada ao litoral. Em Colombo, a rede de ciclovias metropolitana se integraria à Linha Verde de Curitiba, incentivando o uso de bicicletas.

Elaborou então a minuta de Termo de Cooperação visando realização dos estudos necessários à implantação do plano, bem como a atuação junto ao DNIT na elaboração do Termo de Referência para a contratação dos estudos de viabilidade social, econômica e ambiental das alternativas de desvios ferroviários dos ramais do NUC.

Em 2010 para dar continuidade ao programa de investimentos, a SANEPAR obteve junto ao Governo Federal novos recursos do PAC. Teve início o Programa PAC Mobilidade – Copa 2014, visando me-

lhorar a infraestrutura viária da RMC, para maior fluidez e segurança em vias de comunicação com o Aeroporto Afonso Pena com a futura implantação do Corredor Metropolitano e de vias radiais, atendendo os municípios de Araucária, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, São José dos Pinhais, com financiamento junto a CEF. As obras previstas foram: Corredor Aeroporto – Rodoferroviária, Requalificação da Av. Marechal Floriano Divisa – Aeroporto, Corredor Metropolitano, Vias de Integração Radiais Metropolitanas e Sistema Integrado de Monitoramento.

No âmbito do PIT estavam em andamento obras no município de São José dos Pinhais e foram concluídas a ligação nos municípios de Almirante Tamandaré – Colombo, o Terminal Fazenda Rio Grande, Terminal Urbano Central de São José dos Pinhais, Terminal Urbano de Campo Largo, Campina Grande do Sul, o Terminal Urbano do Cabral (Curitiba) e o Mini Terminal de Contenda.

Na AIERI foi firmado Termo de Cooperação Técnica entre COMEC, IAP, ECOPARANÁ, MINEROPAR e SUDERHSA, para a realização dos planos e projetos. O Decreto Estadual nº 3.742/08 previa a necessidade de elaboração do Plano Diretor da AIERI e a implantação, no mínimo, dos Parques do Palmital em Pinhais; do Parque Metropolitano do Iguaçu em Piraquara e São José dos Pinhais; do Parque Ambiental Piraquara e do Parque Natural Metropolitano, em Araucária. Estavam em elaboração documentos contendo as diretrizes preliminares para orientação dos projetos dos parques Piraquara, Itaquí e Metropolitano do Iguaçu. Encaminhou ao Governador, em conjunto com a ECOPARANÁ e Universidade Positivo, Termo de Cooperação Técnica visando ao desenvolvimento de pesquisas, estudos e projetos no espaço turístico da RMC.

O Parque Natural do Iguaçu era alvo de tratativas junto ao IAP para que seu projeto e implantação fossem efetuados com recursos pro-

venientes de medida compensatória da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR), em Araucária. Visando à elaboração do plano diretor da AIERI e os projetos dos Parques Ambiental do Piraquara, Parque Metropolitano do Iguazu e Parque Ambiental do Itaquí, em São José dos Pinhais, a COMEC solicitou recursos ao Ministério das Cidades, para a elaboração desses projetos, e também para a implantação do Parque Palmital, em Pinhais.

Estava em tramitação, a proposta de alteração do zoneamento e macrozoneamento do uso e da ocupação do solo da região do Karst, sendo instituída uma Câmara Técnica responsável pela gestão do mesmo. No grupo, além da COMEC, estavam a MINEROPAR, o Instituto das Águas do Paraná, o IAP, a SANEPAR, a EMATER/SEAB, Sociedade Civil e prefeituras de Almirante Tamandaré, Bocaiúva do Sul, Campo Magro, Campo Largo, Colombo, Itaperuçu e Rio Branco do Sul.

Nesse ano, a Câmara Municipal de Curitiba novamente tentou liderar as ações na RMC, 43 anos depois de aprovar o convênio que deu forma à região. Com a presidência do vereador Omar Sabbag Filho, filho do ex-prefeito de Curitiba, criaram a Comissão Especial para Assuntos Metropolitanos. Propunham a criação do parlamento metropolitano, envolvendo as câmaras municipais e o legislativo estadual. Relatava a imprensa que “o grupo de oito vereadores vai buscar criar um diálogo permanente com os legislativos dos municípios que compõem a região metropolitana para a formulação de projetos coletivos e a reivindicação de recursos para essas propostas junto às prefeituras e ao governo do estado” (CASTRO, 2010, p.1).

A falta de articulação entre os municípios chegava ao ponto de existirem ações como de Mandirituba, em 2008. A cidade participava do CONRESOL, ao mesmo tempo que aprovou uma lei que proibia instalação de aterro no município. Quanto à Comissão municipal, o ex-presidente do IPPUC, Luiz Henrique Fragomeni, entrevistado pelo jornal foi

taxativo ao afirmar que Câmaras Municipais não podem “metropolizar” suas discussões, uma vez que:

Qualquer proposta sobre integração da RMC passa pela necessidade de uma entidade que planeje e execute as obras e que possa responder aos executivos e legislativos municipais e estadual. Essa entidade existe, é a COMEC, mas não tem nem pessoal, nem orçamento suficientes para cumprir essa função. O planejamento metropolitano deve ser discutido no âmbito metropolitano.

A Comissão continuaria existindo, mas sem expressão. Quanto às ações da COMEC, Nesse ano, foram realizadas quatro reuniões do CGM onde foram tratados a instalação junto ao CGM da Câmara Técnica para a Gestão Integrada da Região do Aquífero Karst na RMC, sua composição e funções; aprovação da revisão da UTP de Pinhais; aprovação do Plano Diretor de Tijucas do Sul e análise de áreas para relocação de famílias residentes em áreas de risco na bacia do Rio Itaqui em São José dos Pinhais.

Participou a COMEC na CAT Passaúna e Iraí, no Conselho Estadual de Recursos Hídricos – (visando à implantação do Plano Estadual de Recursos Hídricos), no Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto do Ribeira, onde houve a revisão do zoneamento da UTP de Pinhais, atendendo solicitação do município, com as discussões promovidas junto ao CGM.

Também participou na Câmara Técnica de Cartografia e Geoprocessamento (CTCG), no GTI, no Programa de Gestão Ambiental Integrada em Microbacias, no Grupo Executivo de Informações Territoriais Ambientais e Tecnologia (GEITA) e no Grupo da Base Hidrográfica. Revisou e organizou em base de dados espacial de desapropriações promovidas, da localização de processos de áreas usucapiendas na RMC, da análise de processos de usucapião em resposta a solicitação da PGE via

Secretaria de Administração e da Previdência/ Coordenadoria do Patrimônio do Estado (SEAP/CPE), apoiou na preparação de base de dados para o planejamento, apoiou os municípios no georreferenciamento de informações municipais e atualização e reavaliação da base de dados geoespacial quanto ao perímetro dos loteamentos dos municípios de Campo Largo, Piraquara e São José dos Pinhais. E na CMI apreciou o Projeto de Lei para alteração da abrangência da Região Metropolitana de Curitiba, com a inclusão de dois municípios.

Foram elaborados pareceres técnicos e acompanhamento dos planos diretores dos municípios de Tijucas do Sul e Rio Branco do Sul. No PAC Habitação foram desenvolvidas ações nos municípios de Campo Magro, Colombo, Pinhais e Piraquara. Pelo Plano Multimodal da RMC Contorno Norte foi realizada a análise das alternativas propostas por empresa de consultoria contratada pelo DNIT, para o licenciamento ambiental de implantação da complementação do Contorno, com finalidade de efetuar a conexão do trecho implantado do Contorno Norte com a BR-116. Após a análise das alternativas apresentadas, a COMEC sugeriu mais uma alternativa de traçado objetivando deslocar o trânsito de cargas e de longa distância para além de áreas urbanas consolidadas e para fora da APA do Iraí.

O órgão participou no Conselho de Transporte de Curitiba, que acompanhou e referendou a licitação das linhas do transporte de ônibus. Em conjunto com o IPPUC e a Prefeitura de Fazenda Rio Grande, foi publicado o *Relatório Preliminar de Integração do Transporte Metropolitano da Linha Verde* em Curitiba até o município de Fazenda Rio Grande, contendo diretrizes e recomendações, de tal forma que possibilitasse a integração viária e a mobilidade por meio de viadutos, trincheiras e passarelas entre os municípios como também em seus territórios uma vez que a BR-116 os separa.

Em 2011, primeiro ano do governo Beto Richa (PSDB), em fevereiro o jornal Gazeta do Povo destacava: *Governo quer colocar prefeitos*

para discutir a Região Metropolitana. O então coordenador do órgão, Rui Hara (que já havia sido secretário municipal e da ASSOME), defendeu que “a lei que criou a COMEC, em 1974, prevê um Conselho Consultivo e um Conselho Deliberativo, mas eles nunca foram criados. Quer dizer, existem somente no papel”, propondo então a extinção dos Conselhos na forma como definidos em lei, colocando que os prefeitos, ou seus representantes, deveriam participar de forma mais ativa, com palavra final do governador. Prometia ainda industrializar os municípios, gerando riquezas, inclusive naqueles com restrições ambientais. Pois existia

(...) um desnível muito grande entre os municípios. Temos Curitiba, considerada de Primeiro Mundo e temos municípios com cem mil habitantes com taxas de crescimento populacional negativa (...) E estes municípios não tem condições de resolver seus problemas sozinhos, só de maneira integrada. (Rui Hara em entrevista para CESCA, 2011, p. 15)

Foi posto em ação então o *Mapa Estratégico do Novo Paraná*, para a definição dos projetos prioritários da SEDU, das políticas, planejamento, a execução, a coordenação e o controle das atividades ligadas ao desenvolvimento urbano e regional, além de integrar os municípios, a fim de ordenar o desenvolvimento das cidades. As linhas de atuação estratégica concentraram-se nas áreas de Desenvolvimento Territorial, Infraestrutura Urbana e Qualificação de Servidores Municipais, além da Gestão Administrativa e da condução dos trabalhos do Conselho Estadual das Cidades (CONCIDADES-PR).

Nesse ano foi concluído o PIT, que desde 2005 teve investimento total de R\$ 139.429.899,41 sendo R\$ 86.673.476,01 do governo federal (via BNDES) e R\$ 52.756.423,40 do governo do Paraná. As obras finalizadas ao longo dos seis anos foram:

1. Construção de sete Terminais Metropolitanos: Fazenda Rio Grande, Campo Largo, São José dos Pinhais, Araucária e três em Colombo (Roça Grande, Guaraituba e Alto Maracanã);
2. Construção de 01 mini-terminal: Contenda;
3. Reforma e ampliação: Curitiba (Terminal do Cabral);
4. Construção de três trincheiras: Rodovia da Uva (integrando Colombo e Almirante Tamandaré), BR 116 (interligando Campina Grande do Sul e Quatro Barras) e Avenida Rui Barbosa e Avenida das Torres (São José dos Pinhais e Curitiba); e
5. Requalificação das vias (ampliação da capacidade, implantação de ciclovias e calçadas, sistema de drenagem): Estrada da Ribeira (Colombo); Sistema viário principal da ligação entre Colombo e Almirante Tamandaré; Ruas Francisco Krüger, Antonio Johnson e Domingos Scucato - prolongamento da Avenida Anita Garibaldi (Almirante Tamandaré); Avenida Nicola Pelanda (Fazenda Rio Grande e Curitiba); Avenida Brasil (Fazenda Rio Grande); Avenida Araucária (Fazenda Rio Grande); Avenida Francisco Ferreira da Cruz (Fazenda Rio Grande); Avenida São Pedro (Itaperuçu); Prolongamento da PR 506 (Campina Grande do Sul); Duplicação da Avenida das Américas e prolongamento da Avenida Marechal Floriano Peixoto (São José dos Pinhais e Curitiba); e Rua Izaura Pavaglio Rocha (Tijucas do Sul e São José dos Pinhais) (COMEC, 2017).

Pelo PAC da COPA estavam em andamento o Corredor Aeroporto/Rodoferroviária; Corredor Marechal Floriano; Rua da Pedreira; Avenida da Integração; Corredor Metropolitano e o SIMM, que permitiria o monitoramento viário em tempo real dando agilidade e segurança às principais vias de acesso à Curitiba e o Serviço de Apoio Tecnológico e Gerencial.

Na área de Proteção e Recuperação Ambiental foram feitas ações com vistas à proteção e preservação do meio ambiente regional. Pelo PAC-2 Drenagem a COMEC desenvolveu os termos de referência para contratação dos Estudos de Concepção dos projetos. Foi elaborado estudo de concepção, projeto básico e executivo do Parque Ambiental Piraquara, bem como dos estudos, planos e projetos destinados à elaboração do Plano Diretor da AIE-RI, do Parque Ambiental do Itaqui, ambos em São José dos Pinhais, e para implantação do Parque Metropolitano do Iguaçu.

Foram realizadas duas reuniões do CGM para discutir o GIAT e apresentação e discussão sobre a APA do Rio Verde; sobre o Plano Diretor de Bocaiúva do Sul e o de Rio Branco do Sul. Foi apresentada proposta de criação de Área de Interesse Social na UTP de Campo Magro (APA do Rio Verde). Se fez ainda a análise de EIA/RIMA de projetos das empresas COMPAGÁS, POLIMIX, METALESP e do Reservatório do Miringuava.

Na Câmara Técnica para Gestão da Região do Karst da RMC, foram realizadas três reuniões, deliberando sobre a aprovação de Planos Diretores dos municípios de Rio Branco do Sul e Bocaúva do Sul quanto à compatibilização do zoneamento do uso do solo e a proteção do Karst e aprovação do *Plano Diretor de Abastecimento do Sistema Integrado da RMC – Água Subterrânea*.

Por meio de seus dirigentes e/ou técnicos, a COMEC participou nas CAT Passaúna e Iraí; Conselho Estadual de Recursos Hídricos; Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto do Ribeira, Projeto Águas do Amanhã e na Câmara Técnica do Guarituba. Nesses fóruns, foram analisados os planos diretores de Bocaiúva do Sul e Rio Branco do Sul, e no *Plano Estadual de Habitação* participou de reuniões e análise de documentação técnica.

Pelo *Plano Multimodal da RMC* foram encaminhadas diretrizes e recomendações junto ao DNIT, IPPUC, INFRAERO, SPU e prefeituras,

para o afastamento dos ramais ferroviários do NUC e a integração de outros modais de transporte de cargas e passageiros.

Nesse ano, foi solicitado ao Ministério das Cidades recursos visando fornecer assistência técnica para capacitação de técnicos municipais para elaboração de planos diretores participativos e implantação dos dispositivos legais do Estatuto das Cidades. Acompanhou então os projetos financiados pela CEF, via Ministério das Cidades - PAC DA COPA, alguns compartilhados com a Prefeitura de Curitiba, compartilhando a coordenação com o IPPUC. Apresentou também em conjunto com o órgão municipal e Fazenda Rio Grande, o relatório de estudos preliminares de integração do Transporte Metropolitano da Linha Verde em Curitiba, visando a implantação da Linha Verde Sul ao longo da BR-116, entre os dois municípios.

Foi criado Grupo de Trabalho, composto pelo IAP, COMEC, Instituto das Águas do Paraná, Comando do Corpo de Bombeiros, CELEPAR e Vice-Governadoria, visando ao atendimento da demanda recebida do Sindicato da Construção Civil (SINDUSCON) para conhecer as dificuldades e entraves do setor na obtenção de licenças. O Grupo tinha por objeto a revisão de processos, evitando a morosidade e a duplicidade de exigências e informações, criando sistemas tecnológicos que permitissem a simplificação dos procedimentos.

Foram concluídos em 2012 como parte do PAC DA MOBILIDADE/COPA 2014 os estudos e projetos de engenharia viária para o Corredor Aeroporto/Rodoferroviária, do Corredor Marechal Floriano, da Rua da Pedreira e da Avenida da Integração. No SIMM foram elaborados estudos e projetos de engenharia para desenvolvê-lo. A comissão celebrou Termos de Cooperação Técnica com os municípios de São José dos Pinhais, Campo Largo, Fazenda Rio Grande, Araucária, Piraquara, Almirante Tamandaré, Colombo, Pinhais e Curitiba, para estabelecer as obrigações das partes com vistas à promoção das ações previstas no *Programa Pró-Transporte*.

Desenvolveu ainda, ações com o objetivo de proteção e preservação do meio ambiente, conforme o PAC-2 Drenagem com cinco propostas: em Pinhais, projeto de águas pluviais – Parque Ambiental do Palmital; em Piraquara, elaboração de estudo de concepção, projeto básico e projeto executivo do Parque Ambiental Piraquara; envolvendo nove municípios, elaboração de estudos, planos e projetos destinados à execução do Plano Diretor da AIERI; em São José dos Pinhais, elaboração de estudos de concepção, projeto básico e executivo para implantação do Parque Ambiental do Itaquí; também em São José dos Pinhais, Pinhais e Piraquara, elaborou estudos e projetos para implantação do Parque Metropolitano do Iguaçu. Foram realizados os procedimentos licitatórios para a contratação dos estudos de concepção dos Parques Ambientais Piraquara e Itaquí e projeto de águas pluviais do Parque Ambiental do Palmital, e estava em fase final para licitação o Plano Diretor da AIERI e do Estudo de Concepção do Parque Metropolitano do Iguaçu.

Foram realizadas duas reuniões do CGM, em que foram discutidas propostas de alteração e atualização do zoneamento da APA do Rio Verde; de alteração do Decreto Estadual nº 3.413/2008 – áreas de mananciais da RMC; dos parâmetros para condomínios em áreas de mananciais; bem como a aprovação da versão final dos parâmetros de densidade para empreendimentos habitacionais em áreas de mananciais da RMC.

Tal revisão do Decreto Estadual nº 3.411/2008, foi aprovado pelo Decreto Estadual nº 6.194/2012, que delimitou as Áreas de Interesse de Mananciais de Abastecimento Público da RMC. A partir da promulgação do Decreto, aproximadamente 45% do território metropolitano passou a integrar as “Áreas de Interesse de Mananciais de Abastecimento Público de Água para a RMC”. Delimitadas para contribuir na gestão dos mananciais e para controlar o uso e ocupação do solo e qualidade da água, acabam restringindo de forma legal municípios que já tinham

dificuldades em atrair indústrias, mesmo as consideradas não-poluentes. Tal decreto fez com que os municípios de Campo Magro, Itaperuçu e Rio Branco do Sul, tivessem 100% de suas áreas definidas como áreas de proteção, enquanto a capital foi atingida em 8,9% de seu território.

A COMEC participou ainda da CAT Passaúna e Iraí, na CTCG, no Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH); no Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto do Ribeira; na Câmara Técnica do Guarituba; na Câmara Técnica do Sistema Viário da RMC e no GIT, com atuação nas áreas de interesse especial de proteção aos mananciais da RMC, instituído pelo Decreto Estadual nº 3.992/2012.

Desenvolveu estudos e diagnóstico, em conjunto com o município de São José dos Pinhais, com vistas à atualização e revisão do Decreto Estadual nº 1.454/1999 – Zoneamento da UTP do Itaquí. Efetuou ainda a coordenação da elaboração de proposta de revisão e atualização do Zoneamento Ecológico Econômico da APA do Rio Verde. Realizou análise de EIA/RIMA do Condomínio Residencial Fazenda Palmital, em Pinhais, do projeto de aterro industrial classe II, em Fazenda Rio Grande, e de projeto de condomínio industrial, em São José dos Pinhais.

Elaborou pareceres técnicos e acompanhamento dos planos dos municípios de Adrianópolis, Piraquara e Quatro Barras, para que fossem efetuados em consonância com as diretrizes estaduais. Participou no Grupo de Trabalho, no âmbito da SEIM, responsável pela elaboração do *Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região de Adrianópolis*, nos termos do Decreto Estadual nº 6.254/2012.

A Diretoria de Transportes, em conjunto com a URBS realizou estudos preliminares para elaboração do Edital de Licitação das Linhas Metropolitanas, para o qual contratou a FIPE para a elaboração de modelagem para concessão do sistema de transporte público de passageiros metropolitanos, incluindo a execução da pesquisa origem e des-

tino. Foi feito ainda o Anteprojeto de Lei alterando as Leis Estaduais nº 6.517/1974 e nº 1.052/1952, com o objetivo de estabelecer dentre as atribuições da COMEC a outorga da concessão de serviço de transporte público intermunicipal relativo a RMC.

Em convênio com a MINEROPAR, a COMEC reiniciou nesse ano o mapeamento geológico-geotécnico de 234 km² para o planejamento territorial, representando a retomada dos mapeamentos realizados entre 1993 e 1999.

Em 2013 por meio do PAC da Mobilidade/COPA 2014 foram concluídos os estudos e os projetos de engenharia viária do Corredor Metropolitano e estavam em execução o Corredor Marechal Floriano Peixoto – Requalificação da Avenida das Américas (Av. Mal Floriano), Corredor Aeroporto/Rodoferroviária, Avenida da Integração, entre os municípios de Curitiba e Pinhais, Rua da Pedreira, entre os municípios de Curitiba e Colombo, o SIMM e a alça da Rua Salgado Filho. No PAC-2 Drenagem foi feito projeto básico executivo do Parque Ambiental do Palmital, estudo de concepção do Parque Ambiental Piraquara, do Plano Diretor da AIERI / Parque Natural do Iguaçu, do Parque Ambiental do Itaquí e do Parque Metropolitano do Iguaçu.

Houve nesse ano uma retomada de investimentos no polo automotivo instalado no município de São José dos Pinhais e no eixo da Região Metropolitana de Curitiba/Ponta Grossa. Neste polo foi ampliada a linha de montagem da Renault, a Audi-Volkswagen anunciou o aumento da produção e a retomada da unidade no Paraná. A Volvo investiu na cidade de Curitiba, com a ampliação da fábrica para a produção de ônibus híbridos.

Em 2014, pelo PAC da Mobilidade Grandes Cidades não foram concluídas a tempo para a Copa do Mundo obras de arte como trincheiras, passagens de pedestres, a finalização e o alargamento da ponte do Rio Atuba e o SIMM, este dependente da conclusão do Corredor Aero-

porto e do Corredor Marechal Floriano. Por outro lado, foi concluída a Via Radial de Integração - Av. da Integração para melhorar a mobilidade entre Curitiba e Pinhais.

Pelo PAC 2 – Drenagem foram realizados projetos para concepção de cinco parques metropolitanos, destacando que “os parques são importantes para a RMC, pois além da proteção do meio ambiente e controle de cheias, impedem a ocupação desordenada” (PARANÁ, 2015, p. 186). Os projetos em andamento eram o projeto básico e executivo de drenagem do Parque Ambiental Palmital (Pinhais); concluídos estavam o Parque Ambiental Piraquara (Piraquara), Parque Ambiental Itaquí (São José dos Pinhais), Parque Metropolitano do Iguaçu (São José dos Pinhais e Piraquara) e Parque Natural do Iguaçu (Araucária). Foi elaborado também o *Plano Diretor da Área de Interesse Especial Regional do Iguaçu (AIERI)*, de Pinhais a Balsa Nova, com extensão de 77 km.

A COMEC participou ainda no CGM, na CAT Passaúna e na do Iraí, no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, no Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto do Ribeira e no GIT. Participou também na elaboração da proposta de atualização e revisão do Zoneamento da UTP do Itaquí e do da UTP de Pinhais, aprovados pelo Decreto Estadual nº 11.136/2014, e pelo Decreto Estadual nº 11.208/2014, respectivamente. Participou na elaboração da proposta de atualização do Zoneamento Ecológico-Econômico da APA Estadual do Iraí, aprovado pelo Decreto Estadual nº 11.660/2014, e da UTP do Guarituba. Analisou ainda o Projeto de Lei nº 595/2013 que regulamentava a forma de estabelecimento das dimensões mínimas de lotes permissíveis, em loteamentos e condomínios horizontais, situados nas APAs e UTPs.

O órgão metropolitano também fez análise para verificar o atendimento nos processos de parcelamento, condomínios, indústrias e atividades que gerassem tráfego metropolitano, em cumprimento ao estabelecido pela Câmara Técnica do Sistema Viário Metropolitano.

Elaborou pareceres técnicos e acompanhamento dos planos diretores dos municípios da RMC e estavam em discussão os planos diretores de Campina Grande do Sul, São José dos Pinhais e Tijucas do Sul.

O governo do Estado, por meio da COMEC, e a Prefeitura de Curitiba, por meio da URBS, realizaram estudos para elaboração do edital de licitação das linhas metropolitanas, para lançar o edital de licitação em 2015. Esta ação envolveu quatorze municípios da RMC e contemplou as linhas de transporte metropolitano integrado e não integrado. Envolveu também parcerias com os municípios que possuem sistema de transporte local e que têm ônibus urbanos ou intermunicipais que alimentam o sistema metropolitano.

Com a FIPE, foi realizada a pesquisa Origem-Destino com 128.655 usuários da RIT e das linhas não integradas, em 666 postos de contagem e em 211 linhas de transporte. O contrato previa a modelagem para concessão do sistema de transporte de passageiros da RMC e o cálculo de eventuais indenizações às empresas de transporte metropolitano. O IPARDES prosseguiu com atividades no âmbito da Rede IPEA - *Governança Metropolitana, Migrações e IDH Intrametropolitano*, apoiando na avaliação de resultados da pesquisa de campo sobre transporte urbano – origem e destino – na RMC, para a COMEC.

Nesse ano, o jornal *Gazeta do Povo* afirmava: “Problemas coletivos, planos isolados”. As cidades rediscutiam seus planos diretores, mas a falta de um plano global e da falta de estrutura da COMEC comprometiam sua eficácia. Para Rodolpho Ramina, a COMEC não era o melhor modelo, pois “uma câmara ou governo regional seria o ideal. Portland (EUA) é um super exemplo. Gestão não é solução, é dar conta do que não pode ser solucionado. Ainda não temos essa cultura de compartilhamento de responsabilidades” (KOMACHERSQUI, 2014, s.p.), mostrando que ainda há quem insista na criação de um quarto ente federativo, que demandaria mudanças na Constituição, o que é pouco provável.

A equipe da COMEC e do IPARDES, principais organismos de planejamento regional no estado, vinham sofrendo com desmonte realizado pelo governo estadual, estando a primeira com apenas oito funcionários acumulando todas as funções do órgão metropolitano. Nesse cenário, os consórcios – de resíduos e da saúde, passaram a ser vistos como as únicas possibilidades efetivas de articulação regional.

Em âmbito estadual, em 2015 foram realizadas 22 reuniões técnicas, com a preparação de seis documentos para a proposta da nova *Política Estadual de Desenvolvimento Urbano* e elaboração de Programa e de resumo técnico sobre a interpretação do Estatuto da MetrÓpole, para a participação em 26 Seminários Regionais e Reuniões Técnicas da ALEP e Associações de Municípios, de entidades de classe, entre outros. Teve início ainda as atividades do Grupo de Trabalho Intersecretarial para implantação do Estatuto da MetrÓpole no Paraná.

O PAC Mobilidade das Grandes Cidades continuou as ações não concluídas para a Copa do Mundo. No PAC 2 – Drenagem, foram realizados projetos para concepção dos cinco parques metropolitanos e iniciada execução pelo Instituto das Águas do Paraná (AGUASPARANÁ) de parte do projeto do Parque Ambiental Palmital (Pinhais), na porção que compreende as lagoas de detenção e acessos prioritários; execução dos projetos do Parque Ambiental Piraquara, do Parque Ambiental do Itaquí (São José dos Pinhais) e do Parque Natural do Iguaçu (Araucária) e para o Parque Metropolitano do Iguaçu (Piraquara e São José dos Pinhais).

No CGM foram realizadas duas reuniões e aprovados o Plano Diretor de Campina Grande do Sul, o Plano de Uso do Reservatório do Passaúna, o Plano Diretor de Itaperuçu, e participou das discussões sobre a revisão do Plano Diretor de Quatro Barras, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul, Piên e Lapa.

Foi regulamentado o Ordenamento Territorial das Áreas de Mananciais da RMC, com elaboração da minuta do Decreto Estadual nº 745/2015, que resultou na edição de Decreto Governamental, para nortear as legislações municipais, os projetos de parcelamento do solo, condomínios horizontais e verticais das áreas urbanas dos municípios situados em áreas de mananciais da RMC. Por meio do Decreto Estadual nº 745, se regulamentou o ordenamento territorial das áreas de mananciais de abastecimento público situadas na RMC, que por meio do GIT, deveria atuar na análise dos processos administrativos dos empreendimentos imobiliários nas áreas de mananciais de acordo com decisões do CGM.

A COMEC participou nas CAT Passaúna e CAT Iraí, no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, no Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Iguaçú e Afluentes do Alto do Ribeira, contribuindo na discussão e implantação do Plano de Bacias, com desenvolvimento de mecanismo de cobrança pelo uso da água e na elaboração de edital de seleção de propostas para captação de recursos e reativou a Câmara Técnica do Karst, com a realização de reuniões para discussão do Plano Diretor de Itaperuçu.

Pelo Sistema de Informações Metropolitano desenvolveu atividades na área de geoprocessamento para subsidiar o planejamento e colaborar com os municípios, com revisão e organização em base de dados espacial de desapropriações, análise de processos de usucapião, apoio na preparação de base de dados, apoio no georreferenciamento de informações municipais, fornecimento de dados digitais e informações de projeto de desapropriação.

Realizou também análise do sistema viário para verificar o atendimento nos processos de parcelamento, condomínios, indústrias e atividades que necessitassem acesso e gerassem tráfego metropolitano, em cumprimento ao estabelecido na Câmara Técnica do Sistema Viário Metropolitano.

Nesse ano, devido a desintegração gerencial do Sistema de Transporte Metropolitano de Curitiba, mantido anteriormente em parceria com a URBS, as linhas metropolitanas (30% do RIT) voltaram para o gerenciamento da COMEC em meio à crise instalada entre o governo estadual e a prefeitura de Curitiba. A COMEC implantou então aumentos na tarifa (degrau tarifário para cidades mais distantes: Itaperuçu, Contenda, Rio Branco do Sul e Balsa Nova), racionalizou linhas e subsidiou o sistema, assumindo integralmente a operação do sistema metropolitano envolvendo aproximadamente 8,0 milhões de passageiros/mês, com a utilização de uma frota de 1.000 veículos, de 17 empresas.

Os demais órgãos estaduais com ação na RMC, como o ÁGUAS-PARANÁ apresentou o Plano Diretor do Sistema de Abastecimento de Água Integrado de Curitiba e Região Metropolitana (SAIC). A MINEROPAR apresentou o mapeamento geológico-geotécnico na RMC, com a publicação do *Relatório do Mapeamento para Planejamento*, em área de 319 km² no município de São José dos Pinhais, elaborando termo de referência para complementação do mapeamento no entorno de Curitiba, no *Projeto de Fortalecimento da Gestão de Riscos e Desastres/Projeto Multissetorial do Paraná* e em finalização estava o projeto de mapeamento em Rio Branco do Sul. Voltava nesse ano o *Projeto de Desenvolvimento Regional da Metrópole Norte*, uma nova tentativa de consolidar a RM no Norte do estado, envolvendo municípios das regiões metropolitanas de Maringá e Londrina, além do município de Apucarana. Por fim, o IPARDES prosseguia com atividades no âmbito da Rede IPEA - Governança Metropolitana.

Em Curitiba, foi realizado nesse ano o *Seminário Internacional de Governança Metropolitana - Como as Boas Práticas Melhoram a Governança*, em parceria com o BID e direcionado para os gestores públicos que atuam nas regiões metropolitanas do Brasil, com a presença de mais de 200 participantes, de onze estados e quatro países. Durante dois dias refleti-

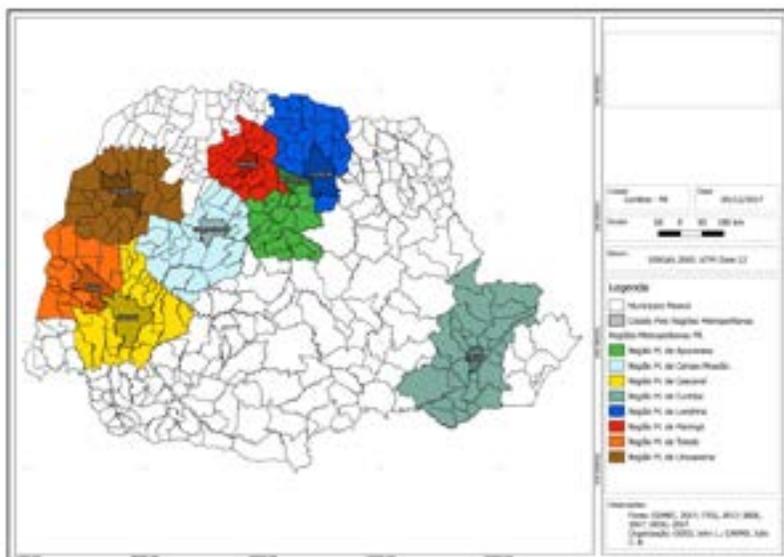
ram sobre experiências nacionais e internacionais, com a identificação de boas práticas para o desenvolvimento de ferramentas e aprimoramento da governança metropolitana.

Resultou do Seminário a elaboração da Carta do Paraná de Governança Metropolitana, onde se defendeu a visão estratégica de planejamento de médio e longo prazo das políticas públicas inerentes à gestão urbana, promovendo o ordenamento técnico e jurídico de uma política pública de estado, e não apenas de governo, que a constituição de novas regiões metropolitanas deve estar baseada em critérios técnicos que justifiquem sua existência e subsidiem o planejamento e a execução das funções públicas de interesse comum aos municípios integrantes, a criação de mecanismos de financiamento para a gestão das funções públicas de interesse comum, a revisão do pacto federativo de forma a dar aos municípios os recursos necessários à governança local e ao compartilhamento da governança regional, implantar PDUI das regiões metropolitanas, estabelecer um processo permanente de planejamento e manter uma agenda de discussões e trabalhos conjuntos com o Ministério das Cidades.

No âmbito federal, em 12 de janeiro de 2015 foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff o Estatuto da MetrÓpole, apresentado no capítulo anterior. Se antecipando à legislação federal que seria publicada em Diário Oficial no dia seguinte, nessa data o governo do Paraná promulgou as Lei Complementares Estaduais nº 184, 185, 186 e 187/15, criando as regiões metropolitanas de Toledo com dezoito municípios e população de 350 mil habitantes, Campo Mourão com 24 municípios e população de 340 mil habitantes, Apucarana com 23 municípios e população de 300 mil habitantes, e, por fim, a região de Cascavel, também com 23 municípios e 500 mil habitantes, respectivamente. Se juntavam às quatro já existentes, de Curitiba (29 municípios e 3,2 milhões de habitantes), Maringá (25 municípios e 670 mil habitantes), Londrina (25 municípios e 1 milhão de habitantes) e Umuarama (24 municípios

e 306 mil habitantes). Reforçava assim a institucionalização de regiões metropolitanas sem o processo socioespacial que a deveria caracterizar, tal como ocorrera com Maringá e Londrina, em 1998, e Umuarama, em 2012. O estado passou a ter quase duzentos de seus 399 municípios inseridos em oito regiões metropolitanas, concentrando aproximadamente 70% de sua população (figura 14), que territorialmente uniram os eixos Londrina-Maringá e Cascavel-Toledo.

Figura 14: Regiões Metropolitanas do Paraná (2017)



Fonte: CARMO, 2018

Por fim, fica claro que com todos esses embates, obras, projetos, entre outros, não foi possível persistir na negação da dimensão metropolitana do planejamento, levando o polo a assumir essa escala, bem como acaba com a ideia de apatia do órgão metropolitano. Contudo, a efetividade e a prática de tal integração, na realidade, ainda não se mostrou harmoniosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na trajetória das ações de planejamento analisadas, se percebe que o IPPUC foi transformado em uma instituição política, transcendendo a questão técnica. A COMEC se manteve como instituição técnica, de amparo à gestão metropolitana, mantida por força de lei (tanto a que estabeleceu as regiões, como outras, por exemplo a lei Lehmann), enquanto as questões que melhor se articulam na escala metropolitana reproduzem os feitos de Curitiba. Quanto aos programas e políticas públicas, cronologicamente, nos anos 1980, o programa de maior envergadura, sob tutela do poder federal, foi o Programa de Meio Ambiente. Em 1990, seria a vez do saneamento (PROSAM) e dos transportes (PIT), que se consolidou nos anos 2000 como principal FPIC. Por fim, a partir de 2010, com o retorno dos investimentos federais em linhas específicas para regiões metropolitanas por meio do PAC, a habitação e as obras de mobilidade passam a ser as maiores beneficiadas.

Estas articulações sempre contaram com a participação do órgão metropolitano, indicando que apesar das críticas, mesmo formas alternativas de articulação, como os consórcios, não foram capazes de superar as diferenças municipais. Confirma assim que, apesar das diferenças, “onde há integração, ela é capitaneada pela prefeitura de Curitiba” (CASTRO, 2010, s.p.). Reafirma então, o exposto por Klink (2010, p. 25), para quem

Algumas das instituições estaduais de planejamento que resistiram à extinção, mas que sofreram um processo de esvaziamento de prestígio e de recursos financeiros, coexistiram com um regime de neolocalismo municipal, culminando num cenário de impasses, contestações e conflitos entre governos locais e estaduais e de coordenação frágil das políticas de de-

envolvimento urbano, ambiental e econômico entre as diversas escalas, interesses e atores que moldam o território metropolitano.

A situação não foi outra na Grande Curitiba.

As principais realizações, não coincidentemente, se deram no Período Militar, quando estavam alinhados governadores, prefeitos e presidentes dos órgãos, bem como quando Jaime Lerner foi governador e estava a frente da prefeitura de Curitiba, enquanto seus aliados dirigiam o IPPUC e a COMEC. No período democrático, o PROSAM foi um exemplo das possibilidades de gestão e articulação metropolitana.

Torna-se perceptível, quanto à produção sobre o órgão metropolitano, que ao contrário dos autores que escreveram sobre o IPPUC e o planejamento urbano de Curitiba, as primeiras obras sobre o planejamento metropolitano não o citarem como referência, pelo contrário. Duas décadas separam a criação do órgão das primeiras análises sobre o planejamento que deveria ser efetuado, e os resultados apresentados são bem diferentes daqueles alcançados por Curitiba⁴³.

Conclui-se, contudo, que o órgão metropolitano produziu muito mais do que de fato executou. Isso é sintomático de que o escopo definido para os órgãos metropolitanos e mesmo o desenho institucional que as regiões metropolitanas no Brasil possuem sempre esteve em descompasso com o que poderiam fazer na existência de modelos mais flexíveis que se adaptassem aos diferentes contextos de um país de dimensões

⁴³ Em parceria com Ultramar (1994), Moura publicou a primeira obra de síntese e que permanece uma das principais referências sobre o planejamento metropolitano na RMC, situando o processo de metropolização pelo qual passava Curitiba e região metropolitana, destacando aspectos sociais, como o incremento demográfico e a periferização da metrópole. Os dois autores já haviam publicado artigos sobre a RMC, em eventos e periódicos, sendo que a publicação que se refere aqui é do trabalho consolidado de ambos como ex-técnicos da COMEC e que estavam naquele momento ligados ao IPARDES.

continentais, e não da forma como há mais de quarenta anos vem sendo feito. Entretanto, com todas as limitações que enfrentou, bem como a convivência à sombra de um Instituto municipal recorrentemente citado como referência, as ações da COMEC não podem ser encaradas como inexistentes, frágeis ou de pouca articulação.

Se apoiando em Soja (2013, p. 140), é possível afirmar que a COMEC logrou sobreviver em um contexto de “submissão a um empreendedorismo nocivamente competitivo, movido mais por um desenfreado *marketing* urbano do que preocupado em reduzir a pobreza e a desigualdade”, que nos permite “falar de um processo de *urbanização regional* que vem reformulando radicalmente a estrutura metropolitana existente” nos últimos quarenta anos.

A COMEC teve seu papel ressignificado quando da ampliação das políticas do polo para os demais municípios e da chegada do grupo do IPPUC ao executivo estadual. A partir de 1988 foram, no fim, os anos onde os municípios da RMC mais evoluíram social e economicamente, ao mesmo tempo em que fortaleciam as questões ambientais, bem como os nos quais projetos coordenados pelo órgão metropolitano deixaram de ser apenas pontuais para se tornarem de fato políticas públicas, como foi o caso do saneamento. O transporte também chegou aos anos 2000 como a função com maior articulação, muito mais do que o fora nos anos 1970 ou 1980 (ainda que as críticas à URBS sejam pertinentes). Tais funções, ao serem alvo da ação do estado, permitiriam que houvesse impacto direto sobre os indicadores, como o IDHM, que tem um salto entre 1988 e 2010.

Por outro lado, ainda que exista uma sistemática desmontagem do órgão metropolitano e mesmo de outros órgãos de planejamento, tal qual ocorreu em outros estados, o governo insistiu, até a promulgação do Estatuto da Metrópole, em criar novas regiões metropolitanas. Contudo, entidades como a COMEM e a COMEL nunca tiveram um fun-

cionamento efetivo, a criação de novas regiões e a manutenção destes órgãos quase fictícios se baseiam apenas em uma visão de planejamento que busca no governo federal a liberação de mais recursos que não refletem na maioria das vezes em melhorias para as populações das principais cidades, menos ainda para seus vizinhos “metropolitanos”.

Confirmamos assim o fato de que a gestão metropolitana possui uma base institucional bastante frágil. Há uma pulverização de suas ações, distribuída dentro do próprio organograma estadual e entre os municípios. Além de uma estrutura interna baseada em conselhos que não responde mais às demandas, prejudicadas ainda mais pelo fato de que, não sendo ente federativo, não tem possibilidades de transferência de recursos. Dessa forma, se com a COMEC não temos o cenário ideal, sem ela a *Serra Pelada do urbanismo* estaria ainda pior. Tal como na Serra Pelada original, o espaço resultante da falta de articulações mantém e aprofunda desigualdades e problemas de toda ordem.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Aline F. **A questão habitacional em Curitiba: o enigma da "cidade - modelo"**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – FAU, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ALBUQUERQUE FILHO, José Bonfim. **Estrutura de relacionamento e as práticas de desenvolvimento urbano na Região Metropolitana de Curitiba**. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

AMES, Barry; KECK, Margareth E. *The politics of sustainable development: environmental policy making in four Brazilian states*. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, v. 39, n. 4, p. 1-40, 1997.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. **Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista**. São Paulo: Símbolo, 1978.

BERQUÓ, Elza; BAENINGER, Rosana; FONSECHI, Gislaine. **Situação demográfica: Brasil e Região Sul**. Disponível em http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/data_demo/dadem02.pdf Acesso em abril de 2015.

BERRIEL, Andréa; SUZUKI, Juliana. **Memória do Arquiteto. Pioneiros da arquitetura e do urbanismo no Paraná**. Curitiba, Ed. da UFPR, 2012.

BORGES, William Antônio. **Gestão Metropolitana: sua Construção a partir de duas Experiências de Associativismo Territorial na Região Metropolitana de Curitiba**. Tese (Doutorado em Administração), Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2013.

CÂMARA (Municipal de Curitiba). **Parecer 76**. Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social da Câmara Municipal de Curitiba, Curitiba, 1966.

CÂMARA (Federal do Brasil). **A questão metropolitana no Brasil**. Brasília, 2004.

CASTRO, Pedro. Câmara tenta articular ações na COMEC. **Jornal Gazeta do Povo**, Curitiba, 09 de maio de 2010.

CASTRO NETO, Vicente Ferreira de. Grande Curitiba: um olhar sobre a evolução urbana (final). Reorganização do espaço metropolitano – século XXI. **Jornal O Estado do Paraná**, Curitiba, 26 de agosto de 2002.

_____. Paraná: políticas urbanas, metropolização e humanização das cidades-visão sob o enfoque territorial. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 122, p. 123-145, 2012.

_____. **Curitiba: Um Contínuo Processo de Planejamento Urbano**. Em elaboração. Sem data.

CESCA, Heliberto. Governo quer colocar prefeitos para debater a região metropolitana. **Jornal Gazeta do Povo**, Curitiba, 14 de fevereiro de 2011. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/governo-quer-colocar-prefeitos-para-discutir-a-regiao-metropolitana-dm5ecw8v9fcnogn92tffkrhvy> acesso em outubro de 2017.

COHAB CT. **Relatório de Diretoria, 1979- 1983**. Curitiba, COHAB, 1984.

_____. **Vila Nossa Senhora da Luz marca o início da história da COHAB**. 2014. Disponível em <http://www.cohabct.com.br/conteudo.aspx?-conteudo=866> acesso em outubro de 2017.

COMEC. **Plano de desenvolvimento Integrado da RMC**. Governo do Estado do Paraná, SEPL, COMEC, Curitiba, 1978.

_____. **COMEC: planejando o desenvolvimento integrado da região metropolitana**. COMEC/ SEPL, Curitiba, 1979.

_____. Autarquização da COMEC. Governo do Estado do Paraná, Curitiba, 1993.

_____. **Apontamentos para elaboração de Decreto Regulamentador da Lei Estadual da Autarquização da COMEC**. Governo do Estado do Paraná, Curitiba, 1994.

_____. **Metrópolis em Revista**. Curitiba, COMEC, nº 1, dez. 1999.

_____. **Plano de Desenvolvimento Integrado da RMC**. COMEC, SEDU, Curitiba, 2006.

_____. **Planejando o desenvolvimento integrado da região metropolitana.** COMEC, Curitiba, s.d.

_____. **Coordenação da RMC.** Disponível em <http://www.comec.pr.gov.br> acesso em outubro de 2017.

CORREIO DA MANHÃ. **Governador do Paraná cria Área Metropolitana.** 1973.

CORREIO DE NOTÍCIAS. Mar de Lama na COMEC. **Jornal Correio de Notícias,** Curitiba, 25 de setembro de 1984.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **Regional- global: dilemas da regionalização na Geografia Contemporânea.** Rio de Janeiro. Ed. Bertand Brasil, 2010.

COUTO, Isabel Cristina. **Ação Política Empresarial: o caso do GEC (Grupo de Empresários de Curitiba (1990-1998)).** Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: UFPR, 2008.

DIÁRIO DO PARANÁ. Em redação final o projeto criando a Região Metropolitana. **Jornal Diário do Paraná,** Curitiba, 23 de novembro de 1973a.

_____. Grande Curitiba tem lei de planejamento. **Jornal Diário do Paraná,** Curitiba, 22 de dezembro 1973 b.

_____. Terminologia. **Jornal Diário do Paraná,** Curitiba, 22 de dezembro 1973 c.

DIÁRIO DA TARDE. Agora já há uma lei para a Grande Curitiba e começa sua implantação **Jornal Diário da Tarde,** 1978.

_____. Unidade e contradição na região metropolitana. **Jornal Diário da Tarde,** Curitiba, 1980.

_____. Curitiba do ano 2000 autorizada pelo governo. **Jornal Diário da Tarde,** Curitiba, 12 de julho de 1981a.

_____. Começa o Seminário da Grande Curitiba. **Jornal Diário da Tarde,** Curitiba, 20 de outubro de 1981b.

_____. Véspero Mendes afirma que “devemos discutir nossas inquietações”. **Jornal Diário da Tarde,** Curitiba, 21 de outubro de 1981c.

DOUTSDAR, Neda Mohtadi. **O paranismo atualizado: a democracia cristã e o planejamento no primeiro Governo Ney Braga.** Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Parana, Curitiba, 2010.

DUDEQUE, Irã Taborda. **Espiraís de madeira: uma história da arquitetura de Curitiba.** São Paulo, Studio Nobel/Fapesp, 2001.

_____. **Nenhum dia sem uma linha: uma história do urbanismo em Curitiba.** São Paulo, Studio Nobel, 2010.

EMBRAPA. **Soja em números.** Disponível em <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos> acesso em dez. 2017

FACHINI, Justino. **A significação social do planejamento urbano - estudo do caso de Curitiba.** Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1975.

FARACO, José Luiz. **Planejamento Urbano no Paraná: a experiência de Curitiba.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), FAU, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FERNANDES, Helio. **Em primeira mão.** Jornal Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 6 de março de 1975a.

_____. **Em primeira mão.** Jornal Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 12 de março de 1975b.

FERNANDES, Almir. **Planejamento urbano de Curitiba: a institucionalização de um processo.** Dissertação (Mestrado em Engenharia), COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1979.

FERNANDES, José Carlos. Uma cidade feita por encomenda. **Jornal Gazeta do Povo**, 21 de janeiro de 2007. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/uma-cidade-feita-por-encomenda-accgot9huxqdh-sdaufoskwcge> acesso em outubro de 2017.

FERNANDES, Antonio Sergio Araujo. Gestão Metropolitana no Brasil: A Trajetória da Evolução Institucional. **Encontro de Administração Pública e Governo**, Salvador, 2012. Disponível em http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnAPG/enapg_2012/2012_EnAPG75.pdf acesso em março de 2016.

FERREIRA, Luciana. **A importância da relação entre a arte pública e a cidade: uma análise dos murais de Poty Lazzarotto**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Linguagens). Programa de Pós-graduação em Comunicação e Linguagens Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2004. 80 p.

FGV. **Jaime Lerner**. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lerner-jaime> acesso em outubro de 2017a

FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas. **A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba**. Tese (Doutorado em Geografia Humana), FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. Considerações sobre o grau de integração da Região Metropolitana de Curitiba na economia internacional e seus efeitos nas transformações socioespaciais. MOURA, Rosa. FIRKOWSKI, O.L.C.F. **Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba**. Rio de Janeiro, Letra Capital, Observatório das Metrôpoles / Observatório de Políticas Públicas do Paraná, 2009a.

_____. Localização industrial e extensão urbana em Curitiba. Moura, R. Firkowski, O.L.C.F. **Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba**. Rio de Janeiro, Letra Capital, Observatório das Metrôpoles / Observatório de Políticas Públicas do Paraná, 2009b.

FOLHA DE SÃO PAULO. Curitiba tem novo plano diretor. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 de julho de 1965.

FRANCISCONI, Jorge G.; SOUZA, Maria Adélia Aparecida. **Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: estudos e proposições alternativas**. Brasília: IPEA/IPLAN. (Estudos para o Planejamento 15), 1976.

GALVÃO, Marília Velloso *et al.* Áreas de pesquisa para determinação de áreas metropolitanas. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 31, nº 4, p. 53-128, 1969.

GARCEZ. Luiz Armando. **Curitiba – Evolução Urbana**. Rio de Janeiro, Curitiba, 2006.

GARCIA, Fernanda Ester Sanchez. **Curitiba, imagem e mito: reflexão acerca da construção social de uma imagem hegemônica**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) - IPPUR/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

_____. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó, Argos, 2003.

GARCIA, Maysa Dias. **O MAB: Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana e a construção de uma nova prática política**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990.

GAZETA DO POVO. COMEC irá virar autarquia para atender a região. **Jornal Gazeta do Povo**, Curitiba, 14 de junho de 1991a.

_____. Urbanismo vai levar Lerner a Nova York. **Jornal Gazeta do Povo**, Curitiba, 10 de dezembro de 1991b.

GNOATO, Luís Salvador Petrucci. **Introdução do ideário Modernista na Arquitetura de Curitiba (1930 - 1965)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

GONZÁLES OSÓRIO, Heitor H. **Habitat urbano e alternativas de desenvolvimento: considerações sobre experiência de Curitiba**. Tese (Doutorado em Estudos do Desenvolvimento) - Instituto Universitário de estudos do Desenvolvimento, Genebra-Suíça, Curitiba, 1984.

GOUVÊA, Ronaldo G. **A Questão Metropolitana no Brasil**. Rio de Janeiro, FGV, 2005.

HALL, Peter. **Cidades do Amanhã - Uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX**. São Paulo, Perspectiva, 2013.

HARVEY, David. Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. In: HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo, Annablume, 2ª ed., 2006, p. 163-190.

IACOMINI, Franco. O Estado modelo foi à lona: com as finanças arruinadas, o governo paranaense não tem dinheiro para pagar suas contas. **Veja**, São Paulo, 17 dez. 1997, p. 116-118.

IBGE. **Esboço preliminar da Divisão do Brasil em regiões polarizadas**. Rio de Janeiro, 1967.

_____. **Censo demográfico de 1970**. Rio de Janeiro, IBGE, 1970. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=769> acesso em março de 2016.

_____. **Censo demográfico de 1980**. Rio de Janeiro, IBGE, 1980. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=7310> acesso em março de 2016.

_____. **Censo demográfico de 2010**. Rio de Janeiro, IBGE, 2010. Disponível em <http://censo2010.ibge.gov.br/> acesso em março de 2016.

IPARDES. **Paraná 1990: projeção da população**. Curitiba, IPARDES, 1984.

_____. **Dinâmica recente da Economia e transformações na configuração espacial da Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba, IPARDES, 2004.

_____. **Dinâmica urbana dos estados: estado do Paraná**. Curitiba: IparDES, 2010. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/biblioteca/docs/Dinamica_Urbana_dos_Estados_Parana.pdf>. Acesso em: Nnov. 2014.

IPEA. **Caracterização das regiões metropolitanas institucionalizadas**. Brasília, IPEA/DEPRU/CGEPUR; Campinas: UNICAMP/NESUR, 1999. 4v. Versão preliminar.

_____. Governança Metropolitana no Brasil. **Relatórios de Pesquisa: Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: arranjos institucionais de gestão metropolitana (Componente 1)**, Rio de Janeiro, 2013.

IPPUC. **Memórias da Curitiba urbana. Planejamento urbano: Concepção & prática**. Depoimentos 7. Curitiba, 1991.

_____. **Memória da Curitiba urbana: Escola de Urbanismo Ecológico.** Curitiba, v. 8, jan., 1992.

_____. **Curitiba uma experiência em planejamento urbano.** Curitiba, 1996.

IUPERJ. **Dimensões do Planejamento Urbano de Curitiba: o caso de Curitiba.** Secretaria Geral do MINTER, 2 V, 1975.

JORNAL DO BRASIL. Regiões Metropolitanas não deram resultado previsto. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, setembro de 1977.

JORNAL DO ESTADO. O plano para Curitiba no ano 2000 está pronto. **Jornal do Estado**, Curitiba, 18 de dezembro de 1983.

_____. Ferrovia: prefeituras debatem plano multimodal. **Jornal do Estado**, Curitiba, 12 de agosto de 2009.

KLINK, Jeroen. Reestruturação, competição e neolocalismo: um olhar crítico sobre produção do espaço na grande Curitiba. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, nº 119, jul./dez. 2010 p.17-40.

KOMACHERSQUI, Bruna. Problemas coletivos, planos isolados. **Jornal Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 de agosto de 2014. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/problemas-coletivos-planos-isolados-ec1uubznrpa1a2ll1d68l1e8e> acesso em outubro de 2017.

KORNIN, Thaís; CARMO, Julio Cesar Botega do. **O arranjo institucional de gestão na região metropolitana de Curitiba: 40 anos de regiões metropolitanas no Brasil.** Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_40_anos_regioes_metropolitanas_vol01.pdf>. Acesso em março 2016.

LEITÃO, Sylvia Ramos. **O discurso do planejamento urbano em Curitiba: um enigma entre a prática e a cidade real.** Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas). FAU, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. **Inclusão do Excluído? Política de mobilidade e dinâmica do mercado de terras na expansão da Curitiba Metrópole.** Tese (Doutorado em Planejamento Urbano Regional) – FAU, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____. Gênese do discurso do planejamento urbano em Curitiba: bases políticas, filosóficas e técnicas. 2014. In: PEIXOTO, E. R.; DERNTL, M. F.; PALAZZO, P.P.; TREVISAN, R. (Orgs.) *Tempos e escalas da cidade e do urbanismo: Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Brasília, DF: Universidade Brasília- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Disponível em: <<http://www.shcu2014.com.br/content/genese-do-discurso-do-planejamento-urbano-em-curitiba-bases-politicas-filosoficas-e-tecnicas>> acesso em agosto de 2016.

LENCIONI, Sandra. Referências analíticas para a discussão da metamorfose metropolitana contemporânea. In: LENCIONI, Sandra; VIDAL-KOPPMANN, Sônia; HIDALGO, Rodrigo; PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. (Org.). **Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago**. São Paulo, Paim, 2011, p. 51-64.

LERNER, Jaime. **Jaime Lerner: governador do Paraná**. Disponível em <http://jaimelerner.com.br/pt/jaime-lerner-governador-do-parana/> Acesso em outubro de 2017.

LIMA, Cristina Araújo. **A ocupação de área de mananciais e os limites dos recursos hídricos na RMC: do planejamento à gestão ambiental urbana-metropolitana**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

LOMAR, Paulo José V. O federalismo brasileiro e a gestão regional metropolitana. In: FUNDAP. **A nova organização regional do Estado de São Paulo: subsídios para um modelo de gestão**. São Paulo, 1992, p. 9 – 22.

LOPES, Alberto. **Quadros**. Disponível em <http://www.albertolopesleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=1397935#simple2>. Acesso em outubro de 2017.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Baptista. O Paraná em revista. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 82, p. 5-16, 2011.

MAGNOLI, Demétrio; ARAÚJO, Regina. **Geografia: a construção do mundo; Geografia Geral e do Brasil**. São Paulo, Moderna, 2005.

MANSUR, Denise Cristina. **O planejamento e a regionalização da administração direta do estado do Paraná como aporte às ações e à política de desenvolvimento econômico**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico), UFPR, Curitiba, 2008.

_____. A década perdida: globalização, crise do Estado e metrópoles no Brasil. In: GONÇALVES, M. F. (org.) **O novo Brasil Urbano: impasses, dilemas, perspectivas**. Porto Alegre, ed. Mercado Aberto, 1995, p. 249-.

MILLARCH, Aramis. O supershopping de Pinhais (II). **Jornal O Estado do Paraná**, Curitiba, 19 de outubro de 1978.

_____. No crescimento das superlojas muda a fisionomia da cidade (I). **Jornal O Estado do Paraná**, Curitiba, 02 de novembro de 1980.

_____. Planejamento Regional com muita politicagem. **Jornal O Estado do Paraná**, Curitiba, 108 de janeiro de 1987.

MONTANER, Josep María. El modelo Curitiba: movilidad y espacios verdes. **Cuadernos de Guincho**, nº 8, 2000, p. 126-131.

MOURA, Rosa. **Contradições do desenvolvimento na região de uma das “três melhores cidades do mundo”**. Curitiba, IPARDES, 1991.

MOURA, R. Planejamento e segregação sócio-espacial na Região Metropolitana de Curitiba. **Experimental**. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, n. 4/5, p. 57-69, set. 1998.

_____; DELGADO, Paulo; DESCHAMPS, Marley; CARDOSO, Nelson A. A Realidade das Áreas Metropolitanas e seus Desafios na Federação Brasileira: Diagnóstico Socioeconômico e da Estrutura de Gestão. **Seminário Internacional Desafio da Gestão das Regiões Metropolitanas em Países Federados**. Ministério das Cidades, Câmara dos Deputados e Fórum das Federações. Brasília, 2004. Disponível em <http://www.forumfed.org/libdocs/BrazilMUN04/BrazilMUN04-Moura-p.pdf> acesso em fevereiro de 2015.

_____. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009a.

_____. O espaço metropolitano de Curitiba e a inserção do Paraná na divisão social do trabalho. MOURA, R. FIRKOWSKI, O.L.C.F. **Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba**. Rio de Janeiro, Letra Capital, Observatório das Metrôpoles / Observatório de Políticas Públicas do Paraná, 2009b.

_____. A internacionalização da metrópole e os direitos humanos. MOURA, R. FIRKOWSKI, O.L.C.F. **Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba**. Rio de Janeiro, Letra Capital, Observatório das Metrôpoles / Observatório de Políticas Públicas do Paraná, 2009c.

NAMUR, Marly. *El Planeamiento Urbano como Proceso - El Caso de Curitiba-PR*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Instituto de Planeamiento de Lima, Universidad Nacional de Ingenieria, Lima, 1976.

_____. **Estado e empresariado em Curitiba, a formação da cidade industrial (1973-1980)**. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas), FAU, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

NAZARENO, Louise Ronconi de. **Redes Sociais e coalizão de governo em Curitiba 1985-2004**. Dissertação (Ciência Política), FFLCH/USP, São Paulo, 2005.

NERY, Sebastião. **Antes que seu lobo venha**. Jornal Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1973.

NIEHUES, Leandro Garcia. A industrialização do Paraná: abordagens de um processo de desenvolvimento concentrado. *Geographia Opportuno Tempore*, v. 1, p. 454-466, 2014.

NOJIMA, Daniel; MOURA, Rosa; SILVA, Sandra Terezinha da. **Dinâmica recente da economia e transformações na configuração espacial da Região Metropolitana de Curitiba**. In: MOURA, Rosa. Firkowski, O.L.C.F. Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba. Rio de Janeiro, Letra Capital, Observatório das Metrôpoles / Observatório de Políticas Públicas do Paraná, 2009.

OCDE. *Cities and regions in the new learning economy*. OECD, Paris, 2001a.

OCDE. *Cities for citizens: improving metropolitan governance*. OECD, Paris, 2001b.

OLIVEIRA, Dennison de. **A política do planejamento urbano: o caso de Curitiba**. Tese (Doutorado História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

_____. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba, Ed. da UFPR, 2000.

_____. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

PARANÁ (Governo do Estado). **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**. 1962

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**. 1963

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**. 1964

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**. 1965

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**. 1966

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**. 1973.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**. 1975.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**. 1976.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**. 1977.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.** 1979.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.** 1983.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.** 1984.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.** 1986.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.** 1991.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.** 1995.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.** 2002.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.** 2015.

PEREIRA, Ivo Arzua. **Mensagem n.º 22.** Prefeitura Municipal de Curitiba, Curitiba, 1966a.

PEREIRA, Odon. Curitiba: o futuro urbano sob controle. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 fevereiro de 1973

PILOTTO, Angela Seixas. **Área metropolitana de Curitiba. Um estudo a partir do espaço intra-urbano.** Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano Regional) – FAU, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PIRAGIS, Cleide M. E. **Paraná concreto: fluxo e influxo da política econômica financeira e seus reflexos no mercado imobiliário.** Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS/Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1988.

PMC. **Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano.** Curitiba, Prefeitura Municipal, 1985.

POLLI, Simone Aparecida. **Curitiba, Metrópole Corporativa: Fronteiras da Desigualdade**. Disserta o (Planejamento Urbano e Regional), IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

REBELLO, Wilson. **Em busca da Curitiba perdida: da introdu o da teo-
neostutura no planejamento urbano e sua luta com a política partid -
ria -1962 – 1975**. Disserta o (Mestrado em Gestão Urbana), Pontifícia Univer-
sidade Católica do Paraná, Curitiba, 2010.

RIBEIRO, Luis Cesar de Queiroz. CARDOSO, Adauto L cio. Da cidade   na-
 o: g nese e evolu o do urbanismo no Brasil . In: RIBEIRO, Luiz Cesar de
Queiroz. PECHMAN, Robert (org.) **Cidade, povo e na o. Gênese do urba-
nismo moderno**. Rio de Janeiro, Civiliza o Brasileira, 1996, p. 53 a 80.

SAGMACS. **Plano de Desenvolvimento do Paraná**. Governo do estado do
Paraná, CODEPAR, PLADEP, 1963.

SAMEK, Jorge. Curitiba: entre o mito e a realidade. Curitiba, Fotolaser, 1999.

SERETE; WILHEIM, Jorge. **Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba**.
Curitiba, PMC, 1965.

SILVA, Macl via Corrêa da. **O Plano de urbaniza o de Curitiba – 1943 a
1963 – e a valoriza o imobiliária**. FAU/USP, 2000. Tese (Doutorado) – Fa-
culdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo.

SILVA NETO, Manuel Nunes. **Um resgate: a COMEC e seus servidores**.
Curitiba, em elabora o.

SOJA, Edward. Para Além de *Postmetropolis*. **Revista UFMG**, Belo Horizonte,
v. 20, n. 1, p. 136-167, jan./jun. 2013. Disponível em [https://www.ufmg.br/
revistaufmg/downloads/20/7-para_alem_da_postmetropolis_edward_soja.pdf](https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/20/7-para_alem_da_postmetropolis_edward_soja.pdf)
Acesso em março de 2017

SOUZA, Marcos Barcellos de. Espacializando o Desenvolvimentismo: imaginá-
rio, escalas e regula o. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**,
v.14, n  02, p. 35-54, 2012

ULTRAMARI, Clóvis; MOURA, Rosa. **Metrópole: Grande Curitiba: teoria
e prática**. Curitiba, IPARDES, 1994.

_____. **Boas práticas e o fim das utopias: o 3º setor e as agências internacionais de financiamento e fomento.** Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

_____. **O Fim das Utopias Urbanas.** São Paulo, Studio Nobel, 2005

ULTRAMARI, Clóvis; REZENDE, Denis Alcides. Mudanças e continuidades na gestão urbana brasileira. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 111, p. 19-28, 2006.

URBS. **Plano diretor da região de Curitiba – Estudo Preliminar.** Curitiba, URBS, 1966.

VEJA. Metrôpoles sob controle. **Revista Veja**, 04 de abril de 1973.

_____. Longe do centro: Piraquara quer as lojas que a capital rejeita. **Revista Veja**, 16 de maio de 1979.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, São Paulo, 2001.

WALTRICK, Rafael A Curitiba que nasceu no Juvevê. **Jornal Gazeta do Povo**, Curitiba, 04 de novembro de 2012. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/a-curitiba-que-nasceu-no-juveve-2uzpbvz0kr5ltd-mrecpz59ky6> acesso em outubro de 2017.

SOBRE O AUTOR

Julio Cesar Botega do Carmo é geógrafo (UFPR) e arquiteto-urbanista (UTFPR), doutor em Arquitetura e Urbanismo (USP). Professor Adjunto da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia da UFMS.

Este livro foi editorado com as fontes Crimson Text e Montserrat.
Publicado on-line em: <https://repositorio.ufms.br>

ISBN 978-85-7613-633-0



9 788576 136330

 **editora**
UFMS